

# IHU ON-LINE

Revista do Instituto Humanitas Unisinos

Nº 508 | Ano XVII | 7/8/2017

# Populismo

## segundo Ernesto Laclau

*Chave para uma democracia radical e plural*

**Carlos A. Gadea**  
**Chantal Mouffe**  
**Léo Peixoto Rodrigues**  
**Gerardo Aboy Carlés**  
**Myriam Southwell**  
**Daniel de Mendonça**  
**Hugo Cancino**

**David Howarth**  
**María Cecilia Ipar**  
**Mayra Goulart da Silva**  
**Fernando da Costa**  
**Patrícia Ferreira**  
**Samuel Martins**  
**Massimo Faggioli**



## Leia também

Leo Pessini ■ ■ Fernando Del Corona  
Bruno Lima Rocha ■ ■ Ricardo Machado

# O populismo segundo Ernesto Laclau. Chave para uma democracia radical e plural

A complexa Argentina que levou Perón à Casa Rosada não cabia nas categorias históricas do marxismo. Na tentativa de compreender o fenômeno, **Ernesto Laclau** (1935-2014) deu um passo adiante nos debates sobre a luta de classes e passou a construir um conceito que o tornou notável: o populismo. É justamente no contexto do peronismo que ele vê emergir um antagonismo pluralista em que os conflitos sociais convivem harmonicamente e, juntos, geram demandas comuns, sendo capazes de se insurgir como alternativa ao poder hegemônico instituído. Laclau passa a perceber na articulação do povo em sua multiplicidade o desencadeamento de outra perspectiva de democracia. É da resistência e da rebelião, e não da exploração, que começa a política. Enfim, para Laclau, “o populismo é muito mais do que um estigma, uma anomalia, uma saída dos trilhos da normalidade; é um conceito-chave para pensar a política”, constata **Myriam Southwell**, aluna do sociólogo argentino.

No momento em que se vive uma grave crise de representatividade em nosso país e alhures, suscitando graves desafios à democracia contemporânea, a edição da revista **IHU On-Line** desta semana debate sobre a contribuição teórica de Ernesto Laclau com a colaboração de pesquisadores e pesquisadoras nacionais e internacionais.

A *Razão Populista*, importante obra de Laclau, é tema do artigo do professor **Carlos A. Gadea**, da Unisinos.

**Chantal Mouffe**, cientista política, que foi parceira do pesquisador argentino, participa do debate com um artigo em que defende a importância do conceito de populismo.

**Léo Peixoto Rodrigues**, professor de Sociologia e Ciência Política, parte da política de nosso tempo para destacar que o conceito de Laclau deve ser compreendido para além da dualidade dos “tipos políticos ideais”, como esquerda e direita.

**Gerardo Aboy Carlés**, da Universidade Nacional de San Martín, analisa os limites e os avanços da teoria desenvolvida para refletir sobre outras correntes ideológicas que marcaram e marcam a trajetória da democracia no mundo.

A pedagoga **Myriam Southwell** destaca que o populismo não pode ser tomado como instrumental de análise de fenômeno político transitório.

**Hugo Cancino**, da Aalborg University, destaca o pensamento de Laclau como uma espécie de redescoberta da potência da rebeldia do povo.

**Daniel de Mendonça**, professor na Universidade

Federal de Pelotas, se desafia a pensar em outra representatividade a partir do pensador argentino.

**David Howarth**, da Universidade de Essex, analisa como Laclau explora o primado da política sem que a institucionalização cesse as potências de grupos que se insurgem contra o poder hegemônico.

**María Cecilia Ipar**, doutoranda em Ciência Política, trabalha o conceito de democracia radical como uma das formas possíveis para superar a ideia de crise.

**Mayra Goulart da Silva**, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, reflete sobre a ideia do representante e como sua centralidade pode ser nociva.

**Fernando Nogueira da Costa**, professor da Unicamp, analisa que uma estratégia de política econômica inspirada pelo populismo é aquela que se volta ao Bem-Estar Social.

Uma análise da constituição da teoria de Laclau a partir da psicanálise é o tema da entrevista com **Patrícia do Prado Ferreira**.

Para o professor **Samuel Martins**, Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos são conceitos basilares para o populismo.

**Massimo Faggioli**, professor da Universidade de Villanova, na Filadélfia, demonstra como o populismo pode se manifestar hoje de formas muito particulares.

Também podem ser lidos nesta edição o comentário de **Fernando Del Corona** sobre o filme *Frantz*, de François Ozon, a crônica de **Ricardo Machado**, a análise de **Bruno Lima Rocha** sobre os paraísos fiscais depois da crise financeira de 2008 e o extrato de um artigo de **Leo Pessini**.

A todas e a todos, uma boa leitura e uma excelente semana.

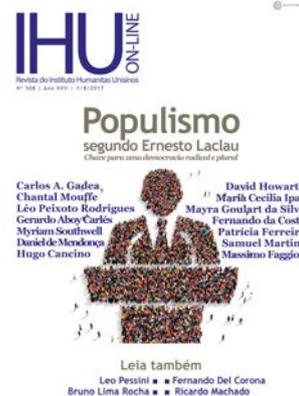


Imagem da capa:  
Site Brasil Escola

# Sumário

- 4 ■ **Temas em destaque**
- 6 ■ **Agenda**
- 8 ■ **Leo Pessini:** Sete questões éticas-chaves em torno do caso Charlie Gard
- 12 ■ **Ricardo Machado:** Inácio, Charlie e nós, à espera de uma Primavera vindoura
- 14 ■ **Tema de Capa | Carlos A. Gadea:** Ernesto Laclau e a “razão populista”
- 18 ■ **Tema de Capa | Chantal Mouffe:** O desafio populista
- 27 ■ **Tema de Capa | Léo Peixoto Rodrigues:** Nem só da esquerda ou da direita, o populismo vem das multidões
- 28 ■ **Tema de Capa | Gerardo Aboy Carlés:** Um olhar sobre a América Latina para compreender o populismo e a política da região
- 34 ■ **Tema de Capa | Myriam Southwell:** Populismo é conceito-chave para pensar a política hoje
- 42 ■ **Tema de Capa | Hugo Cancino:** Laclau e a redescoberta da rebeldia do povo
- 48 ■ **Tema de Capa | Daniel de Mendonça:** A concepção de uma nova representatividade a partir do povo
- 55 ■ **Tema de Capa | David Howarth:** De política vibrante a instrumento de governança
- 62 ■ **Tema de Capa | María Cecilia Ipar:** Democracia radical é a grande aposta teórica de Laclau
- 70 ■ **Tema de Capa | Mayra Goulart da Silva:** Os limites do populismo e seu caráter pouco emancipatório
- 78 ■ **Tema de Capa | Fernando Nogueira da Costa:** Economia populista é aquela voltada ao Bem-Estar Social
- 82 ■ **Tema de Capa | Patrícia Ferreira:** A leitura de Freud para muito além da Psicologia das Massas
- 87 ■ **Tema de Capa | Samuel Martins:** Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos são basilares ao populismo
- 93 ■ **Tema de Capa | Massimo Faggioli:** Bergoglio e Trump: duas formas-particulares de populismo
- 98 ■ **Cinema | Fernando Del Corona:** Uma melodia interrompida
- 102 ■ **Crítica Internacional | Bruno Lima Rocha:** Paraísos fiscais, jurisdições secretas e o fluxo financeiro mundial pós-2008
- 104 ■ **Publicações | Leandro Rogério Pinheiro:** Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre
- 105 ■ **Publicações | Henrique Costa:** Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo
- 107 ■ **Outras edições**

**IHU** ON-LINE  
Revista do Instituto Humanitas Unisinos

ISSN 1981-8769 (impresso)

ISSN 1981-8793 (on-line)

A IHU On-Line é a revista do **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. Esta publicação pode ser acessada às segundas-feiras no site [www.ihu.unisinos.br](http://www.ihu.unisinos.br) e no endereço [www.ihuonline.unisinos.br](http://www.ihuonline.unisinos.br).

A versão impressa circula às terças-feiras, a partir das 8 horas, na Unisinos. O conteúdo da IHU On-Line é copyleft.

**Diretor de Redação**

Inácio Neutzling  
([inacio@unisinos.br](mailto:inacio@unisinos.br))

**Coordenador de Comunicação - IHU**

Ricardo Machado – MTB 15.598/RS  
([ricardom@unisinos.br](mailto:ricardom@unisinos.br))

**Jornalistas**

João Vitor Santos – MTB 13.051/RS  
([joaovs@unisinos.br](mailto:joaovs@unisinos.br))

Lara Ely – MTB 13.378/RS  
([laraely@unisinos.br](mailto:laraely@unisinos.br))

Patrícia Fachin – MTB 13.062/RS  
([prfachin@unisinos.br](mailto:prfachin@unisinos.br))

Vitor Necchi – MTB 7.466/RS  
([vnecchi@unisinos.br](mailto:vnecchi@unisinos.br))

**Revisão**

Carla Bigliardi

**Projeto Gráfico**

Ricardo Machado

**Editoração**

Gustavo Guedes Weber

**Atualização diária do site**

Inácio Neutzling, César Sanson, Patrícia Fachin, Cristina Guerini, Evelyn Zilch, Anielle Silva, Victor Thiesen e William Gonçalves.



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS



UNISINOS

**Instituto Humanitas Unisinos - IHU**

Av. Unisinos, 950 | São Leopoldo / RS  
CEP: 93022-000

**Telefone:** 51 3591 1122 | Ramal 4128  
**e-mail:** [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br)

**Diretor:** Inácio Neutzling  
**Gerente Administrativo:** Jacinto Schneider  
([jacintos@unisinos.br](mailto:jacintos@unisinos.br))

Entrevistas completas em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas entrevistas publicadas no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU na última semana.

## A fome no Brasil é uma das facetas das desigualdades



*Para compreender as razões que podem fazer o Brasil retornar ao Mapa da Fome, é preciso olhar a situação do país “do ponto de vista da política”.*

Francisco Menezes é graduado em Economia e pós-graduado em Desenvolvimento Agrícola. É pesquisador do Ibase e colaborador de ActionAid.

## A reforma tributária tem que considerar a distribuição de renda e o financiamento dos serviços sociais



*A reforma tributária é uma pauta de extrema relevância, que tem sido uma “bandeira” tanto da direita quanto da esquerda, porque “decidir onde o Estado arrecada é tão importante quanto decidir onde o Estado gasta”.*

Pedro Rossi é graduado, mestre e doutor em Economia. Dirige o Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica – Cecon da Unicamp.

4

## Os Povos da Amazônia e o colonialismo interno



*Os conflitos envolvendo os povos da Amazônia, como comunidades indígenas e quilombolas, permanecem os mesmos, em certa medida, desde a Colônia, tendo a demanda por terras tradicionalmente ocupadas e a execução de grandes obras como as principais adversidades.*

Jane Felipe Beltrão é mestra em Antropologia Social e doutora em História. Leciona na Universidade Federal do Pará – UFPA.

## “A alternativa ao neoliberalismo é... romper com o neoliberalismo!”



*Quando o assunto é a discussão de qual seria o melhor modelo de desenvolvimento econômico para o Brasil e qual corrente teórica poderia servir de base para pensar o futuro econômico e social do país, “é preciso dizer que existe muita confusão nessas clivagens que, pretensamente, dividem o pensamento econômico”.*

Marcelo Carcanholo é graduado em Ciências Econômicas, mestre e doutor em Economia. Leciona na UFF.

## O ciclo progressista na América Latina acabou? Entrevista especial com Julio Gambina



*O entrevistado coloca em causa a noção de que houve o fim de um ciclo na América Latina. “O que há e continua a ocorrer é uma disputa entre a ofensiva capitalista, o neoliberalismo, e diversos processos críticos com a pretensão mais ou menos decidida de organizar outra ordem socioeconômica.”*

Julio Gambina é doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Buenos Aires e professor na Universidad Nacional de Rosario – UNR

## Textos na íntegra em [www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias](http://www.ihu.unisinos.br/maisnoticias/noticias)

Confira algumas notícias públicas recentemente no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU

### Facebook desativa inteligência artificial que criou linguagem própria

*Um grupo de pesquisadores do Facebook desativou uma inteligência artificial que deixou de falar em inglês e desenvolveu uma linguagem própria para se comunicar. A inteligência artificial em questão foi criada pela Fair (Facebook AI Research, a divisão de pesquisa da rede social) em junho para simular situações de negociação.*

Reportagem de Gustavo Sumares, publicada por Olhar Digital em 31-7-2017, disponível em <https://goo.gl/Z4jGtL>.

### Primeiros embriões humanos modificados nos EUA

*A primeira tentativa de criar embriões humanos geneticamente modificados nos Estados Unidos foi realizada por uma equipe de pesquisadores em Portland, Oregon. A tentativa, liderada por Shoukhrat Mitalipov, da Universidade de Saúde e Ciência de Oregon, envolveu a modificação do DNA de um grande número de embriões unicelulares com a técnica de edição de genes CRISPR.*

Reportagem de Steve Connor, publicada por MIT Technology Review em 26-7-2017, disponível em <https://goo.gl/naDEvS>.

### Os riscos da transgenia “faça-você-mesmo”: bactérias imunes aos antibióticos

*O sítio do IHU reproduz o vídeo em italiano da reportagem de Elena Dusi, publicada por La Repubblica, 2-8-2017.*

O vídeo está disponível em <http://bit.ly/2uim29h>

### O Dia da Sobrecarga da Terra acontece cada vez mais cedo: 2-8-2017

*“O dia 02 de agosto é o dia em que a civilização global sai do verde do superávit ambiental para entrar no vermelho do déficit ambiental”, alerta José Eustáquio Diniz Alves, doutor em demografia e professor titular do mestrado e doutorado em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE/IBGE, em artigo publicado por EcoDebate, 31-7-2017.*

Leia artigo completo em <http://bit.ly/2vFdHfg>.

### “Na vida moderna, precisaríamos de pelo menos meia hora de silêncio por dia.”

*O frade dominicano Timothy Radcliffe faz parte da comunidade dos Blackfriars, em Oxford, e foi mestre-geral da ordem de 1992 a 2001. “Eu acho que temos que ir além de pensar a santidade principalmente como obedecer a regras. A santidade é viver as virtudes, tornando-se virtuoso e forte. Eu não creio que haja uma nova religião, porque as antigas religiões se tornam novas.”*

Reportagem publicada por La Stampa, 23-7-2017, disponível no link <http://bit.ly/2vojDJH>.

### “Temer acha que é Itamar, mas é Sarney”, diz cientista político

*O resultado da votação na Câmara nesta quarta-feira tem efeitos muito mais amplos do que o arquivamento da denúncia por corrupção passiva contra o presidente Michel Temer. A afirmação é do filósofo e cientista político da Unicamp Marcos Nobre, um especialista em PMDB. De acordo com ele, em sua face mais visível, a votação lançou o peemedebista e seu governo no colo do chamado Centrão - uma bancada suprapartidária de parlamentares de pouca expressão.*

A entrevista é de Mariana Sanches publicada por BBC Brasil, em 4-8-2017, disponível em <http://bit.ly/2fecOUS>.

Programação completa em [ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos)

**Oficina Observasinos:  
Economia solidária e  
as políticas públicas**

15/ago

**Horário**  
14h às 16h30min

**Ministrantes**  
- Esp. Kellen Cristine Pasqualetto  
- Prof. Dr. Luiz Inácio Germany  
Gaiger – Unisinos  
- Ms Maria Suziane Gutbier

**Local**  
Sala Ignacio Ellacuría e  
Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

**IHU ideias  
Reforma ontem e hoje  
– Relevância social  
e eclesial**

17/ago

**Horário**  
17h30min às 19h

**Palestrante**  
Prof. Dr. Walter Altmann –  
Faculdades EST

**Local**  
Sala Ignacio Ellacuría e  
Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

**A contemporaneidade  
em debate. Intérpretes e  
obras A Queda do Céu.  
Palavras de um Xamã  
Yanomami, de Bruce  
Albert e Davi Kopenawa**

21/ago

**Horário**  
19h30min às 22h

**Apresentação**  
Prof. Dr. José Antonio Kelly  
Luciani – UFSC

**Local**  
Sala Ignacio Ellacuría e  
Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo



 [medium.com/@\\_ihu](https://medium.com/@_ihu)

**Giorgio Agamben**

A força de um pensamento que percebeu o traço profano da racionalidade moderna

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



**A biopolítica como teorema da bioética – O poder e o panoptismo da cidadania, segundo M. Foucault**

**21/ago**

**Horário**  
19h30min às 22h

**Conferencista**  
Profa. Dra. Olaya Fernandez – Universidad de La Rioja – UR – Espanha

**Local**  
Auditório Erico Verissimo, – Setor D2 118  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

**Oficina Observasinos: Dados educacionais – educação e políticas públicas**

**24/ago**

**Horário**  
14h às 17h

**Ministrante**  
Profa. Dra. Flávia Obino Corrêa Werle – Unisinos

**Local**  
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

**A quarta Revolução Industrial. Consequências nos modos de produzir e viver**

**28/ago**

**Horário**  
19h30min às 22h

**Palestrante**  
Prof. Dr. Eduardo Mario Dias – USP

**Local**  
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
Campus Unisinos  
São Leopoldo

Ouse pensar  
o que ninguém pensou.

**ihu.unisinos.br**

# Um bebê que chama atenção do mundo: um olhar bioético do drama de vida do bebê britânico Charlie Gard!

“Estamos diante de uma situação dramática de colorido ‘cinza’, não mais “preto ou branco”, daí a necessidade de um discernimento a respeito dos interesses e valores éticos em conflito! Vamos aos pontos críticos da reflexão bioética com indicação de algumas perspectivas de valores a serem respeitados”, aponta Leo Pessini.

Durante aproximadamente um ano, Chris Gard e Connie Yates, pais de Charlie Gard, bebê britânico que na última sexta-feira, 4-8-2017, completaria seu primeiro ano de vida, lutaram contra o Estado para garantir que seu filho, com uma rara doença genética, pudesse ser tratado em outro país ou, ao menos, morrer em casa. Em artigo publicado nas Notícias do Dia na página do IHU, Leo Pessini faz uma minuciosa retomada das questões que emergiram do caso e atraíram a atenção de especialistas do mundo todo.

**Leo Pessini**, brasileiro, atualmente reside em Roma e é o atual Superior Geral dos Camilianos. Pós-doutor em bioética pelo Instituto James Drane da Universidade de Pensilvânia (EUA), é autor de inúmeras publicações no âmbito da bioética, humanização dos cuidados da saúde, cuidados de final de vida, pastoral e espiritualidade em saúde.

O artigo na íntegra pode ser lido em <http://bit.ly/2v01QHZ>.

**A seguir publicamos um extrato do artigo.**

## Sete questões éticas chaves em torno do caso Charlie Gard

Estamos diante de uma situação dramática de colorido “cinza”, não mais “preto ou branco”, daí a necessidade de um discernimento a respeito dos interesses e valores éticos em conflito! Vamos aos pontos críticos da reflexão bioética com indicação de algumas perspectivas de valores a serem respeitados:

**1)** “Charlie é o símbolo da cultura do descarte”, foi a manchete de um jornal a respeito do caso. Sim, milhões de bebês e crianças morrem no mundo por causa da pobreza, desigualdades frente a oportunidades de vida e falta de condições mínimas de cuidados de vida e saúde. A marca primeira de vida, quando chegam a nascer, é a da rejeição, do descarte e são condenados à morte. Estamos diante da prática da mistanasia<sup>1</sup>, morte sofrida, não apenas de alguns, mas de multidões por causa do mínimo indispensável para se viver. A indiferença crescente em relação a este verdadeiro “holocausto silencioso” é espantosa. Não deixa de ser um lance de esperança esta sensibilidade para o pequenino Charlie, ao tentar salvá-lo das garras da justiça, da medicina e do próprio Estado. Mas não podemos esquecer das centenas de milhares de “Charlies” quem nem nome ganham e são descartados como se nunca tivessem existido! Isto é, sem dúvida alguma, um sinal de que nossa civilização envelheceu moralmente.

**2)** Perante um diagnóstico médico-científico de “incurável” e “intratável”, ou seja, “inexistência de um tratamento de cura”, não significa que não se possa continuar a cuidar da pessoa, com um infausto diagnóstico como este de Charlie. “Incurável” não pode ser sinônimo de “não ser possível de ser cuidado”. Como fomos cuidados para nascer, necessitamos igualmente de cuidados para o partir desta vida. E aqui a ética do cuidado se chama cuidados paliativos. Filosofia de cuidados integrais e

<sup>1</sup> Mistanasia: No sentido de morte miserável, fora e antes da hora. (Nota da **IHU On-Line**)

## “Nos extremos, de um lado temos a pretensa ‘autonomia absoluta’, e de outro o ‘paternalismo infantilizante’”

holísticos da pessoa, nas suas necessidades físicas (controle da dor e alívio do sofrimento), psíquicas, sociais e espirituais. Não visa abreviar a vida (=eutanásia), muito menos prolongá-la inutilmente, submetendo-a a tratamentos fúteis (=distanásia), mas respeitar o processo natural até o último suspiro de vida. Lembramos Cicely Saunders, médica inglesa, pioneira dos cuidados paliativos modernos, que do alto de sua ciência e sapiência dizia que “o sofrimento somente é intolerável quando não é cuidado”. Um procedimento científico, alinhado com um cuidadoso respeito pela vida, enquanto proporciona cuidados paliativos, também poderia, havendo chances de melhoria de qualidade de vida, experimentar terapias alternativas.

**3)** Em casos em que estamos diante de uma pessoa em fase terminal e que sente muita dor e sofrimento, o recurso à sedação, para que a pessoa não sofra, se faz necessário. O indigno é deixar a pessoa a sofrer. Esta sedação poderá comprometer por vezes o sistema respiratório e consequentemente antecipar o final de vida física. Neste caso a intenção é a de aliviar a dor e não de abreviar a vida, mas tem como consequência indireta a “abreviação da vida”. Isto não é eutanásia, segundo a ética católica estamos diante de tradicional princípio ético do duplo efeito. Trata-se de uma intervenção que provoca, como consequência, dois efeitos: um efeito desejado, qual seja o do “alívio da dor e sofrimento”, e o outro denominado “indireto” (“indesejado e tolerado”), que seria um desfecho prematuro da vida nestas circunstâncias. A utilização da UTI (Unidade de Terapia Intensiva) para o paciente em situação crítica, isto é, que tem real chance de recuperar a saúde. Não deveria ser para o paciente em fase final, que se beneficia dos cuidados paliativos.

**4)** A respeito da interrupção de alimentação e água. A alimentação artificial mediante tubos nasogástricos, em nenhum caso poderá ser considerada como terapia, ou tratamento. Não é tal, devido à artificialidade do meio usado para administrá-la, dado que não se considera terapia, por exemplo dar leite ou água a um neonato com o auxílio de uma chupeta ou uma colherinha. Não é terapia, devido aos processos por meio dos quais estes alimentos são produzidos, já que não se considera terapia o leite em pó, cuja produção igualmente depende de um longo e complexo procedimento industrial mecanizado.

A nutrição parenteral não é uma terapia, ainda que seja prescrita pelo médico e seja administrada “artificialmente”. Portanto interromper o fornecimento de água e alimentação não é como suspender uma terapia, mas deixar alguém morrer de fome e sede, alguém num estado de extrema vulnerabilidade e que nem tem condições de se alimentar por si mesmo. Prover alimentação, água e oxigênio a uma pessoa nestas circunstâncias – três elementos fundamentais e básicos sustentadores da vida humana – é um imperativo que a solidariedade humana nos obriga, não pode ser visto como “um tratamento ou uma terapia médica opcional”.

**5)** Até quando investir ou prolongar a vida sem agredir? Existiriam limites a serem respeitados? Questão difícil e complexa, cuja abordagem exige um processo de discernimento ético lúcido e cuidadoso. Se estamos diante de um diagnóstico médico de terminalidade de vida, eticamente falando, deve-se evitar a chamada “obstinação terapêutica”, ou seja, a prática da distanásia. Estas intervenções fúteis e inúteis somente acrescentariam mais sofrimento que vida propriamente dita, tentando encontrar a “cura” da morte, já que esta é vista como sendo uma doença para a qual poderíamos encontrar cura! Não seria muito mais saudável abraçar carinhosamente com sabedoria nossa finitude humana? Existem limites que, ultrapassando-os, estamos agredindo a “dignidade” do ser humano e fugindo ao bom senso! Aqui surge a necessidade de



comitês de bioética, multidisciplinares, em que pareceres de vários pontos de vista para além do científico e jurídico podem ser luz para sairmos deste pantanal de incertezas.

A terapia experimental deveria ser testada em Charlie? Seria benéfica ou não? A pesquisa sem critérios éticos pode ser uma prática disfarçada de distanásia. Chega um momento em que a decisão deixa de ser exclusivamente técnico-científica ou jurídica, para ser uma sofrida “decisão a respeito de valores humanos”, em que a família não pode ser alijada, ou deixada de lado, como no caso de Charlie.

6) Quem é que decide num caso como este, do bebê Charlie? Para nós de cultura latina, que valorizamos mais os sentimentos e a dimensão do coração, e da família, a decisão da corte britânica de tirar o poder dos pais de decidir a respeito de seu filhinho não deixa de ser uma violência, não podemos concordar. Neste caso quem decide a respeito da vida através de um consenso médico, hospital e justiça, é o Estado. No caso Charlie, os juízes, neste momento, estão assumindo o lugar dos pais. A vontade dos pais é importante, mas em última instância cabe à justiça a decisão final. Eles nem sequer são autorizados a transferir para outro hospital, como tentaram. Fiorella Nash, uma especialista inglesa de bioética, avalia esta solução como injusta, e afirma que “os nossos filhos não pertencem ao Estado e este não deveria usurpar um direito dos pais”. E acrescenta que “esta abordagem é típica dos países anglo-saxões, talvez também porque a taxa de divórcios é muito alta e com frequência cabe aos tribunais e Serviços Sociais do Governo decidirem a respeito da sorte das crianças”.

7) A história dramática do pequeno Charlie demonstra que estamos diante de uma realidade em que somos desafiados a implementar o chamado “cuidado respeitoso”. A tão decantada e celebrada autonomia (ou soberania) individual – valor importante para nós adultos e conscientes –, que embasa muitas solicitações de eutanásia ou de suicídio assistido em alguns países do hemisfério norte, aqui simplesmente inexistente. Frente a situações de extrema vulnerabilidade, o que temos de priorizar são ações de proteção e cuidado, e não o contrário. Em nome da autonomia, facilmente promovemos ações de desproteção e de indiferença, e também por não querer aparentar paternalismo. A lei neste sentido, que embasa uma decisão judicial, por vezes não deixa de ser a legalização desta indiferença. Nos extremos, de um lado temos a pretensa “autonomia absoluta”, e de outro o “paternalismo infantilizante”. Nem um, nem outro extremo são danosos, desejamos uma abordagem de cunho benéfico e sensível, que assume de forma responsável e samaritana situações de máxima vulnerabilidade humana, visando implementar um cuidado respeitoso. ■

## Leia mais

- **A morte cerebral** e a doação de órgãos. Entrevista especial com Léo Pessini, publicada nas Notícias do Dia de 24-7-2008, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vx5nPf>.

- **Um bebê que chama atenção do mundo: Um olhar bioético do drama de vida do bebê britânico Charlie Gard!** Artigo de Léo Pessini, publicado nas Notícias do Dia de 31-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2uyvxfS>.

- **Novo código de ética médica: “a medicina brasileira entra no século XXI”.** Entrevista especial com Léo Pessini, publicada nas Notícias do Dia de 26-4-2010, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2uyVkv9>.

- **Padre Léo Pessini é eleito novo Superior Geral dos Camilianos**, reportagem de Religião Digital, reproduzida nas Notícias do Dia de 23-6-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ve9Za3>.

- **Entidade elabora guia para orientar médicos de UTIs sobre ortotanásia.** Reportagem é do jornal O Estado de S.Paulo, reproduzida nas Notícias do Dia de 15-11-2011, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vcacMw>.



VII Colóquio Internacional IHU

# CAMINHANDO E DESOBEDECENDO THOREAU 200 ANOS



## Programação

### 29 de agosto

**14h às 16h** – Minicurso – “Simplifiquem, simplifiquem”- Um retrato de Thoreau – Prof. Dr. Eduardo Vicentini de Medeiros – Unisinos

**16h30min às 17h30min** – Apresentações de Comunicações

**18h às 19h30min** – Conferência de abertura: “Aqui estou”: Experiência, Deliberação e Economia em Thoreau

Conferencista: Prof. Dr. Kelly Dean Jolley – Auburn University – EUA

**19h30min às 22h** – Painel “O apelo da Natureza” com convidados: Profa. Dra. Denise Bottmann – Curitiba/PR e Prof. Dr. Flávio Williges – UFSM

### 30 de agosto

**14h às 16h** – Minicurso – “Simplifiquem, simplifiquem”- Um retrato de Thoreau – Prof. Dr. Eduardo Vicentini de Medeiros – Unisinos

**16h30min às 17h30min** – Apresentações de Comunicações

**18h às 19h30min** – Painel “Escrita como prestação de contas e Desobediência Civil” com convidados: Prof. Dr. Paulo Francisco Estrella Faria – UFRGS e Prof. Dr. Eduardo Vicentini de Medeiros – Unisinos

**19h30min às 22h** – Conferência de encerramento: Perfeccionismo Moral e Desobediência

Conferencista: Prof. Dr. Stanley Bates – Middlebury University – EUA

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# Inácio, Charlie e nós, à espera de uma Primavera vindoura

Ricardo Machado

“Diante dos muitos dilemas, apostaremos em uma formação humanista ou simplesmente tecnocrática? Seguiremos a letra fria da lei e dos manuais ou seremos capazes de enxergar no genoma não um código, mas uma criança, uma pessoa humana? Ouviremos passivos o espírito do tempo presente, bestificados pelo canto da

sereia 4.0, ou teremos discernimento para estarmos atentos ao ensinamento de Inácio de Loyola?”, escreve Ricardo Machado.

**Ricardo Machado** é jornalista e doutorando em Comunicação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS.

**Eis a crônica.**

12

Em tudo, amar e servir. No dia 31 de julho se faz memória a Inácio de Loyola, falecido há 461 anos e autor da frase que abre este texto. Neste mesmo dia, em 2017, fez um dia que Charlie Gard, o bebê britânico com uma raríssima doença genética, morreu. Na verdade, Charlie foi assassinado e é aí que o terceiro personagem entra em cena: nós.

Charlie é mais vítima de nosso tempo e de nossa racionalidade que da enfermidade que o acometeu. Somos capazes de decodificar um DNA e nele detectar a ausência de uma enzima responsável pela subdivisão das células (o que leva à insustentabilidade da vida do ponto de vista biológico), mas somos incapazes de ver no lado de fora dessas células uma criança, uma vida, um ser humano. No réquiem do tempo presente, estamos diante de uma partitura vazia, frente ao holocausto do silêncio brutal que, ao mesmo tempo, abre as cortinas ao fascínio das partículas subatômicas que se colidem umas às outras sob os pés das autoridades europeias, as mesmas que determinaram o desligamento dos aparelhos que sustentavam a frágil vida de Charlie.

No mundo são milhares os Charlies, senão pela raridade da doença, pela indiferença à morte em escala global. Arriscaria dizer que sofrem todos da mesma patologia: nasceram homo sacer. A Europa ilustrada, com seus séculos e séculos de iluminismo e academicismo do qual nutrem um tipo de orgulho quase xenófobo, opta, no mais das vezes, pela saída tecnocrática em detrimento da humanista. A decisão da suprema corte europeia, no caso de Charlie, é emblemática. Mas poderíamos levar em conta a política de imigração da União Europeia - UE e seus campos de concentração do século 21, como a Selva de Calais, na França. Podemos ainda, olhando um pouquinho para trás, lembrar a onda de suicídios na Espanha depois que os bancos começaram a despejar pessoas com hipotecas em atraso e sob ameaça de despejo. Quem sabe a Grécia, berço da democracia no velho mundo, que ignorou o voto popular contra os ajustes econômicos e cujo presidente curvou-se em reverência ao sistema financeiro. Falemos da África, onde a profunda miséria e absoluto descaso do mundo ocidental transforma a vida de centenas de milhares de pessoas em um suplício dos quais temos pouca dimensão.

Sob o sol dos trópicos, uma jovem universidade molha os pés no oceano da revolução 4.0 e vê diante de si um mar de desafios. Recentemente a Unisinos, que comemorou aniversário no dia 31 de julho e está localizada na região metropolitana de Porto Alegre/RS, recebeu a chancela definitiva do Ministério da Educação - MEC para seu curso de Medicina. A novidade é recebida com entusiasmo e alegria por quem faz parte da universidade ou é por ela rodeado. Há,



“Sob o sol dos trópicos, uma jovem universidade molha os pés no oceano da revolução 4.0 e vê diante de si um mar de desafios”

contudo, muitas perguntas a serem respondidas, sobretudo para aqueles que pendurarão na parede de seus consultórios ou gabinetes os certificados de graduação com seus nomes sobre o logotipo da Unisinos. Diante dos muitos dilemas, apostaremos em uma formação humanista ou simplesmente tecnocrática? Seguiremos a letra fria da lei e dos manuais ou seremos capazes de enxergar no genoma não um código, mas uma criança, uma pessoa humana? Ouviremos passivos o espírito do tempo presente, bestificados pelo canto da sereia 4.0, ou teremos discernimento para estarmos atentos ao ensinamento de Inácio de Loyola, fundador da Companhia de Jesus?

Nem tente responder apressadamente estas perguntas. Dê tempo ao tempo, mas seja capaz de ouvir o florescer da primavera. Se não conseguir, contemple os jardins da utopia em memória a Charlie. Todo o caso, se encucar com as perguntas, siga a pista: em tudo, amar e servir. ■



IX Colóquio Internacional IHU

# A Biopolítica como teorema da Bioética

17 e 18  
de Outubro de 2017

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros - IHU  
Unisinos | Campus São Leopoldo

Informações e inscrições em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# Ernesto Laclau e a “razão populista”

Carlos A. Gadea | Edição: João Vitor Santos

“A ‘razão populista’ pareceu concretizar a promessa de abrir, para muitos, uma nova frente de debate e de prática política após a desorientação provocada pelo declínio do marxismo e a sua capacidade de mobilização”, escreve Carlos Gadea, ao analisar a obra de Ernesto Laclau.

Em artigo, o professor ainda destaca que “por outro lado, também é possível considerar que a versão de hegemonia de Laclau teve uma forte influência no desenvolvimento de certos Estudos Culturais, possibilitando-se perceber uma íntima relação entre os Estudos Culturais e o populismo. Povo e cultura popular fariam parte da crítica cultural e do projeto dos Estudos Culturais, devendo muito a Laclau e a sua ‘razão populista’ algumas das noções analíticas chaves para o seu posterior desenvolvimento”.

O professor apresentará e debaterá a obra de Laclau no dia 05 de setembro, no Instituto Humanitas Unisinos - IHU - Campus Unisinos São Leopoldo. Saiba mais em [ihu.unisinos.br/ eventos](http://ihu.unisinos.br/ eventos).

**Carlos A. Gadea** professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Unisinos. Pós-doutorado pela Universidade de Miami (Centro de Estudos Latino-americanos). Doutor em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Recentemente foi professor visitante na Universidade de Leipzig (Centro de Estudos Ibero-americanos), Alemanha. Entre suas obras publicadas estão *Realidade juvenil e violência intersubjetiva em bairros de Porto Alegre. Contextos, situações e perspectivas* (Porto Alegre: Cirkula, 2015) e *Negritude e pós-africanidade: críticas das relações raciais contemporâneas* (Porto Alegre: Sulina, 2013).

## Eis o artigo.

O principal interesse de Ernesto Laclau em *A Razão Populista*<sup>1</sup> foi elaborar uma abordagem alternativa para a compreensão do fenômeno do populismo. Reduzi-lo a uma mera ideologia, ao simples produto do desenvolvimento irracional de certa retórica e prática política ou a um fenômeno sociocultural estreitamente identificado com a liderança carismática de um líder não contemporâneo, para Laclau, a realidade ou situação social que, na realidade, o populismo expressa. O populismo seria muito mais do que uma mera série de adjetivações negativas (irracional, indefinível etc.) sobre um determinado cenário e processo político. Para Laclau, a compreensão desse fenômeno tinha recaído, equivocadamente, na análise do “conteúdo social” que expressava (interesses de classe, ou outros interesses), permanecendo a incógnita com relação aos motivos pelos quais essa forma de expressão política e social se tornava “necessária” em determinado contexto histórico e cultural. A respeito, ele se perguntaria: por qual motivo algumas alternativas ou objetivos políticos conseguem se expressar, unicamente, por meios populistas? “(...) o populismo, mais do que uma tosca operação política e ideológica, não seria um ato performático dotado de racionalidade própria, isto é, em determinadas situações a vagueza (da sua definição) não seria pré-condição para a

<sup>1</sup> São Paulo: Três Estrelas, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

## “A ideia de esfera pública, para Laclau, está constituída pelo conflito e pela divisão”

construção de significados políticos relevantes?” (Laclau, 2013 [2005]: 53).

A instigante obra de Ernesto Laclau intitulada *A razão populista* não pode ser entendida, unicamente, como uma reflexão a mais em torno do fenômeno sociopolítico conhecido como populismo, aquele fenômeno muito bem enraizado no *sensu comum*. Tratar-se-ia, muito mais, de uma inquietação teórica que sugere invocar o histórico fenômeno do populismo como uma expressão social que se constitui na dimensão precisa da política, no “momento político” por excelência, uma espécie de “instância” de constituição de “novas identidades políticas” que emergem, eventualmente, nas recentes democracias modernas.

E como essas identidades se expressariam? Claramente inserido em certa tradição analítica vinculada ao pós-estruturalismo, para Laclau as identidades políticas não preexistiriam em torno a determinantes estruturais (como as classes sociais), senão que se materializariam através de uma “construção discursiva” contingente, em torno a uma série de experiências sociais e políticas que terminariam elaborando uma representação da sociedade; experiências que permitiriam articular-se na figura de um “sujeito popular”, na figura do “povo”.

Evidentemente, esta “construção discursiva” sugere um cenário político decorrente da expressão de relações sociais antagônicas, de oposições de interesses discursivamente articulados para nomear determinadas experiências: por exemplo, o “povo” em oposição à “elite”, os ricos contra os pobres, “nós” em oposição a “eles”. Resulta evidente, desta maneira, que a ideia de esfera pública, para Laclau, está constituída pelo conflito e pela divisão, caracterização societária necessária, inclusive, para a formação de uma política democrática e plural. Como se percebe, Laclau não aderiria a uma ideia de esfera pública dominada pela argumentação racional *à la* Habermas<sup>2</sup>, algo que acompanhou, durante os anos de 1990, grande parte das análises da sociedade civil e do Estado no ambiente acadêmico. Por isso, e como bem afirma Beasley-Murray<sup>3</sup> (2010), para Laclau o “povo” é um sujeito político constituído por meio da instância política do populismo, mais do que um sujeito prévio a uma política populista que o expressaria.

O populismo se entenderia, assim, como uma lógica própria de constituição da política, e o “povo”, uma matéria-prima discursivamente construída. O que, em definitivo, estaria implícito nesta perspectiva é uma descrição da realidade social compreendida como uma “rede discursiva” de identidades políticas (com seus interesses) materializadas em relações sociais antagônicas. Estas identidades, constituídas nas diversas lutas e articulações, assumem o que Laclau define como “posições de sujeito”, “posições” que emergem das relações políticas e ideológicas de dominação constitutivas em uma formação social determinada.

Aqui, justamente, chega-se a uma noção chave em Laclau. A noção de “posições de sujeito” seria central para compreender a dinâmica do populismo. Para Laclau, toda “posição de sujeito” é, indefectivelmente, uma “posição discursiva”, que participa do caráter aberto do discurso e que não fixa totalmente essas “posições” em um sistema fechado de diferenças. Dependendo, então, da “posição” desse sujeito numa relação social particular, expressada na ampla rede de relações antagônicas pelas quais se vê atravessado, estar-se-ia produzindo um conflito social claro e evidente, passível de poder descrever e estabelecer uma experiência política que conduziria à construção da ideia de “povo”.

<sup>2</sup> Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o *logos* deve se construir pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>3</sup> Jon Beasley-Murray: é professor na Universidade de British Columbia, onde aborda áreas como Estudos Latino-Americanos e onde também é diretor do programa de Estudos Latino-Americanos. Publicou uma ampla literatura sobre América Latina, política e cultura, bem como sobre a teoria social e cultural. (Nota da **IHU On-Line**)

Assim, se as “posições de sujeito” são “posições discursivas” em uma determinada estrutura social, deve-se compreender que essas “posições” indicam, também (e como já se antecipou), vários antagonismos que surgem como efeito da heterogeneidade social. Já em uma obra bem anterior, Laclau e Mouffe<sup>4</sup> (1987) tinham atribuído uma enorme importância à noção de antagonismo devido ao fato de que ela torna impossível pensar a “reconciliação final” de todo conflito de interesses. Sem resolução final, todo e qualquer consenso, ao dizer de Laclau, é o resultado de uma “articulação hegemônica”.

### Antagonismo e hegemonia

Têm-se, assim, duas noções importantes para compreender a abordagem sobre o populismo à la Laclau: antagonismo e hegemonia. Em definitivo, um cenário político de diversos antagonismos (de acordo com a diferença que as identidades ativam no estabelecimento de determinado conflito) sugere, continuamente, uma divisão do espaço social em duas partes (por exemplo, o “povo” contra a “elite”), sendo isto uma pré-condição para o estabelecimento de uma dinâmica política populista. Para Laclau, o populismo seria a instância em que o “povo” se encontra, discursivamente, com ele mesmo, a partir de nomear um cenário de conflito de antagonismos claros.

Mas, como bem antecipam Lopes<sup>5</sup> e Mendonça<sup>6</sup> (2013, 13-14), para que se possa falar em populismo é preciso algo mais do que reconhecer o espaço social antagonicamente dividido: “É preciso que o campo popular se consolide a partir de um processo hegemônico de representação por meio da produção de significantes vazios”. Trata-se, evidentemente, de uma “representação qualitativa para além da mera soma de demandas articuladas” (*Idem*, 14), quer dizer, de um processo político gerador de hegemônias obtidas através da “presença discursiva”. A respeito, Beasley-Murray (2010) afirmaria, por exemplo, que pouco importaria, para a emergência de uma política populista, se as demandas sociais existentes e articuladas por determinadas identidades políticas tenham sido satisfeitas ou não: as demandas fazem com que o “povo” e o ‘bloco de poder’ compartilhem uma relação antagonica, obtenham “presença discursiva”, e quando estas ficam insatisfeitas se conseguiria estabelecer, entre elas, uma “relação de equivalência”, relação que permitiria construir o “povo” como ator histórico potencial. Representação hegemônica como inerente a uma “relação de equivalência” política: chega-se, assim, a outra noção chave nas análises de Laclau.

A noção de hegemonia, de grande importância para compreender a “razão populista”, tem sido uma preocupação constante nas diversas análises sociopolíticas de Laclau. Já presente no seu livro *Hegemonia e estratégia socialista*<sup>7</sup>, a teoria da hegemonia apresenta a ordem social como o resultado da coerção ou do consenso, sugerindo que a dominação se consegue por uma imposição vinda de cima ou por meio de um contrato vindo de baixo (Beasley-Murray, 2010). Ou as pessoas se consideram sob o domínio de um Estado transcendente, ou se submetem, voluntariamente, à hegemonia dominante. Mas, como a pura coerção resulta verdadeiramente impensável, a teoria da hegemonia termina sustentando que sempre existe um restante de consentimento desejado: as pessoas se mantêm juntas submetendo-se a leis porque, de uma maneira ou outra, pensam o mesmo, da mesma maneira. Como bem argumenta Beasley-Murray (2010), as pessoas prestam seu consenso porque lhes resulta razoável fazê-lo, ou por puro “hábito”.

Em Laclau, a “razão populista” está ligada a esta teoria da hegemonia. As eventuais demandas sociais surgidas concomitantemente às identidades políticas transcendem o seu significado, e passam a fazer parte de uma “construção discursiva” nova. A hegemonia radica, justamente, na articulação de elementos discursivos (demandas, críticas, ideologias) em que a “equivalência” (o ponto comum) substitui a heterogeneidade, de forma tal que o “sujeito popular”, o “povo”, surge como princípio de unificação. A instância populista, para Laclau, seria justamente essa: a operação política por excelência é sempre a construção de um “povo”, e esta construção implica, também, a elaboração de fronteiras discursivas que o “povo” pressupõe e dá início a um novo jogo hegemônico. Populismo e hegemonia são, para Laclau, o mesmo; e o populismo é sinônimo de política (Beasley-Murray, 2010).

4 **Chantal Mouffe**: filósofa belga, autora de *Dimensions of radical democracy* (London: Verso, 1992) e *The democratic paradox* (London: Verso, 2000). Mouffe era parceira de Ernesto Laclau. Nesta edição da **IHU On-Line**, Mouffe assina um artigo. O site do IHU vem publicando diversos textos da e sobre a autora. Entre eles *A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução*, disponível em <http://bit.ly/2sY0vAL>; “*O kirchnerismo é uma fonte de inspiração*”. Entrevista com Chantal Mouffe, disponível em <http://bit.ly/2t284r8>; e “*Existe uma necessária dimensão populista na democracia*”. Entrevista com Chantal Mouffe, disponível em <http://bit.ly/2vFP14Y>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Alice Casimiro Lopes**: é doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Atualmente é professora associada da Faculdade de Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e procientista nesta mesma instituição. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Daniel de Mendonça**: é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul - PUCRS, possui mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS e estágio pós-doutoral em Ideology and Discourse Analysis na University of Essex. É professor na Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Nesta edição da **IHU On-Line**, é um dos entrevistados que reflete sobre a obra de Ernesto Laclau. (Nota da **IHU On-Line**)

7 São Paulo: Intermeios, 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

Mas a noção de populismo, na perspectiva de Laclau, constrói uma imagem demasiadamente simplificada da sociedade. Estabelece, por exemplo, um cenário excessivamente simplificado em torno de dicotomias por vezes forçadas, em torno a visualizar antagonismos que, mais do que qualquer outra coisa, apresentam-se como se fossem inerentes da política *tout court*. Sobre seus críticos em torno a sua eventual simplificação do espaço político, Laclau se perguntaria: “(...) não seria essa lógica de simplificação e de tornar alguns termos imprecisos o que constitui a própria condição da ação política?” (Laclau, 2013 [2005], 54). Imprecisão e vaguidade não podem ser erradicadas da esfera pública, algo que Laclau considera como precondition para a posterior construção de significados políticos. O populismo é, em definitivo, um “significante vazio”, e este é o grau zero da política.

Para finalizar, pode-se considerar que a “razão populista” pareceu concretizar a promessa de abrir, para muitos, uma nova frente de debate e de prática política após a desorientação provocada pelo declínio do marxismo, e a sua capacidade de mobilização. Por outro lado, também é possível considerar que a versão de hegemonia de Laclau teve uma forte influência no desenvolvimento de certos Estudos Culturais, possibilitando-se perceber uma íntima relação entre os Estudos Culturais e o populismo. Povo e cultura popular fariam parte da crítica cultural e do projeto dos Estudos Culturais, devendo muito a Laclau e a sua “razão populista” algumas das noções analíticas chaves para o seu posterior desenvolvimento. Transcende aos interesses destes comentários sobre a obra de Laclau se perguntar se, de fato, os Estudos Culturais seriam, também, um projeto político populista. A resposta a isto pode ser motivo, quem sabe, de futuras reflexões. ■

## Referências

Beasley-Murray, Jon (2010), *Poshegemonía. Teoría política y América Latina*. Paidós, Buenos Aires.

Laclau, Ernesto (2013 [2005]), *A Razão Populista*, Três Estrelas, São Paulo.

Lopes, Alice & Mendonça, Daniel de (2013), “O populismo na visão inovadora de Laclau”, IN: Laclau, Ernesto, *A Razão Populista*, Três Estrelas, São Paulo.

Laclau, Ernesto & Mouffe, Chantal (1987), *Hegemonía y estrategia socialista. Hacia una radicalización de la democracia*, Siglo XXI, Madrid.

## Ernesto Laclau

Ernesto Laclau nasceu em Buenos Aires, em 1935. Faleceu em Sevilha, na Espanha, em 2014. Teórico político, foi pesquisador e professor da Universidade de Essex, no Reino Unido. Recebeu o título de Doctor Honoris Causa de diversas universidades, como Universidade de Buenos Aires, Universidade Nacional de Rosário, Universidade Católica de Córdoba, Universidade Nacional de San Juan e Universidade Nacional de Córdoba.

O pensamento de Laclau e de sua companheira, a cientista política belga Chantal Mouffe, é geralmente definido como pós-marxista. Ambos participaram do movimento estudantil dos anos 1960 e trabalharam com a hipótese de aliança com a classe trabalhadora para criar uma nova sociedade. Posteriormente, Laclau e Mouffe abandonaram o determinismo econômico marxista e a luta de classes e passaram a enfatizar a importância de se desencadear uma democratização radical e um antagonismo pluralista no qual se possam expressar harmonicamente os conflitos sociais. As ideias de Laclau e Chantal Mouffe constituem uma das principais influências intelectuais do Podemos, na Espanha, e do Syriza, na Grécia.

Entre seus livros mais citados, destacam-se *Hegemonia e Estratégia Socialista: por uma democracia radical e plural* (São Paulo: Intermeios, 2015) e *A Razão Populista* (São Paulo: Três Estrelas, 2013).



Ernesto Laclau | Foto: Wikimedia Commons

# O desafio populista

Chantal Mouffe | Tradução: André Langer

“Estou convencida de que nos próximos anos o eixo central do conflito político vai girar entre populismo de direita e populismo de esquerda, e é imprescindível que os setores progressistas entendam a importância de se envolverem nessa luta. Conceber um populismo de esquerda requer a necessidade de visualizar a política de maneira que se reconheça seu caráter guerrilheiro (*partisano*). Devemos descartar a perspectiva racionalista dominante no pensamento político liberal-democrático e reconhecer a importância dos afetos comuns (o que chamo de ‘paixões’) na formação das identidades coletivas. É através da construção de outro povo, de uma vontade coletiva que resulte da mobilização das paixões em defesa da igualdade e da justiça social, que se pode combater a política xenófoba promovida pelo populismo de direita”, escreve Chantal Mouffe, em artigo enviado à **IHU On-Line**.

**Chantal Mouffe**, de origem belga, é cientista que atua na área da teoria política. Estudou em Lovaina, Paris e Essex e tem trabalhado em várias universidades na Europa, América do Norte e América Latina. Foi professora convidada em Harvard, Cornell, Princeton e no Centre National de la Recherche Scientifique. De 1989 a 1995, foi diretora de departamento no Collège International de Philosophie, em Paris. Atualmente, é Professora de Teoria Política na Universidade de Westminster, no Reino Unido. Foi companheira de Ernesto Laclau, com quem desenvolveu inúmeros trabalhos, com destaque para o desenvolvimento da análise do discurso, ou *Essex School of Discourse Analysis*. Entre seus livros publicados em português, destacamos *Hegemonia e estratégia socialista – por uma política democrática radical* (São Paulo: Intermeios, 2015), escrita em parceria com Laclau, e *Sobre o Político* (São Paulo: Martins Fontes, 2015).

## Eis o artigo.

Já faz um bom tempo que múltiplas vozes nos alertam contra o perigo do populismo, que é apresentado como uma ‘perversão da democracia’. Mas com a vitória do Brexit<sup>1</sup> no Reino Unido e a inesperada popularidade de Trump<sup>2</sup> nos Estados Unidos, a denúncia do populismo

<sup>1</sup> **Brexit**: a saída do Reino Unido da União Europeia é apelidada de Brexit, palavra-valise originada na língua inglesa resultante da fusão das palavras Britain (Grã-Bretanha) e exit (saída). A saída do Reino Unido da União Europeia tem sido um objetivo político perseguido por vários indivíduos, grupos de interesse e partidos políticos, desde 1973, quando o Reino Unido ingressou na Comunidade Econômica Europeia, a precursora da UE. A saída da União é um direito dos estados-membros segundo o Tratado da União Europeia. Em 2016, a saída foi aprovada por referendo realizado em junho 2016, no qual 52% dos votos foram a favor de deixar a UE. O Instituto Humanitas Unisinos – IHU, na seção Notícias do Dia de seu site, vem publicando uma série de análises sobre o tema. Entre elas, *A alma da Europa depois do Brexit*, artigo de Roberto Esposito, publicado no jornal La Repubblica e reproduzido nas Notícias do Dia de 1-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2gazMuF>; e *O Brexit e a globalização*, artigo de Luiz Gonzaga Belluzzo, publicado por CartaCapital e reproduzido nas Notícias do Dia de 12-7-2016, disponível em <http://bit.ly/2eY4F68>. Confira mais textos em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br). (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>2</sup> **Donald John Trump** (1946): é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador



## “É imperativo fazer uma análise serena do estado atual das nossas democracias”

tornou-se mais estridente. Os membros do *establishment* parecem ter começado a se preocupar com o potencial descontentamento social que até agora tinham menosprezado. Eles nos bombardeiam com declarações alarmistas que clamam que o populismo tem que ser eliminado, porque significa uma ameaça mortal para a democracia. Eles acreditam que a demonização do populismo e o medo de um possível retorno do ‘fascismo’ serão suficientes para esconjurar o crescimento de partidos e movimentos que desafiam o consenso neoliberal.

É importante enfrentar essa histeria antipopulista examinando o que esteve em jogo na emergência dos movimentos chamados ‘populistas’ nos últimos anos na Europa. É imperativo fazer uma análise serena do estado atual das nossas democracias a fim de visualizar a maneira de fortalecer as instituições democráticas contra os perigos aos quais estão expostas. Esses perigos são reais, mas provêm do abandono, por parte dos partidos que se apresentam como ‘democráticos’, dos princípios de soberania popular e igualdade, que são constitutivos de uma política democrática. Com a ascensão do neoliberalismo, esses princípios ficaram relegados a categorias zumbis, e nossas sociedades entraram em uma era ‘pós-democrática’.

### I

O que se entende exatamente por ‘pós-democracia’? Vamos começar por esclarecer o significado de ‘democracia’. Como se sabe, etimologicamente, democracia provém do grego *demos/kratos* e significa poder do povo. Trata-se de um princípio de legitimidade que não se exerce em abstrato, mas através de determinadas instituições. Quando, na Europa, falamos de ‘democracia’ referimo-nos a um modelo específico: o modelo ocidental, que resulta da inscrição do ideal democrático em um contexto histórico particular. Esse modelo – que recebeu uma variedade de nomes: democracia moderna, democracia representativa, democracia parlamentar, democracia constitucional, democracia liberal, democracia pluralista – caracteriza-se pela articulação entre duas tradições diferentes. Por um lado, a tradição do liberalismo político: o Estado de Direito, a separação dos poderes e a defesa da liberdade individual; por outro lado, a tradição democrática, cujas ideias centrais são a igualdade, a identidade entre governantes e governados e a soberania popular. Ao contrário do que se diz às vezes, não existe uma relação necessária entre estas duas tradições, mas apenas uma articulação histórica contingente que – como mostrou C. B. Macpherson<sup>3</sup> – se materializou no século XIX através das lutas conjuntas de liberais e democratas contra os regimes absolutistas.

Alguns autores, como Carl Schmitt<sup>4</sup>, afirmam que essa articulação – que está na origem da democracia parlamentar – produziu um regime inviável, já que o liberalismo nega a democracia e a democracia nega o liberalismo; outros, seguindo Jürgen Habermas<sup>5</sup>, sustentam a cooriginalidade entre os princípios da liberdade e da igualdade. Schmitt tem razão, sem dúvida, ao assinalar a presença de um conflito entre a ‘gramática’ liberal da

da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

<sup>3</sup> Crawford Brough Macpherson (1911-1987): cientista político canadense, autor de *A democracia liberal. Origens e evolução*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1978, e considerado teórico da democracia liberal. (Nota da IHU On-Line)

<sup>4</sup> Carl Schmitt (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século 20. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da IHU On-Line)

<sup>5</sup> Jürgen Habermas (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o *logos* deve se construir pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da IHU On-Line)

igualdade – que postula a universalidade e a referência à ‘humanidade’ – e a ‘gramática’ da igualdade democrática, que requer a construção de um povo e a fronteira entre um ‘nós’ e um ‘eles’. Mas eu penso que ele se equivoca ao apresentar esse conflito em termos de uma contradição que leva inelutavelmente a democracia liberal pluralista à autodestruição. Em *La paradoja democrática*<sup>6</sup> propus conceber a articulação dessas tradições – certamente, em última análise, irreconciliáveis – sob o modo de uma configuração paradoxal, como o *locus* de uma *tensão* que define a originalidade da democracia liberal e garante seu caráter pluralista.

A lógica democrática de construir um povo e defender práticas igualitárias é necessária para definir um *demos* e subverter a tendência ao universalismo abstrato do discurso liberal; mas a articulação com a lógica liberal permite desafiar as formas de exclusão que são inerentes às práticas políticas de determinar o povo que deve governar. A política liberal democrática consiste em um constante processo de negociação – por meio de diferentes articulações hegemônicas – dessa tensão constitutiva. Essa tensão, que se expressa em termos políticos pela fronteira entre direita e esquerda, só pode se estabilizar temporariamente mediante negociações pragmáticas entre forças políticas, e estas negociações sempre estabelecem a hegemonia de uma delas. Revisitando a história da democracia liberal pluralista, constatamos que em algumas ocasiões predominou a lógica liberal e em outras a lógica democrática, mas as duas lógicas permaneceram ativas, e a possibilidade de uma negociação agonística entre direita e esquerda – típica do regime liberal – democrático – sempre se manteve.

## II

Se se pode qualificar a situação atual como ‘pós-democracia’, é porque nos últimos anos, com o enfraquecimento dos valores democráticos em decorrência da implementação da hegemonia neoliberal, essa tensão constitutiva foi eliminada e desapareceram os espaços agonísticos onde diferentes projetos de sociedade podiam se confrontar. No terreno político, essa evolução manifestou-se através daquilo que *En torno a lo político* propus chamar de ‘pós-política’ para indicar a diluição da fronteira política entre direita e esquerda. Com esse termo refiro-me ao consenso estabelecido entre os partidos de centro-direita e de centro-esquerda sobre a ideia de que não havia alternativa à globalização neoliberal.

Sob o pretexto da ‘modernização’ imposta pela globalização, os partidos social-democratas aceitaram os *diktas* do capitalismo financeiro e os limites que impunham às intervenções do Estado nas políticas redistributivas. O papel dos parlamentos e das instituições que permitem aos cidadãos influir sobre as decisões políticas foi drasticamente limitado e os cidadãos foram despojados da possibilidade de exercer seus direitos democráticos. As eleições já não oferecem nenhuma oportunidade de decidir sobre verdadeiras alternativas por meio dos partidos tradicionais de ‘governo’. A política passou a ser uma mera questão técnica de gestão da ordem estabelecida, um domínio reservado à competência de peritos.

A única coisa que a pós-política permite é a alternância bipartidarista no poder entre os partidos de centro-direita e de centro-esquerda. Todos aqueles que se opõem a esse ‘consenso no centro’ são vistos como ‘extremistas’ e qualificados de ‘populistas’. A soberania popular foi declarada obsoleta e a democracia foi reduzida ao seu componente liberal. Assim se foi enfraquecendo um dos pilares do ideal democrático: o poder do povo. Certamente, ainda de fala de ‘democracia’, mas apenas para indicar a presença de eleições e a defesa dos direitos humanos.

Essas mudanças em nível político ocorreram no contexto de um novo modo de regulação do capitalismo, no qual o capital financeiro ocupa um lugar central. Com a financeirização da economia, produziu-se uma grande expansão do setor financeiro em detrimento da economia produtiva. Sob os efeitos conjuntos da desindustrialização, da promoção de mudanças tecnológicas e de processos de realocação para países onde a força de trabalho era mais barata, houve uma redução dos postos de trabalho. As políticas de privatização e desregulação também contribuíram para criar uma situação de desemprego endêmico, e os trabalhadores encontraram-se em condições cada vez mais difíceis. Se acrescentarmos

<sup>6</sup> MOUFFE, Chantal. *En torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2007. (Nota da autora)

a isso os efeitos das políticas de austeridade que foram impostas depois da crise de 2008, podemos entender as causas do aumento exponencial das desigualdades que presenciamos em vários países europeus, particularmente no sul. Essa desigualdade já não afeta apenas as classes populares, mas também boa parte das classes médias, que entraram em um processo de pauperização e precarização. Os partidos social-democratas acompanharam esta evolução e em muitos lugares inclusive exerceram um papel importante na instauração das políticas neoliberais. Isto contribuiu para que o outro pilar do ideal democrático – a defesa da igualdade – também tenha sido eliminado do discurso liberal-democrático. O que reina agora é uma visão liberal individualista que celebra a sociedade de consumo e a liberdade oferecidas pelos mercados.

### III

O resultado da hegemonia neoliberal foi a instauração, tanto em nível socioeconômico como político, de um regime verdadeiramente ‘oligárquico’. É precisamente essa oligarquização das sociedades europeias que dá origem ao sucesso dos partidos populistas de direita. De fato, são, muitas vezes, os únicos que denunciam essa situação e prometem voltar a dar ao povo o poder que lhe foi confiscado pelas elites e defendê-lo contra a globalização. Traduzindo os problemas sociais em chave étnica, em muitos países chegaram a articular em um vocabulário xenófobo as demandas dos setores populares, as quais foram ignoradas pelos partidos de centro por serem incompatíveis com o projeto neoliberal. Os partidos social-democratas, prisioneiros de seus dogmas pós-políticos e resistentes a admitir os seus erros, negam-se a reconhecer que muitas dessas demandas são demandas democráticas legítimas, às quais é preciso dar uma resposta progressista. Nisso reside sua incapacidade de apreender a natureza do desafio populista.

Para poder apreciar esse desafio é necessário rejeitar a visão simplista disseminada pelos meios de comunicação, que tacham o populismo de pura demagogia. A perspectiva analítica desenvolvida por Ernesto Laclau nos oferece instrumentos teóricos importantes para abordar essa questão. Ele define o populismo como uma forma de construir o político, que consiste em estabelecer uma fronteira política que divide a sociedade em dois campos, apelando à mobilização dos ‘de baixo’ frente ‘aos de cima’. Surge quando se busca construir um novo sujeito da ação coletiva – o povo –, capaz de reconfigurar uma ordem social vivida como injusta. Não é uma ideologia e não se pode atribuir a ele um conteúdo programático específico. Também não é um regime político. É uma maneira de fazer política que pode tomar várias formas de acordo com as épocas e os lugares e é compatível com uma variedade de formas institucionais. O populismo refere-se à dimensão da soberania popular e da construção de um *demos* que é constitutiva da democracia. Ora, é justamente essa dimensão que foi descartada pela hegemonia neoliberal. E é por isso que a luta contra a pós-democracia requer uma intervenção política de tipo populista.

### IV

O ‘momento populista’ que estamos presenciando nos oferece a oportunidade de restabelecer uma fronteira política que permita recriar a tensão agonista própria da democracia. De fato, vários partidos populistas de direita já o estão fazendo, e é o que explica seus avanços recentes. A força do populismo de direita se explica precisamente porque foi capaz, em muitos países, de traçar uma fronteira e de construir um povo para proporcionar uma tradução política às diversas resistências ao fenômeno da oligarquização induzido pela hegemonia neoliberal. Seu atrativo é particularmente notável nas classes populares, mas também está prosperando nas classes médias afetadas pelas novas estruturas de dominação ligadas à globalização neoliberal.

Infelizmente, até agora, a resposta das forças progressistas não esteve à altura do desafio. Elas se deixaram influenciar pelos discursos das forças do *establishment*, que desqualificam o populismo para poder manter sua dominação. Seguem defendendo estratégias políticas tradicionais, inadaptadas para a profunda crise de legitimidade que atinge os regimes liberal-democráticos. Esta crise é a expressão de demandas muito heterogêneas, que não podem ser formuladas de maneira adequada através da clivagem direita/esquerda, tal como é configurada tradicionalmente. Ao contrário das lutas características da época do capitalismo

fordista, quando existia uma classe operária defendendo seus interesses específicos, no capitalismo neoliberal pós-fordista surgiram resistências em muitos lugares fora do processo produtivo. Essas demandas já não correspondem a setores sociais definidos em termos sociológicos e por sua localização na estrutura social. Muitas demandas são reivindicações que tocam questões que têm a ver com a qualidade de vida e que possuem um caráter transversal. Também adquiriram uma crescente centralidade as demandas ligadas às lutas contra o sexismo, o racismo e outras formas de dominação. Para articular essa diversidade em uma vontade coletiva, a fronteira tradicional esquerda/direita já não dá mais conta. Unir essas diversas lutas exige o estabelecimento de uma sinergia entre o movimento social e formas partidárias com a finalidade de construir um ‘povo’ e para isso se requer uma fronteira construída de maneira populista.

Isso não quer dizer que a oposição esquerda/direita deixe de ser pertinente, mas deve ser concebida de outra maneira, em função do tipo de populismo que está em jogo e das cadeias de equivalência através das quais se constrói ‘o povo’. Entendido como categoria política, o povo é sempre uma construção discursiva, e o ‘nós’ em torno do qual se cristaliza pode ser construído de diferentes maneiras, dependendo dos elementos que o constituem e da maneira como se define o ‘eles’ ao qual está confrontado. É ali que se encontra a diferença entre um populismo de direita – como o de Marine Le Pen<sup>7</sup>, que constrói um povo que se limita aos ‘verdadeiros nacionais’, excluindo os imigrantes relegados ao ‘eles’, junto com as forças ‘anti-nação’ das elites – e um populismo de esquerda de corte progressista. Este último é representado na França pelo movimento de Jean-Luc Mélenchon<sup>8</sup>, que tem uma concepção mais ampla de ‘nós’, que inclui os imigrantes, os movimentos ecologistas e os coletivos LGBT, definindo o ‘eles’ como o conjunto de forças cujas políticas promovem a desigualdade social. No primeiro caso, estamos diante de um populismo autoritário, cujo objetivo é uma restrição da democracia, ao passo que no segundo caso trata-se de um populismo que visa ampliar e radicalizar a democracia.

## V

Além de examinar como se constrói o povo, devemos considerar outra questão importante para distinguir as várias formas de populismo: a maneira como se concebe a relação entre o povo e os ‘de cima’. As identidades coletivas sempre requerem a distinção nós/eles, mas no campo político a fronteira entre o nós e o eles indica a presença de um antagonismo, isto é, de um conflito que não pode ter uma solução racional. Mas esse antagonismo pode manifestar-se sob diversas formas. Pode tomar a forma de um confronto amigo/inimigo, cujo objetivo é erradicar o ‘eles’ para estabelecer uma ordem radicalmente nova. A revolução francesa nos proporciona um exemplo desse populismo ‘antagonista’. Mas esse confronto também pode dar-se sob uma forma ‘agonista’, onde o ‘eles’ não é visto como um inimigo, mas como um adversário contra o qual se vai lutar através de meios democráticos. Para que um movimento populista seja compatível com a democracia pluralista, o confronto tem que ser de tipo agonista. Um populismo agonista não defende a rejeição total do marco institucional existente. Seu objetivo não é a destruição das instituições liberal-democráticas, mas a desarticulação dos elementos que configuram a ordem hegemônica e a rearticulação de uma nova hegemonia.

Um populismo de esquerda idôneo para a situação europeia deve ser concebido como um ‘reformismo radical’ que se esforça para recuperar e aprofundar a democracia. É uma luta que se trava por meio de uma ‘guerra de posição’ no interior das instituições, com a finalidade de transformá-las. Uma luta que, certamente, vai exigir mudanças institucionais significativas para permitir que a vontade popular se expresse, mas essas mudanças não representam um desafio radical para as instituições chamadas ‘republicanas’. Não se trata de acabar com a democracia representativa, mas de fortalecer as instituições que dão voz ao povo. É uma forma de ‘republicanismo plebeu’ que se inscreve na linha democrática da tradição republicana, cujo precursor foi Maquiavel<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> **Marion Anne Perrine Le Pen** (1968): mais conhecida como Marine Le Pen, é uma advogada e política de direita da França. Deputada do Parlamento Europeu desde 2004, foi eleita presidente da Frente Nacional em 16 de janeiro de 2011, em substituição a seu pai, Jean-Marie Le Pen. É também conselheira regional de Nord-Pas-de-Calais desde março de 2010 e conselheira municipal de Hénin-Beaumont desde março de 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> **Jean-Luc Mélenchon** (1951): político francês, atual líder do movimento França Insubmissa (La France insoumise) que ele fundou em fevereiro de 2016. Ele foi o candidato deste partido na eleição presidencial de 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>9</sup> **Nicolau Maquiavel** (1469-1527): historiador, filósofo, dramaturgo, diplomata e cientista político italiano do Renascimento. É reconhecido como fun-

A atual crise se deve ao fato de que nossas instituições não são suficientemente representativas, não ao fato mesmo da representação. A solução não pode ser a eliminação da representação e a instauração de uma democracia ‘presentista’, como querem alguns. Como destaquei em *Agonística*<sup>10</sup>, em uma sociedade democrática que reconhece a possibilidade sempre presente do antagonismo e onde o pluralismo não é concebido de um modo harmônico e antipolítico, as instituições representativas – ao darem forma à divisão da sociedade – desempenham um papel crucial, porque permitem a institucionalização dessa dimensão conflitual. Ora, esse papel só pode ser cumprido mediante a existência de uma confrontação agonista. O problema central da pós-democracia é a ausência de tal confrontação agonista e a incapacidade dos cidadãos de escolherem entre verdadeiras alternativas. É por isso que a questão das fronteiras é decisiva.

Estou convencida de que nos próximos anos o eixo central do conflito político vai girar entre populismo de direita e populismo de esquerda, e é imprescindível que os setores progressistas entendam a importância de se envolverem nessa luta. Conceber um populismo de esquerda requer a necessidade de visualizar a política de maneira que se reconheça seu caráter guerrilheiro (*partisano*). Devemos descartar a perspectiva racionalista dominante no pensamento político liberal-democrático e reconhecer a importância dos afetos comuns (o que chamo de ‘paixões’) na formação das identidades coletivas. É através da construção de outro povo, de uma vontade coletiva que resulte da mobilização das paixões em defesa da igualdade e da justiça social, que se pode combater a política xenófoba promovida pelo populismo de direita.

Ao recriar fronteiras políticas, o ‘momento populista’ ao qual estamos assistindo na Europa nos aponta um ‘retorno do político’. Um retorno que pode abrir o caminho para soluções de natureza autoritária – através de regimes que enfraquecem as instituições liberais democráticas –, mas que também podem levar a uma reafirmação e a um aprofundamento dos valores democráticos. Tudo vai depender do tipo de populismo que sair vitorioso da luta contra a pós-política e a pós-democracia. ■

ador da ciência política moderna por escrever sobre o Estado e o governo como realmente são, e não como deveriam ser. Separou a ética da política. Sua obra mais famosa, *O Príncipe*, foi dedicada a Lourenço de Médici II. Confira a edição 427 da **IHU On-Line** de 16-9-2013, *A política desnudada. Cinco séculos de O Príncipe, de Maquiavel*, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/427>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 MOUFFE, Chantal. **Agonística. Pensar El mundo politicamente**. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2014. (Nota da autora)

## Leia mais

- **“O kirchnerismo é uma fonte de inspiração”**. Entrevista com Chantal Mouffe, publicada nas Notícias do Dia de 24-6-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2t284r8>.

- **A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução**, artigo de cientista ambiental Miguel Sanz Alcántara, publicado nas Notícias do Dia de 14-7-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sY0vAL>.

- **Quem tem medo do populismo?** Artigo de Roberto Andrés, publicado nas Notícias do Dia de 23-2-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2t2LNCj>.



# Nem só da esquerda ou da direita, o populismo vem das multidões

Léo Peixoto Rodrigues, a partir da análise da política de nosso tempo, destaca que o conceito de Ernesto Laclau deve ser compreendido para além da dualidade dos “tipos políticos ideais”

João Vitor Santos

A eleição e o impeachment de Dilma Rousseff no Brasil, a derrota kirchnerista e a vitória de Mauricio Macri na Argentina, a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos e o Brexit da Inglaterra são, na perspectiva do professor Léo Peixoto Rodrigues, acontecimentos políticos importantes da atualidade que alargam a compreensão do conceito de *populismo* trabalhado por Ernesto Laclau. Para ele, os acontecimentos “mostram resultados surpreendentes e o fato de que, como eventos democráticos, de novo, surpreenderam tanto a ‘esquerda’ como a ‘direita’, ao mesmo tempo”. “O populismo não necessita obrigatoriamente de um ‘lado’, desde que venha das multidões – e veio – pode ser tanto de direita como de esquerda”, completa.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Rodrigues destaca que “o populismo se constitui em uma lógica do fazer político e social; é uma forma de expressão do político legítima e que necessita ser resgatada, como teoria e prática (não menores), pela ciência política”. E, voltando à perspectiva weberiana de “direita” e “esquerda” como “dois ‘tipos ideais’ políticos”, não acredita num esgotamento de ambas as perspec-

tivas. Para o professor, a política é um pêndulo que oscila nos dois sentidos. “A remodelação do espaço político pela globalização da comunicação certamente acelerará o movimento desse pêndulo, como esforço de um controle (também) social”. E, por isso, defende: “não me parece que existe esgotamento nem da esquerda nem da direita, mas, sim, um movimento pendular entre uma e outra”.

**Léo Peixoto Rodrigues** é licenciado e bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, mestre e doutor em Sociologia pela mesma universidade. Atualmente é professor dos Programas de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas - UFPel e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPel. Entre suas publicações destacamos o livro *Pós-Estruturalismo e a Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau* (Porto Alegre: EDIPUCRS, 2014), organizado em parceria com Daniel Mendonça.

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 22-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2ve2aBf>

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – De que forma as perspectivas de *Emancipação e Diferença* (Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011) podem contribuir para a compreensão da *Razão Populista* (São Paulo: Três Estrelas, 2013), ambas obras de Ernesto Laclau?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – Em *Razão Populista*, Ernesto Laclau

propõe repensar o populismo – relegado pela própria ciência política à posição marginal, denegrada, em seus próprios termos, para concebê-lo – a partir de uma perspectiva renovada, com relação à tradição. O populismo se constitui em uma lógica do fazer político e social; é uma forma de expressão do político legítima e que necessita ser resgatada, como teoria e prática (não meno-

res), pela ciência política.

*Emancipação e Diferença* constitui-se num conjunto de ensaios (com exceção de um deles), como menciona o próprio Laclau no “Prefácio à edição inglesa”, escritos entre 1991 e 1995. Este conjunto de ensaios refere-se, em boa medida, à retomada reflexiva da estrutura conceitual de sua proposta teórica, a

“Não me parece que existe esgotamento nem da esquerda nem da direita, mas, sim, um movimento pendular entre uma e outra”

Teoria do Discurso<sup>1</sup>, que aparece em língua inglesa, no livro *Hegemony and Socialist Strategy: towards a Radical Democratic Politics*<sup>2</sup>, em 1985. Em *Emancipação e Diferença*, Laclau reflete sobre emancipação, liberdade, identidade, universalismo, particularismo, significante vazio etc., orientado pelas transformações no cenário mundial, onde já apontava a emergência de uma direita populista na Europa Ocidental.

Em *Razão Populista*, a análise que Laclau faz do populismo serve-se (também) de sua estrutura conceitual para ressignificar o populismo como uma forma hegemônica de se fazer política, portanto legítima.

**IHU On-Line – Ernesto Laclau pode ser considerado um pós-estruturalista? Por quê? E qual a importância da teoria do discurso para o autor?**

**Léo Peixoto Rodrigues –** Sim! Laclau, ele mesmo, considera-se um pós-estruturalista e um pós-marxista. O pós-estruturalismo é um movimen-

to de pensamento tributário às principais teses do estruturalismo, mas com avanços importantes. Aliás, falar dos diferentes “pós” – pós-estruturalismo, pós-modernismo, pós-marxismo, pós-crítica, pós-fundacionalismo – é falar centralmente da *crise do determinismo*, seja ele metafísico, científico, epistemológico ou ontológico.

Não seria de todo incorreto dizer que o pós-estruturalismo constitui-se em uma renovação à perspectiva teórica nas ciências sociais, da mesma forma que o pós-modernismo renovou a visão de cultura no Ocidente. Nesse sentido, o pós-estruturalismo, como um movimento francês, que emerge a partir (e de dentro) do próprio estruturalismo, sobretudo na década de 1970, deve ser visto como uma renovação, como uma abertura e um avanço teórico, epistemológico e filosófico, nas ciências sociais, como um todo. A Teoria do Discurso formulada por Ernesto Laclau vincula-se a uma matriz pós-estruturalista, uma vez que explica o político e o social, como sendo “realidades” *indetermináveis, contingentes, precárias*. Para esse autor, a sociedade (e suas diferentes dimensões) é impossível de ser essencializada, apresentando permanentemente (e importante) volatilidade em seus processos.

“Qual a importância da teoria do discurso para o autor?”. Posto que Ernesto Laclau, ele mesmo, foi o *idealizador* da Teoria do Discurso, no âmbito da ciência política, e a figura fundamental da chamada Escola de Essex (U.K.)<sup>3</sup>.

**IHU On-Line – Como Laclau compreende o conceito de massa? E como, a partir dessa formulação, chega à ideia de povo?**

**Léo Peixoto Rodrigues –** Laclau parte de algumas das posições do psicólogo social francês Gustave Le Bon<sup>4</sup>, no que se refere à psicologia das multidões (ou das massas) para quem as palavras guardam seu poder em associação às imagens por elas evocadas, independentemente de seu significado “real”. Para Laclau, Le Bon está apontando para a falta de fixidez na relação entre significante e significado e como uma palavra pode apresentar uma pluralidade de significados. Laclau busca demonstrar, assim, a importância da relação entre palavra e imagem e que, no discurso das massas, essa relação pode fazer emergir uma pluralidade de sentidos.

Mas é em Freud<sup>5</sup> que Laclau reco-

científica fundada em 1965 e localizada no Reino Unido. A universidade possui um caráter internacional com 132 países representados em seu corpo estudantil. A Escola de Essex é a linha como trabalham na universidade a Teoria do Discurso, fundamental para o pensamento de Laclau e Mouffe. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Gustave Le Bon** (1841-1931): foi um psicólogo social, sociólogo e físico amador francês. Foi o autor de várias obras nas quais expôs teorias de características nacionais, superioridade racial, comportamento de manada e psicologia de massas. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

1 **Análise do discurso**: também chamada Teoria do Discurso ou análise de discurso, é uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto. A análise do discurso é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva. De acordo com uma das leituras possíveis, discurso é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que vive(m). Texto, por sua vez, é o produto da atividade discursiva; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. É necessário, porém, salientar que o objeto da análise do discurso é o discurso. (Nota da **IHU On-Line**)

2 Londres, Inglaterra: Verso, 2014 (2. ed.). (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Universidade de Essex** (em inglês: University of Essex): é uma universidade pública com foco em pesquisa

nhece um importante avanço teórico sobre a psicologia das massas. Para Freud, os diferentes modelos a que o indivíduo está vinculado desde o começo da sua vida (objetos, pessoas, situações) torna borrada a diferença entre psicologia individual e psicologia social, devido à discrepância entre impulso social e impulso narcisista. A partir dessa perspectiva, Ernesto Laclau vai demonstrar que as massas possuem uma lógica própria, complexa e por este motivo a relação populismo *versus* multidão (a ideia de povo), que se plasma em uma concreta forma do fazer político, deve ser vista à luz de novas abordagens.

### **IHU On-Line – De que forma podemos compreender o conceito de populismo em Laclau a partir das experiências políticas de nosso tempo no mundo?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – Tenho dito que a derrota do kirchnerismo<sup>6</sup> e a eleição de Mauricio Macri<sup>7</sup>, na Argentina, bem como a eleição de Dilma Rousseff e seu *impeachment*, no Brasil, guardadas as suas diferenças e peculiaridades, apresentam notável semelhança quando vistos a partir da perspectiva do “povo-eleitor”, ou como reflexo do “desejo das multidões”. Macri se fez presidente com 51,42% dos votos válidos, opondo-se ao estilo kirchnerista, acusado de não dialogar com o povo, de não ouvir opiniões contraditórias, mesmo tendo um viés populista. Dilma também se fez presidente do Brasil com margem de votos mínima (51,64%), e seu governo foi impedido por razões, se tomarmos somente as de cunho político, muito semelhantes às que derrotaram o kirchnerismo.

O “Brexit”, plebiscito pela saída do

Reino Unido da União Europeia, e a acirrada disputa eleitoral nos Estados Unidos mostram resultados surpreendentes e o fato de que, como eventos democráticos, de novo, surpreenderam tanto a “esquerda” como a “direita”, ao mesmo tempo. Os números também foram apertados: o Reino Unido decidiu sair da UE por 52% dos votos, e Donald Trump<sup>8</sup> lutou até o último instante para obter maioria no Colégio Eleitoral. Neste sentido, um dos aspectos possíveis a se aduzir dos fatos políticos concretos e, em boa medida, coerente com a perspectiva teórica de Laclau, é que o populismo não necessita obrigatoriamente de um “lado”, desde que venha das multidões – e veio – pode ser tanto de direita como de esquerda.

### **IHU On-Line – O senhor concorda com as perspectivas de que há um esgotamento da esquerda no mundo? De que forma as perspectivas do populismo de Laclau podem trazer uma espécie de “novos ares” a ideias de esquerda, com inclusão social? E até que ponto podemos afirmar que a direita apreendeu melhor essa necessidade de atualização?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – O que penso é que se considerarmos “direita” e “esquerda” como dois “tipos ideais” políticos, no sentido weberiano, portanto “puros”, sendo a direita uma perspectiva que privilegia o indivíduo em detrimento do coletivo, e a esquerda, o coletivo em detrimento do indivíduo, o pêndulo político tem oscilado, em diferentes momentos da história ocidental, entre um lado e outro. Parece-me que essa oscilação, tão mais visível con-

temporaneamente, deve-se ao mesmo fenômeno que tem acelerado os processos socioculturais, ou seja, as tecnologias de informação, que estão remodelando o “espaço público”, tornando-o um “espaço público digital”, onde a distância deixa de ser um fator impeditivo para a construção de uma “opinião pública” – ou publicada, como diria Pierre Bourdieu<sup>9</sup>.

Neste sentido, a remodelação do espaço político pela globalização da comunicação – aspectos de uma democracia radical, no laclauiano – certamente acelerará o movimento desse pêndulo, como esforço de um controle (também) social. Portanto, não me parece que existe esgotamento nem da esquerda nem da direita, mas, sim, um movimento pendular entre uma e outra.

### **IHU On-Line – Em que medida o populismo tensiona as perspectivas liberais de mercado?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – O capitalismo como modo de produção e os mercados como uma de suas dimensões mais ágeis, ambos extremamente plásticos e autopoieticos, sempre estão dispostos a interferir nas flutuações políticas, no sentido de se autopreservarem. Os mercados, ao mesmo tempo em que são tensionados pela política, tensionam a política no sentido de seus interesses. Salvo poucas exceções, a história tem mostrado que nas democracias liberais o povo tem apresentado um certo pragmatismo econômico, quando tem de apontar caminhos para a política. Como mencionei anteriormente, o populismo parece

6 **Kirchnerismo**: é um movimento político de orientação peronista, fundado em 2003, que reúne os principais postulados ideológicos plasmados nos governos dos presidentes Nestor Kirchner (entre 2003 e 2007) e Cristina Fernández de Kirchner (entre 2007 e 2015), que juntos ocuparam o Poder Executivo da Argentina por 12 anos, 6 meses e 15 dias. Acompanham o movimento político alguns setores que pertenciam ao radicalismo, o socialismo, o comunismo e o humanismo. (Nota da IHU On-Line)

7 **Maurício Macri** (1959): engenheiro civil, político, executivo, empresário, que assumiu como presidente da Argentina em dezembro de 2015. Anteriormente, foi deputado nacional pela Cidade Autónoma Buenos Aires entre 2005 e 2007 e chefe de governo do mesmo distrito por dois mandatos (2007-2011; 2011-2015). (Nota da IHU On-Line)

8 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

9 **Pierre Bourdieu** (1930-2002): sociólogo francês. De origem camponesa, filósofo de formação, chegou a docente na École de Sociologie du Collège de France, instituição que o consagrou como um dos maiores intelectuais de seu tempo. Desenvolveu, ao longo de sua vida, mais de trezentos trabalhos abordando a questão da dominação, e é, sem dúvida, um dos autores mais lidos, em todo mundo, nos campos da Antropologia e Sociologia, cuja contribuição alcança as mais variadas áreas do conhecimento humano, discutindo em sua obra temas como educação, cultura, literatura, arte, mídia, linguística e política. Seu primeiro livro, *Sociologia da Argélia* (1958), discute a organização social da sociedade cabila, e em particular, como o sistema colonial interferiu na sociedade cabila, em suas estruturas e desculturação. Dirigiu, por muitos anos, a revista *Actes de la recherche en sciences sociales* e presidiu o CISA (Comité Internacional de Apoio aos Intelectuais Argelinos), sempre se posicionando clara e lucidamente contra o liberalismo e a globalização. (Nota da IHU On-Line)

não ter lados, nem direita nem esquerda; por este motivo, tanto a eleição de Macri, como de Trump, bem como o *impeachment* de Dilma e a vitória do Brexit, foram pautados, em ampla medida, por questões econômicas e de mercado. O mais contundente exemplo disto é o que está ocorrendo na Venezuela atualmente com o populismo (de esquerda?) de Nicolás Maduro<sup>10</sup>.

**IHU On-Line – Como compreender a afirmação de Laclau, quando diz que “o populismo é o caminho para se compreender algo sobre a constituição ontológica do político enquanto tal” (Razão Populista, p.115)? E por que é importante essa compreensão sobre a constituição “do político”?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – A diferença conceitual entre “o político e a política”, como tem mencionado Oliver Marchart<sup>11</sup>, aparece pela primeira vez em Carl Schmitt<sup>12</sup> e, posteriormente, com pensadores franceses como Paul Ricoeur<sup>13</sup>, Jean-Luc Nancy<sup>14</sup> e Philippe Lacoue-Labarthe<sup>15</sup>.

barthe<sup>15</sup>, dentre outros. A exploração dessa diferenciação conceitual influenciou a filosofia política e a reflexão teórica pós-estruturalista, no âmbito da teoria política.

O “político” refere-se, de forma geral, à impossibilidade se fundamentar (no sentido de um fundamento último) a própria teoria política e também a ideia de um fundamento ausente na própria sociedade, como uma unidade sistêmica. Neste sentido, por um lado, a noção de “o político” refere-se à dimensão ontológica da sociedade, enquanto “a política”, por outro lado, refere-se a sua dimensão ôntica, que indica as práticas cotidianas da política.

É exatamente o conceito de “o político”, dentro de referentes pós-estruturalistas, que abre a concepção de sociedade – e do próprio fazer político – à contingência e à precariedade de seus processos, tornando-a impossível de ser domesticada por determinismos de qualquer natureza, e de escoimar concepções e práticas no âmbito da política, que refletem as demandas massivas, denominando-as (negativamente) de populistas.

**IHU On-Line – Como a razão populista pode ser compreendida a partir da ideia de demanda social, dois conceitos de Laclau? E como apreende essa demanda social dentro da perspectiva do lulismo?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – Ernesto Laclau propõe o conceito de “democracia radical” que, em termos sintéticos, significa a emergência de toda a diferença, plasmada em demandas sociais, no campo da discursividade política, de diferentes sociedades. Neste sentido, os governos Lula, durante seus dois mandatos, através de diferentes programas sociais, que se capilarizaram

em direção aos setores populares da sociedade, buscaram atender determinadas demandas – muitas delas centralmente vinculadas à possibilidade de consumo – reprimidas em governos anteriores.

**IHU On-Line – Que respostas e caminhos o populismo laclauiano pode nos indicar para a superação de problemas políticos e sociais de nosso tempo?**

**Léo Peixoto Rodrigues** – A teoria do discurso, formulada por Ernesto Laclau, de um modo geral, e não apenas a sua renovada perspectiva teórica sobre “o populismo” – que não foge às suas formulações conceituais pós-estruturalistas – constitui-se, em minha opinião, num potente arcabouço teórico para a compreensão da sociedade e da política contemporâneas. Uma das importantes lições, não apenas da teoria do discurso, mas de toda a reflexão pós-estruturalista, é que tanto os “problemas” políticos como as demandas sociais, sobretudo nesta contemporaneidade, jamais serão superados completamente, no sentido de uma “resolução definitiva”, dada a sua base epistemológica não linear, mas complexa.

Sistemas complexos, como a sociedade ou, no sentido laclauiano, como os sistemas e subsistemas discursivos que compõem o social, são processos continuados e, portanto, só podem ser “administrados”, jamais resolvidos. A ideia de “solução de problemas” vai estar sempre vinculada a uma base de fundamentação linear, determinística, ou nos termos da teoria do discurso, fundacionalista. Teorias pós-fundacionalistas, como a proposta por Ernesto Laclau, têm a virtude de demonstrar que a sociedade, o político, a política e suas demandas não cessam e tendem, sempre, a uma complexidade crescente – o sistema social inflaciona a si próprio em aumento de complexidade –, portanto tudo que nos será exigido (e cada vez mais) é também uma crescente habilidade em conseguirmos continuar vivendo juntos. ■

10 Nicolás Maduro Moros (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assumir o cargo com a morte do presidente Hugo Chávez, foi eleito em 14 de abril de 2013 para mandato como 57º presidente da Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

11 Oliver Marchart (1968): é um filósofo político e sociólogo austríaco. (Nota da **IHU On-Line**)

12 Carl Schmitt (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século 20. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

13 Paul Ricoeur (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir o artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da **IHU On-Line**, de 24-2-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon49> e uma entrevista na edição 50 que pode ser acessada em <http://bit.ly/ihuon50>. A edição 142, de 23-5-2005, publicou a editoria *Memória sobre Ricoeur*, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/ihuon142>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: *O voluntário e o involuntário*, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A simbólica do mal*). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito - o de pessoa - reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da “escola da suspeita”. (Nota da **IHU On-Line**)

14 Jean-Luc Nancy (1940): é um filósofo francês. A obra de Nancy é marcada pelo grande tamanho de publicações e pela heterogeneidade de temas. Datam da década de 1960 o início de suas reflexões, que atravessam desde a leitura de filósofos clássicos (Descartes, Kant, Hegel), ao

envolvimento com figuras essenciais para a filosofia francesa do século 20 (Nietzsche, Heidegger, Bataille, Merleau-Ponty, Derrida etc.), assim como reflexões sobre arte e literatura. (Nota da **IHU On-Line**)

15 Philippe Lacoue-Labarthe (1940-2007): foi um filósofo francês. Ele também era um crítico literário e tradutor. Lacoue-Labarthe foi influenciado por e escreveu extensivamente sobre Martin Heidegger, Jacques Derrida, Jacques Lacan, o romantismo alemão, Paul Celan e Gérard Granel. (Nota da **IHU On-Line**)

# Um olhar sobre a América Latina para compreender o populismo e a política da região

Gerardo Aboy Carlés analisa os limites e os avanços da teoria desenvolvida por Laclau para refletir sobre correntes ideológicas que marcaram e marcam a trajetória de democracia de países latinos

João Vitor Santos | Tradução: André Langer

28

Para estender a compreensão sobre o conceito de populismo e também forjar outro olhar sobre a realidade da política na América Latina, o sociólogo Gerardo Aboy Carlés sugere uma análise mais focada na região. Ele destaca como “populismo clássico” movimentos como o yrigoyenismo e o peronismo argentinos, o cardenismo mexicano e o varguismo brasileiro. O que marca e une esses movimentos, segundo ele, é o fato de que “o populismo supunha a existência de grandes transformações da sociedade que não podiam ser resolvidas pelo sistema institucional vigente”, essencialmente no período em que se desenvolvem essas correntes ideológicas. “Acredito que Laclau é muito útil, mas não devemos esquecer sua combinação com outras contribuições inevitáveis”, adverte.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Aboy Carlés também analisa os limites e os avanços de Laclau na busca por explicações para movimentos como o peronismo. Ele é crítico sobre considerar que movimentos mais recentes possam ser compreendidos através do populismo. “Não penso que o Brasil do PT, nem a Argentina dos Kirchner tenham constituído experiências populistas”, dispara. “Hoje, não existem essas margens para a instabilidade do *demós* que caracterizaram o

século passado em muitos países”, justifica. E acrescenta: “contudo, a tensa relação entre o populismo e a democracia liberal deve ser analisada em cada caso em particular, isto é: uma tensão que pode tornar-se incompatível de acordo com circunstâncias particulares”.

O que, para ele, não significa que não haja experiências populistas contemporâneas. “Creio que constituem experiências populistas o processo liderado por Evo Morales na Bolívia e, durante muitos anos, o chavismo. O colapso autoritário da Venezuela de hoje é muito mais um sinal do esgotamento do populismo do que de sua vigência”, analisa.

**Gerardo Aboy Carlés** é licenciado em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires e doutor em Ciências Políticas e Sociologia pela Universidade Complutense de Madri. Atualmente é pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisas Científicas e Técnicas da República Argentina - Conicet e professor do Instituto de Altos Estudos Sociais da Universidade Nacional de San Martín. Entre suas publicações, destacamos o livro *Las dos fronteras de la democracia argentina. La reformulación de las identidades políticas de Alfonsín a Menem* (Barcelona: Homo Sapiens Ediciones, 2001).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como compreender movimentos políticos, como o peronismo, a partir da ideia de populismo em Ernesto Laclau?**

**Gerardo Aboy Carlés** – Uma das vantagens da teoria das identidades políticas de Laclau é sua grande capacidade descritiva. Os antagonismos sociais que, na sua perspectiva, sepa-

ram as demandas sociais populares não resolvidas das demandas democráticas canalizadas pelo sistema institucional dão lugar à formação de cadeias de equivalência definidas por

## “O peronismo mantém-se durante 10 anos precisamente por seu mecanismo populista”

sua comum oposição a algum tipo de poder estabelecido que tem a capacidade de solucioná-las. A verdade é que Laclau nunca explica cabalmente esse salto da demanda não atendida a um antagonismo social.

Contudo, suas duas lógicas, formalizadas em 1985 junto com Mouffe, a equivalencial (a comum oposição a outro) e a diferencial (a própria relação com aquele com quem se compartilha esse comum opor-se a outro), têm grande capacidade para descrever a formação de solidariedades sociais de certa permanência. Esse é o mérito inegável de sua formalização do conceito de hegemonia gramsciano, focalizado na passagem das “relações de força” dos Cadernos do Cárcere<sup>1</sup>. Ao pensar o limite do social, das identidades, Laclau trouxe ferramentas de particular importância não apenas para a teoria política, mas para a sociologia, os estudos culturais, a antropologia etc.

### Peronismo

A leitura que o próprio Laclau faz do peronismo<sup>2</sup> em seus trabalhos de 1977 e 2005 tem méritos inegáveis e também algumas diferenças. La-

clau é muito útil para compreender o surgimento do fenômeno: uma série de demandas desatendidas que faziam as condições de trabalho e o nível de vida dos trabalhadores, mas também a descrença diante das instituições que não eram o resultado genuíno do sufrágio, somado tudo isso a reivindicações de corte nacionalista críticas das políticas implementadas na década de 1930, vão convergir para produzir uma fronteira dentro da própria comunidade, apresentando-se como um conjunto sintético antagonico frente a determinados fatores do poder político e econômico que imperaram nos anos anteriores. Laclau descreve muito bem essa *plebs* que sentia não ser nada e procura erigir-se em representante do conjunto da comunidade.

Ora, se Laclau descreve acertadamente o surgimento do peronismo em meados dos anos 1940, acreditamos que, embora haja em sua teoria os elementos conceituais para compreender o funcionamento do peronismo no poder entre 1946 e 1955, sua leitura tende a ter um desempenho menor. Vamos nos explicar: o peronismo mantém-se durante 10 anos precisamente por seu mecanismo populista, isto é, uma constante instabilidade do *demos* legítimo que lhe permitia afastar antagonismos: às vezes, a nação era apenas o peronismo emergente, mas outras vezes a solidariedade nacional cobria o conjunto da comunidade e a nação identificava-se com o *populus*.

Penso, ao contrário de Laclau, que este mecanismo pendular de excluir e incluir o adversário do campo político legítimo é a marca distintiva dos populismos latino-americanos. Essa constante gestão entre a ruptura e a conciliação social que permite a introdução de grandes inovações. Laclau está muito influenciado pelo imaginário revolucionário dos anos 60 e 70. Sua concepção da política como idêntica ao populismo constitui um reflexo do imaginário jacobino que lê o populismo a partir da vitória da *plebs* emergente e concebe a nova ordem como o império desta. Há, às vezes, em Laclau, e apesar de sua ideia dos significantes flutuantes, uma concepção muito rígida, quase leninista, das identidades políticas: estas aparecem como exércitos enfrentados quando me parece que, no caso dos populismos, é muito mais útil concebê-las como manchas superpostas.

### Populismo e instituições

Da mesma forma, a contraposição entre populismo e instituições que Ernesto realizou em sua obra parece a reprodução invertida da incapacidade do institucionalismo mais fechado para analisar as experiências populistas. A diferença é que um dá bênçãos onde o outro provoca excomunhões. Ambos os olhares esquecem a ampla construção de instituições realizadas pelas experiências populistas na região e a análise das características específicas dessas instituições.

<sup>1</sup> São Paulo: Civilização Brasileira, 14 de agosto de 2002. (Nota da IHU On-Line)

<sup>2</sup> **Peronismo:** o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895-1974), presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da IHU On-Line)

Em suma, parece-me que a contribuição de Ernesto foi fundamental para ler as origens do movimento, mas falha na hora de analisar sua passagem pelo poder: assim, deve atribuir à progressiva institucionalização, com suas palavras, a passagem da figura do “descamisado” à da “comunidade organizada”, o eclipse do populismo peronista. A tensão entre a ruptura e a conciliação social é, pelo contrário, constitutiva destes fenômenos. Acredito que Laclau é muito útil, mas não devemos esquecer sua combinação com outras contribuições inevitáveis, como as de Germani<sup>3</sup>, Weffort<sup>4</sup> ou Touraine<sup>5</sup>.

### IHU On-Line – Que outros movimentos populistas você identifica na América Latina e como analisa suas trajetórias?

**Gerardo Aboy Carlés** – Eu gostaria de me concentrar nos chamados populismos clássicos latino-americanos: o yrigoyenismo<sup>6</sup> e o peronismo argentinos, o cardenismo<sup>7</sup> mexicano e o varguismo<sup>8</sup> bra-

sileiro. Penso que Gino Germani, embora criticasse fortemente estas experiências, viu claramente que o populismo supunha a existência de grandes transformações da sociedade que não podiam ser resolvidas pelo sistema institucional vigente. Não desconheço que muitas destas experiências acabaram em um colapso autoritário e censurável: o peronismo, a partir de 1953, ou as próprias eleições de 1940 no México. Contudo, entendo que essa mecânica de partir da comunidade para voltar a uni-la em um estado diferente ao anterior foi muito funcional a um processo de democratização social e político na região, à extensão de novos direitos que foram impulsionados, em alguns casos (neste aspecto específico o varguismo merece uma consideração à parte) em todo o território, acabando de forjar os Estados.

Quanto às experiências mais recentes, não penso que o Brasil do PT, nem a Argentina dos Kirchner<sup>9</sup> tenham constituído experiências populistas, embora possuam algumas características daquelas. A verdadeira revolução democrática vivida pela região nos anos 80 tornou-nos saudavelmente mais liberal-democráticos que nossos antepassados. Hoje, não existem essas margens para a instabilidade do *demos* que caracterizaram o século passado em muitos países. Contudo, a tensa relação entre o populismo e a democracia liberal deve ser analisada em cada caso em particular, isto é: uma tensão que pode tornar-se incompatível de acordo com circunstâncias particulares.

Creio que constituem, ao contrário, experiências populistas o processo liderado por Evo Morales<sup>10</sup>

na Bolívia e, durante muitos anos, o chavismo<sup>11</sup>. O colapso autoritário da Venezuela de hoje é muito mais um sinal do esgotamento do populismo do que de sua vigência.

Também não me satisfaz a caracterização do recente governo de Rafael Correa<sup>12</sup> como populista. E isso por outras razões: tratou-se de um movimento reformista de forte conteúdo tecnocrático e frágil organização de seus seguidores. Porque esta tem sido uma característica central dos populismos na região: longe do reiterado erro dos teóricos do chamado “neopopulismo”, os populismos latino-americanos caracterizaram-se por uma ampla e forte organização de seus seguidores, cujo caso paradigmático é o cardenismo. Não há distância maior com o modo revolucionário à francesa caracterizado pelo combate dos grupos intermediários do que o populismo latino-americano.

### IHU On-Line – Em termos de identidade política, em que se distinguem os países da América Latina de outros lugares do mundo, mais especificamente da Europa, cujo modelo democrático é a base dos países latinos? Quais são os pontos em comum?

**Gerardo Aboy Carlés** – Penso que uma diferença fundamental tem sido precisamente a nossa forma de democratização social e políti-

3 **Gino Germani** (1911-1979): foi um sociólogo italiano, precursor e referente da Argentina à sociologia latino-americana. Ele praticou uma sociologia de base científica, longe da filosofia social, mas também comprometida. Germani deu especial atenção para os métodos de investigação. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Francisco Correia Weffort** (1937): é um cientista político brasileiro. Obteve doutorado em Ciência política pela Universidade de São Paulo, com a tese *Populismo e Classes Sociais*. Foi membro do Partido dos Trabalhadores, tendo exercido, na condição de um de seus principais dirigentes, as funções de diretor executivo da Fundação Wilson Pinheiro - fundação de apoio partidária instituída pelo PT em 1981, antecessora da Fundação Perseu Abramo; e também de Secretário Geral do partido na segunda metade dos anos 1980. No contexto de eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República em 1994, deixa o PT assumindo o cargo de Ministro da Cultura. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Alain Touraine** (1925): é um sociólogo francês conhecido por sua obra dedicada à sociologia do trabalho e dos movimentos sociais. Tornou-se conhecido por ter sido o pai da expressão “sociedade pós-industrial”. Seu trabalho é baseado na “sociologia de ação” e seu principal ponto de interesse tem sido o estudo dos movimentos sociais. Touraine acredita que a sociedade molda o seu futuro através de mecanismos estruturais e das suas próprias lutas sociais. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Yrigoyenismo**: perspectiva política inspirada na gestão e Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús Yrigoyen Alen, político argentino, por duas vezes presidente de seu país. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Cardenismo**: o termo cardenismo usado como nome da escola de pensamento aberto por Lazaro Cardenas del Rio, general e estadista mexicano, presidente do México a partir do 1 de dezembro de 1934 a 30 novembro de 1940. (Nota a **IHU On-Line**)

8 **Varguismo**: caracteriza-se pela admiração à pessoa de Getúlio Dornelles Vargas, que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. A sua doutrina e seu estilo político foram denominados de “getulismo” ou “varguismo”. Os seus seguidores, até hoje existentes, são denominados “getulistas”. As pessoas próximas o tratavam por “Doutor Getúlio”, e as pessoas do povo o chamavam de “O Getúlio”, e não de “Vargas”. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Néstor Kirchner** (1950-2010): advogado e político argentino, foi o 54º presidente da Argentina. Casado com Cristina Kirchner, foi sucedido por ela na Casa Rosada. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Juan Evo Morales Ayma** (1959): é o atual presidente da Bolívia. Líder sindical dos cocaleiros, destacou-se ao resistir aos esforços do governo dos Estados Unidos para substituição do cultivo da coca, na província de Chapare, por bananas, originárias do Brasil. De orientação socialista, o foco do seu governo tem sido a implementação da reforma agrária e a nacionalização de setores-chaves da economia, contrapondo-se à influência dos Estados Unidos e das grandes corporações nas questões políticas internas da Bolívia. De etnia uru-aimará, Morales destacou-se a partir dos anos 1980, juntamente com Felipe Quispe e Si-

xto Jumpiri e alguns outros, na liderança do campesinato indígena do seu país. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Chavismo**: é o nome dado à ideologia de esquerda política baseada nas ideias, programas e estilo de governo associados com o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez. Chavista é um termo utilizado para descrever apoiadores de Chávez. O chavismo, nas palavras de alguns dos seus principais partidários, é composto por três fontes básicas: as ideias de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, e também um socialismo revisado que é definido como o “socialismo do século XXI”. Da mesma forma, o chavismo toma ideias de Ernesto Guevara, Fidel Castro, Augusto César Sandino, Camilo Cienfuegos, entre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Rafael Vicente Correa Delgado** (1963): economista e político equatoriano, atual presidente de seu país. Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Economista, foi assessor do ex-presidente Alfredo Palacio durante suas funções como vice-presidente. Depois, foi ministro de Economia e Finanças no início da gestão de Palacio na presidência, entre abril e agosto de 2005, após a destituição de Lucio Gutiérrez. Renunciou ao cargo por discordar da política presidencial. É casado com Anne Malherbe. (Nota da **IHU On-Line**)

ca. É necessário distinguir a democratização como processo social e político da democracia como regime. Sabemos que uma democratização, entendida como processo de homogeneização, pode ter características autoritárias ou não, mas hoje concordamos em que a democratização é condição da democracia como regime. A Europa não é uma entidade homogênea: temos ali o modelo gradualista britânico estudado por Marshall<sup>13</sup>, em que os ciclos de cidadanização abarcaram três séculos e que acabou eliminando o voto plural no segundo pós-guerra, e, por outro lado, a tradição revolucionária francesa, com seus auges e ocasos, que conheceu o sufrágio universal às vésperas do Segundo Império.

A nossa democratização tem sido mais moderada, rápida e aos assaltos, e nela os populismos tiveram sua contribuição. Também não é uma realidade homogênea. A tragédia dos direitos civis no México é um exemplo claro: uma sociedade que, em seus setores progressistas, descarta a ideia dos direitos humanos por sua associação com discursos de ordem que mergulha na tragédia de 100 mil mortos e desaparecidos. Muito menos há homogeneidade no tocante aos direitos políticos: a Argentina instaura o voto universal masculino obrigatório em 1912, ao passo que o Brasil universalizaria o sufrágio no final do século passado. Creio que a nossa tradição populista teve um forte conteúdo democratizante, mas, ao mesmo tempo, afetou aspectos centrais que formam tanto a tradição republicana como a liberal.

Há ganhos e perdas ali. Penso que na região forjamos uma forte e saudável ideia dos direitos coletivos e que, às vezes, foram descuidados

os direitos individuais, embora, hoje, o giro político na região esteja começando a nos demonstrar que o problema parece se inverter de maneira preocupante. Acredito também que a região é mais jovem e tem uma capacidade maior de inovação do que uma Europa muito fortemente sedimentada em suas tradições e rotinas institucionais, menos preparada para processar a novidade: uma crise, por exemplo, como a argentina de 2001, que representou praticamente a dissolução do poder político sem que uma alternativa autoritária emergisse no horizonte.

Temos em comum o fato de que nós também quisemos construir democracias liberais. Nossa tentativa é parcialmente exitosa e parcialmente não. A nossa realidade é uma hibridação entre a democracia liberal e a herança de nossa tradição populista; algo muito mais específico que as “democracias delegativas” de O’Donnell<sup>14</sup>. Mesmo com as dificuldades que a Europa atravessa hoje, sua democratização foi muito mais profunda que a nossa e também sua democracia é mais saudável. Novas forças políticas, novas coalizões puderam responder às crises que os partidos atravessam, ao passo que aqui assistimos à fraqueza de fazer política a partir dos tribunais de Justiça.

**IHU On-Line – O papa Francisco é considerado um líder internacional muito popular, não apenas por questões religiosas, mas também por suas posições geopolíticas. Em que medida podemos identificar elementos do populismo, segundo Laclau, nos posicionamentos de Francisco?**

**Gerardo Aboy Carlés –** Beroglio é um peronista tradicional, embora eu não ache que isso possa defini-lo como Papa. Nesse sentido,

há uma comunhão entre a Doutrina Social da Igreja<sup>15</sup> e parte do imaginário peronista. Digo “peronista tradicional” para distingui-lo da esquerda peronista dos anos 70, na qual o cristianismo radicalizado, como aconteceu em boa parte da América Latina, desempenhou um papel fundamental.

Laclau teve uma formação muito mais laica, mas, por muitos motivos, manteve em alguns aspectos o lastro de certa afinidade com as categorias com que a esquerda peronista via o mundo, suavizados, claro, por sua longa experiência britânica e seu compromisso democrático. Penso que coincidiriam em pouquíssimas coisas, mas uma delas são seus adversários. Há um ponto em que o conservadorismo popular e a esquerda nacionalista coincidem e isso não é muito produtivo para a democracia liberal.

**IHU On-Line – Por outro lado, até que ponto podemos associar o trumpismo<sup>16</sup> a um movimento populista?**

**Gerardo Aboy Carlés –** Nos termos de Laclau, sem dúvida, as características de sua emergência são populistas: Trump<sup>17</sup> fala a indivíduos deslocados e desacreditados do sistema político que se sentem perdedores e marginalizados e promete-lhes que vão voltar a ocupar o

13 **Alfred Marshall** (1842-1924): considerado um dos economistas mais influentes de sua época. Sua principal obra, *Principles of Political Economy*, de 1890, trouxe as teorias da oferta e da demanda, da utilidade marginal e dos custos de produção. O Instituto Humanitas Unisinos, através do evento I Ciclo de Estudos Repensando os Clássicos da Economia, promoveu a palestra *A era industrial e a contribuição de Marshall*, em 5-10-2005, na Livraria Cultura, em Porto Alegre, ministrada pela Profa. Dra. Maria Aparecida Grandene de Souza, da UFRGS, e no dia 20-10-2005, na Unisinos, pela Profa. Dra. Ana Lucia Gonçalves da Silva – UNICAMP/SP. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Guillermo A. O’Donnell** (1936-2011): cientista político argentino, passou a maior parte de sua carreira trabalhando na Argentina e nos Estados Unidos e fez contribuições duradouras para a teorização do autoritarismo e da democratização, Democracia e estado, e as políticas da América Latina. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Doutrina Social da Igreja (DSI)**: é o conjunto dos ensinamentos contidos na doutrina da Igreja Católica e no Magistério da Igreja Católica, constante de numerosas encíclicas e pronunciamentos dos papas inseridos na tradição multissecular, e que tem suas origens nos primórdios do cristianismo. Tem por finalidade fixar princípios, critérios e diretrizes gerais a respeito da organização social e política dos povos e das nações. É um convite a ação. A finalidade da doutrina social da Igreja é “levar os homens a corresponderem, com o auxílio também da reflexão racional e das ciências humanas, à sua vocação de construtores responsáveis da sociedade terrena”.(Nota da **IHU On-Line**).

16 **Trumpismo**: referente ao estilo de governo do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que pauta suas ações em políticas nacionalistas conservadoras de extrema-direita. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

centro do palco. Eu concordo com essa leitura da emergência de um “populismo reacionário” ao estilo do *qualunquismo*.

No entanto, não tenho tão clara a caracterização do Trump governante: suas idas e vindas parecem muito mais o resultado das restrições institucionais impostas pelo sistema do que uma vontade de dividir e conciliar alternativamente. Também não vejo os processos de negociação molecular da fronteira que caracterizam a relação entre o populismo e seus adversários. Trump parece mais um palhaço enjaulado que chuta as grades do que um governante populista.

### IHU On-Line – Que ideia de democracia podemos fazer a partir do conceito de populismo de Laclau?

**Gerardo Aboy Carlés** – Aqui não é fácil dar uma resposta. Há um Laclau que escreve, em 1985, com Chantal Mouffe *Hegemonia e estratégia socialista*<sup>18</sup>. O Laclau pluralista que pensa numa proliferação das lutas democráticas sem um centro, que rompe com Gramsci<sup>19</sup> não apenas no que diz respeito à ideia de “organicidade” que compaginava os movimentos da política com os da estrutura econômica, mas que abominava o imaginário jacobino de um só centro ou cena (talvez o Estado Nação) de constituição da política.

Laclau foi mudando gradativamente, e em muitos sentidos, o livro de 2005, *A razão populista*<sup>20</sup>, é a negação daqueles postulados iniciais, com uma ideia mais vertical da política e a reintrodução do imaginário jacobino<sup>21</sup> em todo o seu esplendor.

Em ambos, os antagonismos sociais ocupam um lugar destacado e esta é a grande linha de continuidade em sua concepção de democracia. Entretanto, creio que o aprofundamento da democracia, sua radicalização em um sentido democratizante, tem hoje muito mais a aprender do primeiro Laclau do que do segundo. Toda a sua concepção de hegemonia está marcada pela desagregação do antigo bloco antiperonista que viveu como militante nos anos 60.

## “A democratização é condição da democracia como regime”

### IHU On-Line – Qual é a importância do indivíduo e do todo, do líder e do povo no conceito de populismo de Laclau? E como se contrapõe à ideia de hegemonia?

**Gerardo Aboy Carlés** – Acredito que o lugar do líder é um ponto central no qual o pensamento de Laclau se transformou ao longo destes 20 anos que separam um livro do outro e do que vão dando progressiva conta seus trabalhos intermediários: *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tiempo*, *The Making of Political Identities*, *Emancipação e diferença e Misticismo, retórica y política* e sua participação na iniciativa de Richard Rorty<sup>22</sup> em *Contingencia, hegemonia, universalidad*.

Se o primeiro Laclau tinha uma

visão mais horizontal da política, de múltiplas lutas democráticas que podiam confluir em um movimento democrático radical eliminando relações de subordinação, progressivamente vai concebendo que é necessário a existência de um desnível que garanta essa confluência, que misture esse conjunto de lutas dispersas. Surge assim a ideia do significante vazio: um particular que progressivamente se esvazia de seu conteúdo para alcançar uma representação mais ampla, a da cadeia equivalencial. Seu exemplo clássico é o do sindicato Solidariedade<sup>23</sup> na Polônia, que, de representante das demandas dos trabalhadores dos estaleiros de Gdansk, passa, pouco a pouco, a representar o conjunto de demandas da sociedade polonesa contra a opressiva ditadura de Jaruzelski<sup>24</sup>.

Progressivamente, Ernesto foi deslocando a identificação do significante vazio com um nome (Solidariedade) para a sua identificação com uma singularidade, com um nome próprio e, finalmente, associado a este com o nome do líder. O grande *functor*, como escreveu em uma bela crítica seu grande amigo Emilio de Ípola<sup>25</sup>. No caminho, Laclau acabou por se inscrever em uma concepção muito mais vertical e autoritária de política do que aquela que fazia duas décadas atrás. Paradoxalmente, na definição de populismo de *A razão populista* o líder está ausente, mas sua presença recobre toda a obra: para

23 **Sindicato Solidariedade**: é uma federação sindical polaca fundada em 31 de Agosto de 1980 nos Estaleiros Lenin, em Gdańsk, sendo originariamente liderada por Lech Wałęsa. Na década de 1980, o Solidariedade era um amplo movimento social antiburocrático que utiliza os métodos de resistência civil para fazer avançar a causa dos direitos dos trabalhadores e da mudança social.[1] Ele representava 9,5 milhões de membros em seu primeiro congresso em setembro de 1981, o que correspondia a 1/3 da população total da Polónia em idade de trabalho. (Nota da IHU On-Line)

24 **Wojciech Witold Jaruzelski** (1923-2014): foi um político e militar comunista da Polónia. Ocupou os cargos de primeiro-ministro (1981-1985), chefe do conselho de estado (1985-1989) e presidente da Polónia (1989-1990). (Nota da IHU On-Line)

25 **Emilio de Ípola** (1939): é filósofo e sociólogo argentino. Formou-se em Filosofia pela Universidade de Buenos Aires 1964 e PhD em Ciências Sociais da Universidade de Paris de 1969. Ele tem um doutorado de Estado liderado por Henri Lefebvre na Universidade de Paris X Nanterre, França. Atualmente é Professor Emérito da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade de Buenos Aires e pesquisador sênior do Conicet. (Nota da IHU On-Line)

18 São Paulo: Intermeios, 2015. (Nota da IHU On-Line)  
19 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da IHU On-Line, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da IHU On-Line)  
20 São Paulo: Três Estrelas, 2013. (Nota da IHU On-Line)  
21 **Jacobismo**: originário da Revolução Francesa, o termo jacobinismo, também chamado jacobinos, é evolutivo ao longo dos tempos. Mas, como expressão, era e é geral-

mente aplicada de forma pejorativa a qualquer corrente de pensamento republicana e laicista de extrema-esquerda, assim como, o de jacobino para quem fosse e seja “defensor de opiniões revolucionárias extremistas” dessa mesma linha política social e econômica (Nota da IHU On-Line).  
22 **Richard Rorty**: filósofo pragmatista estadunidense. Esteve em pé de guerra com a filosofia toda a sua vida. Defendia-se contra a pretensão de absoluto do pensamento analítico e renunciou durante décadas, a modo de protesto contra as correntes tradicionais do seu âmbito, a dirigir uma cátedra de filosofia (apenas aceitou até 1982 um lugar na Universidade de Princeton). Sua principal obra é *Filosofia e o Espelho da Natureza* (Princeton: Princeton University Press, 1979). (Nota da IHU On-Line)

Laclau, é o investimento afetivo no líder que torna possível a equivalência hegemônica.

Discordo desta visão de Laclau. Ninguém nega o papel dos indivíduos na política, mas o lugar da liderança está fortemente sobrevalorizado em sua teoria, a ponto de levá-lo a postular a reeleição indefinida dos líderes latino-americanos em diversas intervenções públicas. Mais ainda, creio que para que o mecanismo populista descrito mais acima funcione, nem mesmo é necessária a figura do líder unipessoal. Julián Melo<sup>26</sup> mostrou como o radicalismo intransigente da Província de Buenos Aires, na década de 40 do século passado, transformou-se em uma força populista sem contar com uma liderança personalista.

“Nossa democratização tem sido mais moderada, rápida e aos assaltos”

**IHU On-Line – Atualmente, e essencialmente no contexto da política do Brasil de hoje, vive-se o que alguns estudiosos chamam de crise de representatividade democrática. Que alternativas apresenta o populismo laclauiano a esta perspectiva de crise?**

**Gerardo Aboy Carlés** – As crises de representação são um dado na emergência de todo populismo, mas não de toda crise de representação se segue a emergência de um fenômeno populista. Também não acredito que isso seja desejável. Sem dúvida, o sistema político brasileiro foi minado pela conjunção conjuntural de oportunismos de todo tipo e sua recuperação

demandará laboriosas operações equivalenciais em uma sociedade fortemente fragmentada. A responsabilidade dos dirigentes foi, neste sentido, maior e ainda não sabemos se os atuais atores partidários terão capacidade para recuperar essa estrutura ou se apenas uma renovação mais substantiva terá condições para fazê-lo.

**IHU On-Line – Atualmente também se vive a ideia da rejeição da política e a ascensão de líderes que assumem o poder com a ideia de que são grandes gestores e não agentes políticos. Quais são os riscos desta perspectiva e como o pensamento de Laclau enfrenta esta formulação?**

**Gerardo Aboy Carlés** – Creio que Laclau via este perigo no amplo desenvolvimento de uma lógica diferencial que ele identificava com o institucionalismo, vendo ali o colapso do populismo e da própria política. Está claro que há setores da gestão que requerem competências especializadas, mas as decisões são sempre políticas e devem estar submetidas ao debate público, isto é, à conformação aberta de uma vontade política. Sem isso, não há democracia.

Não acredito em absoluto nos trovadores que falam de um “retorno da política”. A política sempre esteve aí. Acontece que todos os atores procuram despolitizar e naturalizar suas conquistas. O que faz a direita com sua defesa até a morte da propriedade privada inviolável e o fazem aqueles que, a partir da esquerda, defendem o Bolsa Família. Os patamares de convivência também requerem que alguns elementos básicos fiquem fora da disputa, mas muitos outros poderão ser a fonte de novos antagonismos. Durante anos, nós também naturalizamos as diferenças trabalhistas de gênero ou a garantia muito diferente com que os diversos setores sociais tinham acesso aos direitos civis. Se determinados níveis de democratização são uma condição da democracia, devemos compreender que a democracia hoje também é um veículo de democratização, e é a prática social e política micro

e macro, e o permanente debate entre esse incerto limite entre o social como política sedimentada e a politização do naturalizado, que lhe dá vida.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Gerardo Aboy Carlés** – Com o passar dos anos e quando ficarem para trás os enfrentamentos da conjuntura presente, a obra de Ernesto Laclau será reconhecida em sua verdadeira magnitude. Laclau escreveu um único grande livro através de todos os seus livros: o da relação entre particularidade e universalidade como constitutivas da política. Ele fez isso em várias linguagens: a teoria dos antagonismos, o pós-estruturalismo derridiano, a retórica ou o legado lacaniano. No princípio, sua formalização da teoria da hegemonia representou a comunhão de duas teorias antagonônicas: a diacrítica estruturalista (que concebe toda identidade como relacional) e o agonismo existencial de Schmitt<sup>27</sup> (tácito em Laclau, expresso em Mouffe), o que, sem dúvida, produz desajustes na teoria (o fato de que uma identidade se defina por sua relação com outra não implica a existência de uma relação antagonônica entre ambas).

Seu interesse inicial pelos populismos, do que dá conta o seu texto “Hacia una teoría del populismo” de 1977, abriu passagem para uma preocupação com a ontologia política, cuja expressão máxima é *A razão populista*. Este é um livro sobre como Laclau entendeu a política, não sobre os populismos (confundidos sem mais com as identidades populares quando aqueles constituem tão somente uma forma, entre outras possíveis, destas últimas). Contudo, e nesta entrevista eu não poupei críticas, eu acredito que sua marca está destinada a alcançar um lugar privilegiado no futuro.■

<sup>26</sup> Julián Melo: professor e pesquisador do Instituto de Estudos Sociais da Universidade Nacional de San Martín, Argentina. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>27</sup> Carl Schmitt (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século 20. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da **IHU On-Line**)

# Populismo é conceito-chave para pensar a política hoje

Para Myriam Southwell, Laclau não analisa apenas um fenômeno político transitório, “mas um fenômeno de estruturação da vida política que está sempre presente”

João Vitor Santos | Tradução: Henrique Denis Lucas

**E**rnesto Laclau reflete sobre o ambiente político na emergência do século XX na Argentina. Entretanto, a pedagoga Myriam Southwell acredita que suas elaborações vão muito além do entendimento de um fenômeno isolado que ocorria em determinado local e época. Segundo a professora, que foi orientada pelo próprio Laclau, “a teoria populista contemporânea nos permite transcender essa antiga noção de que se trata de uma anomalia específica da América Latina, o que também implica uma perspectiva de emancipação do colonialismo do pensamento”. “Graças a intervenções como as de Laclau, Mouffe e alguns outros acadêmicos, o populismo é, portanto, muito mais do que um estigma, uma anomalia, uma saída dos trilhos da normalidade; é um conceito-chave para pensar a política”, destaca.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a discípula do pensador reflete sobre o caminho percorrido por ele, passando da linguística à psicologia social, para a elaboração do conceito de populismo. Para ela, conceito que se mostra atual e potente para

compreender o nosso tempo. “O ciclo de políticas democratizadoras da primeira década do século XXI em nossa região, com as ferramentas conceituais que a teorização populista proporciona, permitem dizer que essas experiências foram impulsionadas pela busca da ampliação de direitos”, conclui. Para Myriam, essa teoria precisa ser entendida como discurso político com base na relação entre os que estão em posição de inferioridade e o poder instituído. “O populismo, portanto, tende a dividir a sociedade em dois campos antagônicos”, conclui.

**Myriam Southwell** é pedagoga. Realizou sua graduação na Universidade Nacional de La Plata, mestrado na Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais - FLACSO, na Argentina, e doutorado na Universidade de Essex, na Inglaterra, sob orientação de Laclau. Atualmente é pesquisadora independente do Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas - CONICET, na Argentina, e coordena o doutorado em Ciências da Educação da Universidade de La Plata.

**Confira a entrevista.**

## IHU On-Line – Qual é a interpretação da Teoria do Discurso<sup>1</sup>

**1 Análise do discurso:** também chamada Teoria do Discurso ou análise de discurso, é uma prática e um campo da linguística e da comunicação especializado em analisar construções ideológicas presentes em um texto. A análise do discurso é proposta a partir da filosofia materialista que põe em questão a prática das ciências humanas e a divisão do trabalho intelectual, de forma reflexiva. De acordo com uma das leituras possíveis, discurso é a prática social de produção de textos. Isto significa que todo discurso é uma construção social, não individual, e que só pode ser analisado considerando seu contexto histórico-social, suas condições de produção; significa ainda que o discurso reflete uma visão de mundo determinada, necessariamente, vinculada à do(s) seu(s) autor(es) e à sociedade em que

## trabalhada por Ernesto Laclau? Quais são as contribuições de Chantal Mouffe à perspectiva do autor?

**Myriam Southwell** – A contribuição de Ernesto Laclau e Chan-

tall Mouffe à Teoria do discurso e à teorização social e política em geral é muito significativa. Penso no trabalho deles em conjunto porque o livro de referência, que abriu os caminhos desta teoria, *Hegemonia e Estratégia Socialista*<sup>2</sup>, é uma contribuição de ambos. Além disso, embora logo após essa produção

vive(m). Texto, por sua vez, é o produto da atividade discursiva; é a construção sobre a qual se debruça o analista para buscar, em sua superfície, as marcas que guiam a investigação científica. É necessário, porém, salientar que o objeto da análise do discurso é o discurso. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> São Paulo: Intermeios, 2015. (Nota da **IHU On-Line**)

## “Se a democracia é possível, é porque o universal não tem o corpo nem o conteúdo necessário”

compartilhada ambos tenham publicado também de maneira independente, se reconhece facilmente as múltiplas referências entre ele e as marcas do pensamento de cada um no trabalho de ambos.

A noção de discurso estabelece uma nova reviravolta na filosofia ocidental, direcionando-a não mais a atos ou eventos, mas às condições de possibilidade, ou seja, as condições de possibilidade para que determinados discursos se constituam de maneira hegemônica. Assim, a ação passa a ser vista como uma estruturação de um certo campo de sentido preexistente. A investigação das condições de possibilidade já estava presente no pensamento de Kant<sup>3</sup> e Husserl<sup>4</sup>, mas enquanto na fenomenologia ou na filosofia de Kant o “a priori” constituía uma es-

trutura básica da mente que transcendia todas as variações históricas, a teoria do discurso contemporânea é profundamente histórica e tenta estudar o campo discursivo com a experiência das variações temporais. A partir desse corpus teórico se desenvolveram teorias do discurso que estiveram fortemente ligadas à linguística estrutural e outras nas quais prevalecia uma análise independente da crítica à noção saussuriana de signo. A partir desta perspectiva, a tarefa da análise do discurso para o estruturalismo clássico foi encontrar as regularidades básicas que regem a produção de sentido na vida social.

As proposições teóricas de Laclau e Mouffe constituem uma analítica teórica no sentido foucaultiano, como marco teórico dependente do contexto e do histórico, mas não são o objetivo para análise das formações discursivas. Quanto ao contexto, além disso, a dependência ocorre porque as formações discursivas analisadas em termos particulares sempre são contextualizadas; também não há dependência sobre o histórico no sentido de tentar reconstruir uma história completa, mas que isso seja feito através do reconhecimento da temporalidade na qual se inserem.

### Universos unificados

A ideia básica dessa teoria é que vivemos em universos que parecem unificados, através de uma série de atos de sentido. Da mesma forma que, por exemplo, falamos a nossa língua sem explicitar sua gramática, embora estejamos uti-

lizando-a, aplicando-a, pertencemos a uma série de configurações de sentido que têm uma estrutura da qual estamos profundamente inconscientes, assim como todo ato social é profundamente inconsciente. A tarefa do analista do discurso, assim como a tarefa do linguista, é reconstruir a gramática de uma língua, é reconstruir essa forma, essa sequência básica de sentido através da qual o social se configura.

Conseqüentemente, entendemos que a estrutura discursiva origina uma prática articulatória que constitui e organiza as relações e identidades sociais diferenciais sem nunca chegar a criar uma sutura definitiva. Essa impossibilidade de fixação definitiva de sentidos implica que sempre haverá fixações parciais e que o social existe como um esforço para produzir esse objeto total impossível.

**IHU On-Line – Em que consiste o conceito de populismo para Laclau e quais são suas contribuições para se pensar o espaço político? Como a razão populista pode se articular com as ideias do peronismo<sup>5</sup>?**

**5 Peronismo:** o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895-1974), presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>3</sup> **Immanuel Kant** (1724-1804): filósofo prussiano, considerado como o último grande filósofo dos princípios da era moderna, representante do Iluminismo. Kant teve um grande impacto no romantismo alemão e nas filosofias idealistas do século 19, as quais se tornaram um ponto de partida para Hegel. Kant estabeleceu uma distinção entre os fenômenos e a coisa-em-si (que chamou noumenon), isto é, entre o que nos aparece e o que existiria em si mesmo. A coisa-em-si não poderia, segundo Kant, ser objeto de conhecimento científico, como até então pretendia a metafísica clássica. A ciência se restringiria, assim, ao mundo dos fenômenos, e seria constituída pelas formas a priori da sensibilidade (espaço e tempo) e pelas categorias do entendimento. A **IHU On-Line** número 93, de 22-3-2004, dedicou sua matéria de capa à vida e à obra do pensador com o título *Kant: razão, liberdade e ética*, disponível em <http://bit.ly/ihuon93>. Também sobre Kant, foi publicado o **Cadernos IHU em formação** número 2, intitulado *Emmanuel Kant – Razão, liberdade, lógica e ética*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem02>. Confira, ainda, a edição 417 da revista **IHU On-Line**, de 6-5-2013, intitulada *A autonomia do sujeito, hoje. Imperativos e desafios*, disponível em <https://goo.gl/SIII5H>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> **Edmund Husserl** (1859-1938): Edmund Gustav Albrecht Husserl, matemático e filósofo alemão, conhecido como o fundador da fenomenologia, nascido em uma família judaica numa pequena localidade da Morávia (região da atual República Tcheca). Husserl apresenta como ideia fundamental de seu antipsicologismo a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como os da intuição eidética e epoché. Influenciou, entre outros, os alemães Edith Stein, Eugen Fink e Martin Heidegger e os franceses Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Michel Henry e Jacques Derrida. (Nota da **IHU On-Line**)

**Myriam Southwell** – De acordo com Laclau, a categoria política *populismo* tem sido abordada pela teoria política como uma categoria que se refere a um fenômeno político caracterizado pela imprecisão, pela irracionalidade, pelo vazio ideológico e pela transitoriedade. Em contraste com esse modelo, Laclau argumenta que o populismo não é um fenômeno político transitório, mas um fenômeno de estruturação da vida política que está sempre presente. O populismo passa a ser entendido como um discurso político baseado na interpelação aos que estão em posição de “inferioridade” perante o poder. O populismo, portanto, tende a dividir a sociedade em dois campos antagônicos. O que conta não é o conteúdo do recorte populista, mas seu momento. Mas o conteúdo concreto em que é investido muda historicamente e precisa ser definido caso a caso. Na verdade, é sempre produtivo manter em aberto a questão de quais são as dimensões atuais do investimento.

Segundo Laclau, o populismo é uma forma de constituir a unidade de um grupo, chamada “prática articulatória populista”. As noções de *hegemonia* e de *princípio de equivalência* são centrais neste sentido. A divisão antagônica da sociedade – condição da estruturação populista – implica a presença de alguns *significantes* privilegiados que *condensam* a significação de todo um campo antagônico ao seu redor (povo vs. oligarquia é a sua expressão mais clara e recorrente). A noção de *hegemonia* pressupõe que esses significantes se constituem em um terreno no qual as demandas não obedecem a uma lógica *a priori*. A contingência é parte constitutiva dessa lógica. O povo, finalmente respondendo à sua pergunta, é o resultado da sobre-determinação hegemônica de uma demanda democrática específica que funciona como um *significante vazio*.

Entendemos *significante vazio* como certos termos que são objeto de uma forte luta ideológica na sociedade. Portanto, esses termos tendem a ser significantes tendencialmente vazios – apesar de nunca totalmente vazios –, pois, dada a pluralidade de con-

flitos que ocorrem ao seu redor, eles não podem se fixar em uma única articulação discursiva. E justamente nas disputas suscitadas ao seu redor é que reside sua potencialidade e capacidade de interpelação. Aqui convém parar e esclarecer uma confusão habitual, porque muitas vezes se entende o qualificativo de vazio em detrimento do termo; muito pelo contrário, o esvaziamento parcial fala da potência de um *significante* que consegue absorver a outros, se esvazia parcialmente e ao mesmo tempo incorpora sentidos e significações que o excedem. O ponto nodal cujo nome gera a unidade de uma formação discursiva não tem identidade positiva própria, mas é um *significante puro* que cumpre a função de fixar o nó.

### Peronismo

A reflexão sobre o peronismo era uma constante de Ernesto Laclau, já que ele era um intelectual com formação acadêmica e política na Argentina dos anos de 1950 e 1960. Mas sua teoria também tem sido muito proveitosa na análise de outras experiências políticas latino-americanas, como o varguismo<sup>6</sup> no Brasil (como o trabalho de Alejandro Groppo<sup>7</sup> sobre o peronismo e o varguismo a partir desta perspectiva de análise) e o cardenismo<sup>8</sup> mexicano, como demonstram os trabalhos de Rosa Nidia Buenfil Burgos<sup>9</sup>.

Ernesto sempre dava um exemplo sobre o peronismo em suas aulas mostrando claramente a potência de seu esquema de análise. O exemplo é o seguinte: quando Pe-

rón<sup>10</sup> foi deposto em 1955, criou-se a necessidade de “desperonizar a sociedade”, e, nessa tentativa, o sistema de ensino desempenhava um papel importante. A estratégia das forças políticas que apareceram a partir desse momento era criar um sistema liberal estável, que fizesse com que o peronismo fosse passando – cada vez mais – ao horizonte do social, sem representar uma ameaça. Isso só podia acontecer se as reivindicações sociais que haviam constituído a espinha dorsal do peronismo fossem absorvidas uma por uma pelo sistema. No sistema educacional houve tentativas nesse sentido: a reestruturação da Universidad Obrera, a criação do CONET, a expansão do sistema em todos os seus níveis etc. Se a estratégia fosse bem-sucedida, o resultado seria um conjunto de demandas individualizadas dentro de uma estrutura altamente institucionalizada (e provavelmente isto poderia ser analisado com as modalidades de desenvolvimentismo autoritário que tomam forma na segunda metade do século XX). Se, ao contrário, o sistema não fosse capaz de absorver essas reivindicações das massas, o que poderia acontecer é que haveria um acúmulo de demandas insatisfeitas com um aparato institucional incapaz de absorvê-las e, nesse caso, falamos de seus símbolos.

Dessa forma, as cadeias de equivalência entre todas essas demandas tenderiam a se reunir entre todos os símbolos político-ideológicos do peronismo. O que realmente aconteceu foi que esses símbolos eram cada vez mais vazios e desenvolveram uma capacidade progressiva de absorção dessas demandas. Qual era o símbolo? O retorno de Perón.

6 **Varguismo**: caracteriza-se pela admiração à pessoa de Getúlio Dornelles Vargas, que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. A sua doutrina e seu estilo político foram denominados de “getulismo” ou “varguismo”. Os seus seguidores, até hoje existentes, são denominados “getulistas”. As pessoas próximas o tratavam por “Doutor Getúlio”, e as pessoas do povo o chamavam de “O Getúlio”, e não de “Vargas”. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Alejandro Groppo** (1969-2013): cientista político argentino, com pós-especialização e doutorado em sociologia política e análise do discurso pela Universidade de Essex, Reino Unido, onde foi um aluno do filósofo Ernesto Laclau. Lecionou em várias universidades no país e no exterior. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Cardenismo**: o termo cardenismo é usado como nome da escola de pensamento aberto por Lázaro Cardenas del Rio, general e estadista mexicano, presidente do México de 1 de dezembro de 1934 a 30 novembro de 1940. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Rosa Nidia Buenfil Burgos**: PhD em Teoria Política pela Universidade Essex, Inglaterra, é pedagoga, com mestrado em Especialidade de Investigação em Educação. Também é membro do Sistema Nacional de Pesquisadores desde 1995. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Juan Domingo Perón** (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

## “A noção de discurso estabelece uma nova reviravolta na filosofia ocidental”

**IHU On-Line – A partir da Teoria do Discurso, qual a compreensão de Laclau acerca do conceito de povo?**

**Myriam Southwell** – Segundo Laclau, o populismo é uma forma de constituir a unidade de um grupo, chamada “prática articulatória populista”. A menor unidade de tal articulação são as *demandas democráticas*. O surgimento de uma demanda democrática implica alguma forma de exclusão ou privação, já que é formulada por um ator excluído do sistema com base em um princípio de igualdade. A *pluralidade* de demandas que, através de sua *articulação equivalencial*, constituem uma subjetividade social mais ampla, conformam as *demandas populares*.

Portanto, o populismo pressupõe, em primeiro lugar, a formação de uma *fronteira antagônica interna* que separa o povo do poder. É “uma divisão antagônica do campo social”, já que o povo é a expressão de uma “totalidade ausente”. Em segundo lugar, também pressupõe uma *articulação equivalencial de demandas*, o que implica, por se tratarem de demandas, uma pluralidade de posições subjetivas.

Por outro lado, Laclau também apresenta a categoria de *condensação*, que ele entende como o denominador comum que encarna o vínculo equivalencial entre uma série de demandas específicas. Esse denominador comum advém da mesma série equivalencial e constitui, ao mesmo tempo, uma particularidade e uma universalidade.

Qualquer termo da cadeia equivalencial cumpre a função de absorver demandas, condensa sentidos e expressa não somente o seu significado particular, mas torna-se uma poderosa síntese de demandas (podem ser sinais dessa condensação as noções de paz, pão e trabalho em várias experiências políticas; a noção de estabilidade na Argentina da crise econômica dos anos 1990; indo a um período anterior, a noção de desenvolvimento; ou, ainda mais, a noção de civilização).

A *identidade popular* deve ser condensada ao redor de *significantes* (palavras, imagens) relativos à *cadeia equivalencial* como um todo. Nesse sentido, a identidade popular funciona como um *significante vazio* que condensa demandas (que compartilham entre si o vínculo negativo inerente ao laço equivalencial) em um campo social *heterogêneo*. O momento equivalencial/articulador não ocorre por necessidade lógica, mas é constituído pela unificação de uma pluralidade de demandas.

A *heterogeneidade social* implica demandas que não podem ser representadas em uma localização estrutural específica dentro de um campo antagônico. Por exemplo, a situação das mulheres e a demanda por reconhecimento e justiça foi adquirindo novos elementos e se configura de forma diferente a partir da demanda por “Trabalho Igual, Salário Igual” até a expressão mais atual “Nenhuma a menos”<sup>11</sup>. A unidade do agente social é o resultado de uma pluralidade de demandas sociais que constituem uma *cadeia de equivalências* agrupadas de acordo com o princípio de *nomeação*. A *nomeação* é, portanto, o momento-chave da constituição de um povo, cujos limites e componentes equivalenciais oscilam constantemente. Um aspecto central na argumentação de Laclau é o *nome* como fundamento da identidade popular, o que permite falar de uma “produtividade social do nome”.

<sup>11</sup> O IHU, em seu sítio na internet publicou textos sobre o movimento. Entre eles, *Nem uma a menos: América Latina despertou, diz organizadora de protesto argentino*, disponível em <http://bit.ly/2vxrfZ3>. (Nota da IHU On-Line)

A necessidade de estabelecer um *povo* surge apenas quando a plenitude não é alcançada e objetos parciais dentro da sociedade (objetivos, figuras, símbolos) são de tal maneira *investidos* que se tornam os nomes de sua ausência. A partir daí, há a centralidade da *dimensão afetiva* neste processo.

**IHU On-Line – Como compreender o cenário político do mundo atual a partir do conceito de populismo de Laclau? Até que ponto sua teoria ainda é útil para compreender o espaço político na América Latina hoje, principalmente na Argentina?**

**Myriam Southwell** – A tarefa do analista do discurso, assim como a tarefa do linguista é reconstruir a gramática de uma língua, é reconstruir essa forma, essa sequência básica de sentido através da qual o social se configura. O político tem um papel ontológico na concepção do social, ou seja, que a sociedade se estruture em um determinado sentido básico, através de suas articulações políticas. O discurso implica em ação, e a prática é discursiva. Por isso não seria viável afirmar a distinção entre discurso e prática. Se o político é constitutivo do laço social, haverá sempre uma dimensão política pela qual a sociedade e o povo são constantemente reinventados. E esta é uma análise atual e relevante em nossas sociedades.

A unidade do agente social é o resultado de uma pluralidade de demandas sociais que constituem uma *cadeia de equivalências* agrupadas de acordo com o princípio de *nomeação*. Quanto mais heterogêneas as demandas sociopolíticas, mais autônoma será a construção do povo a respeito de tais demandas. O *ponto nodal* afetivamente investido (o “nome”) não apenas expressa essa *cadeia de equivalências*, mas torna-se sua *fundamento*. A *nomeação* é, portanto, o momento-chave da constituição de um povo, cujos limites e componentes

equivalenciais oscilam permanentemente. O momento equivalencial/articulador não ocorre por necessidade lógica, mas é constituído pela unificação de uma pluralidade de demandas. As demandas de liberação, ou contra a dependência, a democratização, a estabilidade, a inclusão e a mudança constituíram cadeias equivalenciais que conseguiram tornar hegemônica a discursividade em vários momentos nas últimas décadas.

Ernesto produziu a conceituação de “limiars da política”, apresentada na revista *Debates y Combates*, liderada por ele nos últimos anos de sua vida. Na revista, ele defendeu que o limiar fazia referência a um horizonte discursivo, uma linha divisória entre o representável e o irrepresentável. Há certos objetos que se constituem a partir desse horizonte, enquanto outros que poderiam ter sido importantes em um horizonte anterior perdem toda a viabilidade e possibilidade de representação. Não é que sejam “superados” em um sentido dialético, mas sua força de organização de um campo significativo de representações ao seu redor desaparece: os componentes discursivos que apareciam articulados ao redor de tal hegemonia ganham autonomia em sua particularidade e o campo das representações coletivas perde qualquer coerência interna.

A partir dessa noção, ele entende que o que aconteceu em vários países latino-americanos nos últimos anos é que um novo limiar de percepção da política já começou a ser desenvolvido, enquanto os limiares anteriores entraram em uma crise irremediável. Mas também trata-se de variantes completamente novas, porque pressupõem uma articulação completamente diferente entre populismo e institucionalismo, que são os dois polos fundamentais em torno dos quais a política se constitui. De acordo com Laclau, a tradição democrática nacional popular representa um componente essencial desse limiar político, mas há outros dois

que são característicos da nova fase: as dimensões de autonomia e de hegemonia. Enquanto a hegemonia predominava no primeiro populismo latino-americano, nos populismos atuais ela se constrói através de uma passagem pela organização autônoma de uma pluralidade de atores sociais.

## “Populismo é uma forma de constituir a unidade de um grupo”

**IHU On-Line – A ideia do populismo pode ser associada a uma concepção de construção democrática? Por quê?**

**Myriam Southwell** – As dimensões que definem o populismo são:

1. O surgimento de um conjunto de forças e demandas heterogêneas que não podem ser integradas organicamente dentro do sistema institucional/diferencial vigente.
2. Como os vínculos entre essas demandas são diferenciais, só podem ser equivalentes (há uma certa “familiaridade” entre elas, porque todos têm o mesmo inimigo).
3. A cadeia de equivalências atinge seu ponto de cristalização em torno de um *significante vazio*.
4. Para desempenhar esse papel, o *significante vazio* é reduzido a um nome.
5. Para que o nome desempenhe sua função, ele deve estar investido de “afeto”.
6. A partir de um ponto de vista conceitual, é possível perceber essa variabilidade como a relação (instável) entre o movimento populista e o sistema institucional: (i) um sistema institucional autorregulado que relega qualquer desafio anti-institucional a uma situação marginal; (ii) um sistema institucional menos

estruturado, que requer alguma recomposição política: o sistema pode ser contestado, mas por manter sua capacidade de autoestruturação as forças populistas atuam dentro e fora do quadro institucional; e (iii) um sistema que entrou em um período de “crise orgânica” no sentido gramsciano: as forças populistas não apenas desafiam o sistema, mas se lançam à reconstrução de um novo núcleo populista.

A teoria populista contemporânea nos permite transcender essa antiga noção de que se trata de uma anomalia específica da América Latina (já que está se expressando em vários outros lugares), o que também implica uma perspectiva de emancipação do colonialismo do pensamento. Graças a intervenções como as de Laclau, Mouffe e alguns outros acadêmicos, o populismo é, portanto, muito mais do que um estigma, uma anomalia, uma saída dos trilhos da normalidade; é um conceito-chave para pensar a política.

O ciclo de políticas democratizadoras da primeira década do século XXI em nossa região, com as ferramentas conceituais que a teorização populista proporciona, permitem dizer que essas experiências foram impulsionadas pela busca da ampliação de direitos. Por isso, o populismo é a lógica de articulação política que estabelece uma fronteira entre superiores e inferiores, entre os que se apropriam do Estado para dirigi-lo de acordo com seus interesses classistas individuais e os que colocam o Estado como um lugar de política pura – dilemática, conflituosa – para ampliar os direitos a uma parcela mais ampla da população.

7. Concluindo, Laclau aponta que há uma assimetria entre a comunidade como um todo (a *populus*) e quem está “abaixo” (a *plebe*). A plebe é sempre uma parte que se identifica como um *todo*.

Isto implica que uma demanda popular específica encarne a plenitude ausente da comunidade, por

meio de uma *cadeia de equivalências* potencialmente infinitas. Isto ocorre justamente pelo vazio do significante, que sendo parcialmente vazio pode absorver outras demandas e, assim, essa particularidade adquire uma significação que o excede. A *plebe* nunca deixa de ser uma particularidade, o que significa que o todo é sempre uma totalidade *fracassada*.

Não há campo popular sem o estabelecimento de uma relação equivalencial entre um conjunto de demandas sociais. A estruturação interna de cada demanda é o que importa e compreende diferentes possibilidades. Ao entrar em uma cadeia equivalencial, toda demanda social aparece internamente: por um lado, temos a especificidade, a particularidade da demanda; por outro, a rejeição implícita ao poder contra o qual ela é formulada. Laclau explicou que esses dois componentes da estruturação de cada demanda – a sua especificidade e sua entrada no campo popular – têm peso relativo variável. Se a demanda específica é imprecisa na sua formulação, sua constituição dependerá mais de sua inscrição diferencial. Se, por outro lado, ela for mais autônoma e específica em sua formulação, sua inscrição equivalencial será sempre submetida a processos de renegociação contínua. É a passagem da primeira para a segunda alternativa que caracteriza o populismo latino-americano atual, em relação ao populismo clássico. Enquanto incorporava à esfera pública massas em grande parte virgens e com baixo nível de organização e identidade corporativa, os novos populismos devem partir de sociedades civis muito mais estruturadas e de atores sociais muito mais autônomos em sua ação coletiva.

**IHU On-Line – Quais são as contribuições de Laclau e Mouffe na concepção de políticas educacionais? O que revelam sobre a história recente**

### **das políticas educacionais na Argentina?**

**Myriam Southwell** – A lógica de articulação que é tão significativa na análise de Laclau é uma grande contribuição para pensar esse espaço tensionado, de múltiplas demandas, lugar de enunciação de posições e exigências diferentes e de diversas ordens, como a educação. Vou resumir o que para mim são duas contribuições importantes dessa teoria para a teorização educacional: uma perspectiva que transcende a determinação (tão frequente ao tentar explicar processos educativos) e uma forma de explicitação da natureza política da educação.

A respeito do primeiro aspecto, a perspectiva da análise política do discurso nos permite ir além de uma abordagem dos sistemas de ensino como reflexos que dependem da lógica externa; o que não quer dizer negar taxativamente a incidência de características globais ou de aspectos econômicos, de crises socioeconômicas e regulações sociais etc. O que queremos destacar é que o campo da educação e os atores que lhe dão vida não estão simplesmente sujeitos a determinações sobre as quais não têm relação, impassíveis e até mesmo indefesos perante as ondas que encerram a politicidade de seu posicionamento e suas ações.

A respeito da segunda contribuição, entender que o social é constituído por articulações políticas nos permitiu renovar e enfatizar o peso da história e das tradições que funcionavam como uma forte base de tradução, especialmente no que diz respeito à dinâmica escolar. As políticas de regulação do trabalho docente poderiam, então, ser entendidas como *processos sociais de significação*, nas quais se tenta fixar de maneiras diversas a docência como posição de sujeito, no âmbito das diferentes enunciações e significados em disputa. Enquanto intervenções discursivas, estas políticas têm um caráter eminentemente político, controverso e associado às lutas pela hegemonia em termos de alcançar a fixação –

sempre precária – de significados ligados à docência.

Nesse sentido, o caráter inerentemente político da reflexão, da ação e da organização educativa se confirmam não mais como uma condição quase unidirecional de poder em função de um determinado direcionamento, mas como motor, como o que se coloca em funcionamento em torno de dilemas e, portanto, cria as condições de possibilidade para que as disputas, confrontos, hibridações e negociações aconteçam e para que realidades cotidianas sejam construídas. É aí que reside o caráter político da educação, que se vincula à natureza inalienável da decisão, assim como as decisões que são tomadas em diferentes posições, não previamente estabelecidas, mas construídas em cada situação. Assim, a educação se desenvolveu em torno de uma posição ativa, decisiva, inerentemente política, que se desenvolve *in loco* e não é completamente predeterminada.

“A hegemonia predominava no primeiro populismo latino-americano”

**IHU On-Line – Como é possível compreender os processos de transmissão cultural segundo Laclau? Que alternativas ele apresenta para romper com a ideia de hegemonia, tanto educacional como política?**

**Myriam Southwell** – A educação, considerada como transmissão cultural, vincula-se aos projetos do governo de cada sociedade de maneira direta e muito complexa. Não existe um processo puramente comunicativo em termos funcionais, mas existem processos de significação, apropriação e seleção baseados

em um contexto e realidades construídas que não estão previamente mapeadas de maneira irreversível. Em suma, um projeto pedagógico deveria ser analisado não em relação de continuidade com uma determinada demanda social, mas em relação de articulação.

Já a noção de hegemonia não deve ser pensada como algo negativo ou – por isso mesmo – deve-se procurar eliminá-la. Muito pelo contrário, essa noção possibilita reconhecer a dinâmica do social sobreposta à política. O conceito de hegemonia advém inicialmente do pensamento gramsciano, embora na obra de Laclau e Mouffe esta categoria se distancie da centralidade classista no protagonismo revolucionário e de caráter teleológico; também introduz elementos discursivos. Conceber o discurso como uma configuração significativa e aberta possibilita entendê-lo como condição de práticas hegemônicas. Conceituar a hegemonia como prática discursiva não implica reduzi-la a formas linguísticas de construção de consenso, mas reconhecer que as operações específicas envolvidas em uma prática hegemônica têm como condição estarem enquadradas em redes significativas socialmente compartilhadas. A dinâmica de uma prática hegemônica faz com que uma demanda social específica transforme seu conteúdo em uma fixação parcial de significado, em torno do qual outras demandas sociais são articuladas. Conseqüentemente, esta transformação dentro dos elementos articulatórios envolve uma luta política.

Um projeto educacional não deve ser analisado em relação de continuidade com uma demanda social específica, mas em uma relação de articulação. Além disso, as identidades particulares são sempre instáveis e os conteúdos dessa relação de articulação são permanentemente “renegociados”. A educação está diretamente ligada aos projetos políticos de cada sociedade, mas de uma forma muito mais complexa do que se imagina. O dispositivo pedagó-

gico é constituído como uma condição para a produção, reprodução e transformação da cultura. Não há um processo de comunicação puro, em termos funcionalistas. Se considerarmos o processo educacional como uma reprodução da cultura dominante inalterada, sua historicidade inerente é desconsiderada. A transmissão/aquisição da cultura deve ser entendida como um processo de significação; caso contrário, as identidades de quem ensina e de quem aprende seriam consideradas essenciais e estabelecidas por determinados mecanismos sociais. A relação política entre diferentes sujeitos dentro da sociedade pode participar do processo de ensino-aprendizagem, desordenando o dispositivo de reprodução. Portanto, como formulado por Adriana Puiggrós<sup>12</sup> em 1996, a educação pode ser entendida como um processo de transmissão e aquisição, ensino e aprendizagem, de formas de diferenciação e articulação acumuladas culturalmente.

“Nos populismos atuais, ela [a hegemonia] se constrói através de uma passagem pela organização autônoma de uma pluralidade de atores sociais”

**IHU On-Line – De que forma Laclau e Mouffe entendem a**

<sup>12</sup> **Adriana Victoria Puiggrós** (1941): pedagoga argentina. Também integra o partido Frente Grande, pelo qual foi deputada federal. Entre 2005-2007 foi diretora geral da Cultura e Educação da Província de Buenos Aires. Em 2001, foi secretária de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação Produtiva. É a filha do intelectual e político Rodolfo Puiggrós. (Nota da **IHU On-Line**)

**singularidade do indivíduo e qual o seu papel na articulação com o todo, com o povo?**

**Myriam Southwell** – Na teorização de Laclau e Mouffe, o sujeito não se encontra previamente constituído, mas é efeito de atos de nomeação, constituídos nas relações, não antes, ao contrário das construções apriorísticas da subjetividade. Isso parte das contribuições da psicanálise e, portanto, é possível repensar certas dinâmicas sociais, em termos de processos complexos que se relacionam com a necessidade de conclusão, para cobrir uma falta, uma tentativa sempre fracassada frente a uma falta inerente. Devido a essa dinâmica de busca permanente de conclusão, são produzidos processos de identificação simbólica permanentes, incompletos e instáveis, estruturados em torno da “aceitação” dessa falta constitutiva.

Isso pode gerar uma chave para a compreensão das identidades sociais e políticas de forma não simplista, bem como resgatar seu caráter de movimento, de eterna busca. Por outro lado, permite compreender a instabilidade constitutiva dessas identidades. Isto se contrapõe à ideia de sociedade como um todo fechado e centrado. Em suma, fornece elementos para uma subjetividade sociopolítica da subjetividade, compatível com as bases teóricas do pós-estruturalismo.

Há algo que também aprendemos muito bem com sua estratégia analítica: que a pluralidade de relações sociais de dominação que compõem o plexo social exige uma estratégia política de articulação das múltiplas lutas em torno das diferentes demandas democráticas de uma formação social concreta.

**IHU On-Line – Quais são os discursos pedagógicos da Argentina pós-ditadura? Até que ponto esses discursos podem trazer luz às reflexões sobre a política no país hoje? E que relações podemos estabelecer com outros países latino-ame-**

## ricanos que viveram a experiência da ditadura militar, como o Brasil?

**Myriam Southwell** – A análise da experiência de recuperação democrática na Argentina envolveu a reconstrução da hegemonia implementada pelo novo governo, através da confrontação com o regime militar, o restabelecimento do Estado de Direito, buscando acordos ou a realocação das instituições clássicas de representação. Através desse posicionamento, o primeiro governo pós-ditatorial procurou estabelecer uma fronteira com o passado como condição para o surgimento de um novo regime político, a partir da criação de um antagonismo que havia cristalizado, de uma só vez, uma fronteira temporal e política.

O alfonsinismo<sup>13</sup> construiu sua hegemonia em torno do significante democracia. A *democracia* ocupou um lugar central em todos os discursos da época; por exemplo, uma das declarações mais famosas – e reiteradas – de Alfonsín<sup>14</sup> foi “*com a democracia se come, se cura e se educa*”... Assim, articulavam-se significados relacionados ao bem-estar da sociedade (nutrição, saúde, educação, liberdade, representação política etc.) em torno do significante democracia. Toda a produção discursiva presidencial tentou ligar o sentido de cada ação governamental ao propósito de construção de um regime político democrático. Nas palavras de Laclau, a restauração da ordem democrática funcionou como a superfície de inscrição, sempre incompleta, para uma plenitude ausente.

Em termos pedagógicos, o discurso que impulsionou as políticas e instituições da época foi anunciado como “democrático” para superar o regime autoritário anterior, tentou generalizar as características estruturais que o sistema educativo

argentino tinha antes da ditadura, ampliando sua cobertura, removendo as restrições para a admissão às instituições de ensino e promovendo formas de participação. O caráter polissêmico da democracia também estava presente, e os debates educacionais eram o eixo da dicotomia democracia-autoritarismo como ponto de partida. Significantes como a democracia, a participação, o pluralismo, a soberania, entre outros, foram adotados como o quadro a partir do qual diferentes projetos pedagógicos eram enunciados. Isto criou condições para que documentos oficiais, bem como os não oficiais, as prescrições e recomendações para experiências pedagógicas compreendessem essas ideias antiautoritárias. Esse clima estimulou fortes apostas quanto ao ensino de direitos humanos, experiências de educação não formal, movimentos estudantis etc.

Neste contexto, a Igreja Católica organizou seu campo de argumentação a partir da ideia de *pluralismo*, invocando a noção de pluralidade (que não exercia) para discutir com aquilo que entendia como monopólio estatal no campo pedagógico. Este é um exemplo de uma tentativa de dominar o campo da discursividade por meio da articulação do conceito de pluralidade ao significante democracia, relacionando a discussão do continente democrático com o conteúdo do “pluralismo”. Ou seja, participava da discussão sobre o significante democracia carregando-o com o sentido de pluralidade que possibilitava dar um xeque-mate à presença do Estado, buscando restaurar sua presença como agência educacional desenvolvida na segunda metade do século XX.

Processos semelhantes aconteceram nos países vizinhos, em relação às cadeias equivalenciais que se desenvolveram em torno da ideia que desenvolveu o direito à educação, ou com os significantes inclusão ou profissionalização, articulando-o com conteúdos específicos, como parte da discussão hegemônica.

“Não há campo popular sem o estabelecimento de uma relação equivalencial entre um conjunto de demandas sociais”

**IHU On-Line – De que forma os escritos de Laclau podem nos inspirar a pensar sobre as ditaduras latino-americanas? Até que ponto seu pensamento contribuiu na construção de uma democracia que supera o totalitarismo ditatorial?**

**Myriam Southwell** – Duas coisas podem ser entendidas por democracia: o funcionamento das instituições liberais, ou então o ator democrático e coletivo inspirado no conceito de igualdade. Ou seja, as reformas populares democráticas se desenvolveram em um quadro institucional não liberal. Em 2013, Laclau defendia que as tradições popular-nacional-democrática e liberal-democrática, por muito tempo, foram linhas paralelas, mas que nos últimos trinta anos, devido às mais brutais ditaduras que o continente já viveu, que golpearam as duas tradições, têm convergido, pois já não são incompatíveis com o funcionamento democrático-liberal das instituições.

Se a democracia é possível, é porque o universal não tem o corpo nem o conteúdo necessário. Pelo contrário, diversos grupos – entre *semelhantes* – competem entre si para dar a suas funcionalidades uma função de representação universal, de modo temporário. A sociedade gera todo um vocabulário de significantes vazios cujos sentidos temporários são o resultado de uma competição política. ■

<sup>13</sup> **Alfonsinismo**: perspectiva política relacionada a Raúl Ricardo Alfonsín, ex-presidente da Argentina, advogado, político, estadista e promotor de direitos humanos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> **Raúl Ricardo Alfonsín** (1927-2009): advogado e político argentino, presidente de seu país de 1983 a 1989. Foi uma das figuras mais importantes da história de seu partido, a União Cívica Radical. (Nota da **IHU On-Line**)

# Laclau e a redescoberta da rebeldia do povo

Hugo Cancino observa a obra laclauniana como forma de atualizar perspectivas de obras clássicas. Para ele, é por meio do pensador argentino que se pode chegar à potência dos pobres e submersos

João Vitor Santos | Tradução: Moisés Sbardelotto

**H**ugo Cancino é um dos pesquisadores que recomenda a leitura de Ernesto Laclau com vistas à inspiração para pensar mais sobre o tempo em que vivemos. E, para fazer o atravessamento entre a realidade concreta e a teoria do autor, sugere: “Talvez, junto com Laclau, devêssemos ler, como Laclau, os anarquistas, os que perderam a batalha, como Leon Trotsky”. Cancino acredita que o pensador é importante para que se consiga trazer para a atualidade grandes clássicos que, no passado, foram fundamentais para compreender o mundo. “O pensamento de Laclau, sua releitura da hegemonia gramsciana e dos outros clássicos do pensamento marxista passam a fazer parte dos rebeldes de hoje na França, Itália, Espanha e América Latina, que, a partir da indignação, chegaram, depois de uma longa jornada, a redescobrir a rebeldia que está latente nos pobres, nos submersos, em última análise, nos de baixo”, destaca.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor demonstra como o pensador argentino elabora que, ao longo do século XX, a “realidade havia se tornado complexa e opaca”. Assim, destaca que é impor-

tante perceber, como Laclau percebeu, que a realidade “não podia se reduzir às classes sociais em conflito, mas sim à existência e luta de muitos sujeitos sociais, étnicos e culturais”. “Nessa mesma compreensão e tentando compreender Laclau, no nosso mundo de hoje, estão presentes outros componentes, como as crises políticas, de representação e também a crise das elites políticas. Como se vê, por exemplo, nos casos do Chile e do Brasil”, completa. E provoca: “Até agora, o populismo realmente existente nunca alcançou a altura e a radicalidade do peronismo de 1945 a 1955. Essa foi a temática de Ernesto Laclau para iniciar a sua pesquisa sobre os movimentos nacional-populares”.

**Hugo Cancino** é professor emérito do Institut for Kultur og Globale Studier da Aalborg University, Dinamarca. Licenciado em História pela Universidad de Chile, Santiago, é Ph.d. em História pela Aarhus Universitet. Recentemente, publicou o artigo sobre a pesquisa que desenvolve: *Ernesto Laclau y su contribución a los Estudios Latinoamericanistas* (In: Sociedad y discurso, AAU, No. 30, 2017, p. 4-23).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como compreender a realidade política do nosso tempo a partir do conceito de populismo de Laclau?**

**Hugo Cancino** – Atravemo-nos a postular que a “realidade” política do nosso tempo é bastante complexa e, talvez, não poderia ser totalmente compreendida pelo termo “populis-

mo” na compreensão de Laclau. O termo existia antes de Laclau, com uma acepção negativa de demagogia, caudilhismo, ofertas de melhoria social desmedidas etc. Foi Laclau quem conferiu ao termo um status científico no contexto de uma nova lógica política que podia levar a uma nova forma de democracia e representação.

A significação e a contribuição de Laclau foram de criar um novo aparato conceitual, crítico e aberto, para compreender a “nova realidade” emergente depois do fim da Guerra Fria e do bloco soviético, e da dissolução do paradigma do “marxismo-leninista” que foi a “ideologia” da esquerda. Laclau enfatizou em seus trabalhos e artigos que a “realidade” havia se torna-

## “Laclau enfatizou em seus trabalhos e artigos que a ‘realidade’ havia se tornado complexa e opaca”

do complexa e opaca e, portanto, não podia se reduzir às classes sociais em conflito, mas sim à existência e luta de muitos sujeitos sociais, étnicos e culturais. Nessa mesma compreensão e tentando compreender Laclau, no nosso mundo de hoje, estão presentes outros componentes, como as crises políticas, de representação e também a crise das elites políticas. Como se vê, por exemplo, nos casos do Chile e do Brasil.

Esse contexto [de crises] não leva necessariamente à irrupção de movimentos populistas, ou seja, à rebelião dos de baixo, que crie um novo cenário, em que os antagonismos sociais se aprofundem de tal maneira que o impasse entre os blocos sociais se resolva com a força de um sujeito social ou de um líder carismático que encha de conteúdos classistas o significativo vazio, de que Laclau fala, e produza a ruptura populista: todo o poder aos cidadãos. Isto é, criar poder popular nos termos de Laclau.

**IHU On-Line – A partir desse conceito de populismo, como entender a ascensão de partidos como Podemos<sup>1</sup>, na Espanha, e também de líderes como Trump<sup>2</sup>**

1 **Podemos**: partido político espanhol que foi fundado em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu o voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment

**ou Macron<sup>3</sup>?**

**Hugo Cancino** – Ambos os casos de irrupção populista se enquadram em contextos políticos, sociais e ideológicos, em última análise, muito diferentes. Em nenhum dos três casos houve um vazio de poder, nem na Espanha, na França ou nos Estados Unidos. O que houve foi uma rebelião contra as elites de poder, uma classe política, no caso espanhol, uma casta oligárquica, afastada do povo e de seus problemas cotidianos, e velhos partidos políticos esgotados, sem discursos de renovação. A esquerda tradicional faz parte desse processo de crise do discurso e de carência de perspectivas para continuar.

### **Podemos**

O Podemos, na Espanha, está diretamente vinculado às mobilizações dos “indignados”, que irromperam no cenário social proclamando uma corrente de reivindicações, tanto da juventude quanto dos desempregados, aposentados e marginalizados na Espanha. A geração que operou como vanguarda emitiu um discurso de desconfiança e crítica radical ao sistema, à ordem que surgiu no

Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Emmanuel Macron** [Emmanuel Jean-Michel Frédéric Macron] (1977): é um político, funcionário público e banqueiro francês, atual presidente do seu país. Macron estudou na escola jesuíta de Amiens, tendo boas notas, até ser enviado por seus pais para estudar seu último ano do ensino secundário em Lycée Henri-IV, de Paris. Macron estudou filosofia na Universidade de Paris X - Nanterre, concluiu um mestrado em políticas públicas no Instituto de Estudos Políticos de Paris. Enquanto estudou nesta instituição, foi assistente do filósofo Paul Ricœur. Depois, se formou na Escola Nacional de Administração em 2004. Em seguida, passou a trabalhar na Inspeção-Geral de Finanças antes de se tornar um sócio do banco Rothschild. (Nota da **IHU On-Line**)

processo da transição democrática, fundamentada no consenso dos dois grandes partidos: Aliança Popular e Partido Socialista Operário Espanhol - PSOE. Na realidade, ambas as formações reagiram com hostilidade contra os jovens que protestavam a partir de baixo, em vez dos espaços institucionalizados (aqueles que, aliás, estavam obstruídos pelo sistema).

Esse contexto foi preparando o caminho para o que seria o Podemos, um partido-movimento, que não tinha um domicílio institucionalizado, como os velhos partidos-sistema. Não se declararam nacional-populares, mas, ao se lerem seus manifestos, intervenções e vídeos na web, eles mostravam simpatia para com os novos movimentos nacional-populares na América Latina. A partir do momento em que ingressaram no Parlamento, foram acusados pelos dois partidos eixos do poder de serem “populistas” e “demagogos”. Pela primeira vez, escuta-se nas cortes e nos meios de comunicação um discurso que denuncia a “casta” dirigente, seus escândalos de corrupção com bens públicos e a atitude complacente do PSOE. Sua presença social e política é inegável, mas ainda estão longe de criar uma maioria que consiga reverter o regime de Rajoy<sup>4</sup>,

4 **Mariano Rajoy Brey** (1955): é um político espanhol, presidente do governo da Espanha. Realizou os seus estudos no Colegio Discípulas de Jesús de León, no Colegio Sagrado Corazón de los Jesuitas de León e concluiu os estudos secundários numa escola pública de Pontevedra. Licenciado em Direito, é conservador do Registo Predial espanhol, carreira em que ingressou imediatamente após finalizar o curso, em 1978. A partir de 1981 foi deputado na comunidade autónoma da Galiza, eleito pela Aliança Popular, movimento que estaria na gênese do atual Partido Popular. Em 1983 foi eleito membro do Conselho Municipal da Câmara Municipal de Pontevedra. Em 1987 foi eleito vice-presidente da Junta da Comunidade da Ga-

reduzir a gravitação da Igreja Católica, eliminar o apoio financeiro para uma instituição que não representa as jovens gerações da Espanha.

## Macron

Macron é o caudilho dos setores médios franceses. A sua rebelião não sairá dos marcos do neoliberalismo, cuja dimensão mais impiedosa nós conhecemos no Chile desde Pinochet<sup>5</sup> até a Sra. Bachelet<sup>6</sup>.

## Trump

Trump recolheu a indignação dos setores do povo branco e de todos aqueles que viam na elite governante, em seus privilégios e em seus títulos profissionais, os seus inimigos. Diante da indignação de todo esse mundo, tão longe de Deus como das elites governantes aos empresários e com um discurso confuso e contraditório, a primeira coisa que fez foi chamar empresários a fazerem parte do seu governo, junto com generais aposentados. A religião sempre esteve presente na velha direita republicana, nos setores racistas etc.

## IHU On-Line – Podemos afirmar que a perspectiva do populismo pode ser um caminho para enfrentar os movimentos do capital financeiro hoje? Como compreender essa rela-

ção entre populismo e capitalismo no nosso tempo? liza. Em 1989 foi eleito deputado nacional, numa altura em que passou também a fazer parte do Comité Ejecutivo Nacional do recém-criado PP. Também foi ministro da Administração Pública do governo espanhol liderado por José María Aznar entre 1996 e 2003, vice-presidente do Governo (2000-2003), e presidente do Partido Popular (PP), principal partido na Espanha após as eleições de 20 de novembro de 2011. Em fevereiro de 2001 deixou de ser ministro da Presidência para suceder na pasta do Interior a Jaime Mayor Oreja. Como responsável deste ministério, Rajoy conseguiu importantes conquistas na luta contra a organização terrorista ETA. (Nota da **IHU On-Line**)  
<sup>5</sup> **Augusto Pinochet** (1915-2006): general do exército chileno, governante do Chile após chegar ao poder em 11 de setembro de 1973, pelo Decreto Lei Nº 806 editado pela junta militar (Conselho do Chile), que foi estabelecida para governar o Chile após a deposição e suicídio de Salvador Allende, e posteriormente tornado senador vitalício de seu país, cargo que foi criado exclusivamente para ele, por ter sido um ex-governante. Governou o Chile entre 1973 e 1990, depois de liderar a junta militar que derrubou o governo de Salvador Allende. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>6</sup> **Michelle Bachelet** [Verónica Michelle Bachelet Jeria] (1951): médica e política chilena. É a atual presidente da República do Chile, eleita em 2006. Desde 2008, é também presidente da União de Nações Sul-Americanas. Membro do Partido Socialista do Chile, ela ocupou o lugar de Ministra da Saúde no governo de Ricardo Lagos, entre 2000 e 2002, e mais tarde, o cargo de Ministra da Defesa, sendo a primeira mulher a exercer este cargo na América Latina. (Nota da **IHU On-Line**)

## ção entre populismo e capitalismo no nosso tempo?

**Hugo Cancino** – Se, na primeira parte da sua pergunta, você se refere aos movimentos nacional-populares da América Latina, seria possível afirmar que nenhum deles alcançou um desenvolvimento de uma força social e política que lhes permita desalojar o capital financeiro dos seus bastiões de poder econômico e cultural: em geral, podemos afirmar que até agora dominou um reformismo moderado, que não impulsionou medidas anticapitalistas nem criou um novo Estado nacional, tarefa histórica que Evo Morales<sup>7</sup>, o chavismo<sup>8</sup> ou o movimento de Correa<sup>9</sup> no Equador prometeram.

Há algum tempo, eu li um artigo de James Petras<sup>10</sup>, em que ele afirmava que, em três anos, a Unidade Popular chilena fez mais do que o chavismo, embora nas condições mais difíceis do processo chileno. No caso de Correa e Evo, parece-me que eles foram generosos ao alcançar acordos com setores do capital financeiro internacional. Entendemos que o cha-

<sup>7</sup> **Evo Morales** [Juan Evo Morales Ayma] (1959): é o atual presidente da Bolívia. Líder sindical dos coccaleros, destacou-se ao resistir aos esforços do governo dos Estados Unidos para substituição do cultivo da coca, na província de Chapare, por bananas, originárias do Brasil. De orientação socialista, o foco do seu governo tem sido a implementação da reforma agrária e a nacionalização de setores-chaves da economia, contrapondo-se à influência dos Estados Unidos e das grandes corporações nas questões políticas internas da Bolívia. De etnia uru-aimará, Morales destacou-se a partir dos anos 1980, juntamente com Felipe Quispe e Sixto Jumbiri e alguns outros, na liderança do campesinato indígena do seu país. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> **Chavismo**: é o nome dado à ideologia de esquerda política baseada nas ideias, programas e estilo de governo associados com o ex-presidente da Venezuela Hugo Chávez. Chavista é um termo utilizado para descrever apoiadores de Chávez. O chavismo, nas palavras de alguns dos seus principais partidários, é composto por três fontes básicas: as ideias de Simón Bolívar, Ezequiel Zamora e Simón Rodríguez, e também um socialismo revisado que é definido como o "socialismo do século XXI". Da mesma forma, o chavismo toma ideias de Ernesto Guevara, Fidel Castro, Augusto César Sandino, Camilo Cienfuegos, entre outros. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>9</sup> **Rafael Correa** [Rafael Vicente Correa Delgado] (1963): economista e político equatoriano, atual presidente de seu país. Criado numa família de classe média na cidade portuária de Guayaquil, Correa ganhou bolsas para estudar na Europa e nos Estados Unidos. Economista, foi assessor do ex-presidente Alfredo Palacio durante suas funções como vice-presidente. Depois, foi ministro de Economia e Finanças no início da gestão de Palacio na presidência, entre abril e agosto de 2005, após a destituição de Lucio Gutiérrez. Renunciou ao cargo por discordar da política presidencial. É casado com Anne Malherbe. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>10</sup> **James Petras**: professor emérito de Sociologia da Universidade de Binghamton, em Binghamton, Nova York, e professor adjunto da Universidade de Saint Mary, Halifax, Nova Escócia, Canadá. Autor prolífico, publicou vários trabalhos sobre questões políticas da América Latina e Oriente Médio. Ele há muito apoia os revolucionários das FARC na Colômbia e vem apoiando o Movimento dos Sem Terra no Brasil. (Nota da **IHU On-Line**)

vismo, com Maduro<sup>11</sup>, tem poucas perspectivas de vida longa, acossado por movimentos civis com ampla representação de jovens da oligarquia tradicional, jovens brancos ou branqueados. As mobilizações venezuelanas dos setores oligárquicos me lembram mobilizações semelhantes no Chile no período de 1972 – que preparou o caminho para o Golpe de 1973. A crítica central da esquerda revolucionária dos anos 1970 foi que os movimentos populistas nunca chegaram muito longe nos seus objetivos anticapitalistas. Até agora, o populismo realmente existente nunca alcançou a altura e a radicalidade do peronismo de 1945 a 1955. Essa foi a temática de Ernesto Laclau para iniciar a sua pesquisa sobre os movimentos nacional-populares, nome outorgado pelo cientista ítalo-argentino Gino Germani<sup>12</sup>.

Com relação aos movimentos populistas emergentes na Europa nas últimas duas décadas, posso dizer que todos se inscrevem em uma perspectiva nacional-étnica. Tenho dúvidas de que seus dirigentes ou ideólogos leram Laclau, que os analisa brevemente em seu livro pós-tumo. Restaurar a nação étnica, “a pureza do sangue”, como diziam os conquistadores hispânicos, é uma utopia impossível de se realizar em países que, durante décadas, receberam e recebem enormes aportes de população de outros países europeus ou do Oriente Médio, como no caso dos turcos, que são a maior minoria étnica na Alemanha e na Dinamarca.

Todos os partidos nacionalistas, novos e antigos, se projetam para a extrema direita. Embora a direita clássica não os tolere muito, em certos casos, o fim justifica os meios, como no caso do Partido Popular Dinamarquês, partido xenófobo que apoia a coalizão de direita que

<sup>11</sup> **Nicolás Maduro Moros** (1962): é um político venezuelano, atual presidente da República Bolivariana da Venezuela. Depois de, como vice-presidente constitucional, assumir o cargo com a morte do presidente Hugo Chávez, foi eleito em 14 de abril de 2013 para mandato como 57º presidente da Venezuela. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>12</sup> **Gino Germani** (1911-1979): foi um sociólogo italiano, precursor e referente da Argentina à sociologia latino-americana. Ele praticou uma sociologia de base científica, longe da filosofia social, mas também comprometida. Germani dá especial atenção para os métodos de investigação. (Nota da **IHU On-Line**)

governa a Dinamarca. Não resta dúvida de que todos esses partidos se identificam com o sistema capitalista, com as oligarquias e com as elites de poder.

### IHU On-Line – Como analisa a esquerda no mundo de hoje?

**Hugo Cancino** – Eu me atreveria a defender que a crise da esquerda na América Latina faz parte da crise da esquerda global. Seria preciso acrescentar que a nossa esquerda, desde a sua gestação no fim do século XIX, em países como Argentina, Chile, Brasil etc., que experimentaram uma primeira industrialização e, quase paralelamente, ali, foram se estruturando formas sindicais como as Mancomunais [*Mancomunales*], com uma gravitação de grupos e organizações anarquistas. As emigrações a partir da Europa de militantes anarquistas, alguns dos quais tinham participado na fundação da Primeira Internacional<sup>13</sup> e da Comuna de Paris<sup>14</sup>. Ou seja, desde o começo, o movimento se projetou como internacionalista no espírito do Manifesto Comunista<sup>15</sup> e do discurso anarquista.

<sup>13</sup> **Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT):** também conhecida como Primeira Internacional ou simplesmente Internacional, foi uma organização internacional fundada em setembro de 1864. Foi a primeira organização operária a superar fronteiras nacionais, reunindo membros de todos os países da Europa e também dos Estados Unidos. A organização abrigou, em seu seio, trabalhadores das mais diversas correntes ideológicas de esquerda: de comunistas marxistas até anarquistas bakuninistas e proudhonianos, além de sindicalistas, reformistas, blanquistas, owenistas, lassalianos, republicanos e democratas radicais e cooperativistas. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>14</sup> **Comuna de Paris:** foi o primeiro governo operário da história, fundado em 1871 na capital francesa por ocasião da resistência popular ante a invasão por parte do Reino da Prússia. A história moderna registra algumas experiências de regimes comunais, impostos como afirmação revolucionária da autonomia da cidade. A mais importante delas — a Comuna de Paris — veio no bojo da insurreição popular de 18 de março de 1871. Durante a guerra franco-prussiana, as províncias francesas elegeram para a Assembleia Nacional Francesa uma maioria de deputados monarquistas francamente favorável à capitulação ante a Prússia. A população de Paris, no entanto, opunha-se a essa política. Louis Adolphe Thiers, elevado à chefia do gabinete conservador, tentou esmagar os insurretos. Estes, porém, com o apoio da Guarda Nacional, derrotaram as forças legalistas, obrigando os membros do governo a abandonar precipitadamente Paris, onde o comitê central da Guarda Nacional passou a exercer sua autoridade. A Comuna de Paris — considerada a primeira república proletária da história — adotou uma política de caráter socialista, baseada nos princípios da Primeira Internacional dos Trabalhadores. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>15</sup> **Manifesto Comunista:** originalmente denominado Manifesto do Partido Comunista (em alemão: *Manifest der Kommunistischen Partei*), publicado pela primeira vez em 21 de fevereiro de 1848, é historicamente um dos tratados políticos de maior influência mundial. Comissionado pela Liga Comunista e escrito pelos teóricos fundadores do so-

cialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, expressa o programa e propósitos da Liga. (Nota da **IHU On-Line**)

Esse internacionalismo se fortaleceu com a Revolução Russa de 1917, que *tomou o céu de assalto*. A fundação da Terceira Internacional, primeiro, fez do internacionalismo um imperativo objetivo e ético. Os partidos comunistas e operários da América Latina foram seções da Terceira Internacional. Depois da morte de Lenin<sup>16</sup> e do stalinismo<sup>17</sup>, a conversão em dependências sem direito a discutir criticamente os desvios da Internacional. A constituição de um corpus ou cânone ideológico, o marxismo-leninismo, é apenas o começo da grande crise ideológica da esquerda global.

Todos esses esquemas, manuais da doutrina, rituais canonizados, geraram crise no fim do século XX. Derrubou-se o sistema, os muros da teoria, que, na verdade, foi um dogma. A dissolução do paradigma que foi o guia do movimento internacional derrubou as organizações marxistas-leninistas. A crise também foi a crise da Social-Democracia europeia e dos partidos socialistas europeus e, singularmente, do PS chileno, supostamente renovado, que renunciou ao marxismo e, finalmente, entrou sem discussão no curso da globalização neoliberal.

Hoje, a corrupção generalizada da elite política chilena faz com que o partido da bandeira vermelha, com um machado indígena no seu centro, seja um partido cuja liderança se articulou com a elite empresarial chilena. Há alguns anos, escrevemos um artigo intitulado “A esquerda latino-americana-

cialismo científico Karl Marx e Friedrich Engels, expressa o programa e propósitos da Liga. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>16</sup> **Lenin [Vladimir Ilyitch Lenin ou Lênine]** (1870-1924): originariamente chamado de Vladimir Ilyitch Uliánov. Revolucionário russo, responsável em grande parte pela execução da Revolução Russa de 1917, líder do Partido Comunista e primeiro presidente do Conselho dos Comissários do Povo da União Soviética. Influenciou teoricamente os partidos comunistas de todo o mundo. Suas contribuições resultaram na criação de uma corrente teórica denominada leninismo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>17</sup> **Stalinismo:** designa o período em que o poder político na antiga União Soviética foi exercido por Josef Stalin. O stalinismo não chega a ser uma teoria, uma vez que sequer articula de forma sistemática ou original determinados conceitos ou princípios. O termo “stalinismo”, na maioria das vezes, designa essencialmente o domínio absoluto de uma dada liderança, a qual dispõe de meios por intermédio dos quais estabelece como verdade a sua interpretação particular do marxismo, do qual se arvora a condição de único e legítimo intérprete. Neste sentido, o stalinismo reproduz e alimenta uma estrutura de pensamento único. (Nota da **IHU On-Line**)

na depois do fim da Guerra Fria”. Postulamos, então, uma tipologia da esquerda em três categorias: esquerda tradicional marxista-leninista, um centro-esquerda que se orientava cada vez mais a uma capitulação da sua essência, a aceitar pactos com as elites econômicas, a comer do mesmo prato com a oligarquia e, em seguida, manter uma presença formal no movimento operário. Nesse mesmo artigo, afirmávamos que a única esquerda realmente existente se expressava nos movimentos nacional-populares que irromperam no fim do século XIX.

“Podemos afirmar que até agora dominou um reformismo moderado”

45

### IHU On-Line – Como as perspectivas políticas da direita se apropriam das lógicas do populismo?

**Hugo Cancino** – Não é possível detectar uma influência da teoria política de Laclau e da lógica da política do populismo na direita clássica europeia, isto é, os partidos conservadores, liberais e social-democratas. Eu não acho que os dirigentes e militantes desses grupos conhecem os trabalhos de Laclau. Como parênteses, eu gostaria de acrescentar que Laclau nunca foi muito conhecido em círculos amplos fora das universidades. Nas universidades europeias, sempre houve estudantes que fizeram seus mestrados e também suas teses doutorais inspirados em seus escritos. Seus melhores acertos foram como expositor, nas entrevistas e nas conferências que proferiu na Argentina e na Venezuela e em outros países da região, em nível de base operária popular. Nesse setor,

demonstrou uma imensa capacidade pedagógica e de comunicação.

Todos esses partidos da Europa Ocidental professam um nacionalismo extremo e de mitos fundacionais sobre a história de seu país. De acordo com o que foi exposto, duvido que a extrema direita nacionalista e étnica entendeu a lógica da globalização. Desde o fim do século XX, esses grupos e também a esquerda revolucionária a repudiaram a partir de ângulos diferentes. Para os nacionalistas de direita, a globalização destruiria as culturas nacionais e permitiria a emigração massiva de etnias e povos indesejados.

A esquerda se pronunciou contra a globalização capitalista e a imposição desse modelo por toda a parte. Tinha razão nesse ponto. Embora o próprio Karl Marx<sup>18</sup> tenha previsto esse mesmo fenômeno que chamou de universalização. No *Manifesto Comunista*<sup>19</sup>, ele afirmou que nenhuma muralha chinesa poderia impedir o intercâmbio de mercadorias, livros, e a revolução sempre foi vista como um processo internacional.

### **IHU On-Line – De que forma a experiência nacional-popular do Chile no século XX ajuda a compreender o conceito de populismo em Laclau? E o que essas experiências revelam sobre a potência e os limites dessa perspectiva?**

**Hugo Cancino** – Com efeito, o Chile experimentou duas experiências fracassadas de instauração de

um regime populista (a palavra era inexistente na linguagem política dos anos 1920). Até a segunda década do século XX, as bases sociais de sustentação do Estado oligárquico eram demasiadamente estreitas para resistir ao embate das demandas sociais e políticas das classes médias emergentes, que se articulavam com as reivindicações operárias e populares. A classe operária chilena gestada nas jazidas de salitre do Norte Grande já havia se constituído como um ator social com suas incipientes organizações classistas e políticas. O bloco oligárquico no poder, integrado pelos proprietários de terra, as facções financeiras, comerciais e de mineração da burguesia, continuava agindo como o único sujeito coletivo atuante na cena política no manejo do poder do Estado.

Com o movimento social encabeçado pelo político e agitador liberal Arturo Alessandri Palma<sup>20</sup> como candidato presidencial em 1920, emergiu no cenário político um amplo movimento popular integrado por profissionais, funcionários do setor público e privado que exigiam representação no poder de Estado, sua democratização e a implementação de reformas sociais, junto com uma crescente classe operária, que, já há duas décadas, havia erigido suas primeiras formas de organização social e política. O povo se sentiu interpelado pelo discurso de reforma da política social de Alessandri. Um político jovem, filho de emigrantes, cuja oratória projetou pela primeira vez a imagem de um político antioligárquico.

Pela primeira vez na história social do Chile, um político cujo discurso interpela a todos os segmentos do povo trabalhador o une em uma coalizão que enfrenta o bloco oligárquico nas eleições presidenciais de 1920, representando a União Liberal. Sua candidatura conseguiu esta-

belecer a separação do espaço político do povo e o antipovo. Ele ganhou a eleição por poucos votos, com o apoio da jovem oficialidade do Exército e conseguiu impor uma série de reformas sociais e políticas, e gerar uma nova Constituição, a Constituição de 1925. O movimento popular alessandrista pode se associar com outros movimentos populares e nacionais semelhantes, como o de Irigoyen<sup>21</sup> na Argentina e o de Batlle y Ordóñez<sup>22</sup> no Uruguai, que geraram, em maior ou menor grau, reformas políticas e sociais de alcance limitado.

### **Significante vazio**

Uma vez, Ernesto Laclau escreveu que os movimentos populistas emergiam no cenário social como atores frente a uma situação marcada por uma crise política, em que se estende o descontentamento no povo e as queixas generalizadas. Laclau mencionou que uma corrente de queixas heterogênea não é suficiente para uma ruptura populista. Essa corrente precisa daquilo que denomino como *significante vazio*, que unifique essas demandas frente ao poder, isto é, as elites que não podem solucionar o impasse entre o povo e a elite. O *significante vazio* pode ser um slogan ou um líder que emerge como caudilho nacional e popular.

<sup>21</sup> **Juan Hipólito del Sagrado Corazón de Jesús Yrigoyen Alem** (1852-1933): foi um político argentino, por duas vezes presidente de seu país (1916-1922 e 1928-1930). Em 1893, assume a presidência da União Cívica Radical na província de Buenos Aires. Logo depois da morte de seu tio Leandro, em 1896, assume a liderança do partido. A UCR segue a política de abster-se de participar tanto das eleições, como do governo até que se satisfaçam suas reivindicações por um sistema eleitoral mais amplo, eleições livres e honestidade no governo. Assume como política, uma postura de total oposição ao regime, que alternava no governo distintos setores conservadores. Seu zelo levou o seu partido à ação armada em 1893 e 1905. Mais tarde, orienta sua ação de forma não violenta mediante a abstenção revolucionária. Logo depois da promulgação da Lei Sáenz Peña em 1912, que estabelecia o sufrágio obrigatório, secreto e universal (ainda que excluindo as mulheres), os radicais iniciam sua ação política e elegem Yrigoyen para presidente em 1916. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>22</sup> **José Batlle y Ordóñez** (1856-1929): foi um político e jornalista no Uruguai. Presidente da República por dois períodos: 1903-1907 e 1911-1915. Realizou reformas econômicas e sociais que permitiram ao Uruguai se tornar um dos países mais estáveis política e economicamente na América Latina. Ele impulsionou a constituição de 1917, cuja principal característica era estabelecer um executivo colegiado. É considerado a figura mais influente na política do seu país desde sua primeira presidência até sua morte, período de mais de 25 anos. Historiadores uruguaios se referem a este período como a Era Batllista. Ainda hoje podem ser encontrados setores do Partido Colorado e até mesmo dentro da Frente Ampla que se definem como seguidores de José Batlle y Ordóñez. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século XX. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkZW>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>19</sup> MARX, Karl; ENGEL, Friedrich. *Manifesto do partido comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>20</sup> **Fortunato Arturo Alessandri Palma** (1868-1950): foi um advogado e político chileno, patriarca da família Alessandri (de ascendência italiana). Foi presidente nos períodos 1920-1925 e 1932-1938. É considerado um dos políticos mais influentes no Chile do século XX, nomeadamente através de uma série de reformas, incluindo a Constituição de 1925, que marcou o fim do regime parlamentar e do estabelecimento do presidencialismo no Chile. (Nota da **IHU On-Line**)

Um general aposentado, idoso, Carlos Ibáñez del Campo<sup>23</sup>, erigiu-se como um líder de um movimento social hasteado pelas elites políticas, o Partido Radical, que, depois de três períodos de governo marcados por alianças oportunistas com a esquerda e a direita, considerava o Estado como seu patrimônio, para criar postos para seus membros.

## Ibañismo

Ao contexto de uma crise de representação, agregavam-se o aumento do custo de vida para os assalariados, a dependência dos Estados Unidos e a repressão ao movimento operário e proscricção do PC. O movimento ibañista usou como símbolo uma vassoura. Ibáñez obteve um triunfo esmagador com mais de 55% dos votos. Sua eleição varreu a esquerda tradicional e a direita. O movimento ibañista foi um movimento populista informal composto por organizações políticas de classe média. O único partido de esquerda que o apoiou e participou um ano do governo foi o Partido Socialista Popular, que tentou fortalecer uma ala populista de esquerda. As únicas leis progressistas que foram decretadas foram iniciativas do PSP.

No fim, o ibañismo, sufocado pela luta interna e por uma inflação galopante, convidou ao Chile a Missão Klein-Saks<sup>24</sup>. Pela primeira vez no Chile, introduz-se o discurso de uma política de austeridade nos gastos públicos e o congelamento dos salários. A única medida progressista foi a criação de uma Frente de Esquerda que, junto com os partidos de centro, revogaram a

Lei de Defesa da Democracia, que reincorporou a legalidade ao PC. De acordo com a pesquisa histórica posterior, o regime ibañista teve contato permanente com Perón<sup>25</sup> e o movimento peronista. O ibañismo foi um populismo informal, sem programa e sem projeto de um novo Estado e uma nova sociedade.

“Todos os partidos nacionalistas, novos e antigos, se projetam para a extrema direita”

**IHU On-Line – Quais são os desafios para conceber uma atualização do pensamento político frente aos desafios do mundo pós-moderno? E até que ponto as perspectivas de Laclau com sua razão populista vão nesse sentido?**

**Hugo Cancino** – Até o fim do século XX, vivemos em um mundo acessível e previsível no pensamento filosófico e na reflexão teórica. Dispúnhamos de um aparato sociológico e historiográfico que nos permitia ver, apreciar o mundo das classes sociais em seus antagonismos e até prever seu desenvolvimento e seu fim. Concebíamos a sociedade como um objeto transparente, fácil de analisar com os instrumentos do materialismo histórico.

Do século XIX, recebemos como herança teses para se alcançar na pesquisa científica a verdade ob-

jetiva, tanto nas Ciências Naturais quanto nas Humanas. O caso desse mundo nos lançou na pós-modernidade, no naufrágio da modernidade. E assim chegamos à hermenêutica filosófica de Hans-Georg Gadamer<sup>26</sup>, que é o cerco final definitivo do mundo seguro positivo para acessar as interpretações do texto, do mundo como uma proposta. Nesse cenário complexo social, étnico, cultural já não podemos nos afirmar voltando para o Marx clássico, nem para a teoria da revolução de Lenin. As propostas de Laclau estão longe do mundo que já abandonamos, embora ele nos indique que é preciso reler Gramsci<sup>27</sup> para superá-lo, mantendo a sua audácia em romper os dogmas e postulados do mundo stalinista. Talvez, junto com Laclau, devêssemos ler, como Laclau, os anarquistas, os que perderam a batalha, como Leon Trotski<sup>28</sup>. O pensamento de Laclau, sua releitura da hegemonia gramsciana e dos outros clássicos do pensamento marxista passam a fazer parte dos rebeldes de hoje na França, Itália, Espanha e América Latina, que, a partir da indignação, chegaram, depois de uma longa jornada, a redescobrir a rebeldia que está latente nos pobres, nos submersos, em última análise, nos de baixo. ■

<sup>26</sup> **Hans-Georg Gadamer**: filósofo alemão, autor de *Verdade e método* (Petrópolis: Vozes, 1997), faleceu no dia 13-3-2002, aos 102 anos. Por essa razão, dedicamos a ele a matéria de capa da **IHU On-Line** número 9, de 18-3-2002, *Nosso adeus a Hans-Georg Gadamer*, disponível em <http://migre.me/DtiK>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>27</sup> **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>28</sup> **Leon Trótski** (1879-1940): foi um intelectual marxista e revolucionário bolchevique, organizador do Exército Vermelho e, após a morte de Lenin, rival de Stalin na disputa pela hegemonia do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Nos primeiros tempos da União Soviética, Trótski desempenhou um importante papel político, primeiro como Comissário do Povo (Ministro) para os Negócios Estrangeiros; posteriormente, como organizador e comandante do Exército Vermelho e fundador e membro do Politburo do PCUS. Afastado do controle do partido por Stalin, Trótski foi expulso deste e exilado da União Soviética, refugiando-se no México, onde veio a ser assassinado por Ramón Mercader, agente da polícia de Stalin. As suas ideias políticas, expostas numa obra escrita de grande extensão, deram origem ao trotskismo, corrente ainda hoje importante no marxismo. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>23</sup> **Carlos Ibáñez del Campo** (1877-1960): foi um político chileno, presidente de seu país por dois mandatos (1927-1931 e 1952-1958). Participou dos movimentos militares de 1924 no Chile, e após golpe de janeiro de 1925 é nomeado Ministro da Guerra pelo então presidente Arturo Alessandri. Foi eleito em 1927 com 98% dos votos; seu primeiro governo foi marcado por dificuldades ocasionadas pelos efeitos da crise de 1929. Esse mandato foi marcado pela impopularidade do militar, tanto que fora exilado. Teve um governo marcado por grande interferência na economia chilena, criou diversas empresas estatais que acabaram sem sucesso, o que fez com que seu governo perdesse apoio. Retirou-se da vida pública após o término de seu último mandato, em 1958. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>24</sup> **Missão Klein-Saks**: foi uma comissão de economistas americanos no Chile, convocada pelo segundo governo de Carlos Ibáñez del Campo. Alguns a consideram o primeiro antecedente da aplicação do neoliberalismo no país. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>25</sup> **Juan Domingo Perón** (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

# A concepção de uma nova representatividade a partir do povo

Daniel de Mendonça observa o conceito de populismo em Laclau como algo gerado a partir do coletivo, levantando demandas em perspectivas que se opõem ao poder hegemônico estabelecido

João Vitor Santos

**P**ara compreender o populismo de Ernesto Laclau, é necessário ir além da ideia de líderes ou de governos populares. Daniel de Mendonça, professor da Universidade Federal de Pelotas – UFPel, destaca que o populismo não se atém a uma ideologia específica. Ou seja, ele parte da pluralidade de demandas coletivas heterogêneas para só então constituir uma homogeneidade representativa para fazer frente a um poder, ou hegemonia, instituída. “O populismo é, antes, uma forma de construir identidades coletivas”, completa. “O populismo não é uma lógica institucional, mas anti-institucional: é a construção de um povo contra as instituições estabelecidas. É fundamental que este elemento contrário ao *status quo* esteja presente para que possamos verdadeiramente falar em populismo”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Mendonça ainda coloca o pensamento laclauiano no contexto da chamada crise da representatividade de nosso tempo. Ele parte do pressuposto de que não existe a política sem a representação, e o populismo, como outras, é uma forma de representação política. No entanto, não se pode encarar como uma negação a ideia de crise da representação. “[Populismo] é uma forma de representação que desafia a representação política institucional tradicional como, por exemplo, a que é exercida em certos contextos parlamentares. É importante considerar que Laclau não é contrário ao funcionamento dos parlamentos. Sua crítica reside na questão de que até que ponto os parlamentos nas democracias representativas liberais representam

o povo ou os inimigos do povo?”, explica.

**Daniel de Mendonça** é graduado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, possui mestrado e doutorado em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS e estágio pós-doutoral em *Ideology and Discourse Analysis* na *University of Essex*. É professor na Universidade Federal de Pelotas – UFPel. Entre suas publicações, destacamos *1961-1964: a ditadura brasileira em dois golpes* (Curitiba: Appris, 2017), *Tancredo Neves: da distensão à Nova República* (Santa Cruz do Sul: EdUNISC, 2004), *Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar* (São Paulo: Intermeios, 2017) e *A Teoria do Discurso de Ernesto Laclau: ensaios críticos e entrevistas* (São Paulo: Annablume, 2015).

Mendonça ministrará uma palestra no dia 18 de setembro, às 19h30min, na **Unisinos – Campus de Porto Alegre**, sobre obra *A razão populista* (São Paulo: Três Estrelas, 2013), de Laclau. A atividade é promovida pelo **Instituto Humanitas Unisinos – IHU**. E entre 25 e 27 de setembro, em Pelotas, na Universidade Federal de Pelotas, ocorrerá o “II Simpósio pós-estruturalismo e teoria social: Ernesto Laclau e seus interlocutores”. A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 14-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wALIKO>.

**Confira a entrevista.**

# “Populismo não tem uma ideologia específica, não representa qualquer subdesenvolvimento institucional ou democrático, tampouco pode ser visto como uma forma de manipulação”

## IHU On-line – De que forma Laclau reconfigura as interpretações sobre o marxismo, a política e a sociedade no século XX, com efeitos que podem ser vistos e aplicados também no século XXI?

**Daniel de Mendonça** – O marxismo é uma tradição intelectual que exerceu uma importante influência sobre o pensamento de Ernesto Laclau. No entanto, tal afirmação deve ser entendida num certo contexto. Primeiramente, Laclau nunca foi um marxista ortodoxo, de modo que a sua fase “pós-estruturalista” ou “pós-marxista”, que tem início, pelo menos formalmente, com o lançamento, em 1985, de *Hegemony and Socialist Strategy*<sup>1</sup> (escrito em colaboração com Chantal Mouffe), não representou, na minha opinião, ruptura drástica com a sua herança marxista. Isso não quer dizer que o “pós-marxismo” de Laclau não tenha sido crítico, e muito crítico, com a ortodoxia marxista, com a qual Laclau definitivamente nunca comungou.

Minha leitura de Laclau indica que este autor sempre foi heterodoxo com as tradições e teorias que lhe foram caras. Foi assim com o marxismo, mas também com a psicanálise freudiana e lacaniana, com as filosofias de Husserl<sup>2</sup>, Heidegger<sup>3</sup> e Derrida<sup>4</sup>.

O sentido que estou usando para o termo “heterodoxo” diz respeito ao fato de que Laclau, ainda que tenha sido influenciado por uma série de autores, sempre dividiu tais influências com o seu próprio pensamento político, na minha perspectiva, muito original. Assim, de uma forma ampla, o marxismo, a política e a sociedade são lidos por Laclau a partir de posições ontológicas e epistemológicas pós-estruturalistas e pós-fundacionais, tradições que, desde sobretudo o século XX, percebem que a complexidade social e política deve ser analisada livre de qualquer essencialismo ou determinismo em última instância.

## IHU On-Line – No que consiste a leitura de Laclau à obra de Gramsci<sup>5</sup>? Que atualizações

heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** nº 12, *Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica*, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuem12>, e a entrevista concedida por Ernildo Stein à edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <https://goo.gl/dn3AX1>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras), *O animal que logo sou* (São Paulo: Unesp), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes). É dedicada a Derrida a editoria Memória, da **IHU On-Line** nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com

## conceituais propõe e quais seus limites?

**Daniel de Mendonça** – Gramsci foi uma influência constante ao longo do desenvolvimento da teoria do discurso de Laclau. Hegemonia é a categoria gramsciana central para o filósofo argentino e, na minha opinião, Gramsci foi ainda o autor marxista que mais influenciou o pensamento de Laclau. É claro que Laclau ressignificou esta categoria, a partir de 1985. O contexto social e político do final do século XX e do início do XXI é o de um mundo configurado de uma forma muito diferente daquele da primeira metade do século passado, quando a teoria da hegemonia foi desenvolvida por Gramsci. É sobretudo em relação a esta diferença temporal que Laclau realiza a releitura da hegemonia do filósofo italiano.

O problema identificado por Laclau é o de que a hegemonia de classe para Gramsci apresenta-se como um fundamento ontológico em última instância. Tal fundamento impossibilita o desenvolvimento da hegemonia justamente em um contexto social tal como o do final do século XX e o do começo deste século, momento em que defender a necessidade da hegemonia de classe não passa de um anacronismo. No entanto, a noção de hegemonia em Gramsci não deveria ser abandonada, conforme Laclau, devido ao seu grande potencial heurístico e politicamente

Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

1 EUA: Verso Press, 1985. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Edmund Husserl** (1859-1938): Edmund Gustav Albrecht Husserl, matemático e filósofo alemão, conhecido como o fundador da fenomenologia, nascido em uma família judaica numa pequena localidade da Morávia (região da atual República Tcheca). Husserl apresenta como ideia fundamental de seu *antipsicologismo* a “intencionalidade da consciência”, desenvolvendo conceitos como os da *intuição eidética* e *epoché*. Influenciou, entre outros, os alemães Edith Stein, Eugen Fink e Martin Heidegger e os franceses Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty, Michel Henry e Jacques Derrida. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática

te estratégico. O filósofo argentino propõe o seu uso a partir da retirada do caráter ontológico essencialista de classe. Assim, a hegemonia, seja a de classe seja a não classista, deve ser o resultado prático de um processo de luta, o que abre a esta categoria um leque de opções muito mais rico e produtivo em um mundo dominado pela contingência e pela precariedade dos projetos políticos.

O pós-estruturalismo foi terreno fértil que Laclau vislumbrou para o desenvolvimento desta categoria, livre dos últimos resquícios de essencialismo que ainda limitavam o seu desenvolvimento. Em Laclau, a hegemonia, que é a possibilidade de uma identidade assumir uma condição de representação de um contexto social e político muito mais amplo, pode ser exercida por qualquer demanda social, sem qualquer protagonismo apriorístico. A liderança hegemônica pode ser exercida pelo proletariado, da mesma forma que esta pode ter a proeminência de grupos feministas, ecológicos etc. O fundamental na noção laclauniana de hegemonia não está no seu exercício efetivo (que sempre dependerá de um contexto político específico historicamente determinado), mas na possibilidade infinita de sujeitos poderem assumir o papel da representação em um contexto social e político complexo e *a priori* incomensurável com a identidade da-quele que o representa.

### **IHU On-Line – O que é o populismo para Laclau e como compreender a razão, ou a lógica, populista?**

**Daniel de Mendonça** – Populismo é uma espécie *bête noire*<sup>6</sup> seja no mundo político, seja no meio acadêmico. Em ambos os contextos, tradicionalmente este termo tem sentido pejorativo. De uma forma geral, para os seus críticos, o populismo está ligado a uma relação direta entre líder e massa, a qual não somente desconsidera,

mas também desafia o funcionamento das instituições. O populismo é igualmente percebido como resultado de um subdesenvolvimento da democracia representativa liberal de determinados Estados. Além do mais, o populismo é também acusado de representar a manipulação das massas ignorantes por um líder inescrupuloso que promete representá-las, mas que, na verdade, representa somente a si próprio. Essas diversas acusações contra o populismo vêm tanto da direita liberal, como de diversos setores da esquerda.

Laclau propõe uma leitura completamente diferente acerca desse fenômeno. Primeiramente, para ele, o populismo não tem uma ideologia específica, não representa qualquer subdesenvolvimento institucional ou democrático, tampouco pode ser visto como uma forma de manipulação. O populismo é, antes, uma forma de construir identidades coletivas, a construção política *par excellence*. É, numa palavra, a construção do povo contra o seu inimigo. Para o filósofo argentino, o populismo é uma categoria ontológica, construída num nível formal e desvinculada de quaisquer elementos ideológicos, temporais, históricos, numa palavra, ônticos. Assim, vemos, rapidamente e em linhas gerais, a lógica populista proposta pelo autor.

Primeiramente, a unidade mínima que Laclau considera para a possibilidade de uma experiência populista é a demanda. Existem, para o autor, duas formas de compreender esta categoria. Demanda pode ser um pedido (uma simples solicitação) ou uma reivindicação. Na primeira forma, a demanda é vista como uma solicitação diretamente feita aos canais institucionais formais. Nesse sentido, a falta de uma escola primária num determinado bairro pode ensejar tal pedido à municipalidade. Se a escola for construída, o problema termina, a demanda exaure-se. O atendimento desta se dá no plano administrativo.

No entanto, se a demanda não for atendida, apesar da frustração gerada, esta pode até mesmo desaparecer, a menos que outras demandas também não atendidas passem a estabelecer uma relação articulatória entre si. Neste caso, as demandas mudam o *status* de simples pedidos para o de reivindicações.

Segundo Laclau, um corte antagônico passa a dividir negativamente o espaço social entre essas demandas populares articuladas e a institucionalidade. Esta é a pré-condição para uma ruptura populista. Gera-se uma identificação entre os “de baixo” *versus* “o poder”. Contudo, é preciso adicionar um elemento a mais, ou seja, o campo popular constitui o seu próprio processo de representação. Tal processo tem lugar quando uma das demandas articuladas, num dado momento, precário e contingente, passa a representar a cadeia de equivalências popular – que evidentemente a excede em sentidos – e exerce, assim, uma tarefa hegemônica. Quanto mais extensa for a cadeia equivalencial, mais frágeis serão os sentidos da(s) demanda(s) particular(es) que assume(m) o papel de representação dessa cadeia.

Neste momento, chega-se ao ponto crucial para a compreensão da lógica populista: a identidade coletiva popular surge a partir da produção discursiva de significantes vazios. A importância dos significantes vazios está em justamente homogeneizar um espaço social em si heterogêneo, que articula uma série de demandas insatisfeitas que, antes do processo articulatório, não tinham qualquer relação entre si, pois estavam isoladas em suas particularidades. Para Laclau, o corolário desse processo de homogeneização é o nome do líder.

**IHU On-Line – Em que medida o conceito de populismo é capaz de explicar fenômenos da política contemporânea no mundo, especialmente a as-**

<sup>6</sup> *Bête noire*, expressão no idioma francês que se refere a algo que é fortemente desprezado ou evitado. (Nota da IHU On-Line)

## censão de líderes políticos tão distintos que, sejam liberais ou conservadores, à direita ou à esquerda, têm em comum vieses populistas?

**Daniel de Mendonça** – Como mencionei acima, o populismo para Ernesto Laclau é uma categoria ontológica, destinada a explicá-la num sentido formal e não está ligada a qualquer experiência (ôntica) em si. Assim, os fenômenos populistas podem ser os mais variados possíveis. Por exemplo, na última eleição presidencial nos Estados Unidos, dois candidatos foram identificados como populistas: à direita, Donald Trump<sup>7</sup>, à esquerda, Bernie Sanders<sup>8</sup>. Isso foi possível, pois havia condições de emergência para articulações de dois tipos distintos e antagonicos de demandas populares naquele contexto político. Como o povo, para Laclau, não significa o mero conjunto de cidadãos de um Estado, mas sempre uma construção política precária e contingente, com a existência de demandas populares à direita ou à esquerda no contexto estadunidense, Trump e Sanders ocuparam tais espaços de representação de ambos os campos.

No Brasil, algo semelhante ocorreu na disputa presidencial de

1989 entre Collor<sup>9</sup> e Lula<sup>10</sup>, neste caso com tons ideológicos ainda mais acentuados no que toca o antagonismo entre direita e esquerda. No entanto, é fundamental ressaltar que o populismo não é, para Laclau, uma lógica que aparece preferencialmente em períodos eleitorais em que projetos tão distintos se confrontam. E mesmo considerando períodos eleitorais, há uma questão fundamental a ser levada em consideração. O populismo não é uma lógica institucional, mas anti-institucional: é a construção de um povo contra as instituições estabelecidas. É fundamental que este elemento contrário ao *status quo* esteja presente para que possamos verdadeiramente falar em populismo.

“Laclau nunca foi um marxista ortodoxo”

<sup>9</sup> **Fernando Collor de Mello** (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>10</sup> **Luiz Inácio Lula da Silva** [Lula] (1945): trigésimo quinto presidente da República Federativa do Brasil, cargo que exerceu de 2003 a 1º de janeiro de 2011. É cofundador e presidente de honra do Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1990, foi um dos fundadores e organizadores do Foro de São Paulo, que congrega parte dos movimentos políticos de esquerda da América Latina e do Caribe. Foi candidato a presidente cinco vezes: em 1989 (perdeu para Fernando Collor de Mello), em 1994 (perdeu para Fernando Henrique Cardoso) e em 1998 (novamente perdeu para Fernando Henrique Cardoso), e ganhou as eleições de 2002 (derrotando José Serra) e de 2006 (derrotando Geraldo Alckmin). Lula bateu um recorde histórico de popularidade durante seu mandato, conforme medido pelo Datafolha. Programas sociais como o Bolsa Família e Fome Zero são marcas de seu governo, programa este que teve seu reconhecimento por parte da Organização das Nações Unidas como um país que saiu do mapa da fome. Lula teve um papel de destaque na evolução recente das relações internacionais, incluindo o programa nuclear do Irã e do aquecimento global. É investigado na operação Lava Jato. (Nota da **IHU On-Line**)

## IHU On-Line – Qual a importância da liderança política e o que se compreende como massa populacional dentro da perspectiva laclauiana? Como os dois conceitos se articulam? Que relações estabelecem?

**Daniel de Mendonça** – O líder e a identidade coletiva e povo são elementos necessários para uma formação populista desde as primeiras abordagens teóricas acerca desta temática. No entanto, é muito comum, como disse acima, interpretações que apontam a proeminência do líder sobre a massa. Em Laclau, isso não acontece dessa forma. Alguém não se torna um líder populista simplesmente em função do seu carisma, no sentido que Weber<sup>11</sup> atribui a este termo no tipo de dominação carismática. É necessário algo mais. É preciso que existam condições de possibilidade – uma demanda popular em constituição – para que o nome do líder possa exercer essa “capacidade simbólica de representação”.

Toda representação é em si simbólica, mas enfatizo essa redundância para ressaltar que a ideia laclauiana de o “nome do líder” é justamente algo muito mais amplo do que a figura do líder populista em carne e osso. Por exemplo, no caso do chavismo na Venezuela, o nome de Hugo Chávez<sup>12</sup> é um significante

<sup>7</sup> **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>8</sup> **Bernard “Bernie” Sanders** (1941): é um político estadunidense, atualmente servindo como senador júnior dos EUA pelo estado de Vermont. Filiado ao Partido Democrata desde 2015, ele foi o político independente com mais tempo de mandato na história do Congresso dos Estados Unidos, embora sua coligação com os democratas permitiu-lhe postos em comissões parlamentares e, por vezes, deu maioria ao partido em votações. Sanders representa a minoria na Comissão de Orçamento do Senado desde janeiro de 2015 e, anteriormente, serviu por dois anos como presidente da Comissão dos Veteranos de Guerra. Sanders concorreu às eleições primárias que definiriam o candidato democrata à presidência dos Estados Unidos no pleito de 2016. Derrotado nas urnas pelos eleitores de Hillary Clinton, Sanders acabou reconhecendo a derrota em julho de 2016 e declarou apoio à ex-Secretária de Estado nas eleições presidenciais daquele ano. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>11</sup> **Max Weber** (1864-1920): sociólogo alemão, considerado um dos fundadores da Sociologia. *Ética protestante e o espírito do capitalismo* (Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2004) é uma das suas mais conhecidas e importantes obras. Cem anos depois, a **IHU On-Line** dedicou-lhe a sua 101ª edição, de 17-5-2004, intitulada *Max Weber. A ética protestante e o espírito do capitalismo 100 anos depois*, disponível em <http://bit.ly/ihuon101>. Sobre Max Weber, o IHU publicou o **Cadernos IHU em formação** nº 3, de 2005, chamado *Max Weber – o espírito do capitalismo* disponível em <http://bit.ly/ihuem03>. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>12</sup> **Hugo Chávez Frías** (1954-2013): político e militar venezuelano, tendo sido o 56º presidente da Venezuela, governando por 14 anos desde 1999 até sua morte em 2013. Líder da Revolução Bolivariana, Chávez advogava a doutrina bolivarianista, promovendo o que denominava de socialismo do século XXI. Chávez foi também um crítico do neoliberalismo e da política externa dos Estados Unidos. Oficial militar de carreira, Chávez fundou o Movimento Quinta República, da esquerda política, depois de capitanear um golpe de estado mal-sucedido contra o governo de Carlos Andrés Pérez, em 1992. Chávez elegeu-se presidente em 1998, encerrando os quarenta anos de vigência do Pacto de Punto Fijo (firmado em 31 de outubro de 1958, entre os três maiores partidos venezuelanos) com uma campanha centrada no combate à pobreza. Releveu-se, vencendo os pleitos de 2000 e 2006. Com suas políticas de inclusão social e transferência de renda obteve enorme popularidade em seu país. Durante a era Chávez, a pobreza entre os venezuelanos caiu de 49,4%, em 1999, para 27,8%, em 2010. No plano político interno, Chávez

vazio cuja ausência de significado é a própria condição de possibilidade de uma representação tão ampla quanto a que é lá exercida naquela experiência populista. Se a liderança populista se esgotasse na pessoa do líder, certamente fenômenos como o próprio chavismo ou o peronismo não teriam sentido após as mortes de Chávez e de Perón<sup>13</sup>.

**IHU On-Line – O populismo de Laclau tensiona a ideia de representatividade ou vislumbra uma saída possível diante dos impasses da política representativa? Por quê?**

**Daniel de Mendonça** – O populismo é uma forma de representação política. Aliás, para Laclau, não há política sem representação. No entanto, é uma forma de representação que desafia a representação política institucional tradicional como, por exemplo, a que é exercida em certos contextos parlamentares. Dito isso, é importante considerar que Laclau não é contrário ao funcionamento dos parlamentos. Sua crítica reside na questão de que até que ponto os parlamentos nas democracias representativas liberais representam o povo ou os inimigos do povo? As experiências populistas surgem justamente pelo fato de que as instituições pouco ou nada representam as pessoas que deveriam representar, mas interesses corporativos, empresariais que raramente convergem com os populares. Para Laclau, ainda que não haja uma saída

da normativa mágica, a representação parlamentar seria mais efetiva se estivesse mais atenta às demandas evocadas pelo povo.

“A identidade coletiva popular surge a partir da produção discursiva de significantes vazios”

**IHU On-Line – De que forma o populismo é capaz de gerar identidades coletivas? E como essas identidades reconfiguram as ideias do todo e de indivíduo?**

**Daniel de Mendonça** – O populismo é a constituição de uma identidade coletiva, o povo. Tal identidade é resultado de uma difícil articulação entre duas lógicas, a da diferença e a da equivalência. A primeira é aquela das demandas democráticas ou isoladas, ou seja, as que representam claramente particularidades. A segunda, a lógica da equivalência, é aquela que articula essas diferenças, estabelecendo as condições de possibilidade para que a lógica populista de fato possa ser construída. Nesse sentido, a articulação entre identidades isoladas numa formação discursiva populista modifica os próprios conteúdos dessas identidades. O populismo é, nesse sentido, o resultado de um tipo de homogeneização política realizada a partir de um complexo processo de articulação de heterogeneidades, em que a lógica da equivalência adquire uma primazia em relação à lógica da diferença.

**IHU On-Line – A partir da realidade do Brasil e do mundo**

**de hoje, como compreender a formulação de demanda social presente em Laclau?**

**Daniel de Mendonça** – Como vimos, toda constituição de uma demanda social de tipo populista é sempre, no mínimo, crítica a um sistema político e social estabelecido. Temos visto, no Brasil e no mundo, impressionantes movimentos de protesto, tais como aqueles que ficaram conhecidos como a Primavera Árabe<sup>14</sup>, no norte da África e no Oriente Médio, o Occupy Wall Street<sup>15</sup>, nos Estados Unidos da América, o Los Indignados<sup>16</sup>, na Espanha, entre outros. No Brasil, tivemos as Jornadas de Junho de 2013<sup>17</sup>. Ainda que tenhamos de considerar tais

<sup>14</sup> **Primavera Árabe:** os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária de manifestações e protestos, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tunísia e no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iêmen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Maurítania, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por parte dos Estados. (Nota da IHU On-Line)

<sup>15</sup> **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas - sobretudo do setor financeiro - no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento ainda continua denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da IHU On-Line)

<sup>16</sup> **Indignados:** um dos nomes dados às manifestações de 2011 na Espanha, também chamadas de Movimento 15 de Maio (por terem se iniciado no dia 15-5-2011). São uma série de protestos espontâneos de cidadãos, inicialmente organizados pelas redes sociais e pela plataforma civil e digital *Democracia Real Ya!* (“Democracia Real Já!”). (Nota da IHU On-Line)

<sup>17</sup> **Junho de 2013:** os protestos no Brasil em 2013, também conhecidos como Manifestações dos 20 centavos, Manifestações de Junho ou Jornadas de Junho, foram várias manifestações populares por todo o país que inicialmente surgiram para contestar os aumentos nas tarifas de transporte público, sobretudo nos principais capitais. Inicialmente restrito a pouco milhares de participantes, os atos pela redução das passagens nos transportes públicos ganharam grande apoio popular em meados de junho, em especial após a forte repressão policial contra os manifestantes, cujo ápice se deu no protesto do dia 13 em São Paulo. Quatro dias depois, um grande número de populares tomou parte das manifestações nas ruas em novos diversos protestos por várias cidades brasileiras e até do exterior. Em seu ápice, milhões de brasileiros estavam nas ruas protestando não apenas pela redução das tarifas e a violência policial, mas também por uma grande variedade de temas como os gastos públicos em grandes eventos esportivos internacionais, a má qualidade dos serviços públicos e a indignação com a corrupção política em geral. Os protestos geraram grande repercussão nacional e internacional. Sobre o tema, confira a edição 193 dos **Cadernos IHU ideias**, intitulada #VEMpraRU: Outono Brasileiro? Leituras, disponíveis em <http://bit.ly/2aVdHxw>. (Nota da IHU On-Line)

fundiu os vários partidos de esquerda no PSUV. Fortaleceu os movimentos e as organizações populares, estabelecendo uma forte aliança com as classes mais pobres. Nas várias eleições, realizadas ao longo de aproximadamente 15 anos, a oposição foi derrotada. Inconformados, os adversários de Chávez promoveram um golpe de Estado, no início de 2002, com apoio do governo dos Estados Unidos. Apesar de o governo norte-americano ter usado de sua influência para obter o reconhecimento imediato do novo governo, a comunidade internacional – inclusive o Brasil, então governado por Fernando Henrique Cardoso – condenou o golpe. Chávez acabou voltando ao poder três dias depois. (Nota da IHU On-Line)

<sup>13</sup> **Juan Domingo Perón** (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da IHU On-Line)

movimentos como extremamente díspares entre si nos mais distintos aspectos, há uma estrutura comum que, na minha opinião, os acompanha. Todos resultam, ao menos, na tentativa da construção de um povo, que foi, conforme cada caso, mais ou menos bem-sucedida.

Neste sentido, a teoria do populismo de Ernesto Laclau é muito produtiva para que possamos compreender cada um desses movimentos. Vou tomar o exemplo da experiência brasileira. O Junho de 2013 certamente foi uma tentativa de construção de um povo contra o seu inimigo (a elite política em geral), ou seja, a primeira parte da estruturação de um discurso populista. No entanto, no Brasil, diferentemente, por exemplo, da Revolução de Jasmim – o berço da “Primavera Árabe”, na Tunísia, que rapidamente foi capaz de derrubar Ben Ali<sup>18</sup>, presidente naquele país desde a década de 1980 –, a constituição de uma identidade coletiva, no sentido laclauiano, não foi efetivamente estabelecida, uma vez que a lógica da equivalência não conseguiu superar a da diferença. As Jornadas de Junho, portanto, não possibilitaram conquistas mais substantivas à sociedade brasileira devido justamente a uma heterogeneidade que não conseguiu ser hegemonicamente representada.

### **IHU On-Line – Como a perspectiva laclauiana pode fazer frente à submissão da política à economia?**

**Daniel de Mendonça** – Não sei se seria justo com Laclau dizer que a sua perspectiva tenha por objetivo fazer frente à política e à economia como tais. Talvez fosse mais adequado dizermos que Laclau eticamente sempre teve uma posição política contrária a uma certa lógica democrática liberal associada às políticas neoliberais que servem muito bem aos interesses do capitalismo

18 **Zine El Abidine Ben Ali** (1936): é um militar, general tunisiano, ditador de seu país de 7 de novembro de 1987 - quando tomou o poder mediante um golpe de Estado - até 14 de janeiro de 2011, na sequência dos protestos de 2010-2011, origem da chamada Revolução de Jasmim. (Nota da **IHU On-Line**)

global e muito pouco ao povo. Laclau, é bom que se diga, não tem um projeto teórico normativo no sentido da proposição de cenários políticos ideais, tais como, por exemplo, os projetos deliberativos de Rawls<sup>19</sup> e de Habermas<sup>20</sup>.

Para o filósofo político argentino, a partir de uma inspiração muito gramsciana, toda luta política é uma guerra de posições, com avanços e com recuos. Certamente estamos hoje vivendo, especialmente no Brasil, um cenário político e social de muitos recuos, com a política à serviço da economia das grandes corporações nacionais e internacionais. No entanto, tal situação negativa, tendo em vista o compromisso militante de Laclau, deve ser motivo para o surgimento de experiências políticas de constituição de identidades coletivas cada vez mais ousadas e criativas que se possam apresentar como alternativas a lógicas políticas e econômicas excludentes.

“Para Laclau, o corolário desse processo de homogeneização é o nome do líder”

### **IHU On-Line – Vivemos um tempo de gestores, onde políticos são postos de lado em nome**

19 **John Rawls** (1921-2002): filósofo, autor de *Uma teoria da justiça* (São Paulo: Martins Fontes, 1997), *Liberalismo Político* (São Paulo: Ática, 2000) e *O Direito dos Povos* (Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001), além de *Lectures on the History of Moral Philosophy* (Cambridge: Harvard University Press, 2000). A **IHU On-Line** número 45, de 2-12-2002, dedicou seu tema de capa a John Rawls, sob o título *John Rawls: o filósofo da justiça*, disponível em <http://bit.ly/ihuon45>. Confira, ainda, a primeira edição dos **Cadernos IHU ideias**, *A teoria da justiça de John Rawls*, de autoria de José Nedel e disponível em <http://bit.ly/ihuon01>. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Jürgen Habermas** (1929): filósofo alemão, principal estudioso da segunda geração da Escola de Frankfurt. Herdando as discussões da Escola de Frankfurt, Habermas aponta a ação comunicativa como superação da razão iluminista transformada num novo mito, o qual encobre a dominação burguesa (razão instrumental). Para ele, o logos deve ser construído pela troca de ideias, opiniões e informações entre os sujeitos históricos, estabelecendo-se o diálogo. Seus estudos voltam-se para o conhecimento e a ética. (Nota da **IHU On-Line**)

**de sujeitos que se intitulam administradores capazes de melhor gerir o poder público. Vivemos uma utopia de sociedade sem poder, essencialmente sem poder político? Quais os riscos dessa perspectiva e como as ideias de Laclau reagem a esse cenário?**

**Daniel de Mendonça** – Não existe, na verdade, uma substituição dos políticos pelos administradores, pois a política é inerradicável. O que existe é a tendência a uma certa hegemonia política conservadora – que serve somente às grandes corporações econômicas e às suas regras – que afirma haver a superioridade de uma administração empresarial da coisa pública sobre uma administração baseada na política. Isso não representa a substituição da política pela administração ou mesmo a substituição dos políticos pelos administradores, visto que ainda estamos no terreno da política.

Nesse sentido, um discurso “administrativista” é ainda uma decisão propriamente política. Laclau entende que este discurso, levado ao extremo, seria o de uma sociedade totalmente organizada a partir da lógica da diferença. No entanto, nenhuma sociedade funciona a partir dessa lógica extremada, pois isso representaria, no limite, o fim da política. O que acontece, de fato, é a permanente tensão entre ambas as lógicas. Os movimentos sociais e de protesto existem para tensionar essa mera “administração das coisas”. Laclau sempre foi muito consciente dessas tensões entre essas lógicas que estão presentes em todo o tipo de sociedade. Não há nada mais político do que a defesa de uma lógica “meramente” administrativa.

**IHU On-Line – Que associações e dissociações podemos fazer entre o trumpismo, o kirchnerismo, o lulismo e o varguismo e o populismo de Laclau?**

**Daniel de Mendonça** – Vejo todas essas experiências como populis-

tas. Todas visam à articulação de um povo contra os seus inimigos. Laclau costumava dizer que algo não é em si populista, mas que deveríamos perceber distintas gradações de populismo em cada experiência analisada. Vou tomar o lulismo como exemplo. Há alguns anos, sobretudo depois da publicação do livro de André Singer<sup>21</sup> *Os sentidos do lulismo*<sup>22</sup>, este fenômeno tem sido estudado no país. No entanto, é curioso que os cientistas sociais brasileiros que se debruçam sobre o tema, a começar pelo próprio Singer, em momento algum, por puro preconceito, afirmam que o lulismo é uma experiência populista, ainda que tenhamos, sob o ponto de vista de Laclau, todas as condições para o consi-

derarmos como tal.

Publiquei, há alguns anos, na revista argentina editada por Ernesto Laclau, “Debates y Combates”, um texto cujo título enuncia minha posição sobre o tema: *¿Por qué el Lulismo no sería populista?*. Neste artigo, procuro demonstrar, a partir da própria interpretação de Singer, e contra ela própria, que o lulismo tem todas as condições políticas de ser analisado como populista. Recentemente publiquei, pela editora Intermeios, uma versão atualizada e ampliada deste texto como capítulo do livro *Ernesto Laclau e seu legado transdisciplinar*<sup>23</sup>, obra organizada por mim e pelos colegas Léo Peixoto Rodrigues<sup>24</sup> e Bianca Linhares<sup>25</sup>. En-

tendo que considerar o lulismo populista, no sentido de Laclau, amplia em muito a possibilidade de compreensão desse fenômeno.

### IHU On-Line – E o papa Francisco é populista? Por quê? Como?

**Daniel de Mendonça** – De fato, poderíamos perceber alguns traços de um discurso populista enunciado pelo papa Francisco, mas não creio que seja um caso típico desse fenômeno no sentido laclauniano. Não há claramente estabelecidas, pelo menos não as percebo, demandas de católicos que são por ele representadas. Penso que o papa inova pelo seu progressismo, mas não por um discurso populista, já que as posições por ele tomadas, por mais progressistas que sejam, estão num contexto de manutenção de institucionalidade da Igreja Católica que não me parecer ser, em termos gerais, por ele questionada. ■

21 André Vítor Singer: jornalista e cientista político brasileiro. Foi porta-voz da Presidência da República. Filho do economista Paul Singer, é professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Confira as Notícias do Dia do IHU: Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de André Singer, disponível em <http://migre.me/qkIP> e PT terá que se reposicionar diante do lulismo, afirma André Singer, disponível em <http://migre.me/qkmC>. (Nota da IHU On-Line)

22 São Paulo: Companhia das Letras; 2012. (Nota da IHU On-Line)

23 São Paulo: Intermeios, 2017. (Nota da IHU On-Line)

24 Léo Peixoto Rodrigues é um dos entrevistados desta edição da IHU On-Line. (Nota da IHU On-Line)

25 **Bianca de Freitas Linhares**: doutora em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS. Possui graduação (bacharelado e licenciatura) em Ciências Sociais e mestrado em Ciência Política pela UFRGS. É professora adjunta do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas - UFPel. Tem interesse pelas áreas de cultura política, percepção tributária e de análise de discurso. (Nota da IHU On-Line)

## Leia mais

- **Hegemonia e Populismo revisitados no pensamento de Laclau.** Entrevista com Daniel de Mendonça, publicada na revista IHU On-Line número 442, de 5-5-2014, disponível em <http://bit.ly/2sT3gl1>

Mostra e comercialização de produtos,  
todas as quartas e sextas

**ECOFEIRA UNISINOS**

10h às 18h – quartas-feiras | Local: em frente ao Instituto HumanitasUnisinos - IHU  
11h às 14h – sextas-feiras | Local: Complexo Tecnológico Unitec [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# De política vibrante a instrumento de governança

David Howarth analisa de que forma Laclau, através de seu populismo, explora o “primado da política” na sociedade sem cessar a pluralidade em detrimento da representatividade

João Vitor Santos | Tradução: Luís Marcos Sander

**P**artindo da ideia de que populismo, segundo Laclau, é algo que emerge de desejos coletivos que se insurgem contra um poder hegemônico e institucionalizado, podemos pensar que o movimento populista é algo organizado. No entanto, a desordem é parte essencial ao populismo. O professor David Howarth faz questão de destacar que manifestações dessa ordem são múltiplas, como a Primavera Árabe. “As várias concretizações da Primavera Árabe, cada uma diferente, exibem muitas das marcas do populismo”, destaca. São, segundo o professor, movimentos da política de hoje com demandas plurais e interesses em comum que materializam o conceito de democracia radical.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Howarth explica que “Laclau sustenta que a democracia radical denota um conjunto de dimensões”, as quais devem ser articuladas entre si. Do contrário, uma dessas perspectivas se sobressai, e o populismo, enquanto movimento contra-hegemônico, cai no erro de elencar apenas demandas que homogeneizam os movimentos. “Ele [o populismo] não pode ser fixado por apenas uma única forma e um único conjunto de instituições.” Logo, produz uma tensão entre as formas de representação.

Afinal, como fazer com que permaneça múltiplo algo que necessita ser representado? Eis, na visão de Howarth, uma das grandes provocações de nosso tempo. “Um dos maiores desafios com que se defrontam novos movimentos populistas de tendência esquerdista na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina é como se transformar de uma política vibrante de protesto em um instrumento eficaz, plural e democrático de governança”, sem se institucionalizar. Para ele, é preciso manter a capacidade de preservar “seus aspectos radicais e democratizantes” ao mesmo tempo.

**David Howarth** é professor do Departamento de Governo e codiretor do Centro de Estudos Teóricos da Universidade de Essex, no Reino Unido. Trabalha com teorias pós-estruturalistas da sociedade e da política, concentrando-se especialmente no estudo empírico das ideologias e discursos políticos. Atualmente está trabalhando em dois projetos de livros: um sobre as temáticas pós-estruturalistas de teoria social e política – *Poststructuralism and After* (Londres: Palgrave) – e outro sobre governança de aeroportos no Reino Unido – *The Politics of Sustainable Aviation* (Manchester: Manchester University Press).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como compreender o pensamento de Laclau a partir de sua teoria política pós-marxista alicerçada na teoria materialista do discurso? E quais as contribuições de Mouffe?**

**David Howarth** – A preocupação de todos os escritos teóricos de Laclau era desenvolver uma abordagem marxista da política e da ideologia que pudesse evitar os problemas do determinismo econômico e do reducionismo de classe. Expressan-

do-o em termos simples, ele procura, assim, contestar e reformular a ideia de que uma base econômica, governada por leis e lógicas econômicas precisas, determina ou estrutura formas políticas – como o Estado e suas intervenções (decisões, políti-

cas etc.), por exemplo –, bem como as ideias e formas de consciência dominantes na sociedade. Ele também questiona a ideia de que todas as formas de subjetividade humana – nossa identidade e capacidade de agir – são decisivamente moldadas por nossa localização na estrutura de classe das sociedades, onde esta última é determinada unicamente pela posse e controle da propriedade, bem como pelo acesso diferenciado aos meios de produção.

Entretanto, esses esforços produziram fases diferentes, com ênfases diferentes. Dizendo-o de modo muito simples, suas várias contribuições ao desenvolvimento da teoria marxista podem ser divididas em três fases básicas. Primeiro, em textos como *Politics and Ideology in Marxist Theory* [Política e ideologia na teoria marxista] (1977)<sup>1</sup>, ele procurou elaborar uma teoria não reducionista da ideologia e da política confrontando-se com a obra de Antonio Gramsci<sup>2</sup> e Louis Althusser<sup>3</sup>, e outros proponentes da escola althusseriana, incluindo Étienne Balibar<sup>4</sup> e Nicos Poulantzas<sup>5</sup>. Laclau sustenta que nem todos os elementos ideológicos têm “uma pertença de classe

necessária” (Laclau, 1977, p. 159), mas que certos apelos e interpelações – p. ex., referentes à nação, ao povo, à raça ou à religião – podem ser conectados com projetos políticos radicalmente diferentes.

Depois, em *Hegemony and Socialist Strategy* [Hegemonia e estratégia socialista] (1985)<sup>6</sup>, escrito em coautoria com Chantal Mouffe, e em *New Reflections on the Revolution of Our Time* [Novas reflexões sobre a revolução de nosso tempo] (1990)<sup>7</sup>, ele articulou uma teoria claramente pós-marxista da hegemonia e da política que incorpora diferentes aspectos da filosofia pós-estruturalista (p. ex., dos escritos de Derrida<sup>8</sup>, Foucault<sup>9</sup> e Lacan<sup>10</sup>). Essa abordagem rompe decisivamente com o determinismo e essencialismo residual do paradigma marxista ao elaborar uma concepção distintiva de discurso e hegemonia. Rejeitando uma abordagem puramente linguística

ou cognitiva da análise de discurso, Laclau e Mouffe definem o discurso como uma *prática articulatória* que conecta elementos contingentes – linguísticos e não linguísticos, naturais e sociais – em *sistemas* relacionais, em que a identidade dos elementos é modificada em decorrência da prática articulatória.

Uma *condição-chave* dessa abordagem é que todos esses elementos são contingentes e não fixos, de modo que seu sentido e sua identidade só são parcialmente fixados por práticas articulatórias. *Sistemas* incompletos de sentido e prática são os resultados de tais práticas. E, finalmente, em textos como *Emancipation(s)* [Emancipação e diferença] (1996)<sup>11</sup> e *On Populist Reason* [A razão populista] (2005)<sup>12</sup>, ele refina mais ainda essa abordagem pós-marxista da análise política através de uma confrontação mais profunda com a filosofia desconstrucionista e a interpretação da psicanálise freudiana proposta por Lacan.

## Construção e representação

Cada um desses desdobramentos teóricos se vincula *grosso modo* com uma série de questões prementes na política contemporânea: a construção e representação de demandas da classe trabalhadora e demandas populares em um projeto expandido para a transformação socialista; o desenvolvimento de um projeto para a democracia radical como maneira de articular as demandas e identidades associadas com os novos movimentos sociais; e, finalmente, uma ênfase na criação de novas formas de “universalismo contingente” face a uma preocupante fragmentação da política radical causada pela ascensão de novas formas de particularismo e identidade/diferença.

Mas, embora seja possível delinear e mapear essas mudanças na abordagem do estudo da ideologia e da política por parte de Laclau, também há continuidades significativas. Cada uma das diferentes fases nos textos

1 EUA: Verso Press, 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Louis Althusser** (1918-1990): filósofo marxista francês. Seu envolvimento com a ideologia marxista pode ser devido ao tempo gasto nos campos de concentração nazista, durante a segunda guerra mundial, depois da qual começou sua carreira acadêmica. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Étienne Balibar** (1942): é um filósofo e professor universitário francês. Até 2002, ensinou Filosofia Política e Moral na Universidade Paris Oeste Nanterre La Défense (antes Universidade Paris X - Nanterre), da qual é professor emérito. Atualmente leciona francês, italiano e Literatura Comparada e é professor associado do departamento de Antropologia da Universidade da Califórnia em Irvine, nos Estados Unidos. Foi também professor visitante do Departamento de Francês e Filologia Românica da Universidade Columbia. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Nicos Poulantzas** (1936-1979): foi um filósofo e sociólogo grego. Poulantzas era marxista e membro do Partido Comunista da Grécia. Exilou-se em Paris, onde lecionou a partir de 1960. Foi aluno de Louis Althusser, do qual herdou uma interpretação do marxismo inovadora e controversa chamada de althusserianismo, com a qual rompeu posteriormente. Suas obras resumem-se em uma complexa análise funcional das Estruturas ou Instâncias - o Econômico, o Político e o Ideológico - do Modo de produção capitalista, sobretudo no que diz respeito à forma como essas estruturas determinam as práticas sociais que as sustentam. (Nota da **IHU On-Line**)

6 EUA: Verso Press, 1985. (Nota da **IHU On-Line**)

7 EUA: Verso Press, 1990. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras), *O animal que logo sou* (São Paulo: Unesp), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade) e *Força de lei* (São Paulo: WMF Martins Fontes). É dedicada a Derrida a editoria Memória, da **IHU On-Line** nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Michel Foucault** (1926-1984): filósofo francês. Suas obras, desde a *História da Loucura* até a *História da sexualidade* (a qual não pôde completar devido a sua morte), situam-se dentro de uma filosofia do conhecimento. Foucault trata principalmente do tema do poder, rompendo com as concepções clássicas do termo. Em várias edições, a **IHU On-Line** dedicou matéria de capa a Foucault: edição 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>; edição 203, de 6-11-2006, disponível em <https://goo.gl/C2rx2k>; edição 364, de 6-6-2011, intitulada *História da loucura* e o *discurso racional em debate*, disponível em <https://goo.gl/vjqFL3>; edição 343, *O (des)governo biopolítico da vida humana*, de 13-9-2010, disponível em <https://goo.gl/M95yPv>, e edição 344, *Biopolítica, estado de exceção e vida nua. Um debate*, disponível em <https://goo.gl/RX62qN>. Confira ainda a edição nº 13 dos **Cadernos IHU em formação**, disponível em <http://bit.ly/ihuem13>, *Michel Foucault – Sua Contribuição para a Educação, a Política e a Ética*. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Jacques Lacan** (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor. Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas ainda assim constitui apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da revista **IHU On-Line**, de 4-8-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://bit.ly/ihuon267>. Sobre Lacan, confira as seguintes edições da revista **IHU On-Line**, produzidas tendo em vista o *Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”? [ne cède pas sur ton désir]?*, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-6-2009, intitulada *Desejo e violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>, e edição 303, de 10-8-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon303>. (Nota da **IHU On-Line**)

11 EUA: Verso Press USA, 1996. (Nota da **IHU On-Line**)

12 EUA: Verso Press USA, 2005. (Nota da **IHU On-Line**)

de Laclau é moldada pela busca de uma explicação antiessencialista e não reducionista de relações e práticas sociais. Portanto, todas as suas intervenções procuram dar mais espaço para o papel relativamente autônomo da política e da ideologia na explicação de processos sociais. E, em cada estágio de seus escritos, ele explora e às vezes integra correntes não marxistas de pensamento em sua abordagem.

### **IHU On-Line – Qual o conceito de hegemonia para Laclau? Como constitui esse conceito a partir da leitura de Antonio Gramsci?**

**David Howarth** – A hegemonia, no pensamento de Laclau, não tem a ver apenas com a dominação ou liderança política, concebidas em termos estreitos. E tampouco tem a ver apenas com o Estado moderno e as lutas pelo poder estatal, que muitas vezes só envolvem relações de força e coerção. Radicalizando a obra de Antonio Gramsci ao desconstruir seus compromissos residuais com um núcleo econômico decisivo e a reafirmação de uma classe social fundamental como o agente principal da mudança social, Laclau se refere, antes, à construção de projetos e ajuntamentos amplos que possam desenvolver e instituir novos valores e relações sociais, bem como políticas públicas e formas de governança.

Assim, o conceito de hegemonia elucidada a criação e reprodução de sistemas sociais ao focar a maneira como demandas, identidades e grupos são entretidos em projetos animados por um discurso comum. Esse discurso comum se mantém unido por sua oposição a um conjunto nomeado de práticas, ideias e políticas. A oposição é, assim, cristalizada em significantes que vinculam esses elementos. “Para os muitos, e não para os poucos” – o slogan do Partido Trabalhista na recente eleição geral no Reino Unido – é um bom exemplo desse tipo de representação. Em termos técnicos, tais slogans funcionam como “significantes va-

zios”, que resultam de um processo em que uma demanda ou sinal particular passa a significar o que é universal nas diferentes demandas que são unidas umas com as outras. A unidade e identidade são produzidas por meio de sua oposição a um outro comum. Os significantes vazios salientam a importância da retórica, pois invocam os tropos da catacrese e da sinédoque e, portanto, o papel central do ato de “nomear” – tanto a si mesmo quanto ao outro –, bem como a maneira como uma “parte” pode representar o “todo”.

Entretanto, dentro de tais coalizões ou ajuntamentos se dá espaço para graus de autonomia e respeito pela diferença. Temos, então, as lógicas interagentes de equivalência e diferença. Equivalências entre demandas e identidades diferentes são criadas ao se nomear outros – ou um “Outro” no singular – que bloqueiam sua consecução. Assim, os valores da igualdade e solidariedade são reafirmados dessa maneira. Contudo, as diferenças não são completamente obliteradas na criação de um projeto ou coalizão mais universal, pois elas precisam ser respeitadas e valorizadas. Portanto, a liberdade e o pluralismo também são valorizados e endossados.

Mas há perigos à espreita. As equivalências podem se dissolver e dissipar depois que vitórias parciais sejam alcançadas. E todas as vitórias nessa abordagem *são*, até certo ponto, parciais, mesmo que sejam substanciais – não há uma emancipação última, mas apenas uma série de emancipações. As diferenças podem facilmente se solidificar em novas formas de hierarquia e divisão social, depois que um projeto alcança certo grau de poder e hegemonia. Demandas equivalenciais podem ser desconectadas e absorvidas em sistemas de poder, e sua radicalidade pode ser, assim, mitigada. Em suma, os jogos de equivalência e diferença são estrategicamente necessários em um mundo sem regras fixas ou

parâmetros nítidos, mas eles são sempre arriscados e perigosos.

### **Concepções de hegemonia**

No desenvolvimento da teoria de Laclau, a categoria de hegemonia foi um dispositivo central para juntar os diferentes elementos e conceitos de sua abordagem. Entretanto, há formulações e ênfases diferentes nos escritos dele nesse tocante. Em *Hegemonia e estratégia socialista*, a hegemonia é um *tipo* de prática que une diferentes demandas e identidades na construção de projetos hegemônicos. Essa prática articulatória, por sua vez, pressupõe o caráter incompleto e aberto do social, acoplado à presença de forças antagonísticas e à instabilidade das fronteiras que as separam. Nessa concepção, é só a presença de uma vasta área de elementos flutuantes e a possibilidade de sua articulação em formações opostas que torna possível uma prática hegemônica. Sem equivalência e sem fronteiras, é impossível falar rigorosamente de hegemonia.

Em seus textos mais recentes, a noção de hegemonia está estreitamente ligada ao funcionamento dos significantes vazios. Em *A razão populista*, por exemplo, a hegemonia é descrita como uma operação em que “uma diferença [...] assume a representação de uma totalidade incomensurável”, de modo que na conseqüente interação entre universalidade e particularidade, onde a totalidade encarnada é um objeto impossível, a identidade hegemônica assume a forma de um significante vazio.

### **IHU On-Line – Quais os limites e as potencialidades do conceito de populismo, segundo Ernesto Laclau, para compreendermos a política de nosso tempo?**

**David Howarth** – Os conceitos de discurso e hegemonia são as pedras angulares da abordagem teórica de Laclau, e o projeto para a democracia radical é a alternativa de Laclau e Mouffe para o neoliberalismo e o capitalismo irrestrito. Mas é o

*populismo* que constitui o foco substantivo central de sua obra.

Logo de início, é importante acenar que a abordagem do populismo de Laclau difere de teorias rivais em aspectos fundamentais. Em termos teóricos, ele rejeita propostas ecléticas que atribuem uma falsa unidade à política populista subsumindo movimentos e práticas extremamente diversos sob sua bandeira. Ele também contesta abordagens que reduzem a política populista a impulsos irracionais e retrógrados, ou a interesses e localizações de classe dados previamente. O populismo não é uma fachada que bloqueie ou distorça as lutas da classe trabalhadora ou autoafirmações nacionalistas, como pretendem algumas pessoas.

Em vez disso, com base em sua teoria do discurso e da hegemonia, Laclau sustenta que o populismo mostra um *modo* distintivo de articular identidades políticas e de construir coalizões. As lutas populistas colocam em primeiro plano a dimensão política na sociedade – a divisão da sociedade em dois campos – e implicam a junção de *demandas* expressas por aqueles que estão marginalizados e excluídos dos sistemas e discursos dominantes. Além disso, líderes carismáticos podem encarnar essa oposição comum fornecendo pontos com os quais as pessoas podem se identificar e nos quais podem investir. Dessa maneira, identidades políticas populares e vontades coletivas podem ser forjadas e ativadas, e novas relações e práticas sociais podem ser instituídas.

Portanto, Laclau contesta a concepção de que os líderes populistas são sempre demagogos de direita ou que os partidos e movimentos populistas são inerentemente antidemocráticos. Ele sustenta, pelo contrário, que o populismo é um ingrediente essencial das sociedades democráticas modernas, porque funciona para representar a voz marginalizada dos oprimidos na sociedade. Isso, por exemplo, é precisamente o que os líderes de Podemos<sup>13</sup>, Syri-

za<sup>14</sup> e outros movimentos populistas vêm reivindicando e tentando fazer atualmente. Para muitos, eles agora simbolizam as esperanças das pessoas que foram excluídas e deixadas para trás em decorrência da política de austeridade, bem como daquelas que aspiram a algo novo e diferente.

A estratégia teórica de Laclau nos ajuda a elaborar conceitos que podem elucidar toda uma gama de manifestações populistas. Tomando-a por base, podemos distinguir entre várias formas e práticas, caracterizando algumas como populistas e outras não. Por exemplo, um demagogo populista que apela consistentemente para “o povo”, ou um partido político que faz afirmações e intervenções ambíguas e distorcidas, mas *não* estabelece equivalências entre demandas heterogêneas, *não* pode ser considerado populismo nesse esquema.

### Inconvenientes em potencial

Contudo, também há inconvenientes em potencial, especialmente quando Laclau retorna aos fenômenos empíricos armado com as categorias que foram elaboradas. Neste ponto, sustento que há uma ambiguidade produtiva (ainda que potencialmente problemática). Populismo é *tanto* o nome e representante da própria política *quanto* um *tipo* de discurso ou objeto político, o que se evidencia, por exemplo, na exposição de Laclau a respeito de variações populistas, seja o peronismo na Argentina ou o People’s Party nos Estados Unidos, que podem ser exa-

minados em termos empíricos.

Isso exige um esclarecimento conceitual adicional do populismo e de sua aplicação. Assim, proponho distinguir entre: 1) populismo como *ideologia* ou dimensão ideológica de discursos e relações sociais; 2) formas *equivalenciais* e *institucionais* da política (que podem ser distribuídas em um espectro limitado por esses dois ideais reguladores); e 3) formas *autoritárias* e *excludentes* da política equivalencial, por um lado, e política equivalencial *popular-democrática* e/ou *democrática radical*, por outro.

**IHU On-Line – Partindo do conceito de Laclau, é possível se constituir a ideia de populismo de direita e populismo de esquerda? Por quê? Como?**

**David Howarth** – Laclau acenua que o populismo assume formas múltiplas. Ele pode ser facilmente vertido em uma política de direita que culpa os imigrantes e outros bodes expiatórios pelo desemprego, estagnação econômica e piora dos serviços públicos. Não precisamos olhar muito longe para ver esse tipo de política na Europa de momento. Mas a reafirmação de um populismo progressista por parte de Laclau também implica um compromisso forte com a democracia, ainda que em um sentido mais radical do que nossos arranjos neoliberais atuais. Embora Laclau provenha da tradição marxista, sua teoria política pós-marxista apoia resolutamente os valores da democracia, igualdade e liberdade política. Com efeito, o que ele e Chantal Mouffe chamam de projeto para a “democracia radical e plural” exige a ampliação e aprofundamento de valores como igualdade e liberdade para além das instituições formais do Parlamento e do Estado.

Portanto, tanto Laclau quanto Mouffe se referem às diferenças entre populismo “de direita” e “de esquerda”. Mas, falando em termos rigorosos, isso não é algo que

em 2014, fortemente influenciado pelas ideias do movimento 15M. Um de seus principais representantes é Pablo Iglesias Turrión. Surge num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Atualmente, é o favorito para eleição presidencial na Espanha. (Nota da **IHU On-Line**)  
14 **SYRIZA**: em português, Coligação da Esquerda Radical; em grego, Συνασπισμός Ριζοσπαστικής Αριστεράς, Synaspismós Rizospastikís Aristerás, abreviado SYRIZA. É um partido político de esquerda da Grécia, surgindo num momento de reestruturação da esquerda no mundo. Foi fundado em 2004 como uma aliança eleitoral de 13 partidos e organizações de esquerda, tendo como componente principal o partido Synaspismós (Em português, Coligação de Movimentos de Esquerda e Ecológicos- SYN; em grego Συνασπισμός της Αριστεράς των Κινήματων και της Οικολογίας, Synaspismos tis Aristerás tu Kinimátōn kai tis Oikologías). Em maio de 2012, o SYRIZA apresentou-se como um único partido. Vitorioso na eleição de janeiro de 2015, o líder do Syriza, Alexis Tsipras, foi empossado como primeiro-ministro para dirigir o novo governo da Grécia, viabilizando um governo de coalizão com o partido nacionalista conservador, Gregos Independentes. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Podemos**: partido político espanhol que foi fundado

possa ser derivado ou deduzido de sua abordagem teórica. Para eles, com efeito, o populismo não é absolutamente um objeto político ou uma entidade política – um movimento, partido, ideologia etc. –, e sim uma *dimensão* de todas as relações sociais. Assim, se tomarmos Laclau ao pé da letra, populismo de esquerda e de direita é mais ou menos sinônimo de política de esquerda ou de direita (embora isto, naturalmente, implique perguntas a respeito dessa distinção).

Em vez disso, portanto, em minha interpretação da obra deles é possível isolar e extrair a ideia de que formas e apelos populistas podem ser ligados a projetos políticos e movimentos sociais radicalmente diferentes. Pressupondo isso, o que se poderia chamar de lutas “popular-democráticas” ou “democráticas radicais” podem, portanto, ser contrapostas a estilos mais autoritários, hierárquicos ou excludentes de política. As lutas popular-democráticas, por sua vez, podem ser distinguidas de outros tipos de política, incluindo campanhas intensas em torno de um único assunto, assim como formas mais institucionais e pragmáticas de política, que muitas vezes implicam o fechamento de acordos e soluções conciliatórias (embora todas essas formas políticas possam ter em comum algumas “semelhanças de família”, para usar a terminologia de Wittgenstein).

**IHU On-Line – Qual a importância do contexto (e história) político(a) da América Latina para compreender o conceito de populismo para Laclau? E quais as distinções da experiência política latina com a de países da Europa?**

**David Howarth** – É evidente a partir de seus escritos iniciais que toda a teoria política de Laclau foi fortemente moldada por suas experiências sociais e políticas na América Latina, particularmente de sua terra natal, a Argentina. Em palestras, conversas e textos publicados,

o caso do peronismo<sup>15</sup>, especialmente na década de 1950 – o momento, disse-me ele certa vez, em que os significantes começaram a “flutuar” –, ocupa algo assim como um status paradigmático na elaboração de seu pensamento. É claro que os contextos variam consideravelmente, e Laclau estava atento a essas particularidades.

Em alguns escritos, ele fez uma divisão tendencial entre lutas “democráticas populares” e “democráticas radicais”, que, em certo sentido, refletia as diferenças entre a América Latina e a Europa, falando em termos amplos: a América Latina marcada em muitos casos pelo surgimento de formas autoritárias e clientelistas de política, e a Europa pelo desenvolvimento mais gradativo e desigual de instituições e práticas democráticas mais liberais. Ele também mostrou como diferentes demandas “liberais”, como, por exemplo, a luta por direitos humanos básicos em países latino-americanos durante as décadas de 1970 e 1980, puderam se tornar demandas populares e, assim, passar a fazer parte da identidade popular.

Por fim, Laclau também insiste em pluralizar nossa compreensão de formas democráticas modernas, de modo que as instituições democráticas liberais não esgotem – e não *deveriam* esgotar – nosso conceito e compreensão de democracia.

**IHU On-Line – Como, a partir da perspectiva do populismo de Laclau, compreender os chamados novos movimentos sociais, como os que derivam da Primavera Árabe<sup>16</sup>, Occupy**

<sup>15</sup> **Peronismo**: o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895-1974), presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde em Partido Justicialista, que é a força política maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>16</sup> **Primavera Árabe**: os protestos no mundo árabe ocorridos de 2010 a 2012 foram uma onda revolucionária de manifestações e protestos, compreendendo o Oriente Médio e o Norte da África. Houve revoluções na Tunísia e

**Wall Street<sup>17</sup>, entre outros?**

**David Howarth** – Em geral, deveríamos observar que a explicação do populismo proposta por Laclau é sinônimo de suas tentativas de entender a lógica da mobilização coletiva e da construção de identidades populares. Com efeito, ele às vezes junta esses aspectos em sua compreensão do próprio conceito de política. Quanto aos casos específicos mencionados na pergunta, eles são, é claro, mobilizações e intervenções muito diferentes, embora o contexto global mais amplo – a ascensão e consolidação do que se poderia chamar de “neoliberalismo global” e os desdobramentos geopolíticos associados com essa era – forneça efetivamente algumas conexões frouxas entre eles.

Laclau não escreveu muita coisa diretamente sobre esses novos acontecimentos e processos, embora seus alunos e alunas na Escola de Análise do Discurso de Essex tenham feito isso. As várias concretizações da Primavera Árabe, cada uma diferente, exibem muitas das marcas do populismo: o entretimento de várias demandas articuladas e dirigidas a elites e regimes (muitas vezes) corruptos e escleróticos por movimentos e campanhas, pacíficos e às vezes violentos. Também é possível ver o movimento *Occupy*<sup>18</sup> nesses termos.

no Egito, uma guerra civil na Líbia e na Síria; grandes protestos na Argélia, Bahrein, Djibuti, Iraque, Jordânia, Omã e Iémen e protestos menores no Kuwait, Líbano, Mauritânia, Marrocos, Arábia Saudita, Sudão e Saara Ocidental. Os protestos têm compartilhado técnicas de resistência civil em campanhas sustentadas envolvendo greves, manifestações, passeatas e comícios, bem como o uso das mídias sociais, como Facebook, Twitter e Youtube, para organizar, comunicar e sensibilizar a população e a comunidade internacional em face de tentativas de repressão e censura na Internet por partes dos Estados. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>17</sup> **Occupy Wall Street** (Ocupe Wall Street): é um movimento de protesto contra a desigualdade econômica e social, a ganância, a corrupção e a indevida influência das empresas – sobretudo do setor financeiro – no governo dos Estados Unidos. Iniciado em 17 de setembro de 2011, no Zuccotti Park, no distrito financeiro de Manhattan, na cidade de Nova York, o movimento continua denunciando a impunidade dos responsáveis e beneficiários da crise financeira mundial. Posteriormente surgiram outros movimentos Occupy por todo o mundo. As manifestações foram a princípio convocadas pela revista canadense *Adbusters*, inspirando-se nos movimentos árabes pela democracia, especialmente nos protestos na Praça Tahrir, no Cairo, que resultaram na Revolução Egípcia de 2011. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>18</sup> **Occupy**: série de protestos mundiais iniciados no dia 15 de outubro de 2011, a partir da ocupação de *Wall Street*, nos Estados Unidos, dando origem ao movimento *Occupy*. O movimento se espalhou por várias cidades do mundo, organizado por coletivos locais, organizações de bairro ou movimentos sociais, os quais propunham al-

**IHU On-Line – Desde a perspectiva de Laclau, como compreender o que se tem chamado de retomada da direita nos governos de países da América Latina, como na Argentina e no Brasil, e até mesmo ascensão de líderes conservadores na Europa e a própria eleição de Donald Trump nos Estados Unidos?**

**David Howarth** – Como observei, Laclau distingue entre populismo de esquerda e de direita, e entre projetos hegemônicos insurgentes, que operam por meio da lógica equivalencial, e formas mais institucionais de política, que são marcadas pela preservação de sistemas dominantes, mostrando muitas vezes lógicas complexas de diferença na construção e reprodução do poder. A ascensão de Donald Trump e o sucesso de outros partidos de direita na Europa, como, por exemplo, o UKIP<sup>19</sup> de Nigel Farage<sup>20</sup> no Reino Unido e a FN<sup>21</sup> de Marine Le Pen<sup>22</sup> na França, podem ser caracterizados como concretizações variáveis de estilos autoritários e excludentes de populismo.

Embora exibam uma postura anti-*establishment*, bem como um modo equivalencial de associar diferentes demandas – p. ex., demandas anti-imigração e an-

ti-União Europeia, acopladas com conclamações a um maior protecionismo das indústrias nacionais e serviços públicos etc. –, a função delas tem sido primordialmente defender elementos importantes do *status quo*, especialmente a lógica dominante do crescimento econômico, bem como toda uma gama de interesses próprios no Estado, na economia e na sociedade como um todo.

**IHU On-Line – O conceito de populismo é uma forma de Laclau explorar o “primado da política” na sociedade. Mas em que medida sua metodologia de análise tensiona o modelo de política representativa? Como ele trata a chamada “crise de representatividade”? E como vislumbra a “democracia ideal”?**

**David Howarth** – Essas são perguntas complexas e difíceis, que levantam questões-chave para a política radical atualmente. Nos escritos de Laclau e Mouffe, elas podem ser abordadas por meio do conceito de democracia radical, que é em si mesmo rico e multiforme. Mas no tempo e espaço limitados que tenho à minha disposição, não tenho condições de explorar todas elas detalhadamente. Em vez disso, irei me concentrar em uma tensão produtiva que surge na obra de Laclau.

Em uma linha de pensamento, Laclau sustenta que a democracia radical denota um “conjunto de dimensões”, cada uma das quais carece de algo, e, quando tomadas em conjunto, elas não se encaixam perfeitamente. As três concepções são democracia como regime político, isto é, um sistema universal de regras institucionais (p. ex., liberdade e igualdade para todos); democracia como forma particular de subjetividade democrática – a constituição de “o povo”, por exemplo – que Laclau identifica como “populista”; e a conexão entre democracia radical e pluralismo, em que a noção de universalidade é questionada em nome da diferen-

ça e da particularidade (Laclau, 2005b, p. 259-261).

Cada uma dessas dimensões é assolada por dificuldades: os princípios e regras da democracia liberal na concepção formal de democracia são estreitos e tênues demais. Eles são, portanto, compatíveis com várias desigualdades na sociedade civil, ao mesmo tempo que também ocultam relações de dominação e hierarquia em nome do universalismo. Uma democracia puramente *populista* corre o risco de identificar a comunidade com uma seção particular dela, excluindo, assim, o pluralismo e a “interação democrática”. E, finalmente, se a democracia radical fosse equiparada com a simples reafirmação do *pluralismo* e da *diferença*, ela privaria o conceito de uma ordem simbólica comum dentro da qual essas reivindicações e queixas pudessem ser reafirmadas.

Assim, Laclau sustenta que a democracia radical necessita de uma *articulação política* entre essas três dimensões, e não de uma *mediação lógica* entre elas, ou da lógica da *subsunção* de duas delas sob uma concepção dominante. Isso deixa uma concepção de democracia e de democracia radical como um conjunto heterogêneo de elementos em tensão mútua, deixando, assim, espaço para articulações contingentes por parte de diferentes atores e forças.

## Democracia e liberalismo

Isso é um conjunto de observações sobre a democracia radical. Mas há outra linha de fuga, que é mais proeminente na obra de Laclau intitulada *A razão populista*. Aqui ele traça uma forte ligação entre populismo e democracia. Isso se deve ao fato de que “a democracia se fundamenta apenas na existência de um sujeito democrático, cujo surgimento depende da articulação horizontal entre demandas equivalentes” (Laclau, 2005a, p. 171; grifo meu). Uma implicação disso é que a articulação entre democracia e liberalismo é contingente. Isso é

ternativas de desenvolvimento voltadas à preservação do planeta e ao consumo consciente de produtos, opondo-se à especulação financeira e à ganância econômica. (Nota da **IHU On-Line**)

19 **Partido de Independência do Reino Unido** (em inglês UK Independence Party; ou conhecido pela sigla UKIP): é um partido político britânico eurocético e de direita, fundado em 1993, pela antiga “Liga Antifederalista”. Eles se descrevem como um partido “democrático e libertário” e afirmam possuir, até setembro de 2014, mais de 48.000 membros. (Nota da **IHU On-Line**)

20 **Nigel Paul Farage** (1964): político britânico. Foi um dos líderes mais influentes do Partido de Independência do Reino Unido (UKIP), de orientação conservadora e eurocética, desde 1998 e seu presidente de 2010 a 2015, quando renunciou após uma tentativa fracassada de ser eleito para a Câmara dos Comuns. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Frente Nacional** - FN: em francês: Front National; é um partido político francês de extrema-direita e de caráter protecionista, conservador e nacionalista. Foi fundado em 1972 com o intuito de unificar as várias correntes nacionalistas da época. Jean-Marie Le Pen foi o primeiro líder do partido e sua figura central até sua renúncia em 2011. A atual líder da FN é Marine Le Pen, sua filha. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Marion Anne Perrine Le Pen** (1968): mais conhecida como Marine Le Pen, é uma advogada e política de direita da França. Deputada do Parlamento Europeu desde 2004, foi eleita presidente da Frente Nacional em 16 de janeiro de 2011, em substituição a seu pai, Jean-Marie Le Pen. É também conselheira regional de Nord-Pas-de-Calais desde março de 2010 e conselheira municipal de Hénin-Beaumont desde março de 2008. (Nota da **IHU On-Line**)

assim porque, em primeiro lugar, “outras articulações contingentes também são possíveis, de modo que há formas de democracia fora do marco simbólico liberal (o problema da democracia, visto em sua verdadeira universalidade, torna-se o da pluralidade de marcos que tornam possível o surgimento de um ‘povo’”, e, em segundo lugar, “visto que o surgimento de um ‘povo’ não é mais o efeito direto de qualquer marco particular, a questão da constituição de uma subjetividade popular se torna parte integrante da questão da democracia” (ibid., p. 167).

Temos, então, duas ênfases diferentes, e as duas contestam a imagem e o modelo tradicionais da democracia representativa, encarnada nas instituições e práticas centrais das democracias liberais modernas. Em ambas, a versão mais “bagunçada” da democracia, e na concepção que enfatiza a dimensão populista acima de outras, o ideal da democracia se torna mais contingente e variável: ele não pode ser fixado por apenas uma única forma e um único conjunto de instituições.

Finalmente, é importante sublinhar que um dos maiores desafios com que se defrontam novos movimentos populistas de tendência esquerdista na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina é *como* se transformar de uma política vibrante de protesto em um instrumento eficaz, plural e democrático de governança, ao mesmo tempo que mantém seus aspectos radicais e democratizantes. Expresso nas palavras de *Hegemonia e estratégia socialista: como é possível para novas forças populistas negociar “a diferença entre o que poderia ser chamado de uma ‘estratégia de oposição’ e uma ‘estratégia de construção de uma nova ordem’?”* (Laclau; Mouffe, 1985, p. 189). Como pode o mito de um novo início – o fim da austeridade e da dívida causadora do próprio fracasso – ser transformado em um novo imaginário social coletivo que possa fornecer uma alternativa

genuína e viável para os atuais arranjos neoliberais?

“As diferenças podem facilmente se solidificar em novas formas de hierarquia e divisão social”

**IHU On-Line – Quais os pontos que se aproximam e quais os que afastam o pensamento de Laclau, no campo da política, ao de outros pensadores contemporâneos como Judith Butler<sup>23</sup>, Slavoj Žižek<sup>24</sup> e Antonio Negri<sup>25</sup>?**

**David Howarth** – Em seus textos e em sua vida acadêmica, Laclau lidou com muitos teóricos contemporâneos, incluindo diálogos importantes com Judith Butler, Slavoj Žižek e Antonio Negri. Uma análise cuidadosa e intensa desses diálogos seria um empreendimento frutífero, principalmente porque eles contribuíram – tanto positiva quanto negativamente – para o desenvolvimento geral do pensamento dele. Entretanto, no pouco tempo que temos, é difícil, se não impossível, oferecer uma leitura comparativa detalhada e exaustiva

23 **Judith Butler** (1956): filósofa pós-estruturalista estadunidense, uma das principais teóricas da questão contemporânea do feminismo, teoria queer, filosofia política e ética. Ela é professora do departamento de retórica e literatura comparada da University of California em Berkeley. (Nota da **IHU On-Line**)

24 **Slavoj Žižek** (Slavoj Žižek, 1949): filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da *European Graduate School* e pesquisador senior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana. É também professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais estão a Universidade de Columbia, Princeton, a *New School for Social Research*, de Nova York, e a Universidade de Michigan. Publicou recentemente *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético* (São Paulo: Boitempo, 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

25 **Antonio Negri** (1933): filósofo político e moral italiano. Durante a adolescência, foi militante da Juventude Italiana de Ação Católica, como Umberto Eco e outros intelectuais italianos. Em 2000, publicou o livro-manifesto *Império* (Rio de Janeiro: Record), com Michael Hardt. Em seguida, publicou *Multidão. Guerra e democracia na era do império* (Rio de Janeiro/São Paulo: Record), também com Michael Hardt – sobre esta obra, a edição 125 da **IHU On-Line**, de 29-11-2004, publicou um artigo de Marco Bascetta, disponível em <https://goo.gl/9rjQwv>. (Nota da **IHU On-Line**)

de Laclau ao lado de Butler, Žižek e Negri, bem como das diferentes tradições teóricas que moldam esses diferentes conjuntos de obras.

Talvez seja melhor salientar a contribuição decisiva da obra de Laclau em relação a esses pensadores. O que é completamente distintivo em sua abordagem? Aqui eu diria que é a radicalização da obra de Gramsci através de uma confrontação com a filosofia e teoria francesa moderna e “pós-moderna” entendida em termos amplos, especialmente com a obra de Jacques Derrida, Michel Foucault e Jacques Lacan. Essa confrontação se beneficiou, por sua vez, por uma apropriação e articulação cuidadosa dos modelos linguísticos elaborados por Ferdinand Saussure<sup>26</sup>, Louis Hjelmslev<sup>27</sup>, Emil Benveniste<sup>28</sup> e outros nas tradições linguística e semiótica.

O resultado dessa articulação complexa foi um foco no “primado da política”, onde a política foi distinguida do social e do econômico e conceptualizada em termos da contestação de relações sociais em diferentes locais, e da instituição de novas normas, valores e regras. O primado da política se concentra, assim, nos processos distintivos da atividade política – contestação e instituição – dando a tais processos e práticas uma prioridade ontológica. A política como arena ou espaço, como o Estado, por exemplo, e a busca de determinantes causais e estruturais fora do político – sejam infraestruturas econômicas ou ação racional – foram, assim, relegadas a um status secundário, embora sua consideração não seja tida como irrelevante. ■

26 **Ferdinand de Saussure** (1857-1913): linguista suíço, cujas elaborações teóricas propiciaram o desenvolvimento da linguística enquanto ciência e desencadearam o surgimento do estruturalismo. Além disso, o pensamento de Saussure estimulou muitos dos questionamentos que comparecem na linguística do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

27 **Louis Trolle Hjelmslev** (1899-1965): foi um linguista dinamarquês cujas ideias formaram a base do Círculo Linguístico de Copenhague. Nascido em uma família de acadêmicos (seu pai era o matemático Johannes Hjelmslev), Hjelmslev estudou Linguística comparativa em Copenhague, Praga e Paris (com Meillet e Vendryes). Em 1931, Louis Hjelmslev fundou o Cercle linguistique de Copenhague. Em parceria com Hans Jorgen Uldall, ele desenvolveu, dentro da corrente estruturalista a teoria da Glossemática, que desenvolveu a teoria semiótica de Ferdinand de Saussure. (Nota da **IHU On-Line**)

28 **Émile Benveniste** (1902-1976): foi um professor de linguística francesa no Collège de France entre 1937 e 1969, quando se aposentou por motivos de saúde. (Nota da **IHU On-Line**)

# Democracia radical é a grande aposta teórica de Laclau

María Cecilia Ipar reflete sobre a representação dentro da perspectiva do populismo e chega ao conceito de democracia radical, elaborado pelo autor em parceria com Chantal Mouffe

João Vitor Santos

**A**nalistas políticos têm apontado o atual momento como um estado de crise da representatividade democrática. Mas significa um esgotamento da democracia? A perspectiva do populismo, segundo Ernesto Laclau, pode trazer elementos para pensar em representatividade. A socióloga e cientista política María Cecilia Ipar destaca que “Laclau propõe analisar a questão da representação à luz da questão da constituição das identidades políticas”. “A questão fundamental que está em jogo na democracia é resguardar um espaço sempre aberto à transformação”, pontua. Ou seja, ela não se esgota, mas está em constante transformação. “A importância da democracia reside no fato de ser uma forma de organização e administração do poder simbólico que cuida da abertura do espaço público onde acontece a transformação da própria insatisfação em demandas sociais democráticas”, analisa María Cecilia.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a pesquisadora também se atém ao conceito de democracia radical, que para ela é grande aposta teórico-política de Laclau e de sua parceira, Chantal Mouffe. “Eles estão preocupados em repensar o campo político da esquerda que entra em crise a partir dos anos 1980 com a queda de

parte do Bloco Socialista e da União Soviética”, recupera. Para Cecilia, a grande constatação dos autores é de que todo projeto emancipatório “deve partir da constatação de que o sujeito a ser emancipado haverá de ser o resultado de uma construção hegemônica discursiva. O populismo é uma forma de se atingir esta construção”. Assim, acredita que “a emancipação que pode ser atingida pela constituição de uma nova hegemonia política é e será sempre parcial e contingente”, daí a importância de sempre radicalizar a democracia.

**María Cecilia Ipar** é argentina e vive no Brasil desde 2010. É doutoranda em Ciência Política pela Universidade de São Paulo - USP, possui mestrado em Ciência Política pela USP e graduação em Sociologia pela Universidade de Buenos Aires, na Argentina. Atualmente é pesquisadora participante do projeto de pesquisa internacional *Theorizing Transnational Populist Politics*. Entre suas produções, está *La dimensión de la representación en el populismo según la teoría de la hegemonía*, publicado no Atas de trabalho das VI Jornadas de Debates Actuales de la Teoría Política Contemporánea (o artigo está disponível em <http://bit.ly/2v4dVcr>).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como Ernesto Laclau compreende o conceito de povo e como chega à formulação do populismo? Na sua opinião, quais as potencialidades e as fragilidades dessas formulações?**

**María Cecilia Ipar** – “Povo” é

uma das figuras que pode articular e cristalizar a identidade política, e o “populismo” se refere a uma lógica pela qual esta é atingida. Nesse sentido, a primeira coisa que deveríamos assinalar em referência à noção de povo de Ernesto Laclau é que não é um dado, senão uma cons-

trução, quer dizer, uma das formas de positivação da identidade política entendida como sendo basicamente negativa, vácuca, sem fundamento ontológico. Por isso podemos dizer que o povo não equivale, por exemplo, ao eleitorado ou aos cidadãos que habitam um determinado terri-

## “Povo é uma das figuras que pode articular e cristalizar a identidade política”

tório nacional ou transnacional tomados em conjunto. E aqui devemos esclarecer algo importante: sendo o povo uma forma de posituação da identidade *política*, ela se refere sempre a uma identidade *coletiva* e nunca a indivíduos isolados ou a uma somatória de indivíduos – no sentido adotado pela ciência política de corte liberal.

O caráter coletivo, social das identidades políticas está dado pelo fato de ser uma construção *discursiva*, isto é, o resultado de um processo de luta simbólica que o autor denominou, junto com Chantal Mouffe<sup>1</sup>, *hegemonia*. Sendo assim, o que o “povo” na prática verdadeiramente nomeia nunca é uma unidade homogênea e definitiva, como o ponto *limite* infranqueável entre “nós” (os que pertencem ao povo) e “eles” (a alteridade constitutiva desse povo, os adversários que impedem que ele possa se identificar plenamente com a comunidade da qual surgiu). O resultado desta operação política de emergência do populismo é a instauração de uma sociedade necessariamente dividida (e por isso Laclau chegou a sustentar aquela afirmação polêmica que diz “a sociedade não existe”, na qual o que realmente não existe é a univocidade de “a”).

A questão a ser frisada no caso do populismo é que a categoria de “povo” adquire uma importância capital, pois se revela como o sig-

nificante que organiza e dá sentido a toda a experiência política representada no discurso do líder populista. Mas aqui devemos poder ser imaginativos e tomar muito cuidado porque o líder não deve confundir-se com a “pessoa” que eventualmente possa encarnar este discurso. O líder é o lugar da enunciação que permite legitimar o discurso que dota de sentido a experiência da ação política, e não apenas a “boca” de um ser humano. Assim, pode-se inferir que a liderança política é um lugar vazio que precisa ser criado e logo assaltado, apropriado, encarnado. E encarnar um discurso é, justamente, assumir o lugar da enunciação (vazio) que permite legitimá-lo.

Pensando metaforicamente, podemos interpretar a liderança política como a potência que cria um furo na parede (a ordem social dominante, não contestado até então) no qual virá se alocar o prego (discurso hegemônico) que sustenta o quadro (experiência política subversiva). Penso que este é um bom exemplo, que nos permite ponderar bem a importância que têm o discurso e a liderança na hora de entender a experiência política que funda o povo no populismo. Não há povo sem furo, prego, quadro e parede; assim como também pouco há populismo sem a habilidade de colocar o quadro na parede.

### Potência e pendências da teoria

O principal mérito da teorização do populismo de Laclau é que nos permite entender a identidade política de maneira não essencialista, abso-

lutista, determinista. Ele combate estas três frentes ao mesmo tempo com a mudança do foco epistemológico que a perspectiva discursiva da ontologia social e a incorporação das principais teses da teoria psicanalítica lhe permitem realizar. A pendência (mais que desvantagens ou pontos fracos) da sua teoria política, eu diria, está no fato de não haver conseguido (talvez por uma questão de falta de tempo mais que de interesse do próprio autor) explorar e levar mais a fundo as consequências decisivas que tem para a teoria política, justamente, a incorporação da teoria psicanalítica.

A psicanálise nos ajuda a repensar a antropologia humana desde a qual qualquer teoria política se apoia como sendo seu ponto de partida. Por exemplo, eu duvido que alguém vá pôr em questão que o grande problema/tema da ciência política seja o poder, para além de que depois haja mais de cem maneiras de defini-lo. Pois bem, a psicanálise aporta muito nesse sentido, pois indica de maneira drástica que existe uma dependência no ser humano que é estrutural, portanto definitiva, que reside no fato de ele ser um ser falante e sexuado.

**IHU On-Line – E, nesse sentido, de que forma a psicanálise contribui para a formulação desses conceitos de Laclau? Como a teoria psicanalítica, de modo geral, pode subsidiar reflexões no campo da Ciência Política na atualidade?**

**María Cecilia Ipar – Reconhe-**

<sup>1</sup> **Chantal Mouffe:** filósofa americana, autora de *Dimensions of radical democracy* (London: Verso, 1992) e *The democratic paradox* (London: Verso, 2000). Mouffe era grande parceira de Ernesto Laclau. Esta edição da IHU On-Line traz um artigo assinado por Mouffe. (Nota da **IHU On-Line**)

cendo nesta conexão entre a teoria política de Laclau e a inspiração na psicanálise como uma das contribuições mais interessantes do autor para a ciência política, diria que no caso do tema do populismo a psicanálise auxilia Laclau a melhor entender a dimensão do afeto inerente à política. E digo “inerente” porque ela está justamente atrelada à dimensão discursiva à qual me referi recentemente. Nesse sentido, quando transmitimos ideias, opiniões, vivências, em definitivo, quando pretendemos nos situarmos discursivamente diante do outro, atrelada à palavra mesma se gera uma carga de energia, no sentido econômico, que impulsiona a palavra de quem fala que é e deve ser igualmente importante e decisiva como as palavras mesmas na sua especificidade conceitual.

E aqui já poderíamos dar mais uma pista da maneira em que a psicanálise auxilia a teoria da hegemonia de Laclau para pensar a política e a relação entre discurso e afeto: a psicanálise nos ajuda a entender a diferença capital entre tomar a palavra como *conceito* e como *significante*. Por exemplo, quando se fala de democracia, existe um entendimento ao redor desta palavra que é, nós diríamos, de tipo conceitual. Desta forma, o consenso que dele se depreende é igualmente conceitual. A democracia seria desejável, por exemplo, porque nos iguala a todos diante da lei, porque permite a liberdade de manifestação das múltiplas formas da existência social e pessoal, porque os representantes são escolhidos diretamente pelos cidadãos e por tempos breves, e assim por diante.

Este é um tipo de uso da palavra. Outro uso bem distinto surge quando ela cumpre a função significante, e portanto quando necessariamente haverá de adquirir um valor singular, parcial e contingente. Seguindo com o exemplo, e pensando na história recente do Brasil e no processo de redemocratização que podemos identificar no período – que vai da emergência da demanda por eleições Diretas já!<sup>2</sup> desde 1984 até a eleição

direta para presidente de 1989 em que ganhara Fernando Collor de Melo<sup>3</sup> –, a democracia adquire um valor significativo para além do conceitual. A democracia começa a ser desejada e demandada para além do consenso genérico estabelecido ao redor da definição conceitual – seguido, em grande parte, pela fachada democrática que a ditadura brasileira teve graças à manutenção de eleições para alguns cargos e em momentos específicos.

### Democracia singular

A demanda por Diretas Já! começa a significar a democracia de um modo singular, como uma forma de se opor abertamente à ditadura militar. Nesse sentido, a democracia se revela como um significante vazio que a demanda por Diretas Já! começa a significar de um modo singular, pois organiza o sentido de uma experiência de luta política que é também contra a inflação, a censura à imprensa e o mau desempenho da economia de forma

1983-1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizaria com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira. Ainda assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando Tancredo Neves foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral. A ideia de criar um movimento a favor de eleições diretas foi lançada em 1983, pelo então senador alagoano Teotônio Vilela no programa Canal Livre da Rede Bandeirantes. A primeira manifestação pública a favor de eleições diretas ocorreu no recém emancipado município de Abreu e Lima, em Pernambuco, no dia 31 de março de 1983. Organizada por membros do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no município, a manifestação foi noticiada pelos jornais do estado. Diversas outras manifestações se seguiram a esta, porém a que ganhou mais notoriedade pública foi a realizada em São Paulo, no Vale do Anhangabaú, no Centro da Capital, que comemorava seu aniversário – dia 25 de janeiro. Mais de 1,5 milhão de pessoas se reuniram para declarar apoio ao Movimento das Diretas Já. O ato foi liderado por Tancredo Neves, Franco Montoro, Orestes Quércia, Fernando Henrique Cardoso, Mário Covas, Luiz Inácio Lula da Silva e Pedro Simon, além de artistas e intelectuais engajados pela causa. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Fernando Collor de Mello** (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). Atualmente, está entre os denunciados da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção envolvendo agentes políticos e empresários. (Nota da **IHU On-Line**)

geral. Esta definição de democracia não é apenas conceitual, como também significativa de uma luta política específica de uma parte da população brasileira que se via prejudicada pelas condições sociais e econômicas do país, e que por isso mesmo exigia poder votar diretamente nos representantes do governo, o que levou a um processo de democratização igualmente singular, pois mediado por uma eleição indireta de um civil para a chefia do executivo que acabara de maneira trágica, com a morte de Tancredo Neves<sup>4</sup>.

A diferença fundamental entre os significantes e os conceitos políticos é que os segundos estabelecem um piso de entendimento comum e genérico, enquanto os primeiros articulam o discurso que permite compreender o sentido e a singularidade intransponível das experiências políticas historicamente situadas. Mas voltando a sua questão, acredito que a psicanálise permite repensar a validade e (deveria ajudar-nos a) redefinir os pressupostos que definem a antropologia da qual sempre partimos, querendo-o ou não, para pensar a natureza do político e a sociedade quando politicamente estruturada.

### IHU On-Line – Quais as leituras que Ernesto Laclau faz das perspectivas de Lacan<sup>5</sup>? Que

4 **Tancredo Neves [Tancredo de Almeida Neves]** (1910-1985): eleito presidente do Brasil por um colégio eleitoral em 1985, não chegou a tomar posse no cargo. Em 1950, foi eleito deputado federal pela primeira vez. A partir de junho de 1953, exerceu os cargos de Ministro da Justiça e Negócios Interiores até o suicídio do presidente Getúlio Vargas. Em 1954, foi eleito novamente deputado federal, cargo que ocupou por um ano. Com a instauração do regime parlamentarista, logo após a renúncia do presidente Jânio Quadros, foi nomeado primeiro-ministro do Brasil, ocupando este cargo de setembro de 1961 a julho de 1962. Foi um dos principais líderes do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e reeleger-se deputado federal em 1966, 1970 e 1974. Após a volta do pluripartidarismo, foi eleito senador em 1978 e fundou o Partido Popular (PP). Em 1982, ingressou no Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e foi eleito governador de Minas. No período em que governou Minas, houve uma grande agitação em prol do movimento Diretas Já, numa ação popular que mobilizou o país e pregava as eleições diretas para presidente. Com a derrota da emenda que instituiu as eleições diretas para presidente da República em 1984, foi o nome escolhido para representar uma coligação de partidos de oposição reunidos na Aliança Democrática. Em 15 de janeiro de 1985 foi eleito presidente do Brasil pelo voto indireto de um colégio eleitoral por uma larga diferença. No entanto, adoeceu gravemente em 14 de março do mesmo ano, véspera da posse. Em 21 de abril, morreu de infecção generalizada. Tancredo é considerado um dos mais importantes políticos brasileiros do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Jacques Lacan** (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou

2 **Diretas Já!** foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em

## associações e dissociações há na forma como os dois conceituam “o sujeito”?

**María Cecilia Ipar** – É preciso deixar claro que Ernesto Laclau bebe de várias tradições intelectuais, dentre as quais está a psicanálise. Porém, tem que ser dito também que outras influências como Gramsci<sup>6</sup>, Heidegger<sup>7</sup>, Wittgenstein<sup>8</sup>, Derrida<sup>9</sup>,

por eliminar vários elementos deste autor. Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas ainda assim constitui apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da revista **IHU On-Line**, de 4-8-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://bit.ly/ihuon267>. Sobre Lacan, confira as seguintes edições da revista **IHU On-Line**, produzidas tendo em vista o **Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?** [ne cède pas sur ton désir]?, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-6-2009, intitulada *Desejo e violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>, e edição 303, de 10-8-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo”?*, disponível em <http://bit.ly/ihuon303>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

7 **Martin Heidegger** (1889-1976): filósofo alemão. Sua obra máxima é *O ser e o tempo* (1927). A problemática heideggeriana é ampliada em *Que é Metafísica?* (1929), *Cartas sobre o humanismo* (1947) e *Introdução à metafísica* (1953). Sobre Heidegger, confira as edições 185, de 19-6-2006, intitulada *O século de Heidegger*, disponível em <http://bit.ly/ihuon185>, e 187, de 3-7-2006, intitulada *Ser e tempo. A desconstrução da metafísica*, disponível em <http://bit.ly/ihuon187>. Confira, ainda, **Cadernos IHU em formação** nº 12, **Martin Heidegger. A desconstrução da metafísica**, que pode ser acessado em <http://bit.ly/ihuon12>, e a entrevista concedida por Ernildo Stein a edição 328 da revista **IHU On-Line**, de 10-5-2010, disponível em <https://goo.gl/dn3AX1>, intitulada *O biologismo radical de Nietzsche não pode ser minimizado*, na qual discute ideias de sua conferência *A crítica de Heidegger ao biologismo de Nietzsche e a questão da biopolítica*, parte integrante do ciclo de estudos Filosofias da diferença, pré-evento do XI Simpósio Internacional IHU: O (des)governo biopolítico da vida humana. (Nota da **IHU On-Line**)

8 **Ludwig Wittgenstein** (1889-1951): filósofo austríaco, considerado um dos maiores do século 20, tendo contribuído com diversas inovações nos campos da lógica, da filosofia da linguagem e da epistemologia, dentre outros campos. A maior parte de seus escritos foi publicada postumamente, com exceção de seu primeiro livro: *Tractatus Logico-Philosophicus*, em 1921. Os primeiros trabalhos de Wittgenstein foram marcados pelas ideias de Arthur Schopenhauer, assim como pelos novos sistemas de lógica idealizados por Bertrand Russel e Gottlob Frege. Quando o *Tractatus* foi lançado, influenciou profundamente o Círculo de Viena e seu positivismo lógico (ou empirismo lógico). A edição 308 da **IHU On-Line**, de 14-9-2009, apresenta a entrevista *O silêncio e a experiência do inefável em Wittgenstein*, com Luigi Perissinotto, disponível em <https://goo.gl/HGR6jZ>. A entrevista *A religiosidade mística em Wittgenstein*, concedida por Paulo Margutti, consta na edição 362 da revista **IHU On-Line**, de 23-5-2011, disponível em <https://goo.gl/J0krYa>. (Nota da **IHU On-Line**)

9 **Jacques Derrida** (1930-2004): filósofo francês, criador do método chamado desconstrução. Seu trabalho é associado, com frequência, ao pós-estruturalismo e ao pós-modernismo. Entre as principais influências de Derrida encontram-se Sigmund Freud e Martin Heidegger. Entre sua extensa produção, figuram os livros *Gramatologia* (São Paulo: Perspectiva), *A farmácia de Platão* (São Paulo: Iluminuras), *O animal que logo sou* (São Paulo: Unesp), *Papel-máquina* (São Paulo: Estação Liberdade) e *Força de*

Althusser<sup>10</sup> e o próprio Marx<sup>11</sup> foram importantes na sua própria elaboração e busca intelectual. Sendo assim, e aproveitando que você pergunta sobre a noção de “sujeito”, devo dizer que no trabalho de Laclau, Lacan não toma a cena que toma, por exemplo, Freud<sup>12</sup>. Mas o fato de Laclau trabalhar mais extensamente a psicanálise sobre a perspectiva freudiana e não tanto a lacaniana, me parece, não deve nos levar a pensar que para ele a importância do segundo seja menor. Pelo contrário, considero que houve, talvez, uma falta de tempo mais do que de interesse por parte de Laclau para desenvolver melhor as consequências que hão de ser trabalhadas para pensar a política se adotarmos certas elaborações teóricas da psicanálise como premissas fundantes de nosso saber.

De qualquer modo, sendo ou não desta maneira, o que fica claro é que a categoria de “sujeito” não tem o mesmo peso específico na psicanálise e na teoria política de Laclau. E de fato não são equivalentes, de

lei (São Paulo: WMF Martins Fontes). É dedicada a Derrida a editoria Memória, da **IHU On-Line** nº 119, de 18-10-2004, disponível em <http://bit.ly/ihuon119>. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Louis Althusser** (1918-1990): filósofo marxista francês. Seu envolvimento com a ideologia marxista pode ser devido ao tempo gasto nos campos de concentração nazista, durante a segunda guerra mundial, depois da qual começou sua carreira acadêmica. (Nota do **IHU On-Line**)

11 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173IFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYkWZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuon16>. (Nota da **IHU On-Line**)

jeito nenhum. Que isso seja assim não tem a ver com o fato de que no caso da psicanálise se pensa o sujeito como equivalente ao indivíduo e, no caso da política, a identidade política a um conjunto de indivíduos. Nenhuma das duas coisas é verdadeira, e talvez seja este um primeiro ponto de encontro ao redor da questão da subjetividade: ela não é equivalente nem ao indivíduo nem a identidades coletivas fixas, senão o resultado de uma relação de poder determinada pelo simbólico. Mas a determinação simbólica da subjetividade em Laclau e Lacan está desenvolvida de maneiras distintas e até incomensuráveis.

Porém, junto com a aproximação entre Laclau e Lacan, há o fato de entender a subjetividade como resultado de um domínio de caráter discursivo. Assim, podemos acrescentar que haveria igualmente a coincidência de Laclau com Lacan quando aquele considera que a identidade política é sempre um suplemento de uma falha, de uma falta em ser constitutiva a toda ordem social, portanto, impossível de apagar totalmente. Nesse sentido, se anteriormente dizemos que a subjetividade é o resultado de uma disputa hegemônica, devemos acrescentar agora que essa luta nunca é total nem definitiva, pois sempre haverá algo que foge da totalização hegemônica. Por isso a hegemonia deve ser entendida como uma guerra de posição constante, de cuja vitória não se tem mais garantias que as que surgem do trabalho de reatualização do discurso que organiza e dá sentido à vontade popular de um povo que é também, de alguma maneira, “sexual e mortal”.

**IHU On-Line – O que, a partir da perspectiva de Laclau, podemos compreender como “o político” e “a política”? Qual a centralidade desses conceitos para compreendermos a ideia de populismo?**

**María Cecilia Ipar** – Existe um pesquisador, discípulo de Ernesto Laclau, chamado Oliver Marchart

(2009)<sup>13</sup>, que identifica o trabalho de uma série de intelectuais da filosofia política contemporânea com o nome de pensamento “pós-fundacional”. Eu iria um pouco além, diria que o que Marchart entende por “pensamento” na verdade é uma forma específica de pensar o pensamento, que questiona as bases epistemológicas modernas ancoradas em uma ou outra forma de “metafísica da presença”. Mas a designação “pós-fundacional”, segundo o entendimento de Marchart, pretende indicar que haveria coincidência dentro deste conjunto de autores (Ricoeur<sup>14</sup>, Wolin<sup>15</sup>, Mouffe, Nancy<sup>16</sup>, Badiou<sup>17</sup>, Rancière<sup>18</sup>, Laclau, dentre outros) em entender que a política é um ob-

jeto de estudo, de pensamento ontologicamente dividido.

A Política (uso a maiúscula para não confundir com o que vem) seria então um objeto ontologicamente dividido entre o político e a política, onde a separação, o vazio inerradicável, estrutural que existe entre ambas dimensões deve poder entender-se como tendo igualmente um certo estatuto ontológico. Na linguagem de Laclau, e em parte de acordo com aquilo que anteriormente disse sobre o populismo, a Política deve ser entendida como a ação coletiva destinada à fundação hegemônica da sociedade; sendo assim, o político seria o momento negativo, representado pela tendência dos grupos a questionar e desarticular a ordem social vigente (e a legitimidade daquilo que é politicamente representável) e pela configuração simbólica de um novo sujeito político.

Isso é o que acontece no populismo, por isso Laclau diz que de certa forma o populismo equivale à política, por esta coincidência com a dimensão de o político. Acontece que nem todo sujeito político novo coincidiria com a figura do “povo”, e por isso muitos autores criticam Laclau e esta superposição conceitual entre populismo e política hegemônica. Paralelamente, a política são as instituições e as práticas sociais sedimentadas que permitem, sustentam e “naturalizam” a representação política vigente, a dominação da hegemonia para além da mobilização e do reclamo popular.

Esta dimensão de a política não está tão desenvolvida nos trabalhos de Laclau. Porém, é importante assinalar que ambas categorias, como disse, não são complementárias, no sentido de que não são “partes” através de cuja junção nós poderíamos obter um conhecimento global e absoluto acerca do que é a Política. Em outras palavras, não há uma forma política ou institucionalidade adequada ou que se corresponda com a representação plena do sujeito da ação política surgido da irrupção do acontecimento político. O que não significa que, no limiar da hegemo-

nia e da função de constituição simbólica de um novo sujeito político (o povo, por exemplo), não haja espaço para se pensar em novas formas de institucionalidade. Com isto, embora o populismo seja por definição uma forma de deslocar e subverter a representação da ordem social vigente e institucionalizada, não significa que um movimento populista não possa criar uma nova concepção de institucionalidade.

### **IHU On-Line – Como Laclau atualiza os conceitos de classe e indivíduo? Que relações podemos estabelecer entre esses dois conceitos com identidade política e espaço político, também tratados pelo autor?**

**María Cecilia Ipar** – Esta pergunta tem relação com a questão da categoria de “sujeito”, da qual já falamos um pouco. Pois, de fato, a forma em que Laclau pensa a noção de identidade política (que devemos entender como sinônimo de subjetividade, por mais que isso seja absolutamente incorreto do ponto de vista da teoria psicanalítica) nega ou contradiz a categoria de classe social e, sobretudo, a de indivíduo como sendo o ator natural, pressuposto, obrigado da ação política. Em *A razão populista*<sup>19</sup>, Ernesto Laclau tentará compreender a identidade política popular como o resultado de uma articulação tal que impossibilita apreendê-la em termos de consciência individual ou de classe homogênea. Por isso eu disse anteriormente que não devemos pensar o povo na chave populista em termos, por exemplo, do eleitorado. Por sua vez, o conceito de classe social do marxismo tampouco seria adequado para indicar quem é o agente coletivo da ação política significativa, se por “classe” entendemos não um “significante”, e sim uma categoria universal derivada de um nível de realidade (o processo produtivo, por exemplo) superior ou anterior à realidade material simbólica.

Contra todas as formas essencialis-

13 **Oliver Marchart** (1968): é um filósofo político e sociólogo austríaco. (Nota da **IHU On-Line**)

14 **Paul Ricoeur** (1913-2005): filósofo francês. Sobre ele, conferir o artigo intitulado *Imaginar a paz ou sonhá-la?*, publicado na edição 49 da **IHU On-Line**, de 24-2-2003, disponível para download em <http://bit.ly/ihuon49> e uma entrevista na edição 50 que pode ser acessada em <http://bit.ly/ihuon50>. A edição 142, de 23-5-2005, publicou a editoria *Memória sobre Ricoeur*, em função de seu falecimento. Confira o material em <http://bit.ly/ihuon142>. A formação de Ricoeur se dá em contato com as ideias do existencialismo, do personalismo e da fenomenologia. Suas obras importantes são: *A filosofia da vontade* (primeira parte: *O voluntário e o involuntário*, 1950; segunda parte: *Finitude e culpa*, 1960, em dois volumes: *O homem falível e A simbólica do mal*). De 1969 é *O conflito das interpretações*. Em 1975 apareceu *A metáfora viva*. O sentido do trabalho filosófico de Ricoeur deve ser visto em uma teoria da pessoa humana; conceito - o de pessoa - reconquistado no termo de longa peregrinação dentro das produções simbólicas do homem e depois das destruições provocadas pelos mestres da “escola da suspeita”. (Nota da **IHU On-Line**)

15 **Sheldon S. Wolin** (1922): filósofo político norte-americano e atualmente é professor emérito na Princeton University. Wolin é conhecido por ter criado o termo “totalitarismo invertido”, fazendo referência às tendências políticas do governo dos Estados Unidos. Este, ao mesmo tempo em que promove investidas em todo o mundo em defesa da democracia, assume ele próprio comportamento totalitário – partilhando semelhanças e diferenças em relação ao regime nazista. (Nota da **IHU On-Line**)

16 **Jean-Luc Nancy** (1940): é um filósofo francês. A obra de Nancy é marcada pelo grande tamanho de publicações e pela heterogeneidade de temas. Datam da década de 1960 o início de suas reflexões, que atravessam desde a leitura de filósofos clássicos (Descartes, Kant, Hegel), ao envolvimento com figuras essenciais para a filosofia francesa do século 20 (Nietzsche, Heidegger, Bataille, Merleau-Ponty, Derrida etc.), assim como reflexões sobre arte e literatura. (Nota da **IHU On-Line**)

17 **Alain Badiou** (1937): filósofo, dramaturgo e romancista, leciona filosofia na Universidade de Paris-VII Vincennes e no Collège International de Philosophie. É autor, entre muitos outros, do livro *Saint Paul*. La fondation de l’universalisme (Paris: PUF, 1997), várias vezes reeditado na França e traduzido em diferentes línguas como o inglês e o italiano. (Nota da **IHU On-Line**)

18 **Jacques Rancière** (1940): filósofo argelino, professor na universidade de Paris 8. Pensa a história, a sociedade, os movimentos políticos ou o cinema. É colaborador frequente da lendária revista *Cahiers du Cinéma* - de forma a apresentar ao seu leitor e ouvinte um novo contexto e, como consequência, uma nova possibilidade para se entender a cultura, o poder ou a força das ideologias. Um dos colaboradores do pensador Louis Althusser no volume *Lire le Capital* (Ler o Capital). É o autor de *Os nomes da história - Um ensaio de poética do saber* (Educ), *Políticas da escrita*, *O desentendimento: política e filosofia* (ambos pela ed. 34) e *O mestre ignorante* (ed. Autêntica), entre outras obras. Esteve no Brasil em 2005, quando participou do Congresso Internacional do Medo, que aconteceu em São Paulo e no Rio de Janeiro. (Nota da **IHU On-Line**)

19 São Paulo: Três Estrelas, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

tas de entender a política e o agente da ação política, Laclau permite pensar na subjetividade política entendendo-a como o resultado de atos de identificação. Por isso ele diz que, para além da existência da divisão social entre as classes, a ação política significativa – por exemplo, a luta de classes – não pode derivar-se mecanicamente do fato de haver a exploração de uma classe sobre as outras como do fato de que os trabalhadores que a sofrem se identificam como tais e, a partir disso, tentem elaborar formas de *resistência* à exploração. A política começa com a resistência e não com a exploração.

Poderíamos chamar espaço político ao lugar de emergência e atuação das identidades políticas. Portanto, é igualmente determinado pelo discurso, que tem que ser entendido em termos Políticos (lembremo-nos das dimensões de *o* político, *a* política e o hiato existente entre elas), isto é, nos termos da hegemonia. Mas, cuidado, porque afirmar que devemos entender o discurso em termos políticos não é apenas dizer que estamos nos referindo a discursos de conteúdo político. O caráter político do discurso não está dado pelo conteúdo, pelo fato de que se faça referência a temas comumente associados à vida política nacional ou internacional (as diversas questões vinculadas com a governabilidade, as eleições, o estabelecimento de novas leis, tratados internacionais etc.).

Se levarmos a sério os argumentos de Laclau, o discurso somente é político quando cumpre ou disputa a função hegemônica de representação do tecido social no seu conjunto. Isto nos ajuda a entender que Laclau, na verdade, não tem tanto uma “teoria do discurso” – como muitas vezes costumamos dizer para simplificar o assunto –, como uma teoria política do discurso, uma teoria que consegue pensar de forma política o discurso, qualquer discurso. No caso do populismo, o espaço político fica reduzido à divisão simbólica da sociedade entre o “povo” ou os de baixo e o “outro” antagonico ou os de cima.

### **IHU On-Line – Em que medida o conceito de populismo de Laclau serve para compreender movimentos políticos como peronismo<sup>20</sup>, varguismo<sup>21</sup> e até mesmo o lulismo<sup>22</sup>? E como você lê esses movimentos à luz da teoria psicanalítica?**

**María Cecilia Ipar** – Uma primeira indicação em relação a sua pergunta que acho importante assinalar é que não devemos associar tão rapidamente o “ismo” com o qual possamos substantivar qualquer nome próprio dos políticos (Perón-peronismo, Vargas-varguismo, Lula-lulismo, Chávez-chavismo, Kirchner-kirchnerismo etc.) ao fenômeno do populismo. É verdade que no populismo o nome que encarna a liderança do movimento é sumamente importante e cumpre uma função capital. Porém, como já disse, acredito que no caso da construção de uma hegemonia política do tipo populista o líder expressa uma unidade e uma identificação que vai muito além da validação eleitoral ou da simpatia pessoal com o candidato/governante.

É claro que estes são indicadores importantes e necessários, mas não suficientes. Isto às vezes se passa por alto, mas quando tentamos assimilar

20 **Peronismo** (Movimento Nacional Justicialista): o Movimento Nacional Justicialista é genericamente chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Juan Domingo Perón (1895-1974), presidente da Argentina de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. O Movimento transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

21 **Varguismo**: caracteriza-se pela admiração à pessoa de Getúlio Dornelles Vargas, que ficou conhecido como “o pai dos pobres”. A sua doutrina e seu estilo político foram denominados de “getulismo” ou “varguismo”. Os seus seguidores, até hoje existentes, são denominados “getulistas”. As pessoas próximas o tratavam por “Doutor Getúlio”, e as pessoas do povo o chamavam de “O Getúlio”, e não de “Vargas”. (Nota da **IHU On-Line**)

22 **Lulismo**: O termo cunhado pelo cientista político André Singer, que também foi porta-voz do ex-presidente Lula, de 2002 a 2007. Nascido durante a campanha de 2002, o lulismo representou o afastamento em relação a componentes importantes do programa de esquerda adotado pelo PT e o abandono das ideias de organização e mobilização. Busca um caminho de conciliação com amplos setores conservadores brasileiros. Sob o signo da contradição, o lulismo se constituiu como um grande pacto social conservador, que combina a manutenção da política econômica do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) com fortes políticas distributivistas sob o governo Lula (2002-2010). (Nota **IHU On-Line**)

um fenômeno político ao populismo, pelo menos desde a perspectiva de Laclau, é importante entender que esta liderança, e o fato de que ela seja representativa de uma identidade política específica que tem conseguido costurar a legitimidade de falar em nome da comunidade, é uma consequência da luta política e não um dado *a priori* (baseado, por exemplo, em dotes especiais de pessoas isoladas). Nos casos que você pergunta, no caso do peronismo sem dúvida nenhuma, a análise de Laclau serve para interpretar o surgimento e a sua persistência histórica. Acredito que também possa ajudar a interpretar a experiência do varguismo, por mais que o trabalhismo inaugurado com Vargas<sup>23</sup> no Brasil não tenha conseguido, depois de sua morte, continuar com seu programa e agudizar as reformas de base da época de Goulart<sup>24</sup>.

É verdade que isso não aconteceu

23 **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-8-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-8-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 06-09-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-8-2004, Juremir Machado da Silva, da PU-C-RS, apresentou o **IHU ideias Getúlio, 50 anos depois**. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihuid30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

24 **João Belchior Marques Goulart ou Jango** (1919-1976): presidente do Brasil de 1961 a 1964, tendo sido também vice-presidente, de 1956 a 1961 – em 1955, foi eleito com mais votos que o próprio presidente, Juscelino Kubitschek. Seu governo é usualmente dividido em duas fases: fase parlamentarista (da posse, em janeiro de 1961, a janeiro de 1963) e fase presidencialista (de janeiro de 1963 ao golpe militar de 1964). Jango fora ainda ministro do Trabalho entre 1953 e 1954, durante o governo de Getúlio Vargas. Foi deposto pelo golpe militar do dia 1º de abril de 1964 e morreu no exílio. Confirma a entrevista *Jango era um conservador reformista*, com Flavio Tavares, de 19-12-2006, em <http://bit.ly/ihu191206>; *João Goulart e um projeto de nação interrompido*, com Oswaldo Munteal, de 27-8-2007, em <http://bit.ly/ihu270807>. Confirma também as entrevistas com Lucília de Almeida Neves Delgado intitulada *O Jango da memória e o Jango da História*, publicada na edição 371 da **IHU On-Line**, de 29-8-2011, em <http://bit.ly/ihuon371> e “*Dúvidas sobre a morte de Jango só aumentam*”, de 5-8-2013, em <http://bit.ly/ihu050813>. Veja ainda *João Goulart foi, antes de tudo, um herói*, com Juremir Machado, de 26-8-2013, em <http://bit.ly/ihu260813> e *Comício da Central do Brasil: a proposta era modificar as estruturas sociais e econômicas do país*, com João Vicente Goulart, de 13-3-2014, em <http://bit.ly/ihu130314>. (Nota da **IHU On-Line**)

porque veio a ditadura. Mas meu ponto é que as demandas de transformação radical também se defumaram ao longo do tempo. Na redemocratização, Lula construiu um partido dos trabalhadores baseado na força de um “novo” sindicalismo, desconhecendo, de certa forma, a história de luta do trabalhismo no país previamente a 1964. E este querer começar do zero, sem reivindicar nenhum legado histórico, sem passado a redimir, me parece que foi a fraqueza mais marcante do lulismo, inclusive quando pensarmos nele já não como um populismo, e sim como um fenômeno de caráter eleitoral – de realinhamento eleitoral, como o define André Singer<sup>25</sup> –, já que de todo modo se pretendia desenvolver um programa de governo de esquerda.

Com isto que digo, fica claro que não existe emancipação política ou transformação histórica significativa sem tornar pendentes, persistentes as lutas políticas passadas que fracassaram. Pois aquilo que na arena política se considera como absolutamente novo só pode ser o que surge de uma revolução, e penso que não era essa a intenção de Lula nem o objetivo da criação do PT. Nesse sentido, querendo ou não, tem se contribuído para enfraquecer a memória histórica de uma luta política que muito bem poderia haver contribuído para fortalecer o trabalhismo que o discurso do PT dizia representar. Atrelar o seu programa de governo de esquerda às lutas políticas do passado recente ou de algum outro passado – inclusive não só do Brasil como da América Latina – talvez pudesse ter subministrado às políticas parciais do governo uma significação política mais ampla, que lhe permitisse enquadrá-las no marco de um discurso mais potente do ponto de vista da identificação política da base social.

<sup>25</sup> **André Vítor Singer:** jornalista e cientista político brasileiro. Foi porta-voz da Presidência da República. Filho do economista Paul Singer, é professor do departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Confira as Notícias do Dia do IHU: “Raízes sociais e ideológicas do lulismo. A análise de André Singer”, disponível em <http://migre.me/qkIP> e “PT terá que se reposicionar diante do lulismo, afirma André Singer”, disponível em <http://migre.me/qkmC>. (Nota da **IHU On-Line**)

Paradoxalmente, isso aconteceu muito palpavelmente no extraordinário discurso de defesa de Dilma Rousseff<sup>26</sup>, dia 29 de agosto de 2016, diante dos parlamentares que acabariam derrocando-a, pois ela colocou o PT em uma linha histórico-política pouco usual, quando menciona as razões da queda de Vargas, Kubitschek<sup>27</sup>, Goulart e a própria situação atual dela; ela afirmou: “hoje, mais uma vez, ao serem contrariados e feridos nas urnas os interesses de setores da elite econômica e política, nos vemos diante de um risco de uma ruptura democrática”. Penso que essa linha histórica é muito pertinente e deveria ser mais explorada e expandida na futura forma de construção política do PT. Isso já aproximaria bem mais o lulismo do populismo, pois permitiria identificar uma fronteira social radical entre “nós” e “eles”.

### Psicanálise

Em relação a como poderíamos analisar estas experiências políticas à luz da psicanálise, podemos sempre voltar aos clássicos textos de Freud que são mais sociológicos, por assim dizer (*O mal-estar na civilização*, *O futuro de uma ilusão*, *Psicologia das massas e análise do eu*, *Por que a guerra?* e outros), e dizer que o que há sempre em jogo na política é a produção de atos de identificação como suplemento de uma falha-em-ser estrutural do sujeito. Mas essas

<sup>26</sup> **Dilma Rousseff** (1947): economista e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores-PT, presidente do Brasil de 2011 (primeiro mandato) até 31 de agosto de 2016 (segundo ano de seu segundo mandato). Em 12 de maio de 2016, foi afastada de seu cargo durante o processo de impeachment movido contra ela. No dia 31 de agosto, o Senado Federal, por votação de 61 votos favoráveis ao impeachment contra 20, afastou Dilma definitivamente do cargo. O episódio do impeachment foi amplamente debatido nas Notícias do Dia no sítio do IHU, como, por exemplo, a Entrevista do Dia com Rudá Ricci intitulada *Os pacotes do Temer alimentarão a esquerda brasileira e ela voltará ao poder*, disponível em <http://bit.ly/2bLPIHK>. Durante o governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu a chefia do Ministério de Minas e Energia e posteriormente da Casa Civil. Em 2010, foi escolhida pelo PT para concorrer à eleição presidencial. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>27</sup> **Juscelino Kubitschek de Oliveira** (1902-1976): médico e político brasileiro, conhecido como JK. Foi presidente do Brasil entre 1956 e 1961, sendo o responsável pela construção de Brasília, a nova capital federal. Juscelino instituiu o plano de governo baseado no slogan “Cinquenta anos em cinco”, direcionado para a rápida industrialização do País (especialmente via indústria automobilística). Além do progresso econômico, no entanto, houve também um grande aumento da dívida pública. Sobre JK, confira a edição 166, de 28-11-2005, *A imaginação no poder*. JK, 50 anos depois, disponível em <http://bit.ly/ihuon166>. (Nota da **IHU On-Line**)

pontes teóricas devem ser costuradas e articuladas, não dá para passar de uma linguagem (psicanalítica) a outra (política) sem mediações. Laclau ajuda nessa direção, mas considero que é um caminho apenas recentemente aberto no qual ainda há muito por percorrer.

### IHU On-Line – Até que ponto podemos afirmar que Laclau tensiona a ideia de crise da democracia representativa? E como ele trabalha a ideia de representação democrática?

**María Cecilia Ipar** – Antes de Laclau tensionar a ideia de democracia representativa, ele tensiona a própria ideia de representação. Por quê? Porque todo o desenvolvimento teórico-filosófico que sustenta o trabalho de Laclau é orientado a pensar a forma de constituição das identidades políticas, que tensiona o próprio imaginário consolidado (inconscientemente até) ao redor da noção de identidade pressuposta na ideia de representação. Isto se relaciona com a pergunta a respeito da categoria de indivíduo e classe social. De forma geral, podemos dizer que tanto o liberalismo como o marxismo (porém, sobretudo isso é bem mais claro no primeiro caso), quando discutem os dilemas e as peripécias da representação, *pressupõem* a identidade de uma maneira fixa e até essencialista, quer dizer, não a problematizam. O representante (indivíduo racional ou a classe social homogênea) sabe o que quer, o que gostaria que mudasse, qual é o interesse que mais lhe convém etc., e então todo o assunto ocorre ao redor da questão de ver se o representante (cuja identidade política também é vista de forma fixa e essencialista) cumpre/deveria cumprir ou não a função de representar aquela identidade preestabelecida.

Pois bem, nos antípodas desta formulação, Laclau propõe analisar a questão da representação à luz da questão da constituição das identidades políticas. E, desta forma, a relação entre representantes e representados não em termos de espelho ou de autorização para atuar

em nome de outros, mas como uma relação de mútua contaminação na qual tanto a identidade do representante como a do representado se configuram no movimento interno de representação.

Nesse sentido, a questão fundamental que está em jogo na democracia é resguardar um espaço sempre aberto à transformação, que nos permita reformular de diversas maneiras a demanda de querer saber quem somos e o que queremos. Em outras palavras, a importância da democracia reside no fato de ser uma forma de organização e administração do poder simbólico que cuida da abertura do espaço público onde acontece a transformação da própria insatisfação em demandas sociais democráticas. O que é interessante da perspectiva de Laclau é que o que tem de ser representado, quando falamos de uma representação que produz identidade política, não é uma positividade senão uma *carência*. E, como tal, a canalização popular da dimensão da representatividade não pode estar condicionada de antemão. É esse o ponto de conexão imanente entre a sua ideia de democracia – a participação ativa na manifestação coletiva das deficiências do sistema – e representação – como uma teoria baseada na indeterminação do signo linguístico, que pressupõe um processo de “mútua contaminação” entre o interesse ou desejo do representado e a atuação política e institucional do representante.

**IHU On-Line – Que nexos se pode estabelecer entre representação populista e democracia radical? Ou os conceitos são diametralmente opostos?**

**María Cecilia Ipar** – Podemos dizer que a democracia radical é a grande aposta teórico-política de Laclau e Mouffe, na medida em que eles estão preocupados em repensar o campo político da esquerda que entra em crise a partir dos anos 1980 com a queda de parte do Bloco Socialista e da União Soviética. Nesse sentido, o que os autores perceberam é que todo projeto emancipatório – de esquerda, digamos assim – deve partir da constatação de que

o sujeito a ser emancipado haverá de ser o resultado de uma construção hegemônica discursiva. O populismo é uma forma de se atingir esta construção.

Também é importante, neste ponto, frisar que a aposta na democracia radical através da subversão hegemônica não é uma aposta normativa, romântica, no sentido de correr atrás de uma emancipação *definitiva*. A emancipação que pode ser atingida pela constituição de uma nova hegemonia política é e será sempre parcial e contingente. Embora a fantasia de plenitude da identidade cumpra papel importante no momento do estabelecimento de uma fronteira social radical, é necessário assinalar que o desejo de plenitude forma parte de um mero “fantasma a ser atravessado” (como poderíamos brincar levando em consideração certo jargão lacanianos).

**IHU On-Line – Quais as contribuições de Ernesto Laclau para compreender a política de nosso tempo?**

**María Cecilia Ipar** – A contribuição mais fecunda de Ernesto Laclau para pensar a política é a de indicar a dimensão inerradicável de o político, do antagonismo, inclusive como sendo o fator mais importante na preservação da democracia – entendida no sentido amplo, como a via de acesso à emancipação politicamente possível do sujeito. Por outra parte, mas vinculada a isto, Laclau salienta a importância de tentar pensar os afetos como sendo constitutivos dessa dimensão de o político.

Nesse sentido a análise política do discurso de Laclau nos convida a defrontar-nos igualmente com o *limite* do simbólico, com aquilo que necessariamente excede ao que pode ser falado ou vir a se tornar um discurso articulado. Para capturar este limite, inerente à discursividade, é pertinente aprender a capturar e fazer uma leitura aguda dos silêncios, do não-dito.

**IHU On-Line – A partir de Laclau, podemos compreender tan-**

**to o papa Francisco como o presidente dos EUA, Donald Trump, como populistas? O que os aproxima e o que os distancia?**

**María Cecilia Ipar** – Esta sua pergunta em parte eu já respondi, de maneira geral, quando surgiu a pergunta sobre o peronismo, o varguismo e o lulismo. Tentaria não assimilar tão rapidamente os personagens fortes da política (que muitas vezes são o resultado de produtos de *marketing* político e propaganda midiática) com lideranças populistas. Agora, sem dúvida nenhuma que Trump e o papa Francisco são atores políticos centrais da política internacional, que inclusive detêm uma boa parte da responsabilidade pelo futuro da humanidade.

Este meu último comentário, quando em relação ao papa Francisco, deve ser ponderado entendendo que estou fazendo uma avaliação política, e não religiosa da sua figura. Portanto, dizer que o papa Francisco tenha em grande medida a responsabilidade pelo futuro da humanidade nada tem a ver com o fato de ser o representante na Terra do Salvador, com entender sua palavra como ‘a palavra de Deus’. A importância política do papa Francisco apoia-se no fato de que seu discurso de paz articulado ao redor das três T (terra, teto e trabalho), a partir do qual o trabalho militante dos movimentos sociais cristãos cobra significação, é talvez hoje em dia, depois da queda da União Soviética, o discurso mais confortativo da legitimidade da hegemonia capitalista e o mais contestatário das potências (sobretudo os EUA) que a representam.

Nesse sentido, penso que é uma tarefa fundamental hoje em dia, sobretudo para quem conhece bem a linguagem da religião católica (e que, portanto, pode mensurar melhor o significado e o peso específico das palavras do Papa), prestar muita atenção ao discurso do papa Francisco, pois é e será por muito tempo ainda um ator político central para articular no nível global as demandas contra a injustiça, a opressão e a capacidade de destruição anti-humana do sistema capitalista. ■

# Os limites do populismo e seu caráter pouco emancipatório

Mayra Goulart da Silva analisa o conceito de Laclau e aponta os riscos que podem conter na centralidade que o líder assume nessa perspectiva

João Vitor Santos

**N**a análise que faz do conceito de populismo em Ernesto Laclau, a professora Mayra Goulart da Silva reconhece que o autor frisa que a aclamação de uma maioria não basta para que se dê algum tipo de ordenamento político. Todavia, compreende que “o populismo não é a melhor ferramenta para a luta hegemônica”. Para ela, o risco não está somente em se constituir um autoritarismo, a partir dessa ideia do líder e de unidade. “Sua incompatibilidade advém do caráter elitista da concepção de política e de representação que o estrutura, a qual, por estar demasiado centrada na função do líder, torna-se pouco emancipatória sob a perspectiva do *demós* [no sentido de unidades fundamentais do Estado]”, analisa.

Na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, Mayra aprofunda que populismo é distinto das noções de razão e emancipação. “A razão populista não opera a partir de critérios valorativos, cuja legitimidade remeta a um fundamento ulterior ao ato de representação estabelecido entre representantes e representados”, aponta. Sem esses critérios, há o risco de, por se considerar a própria identidade do povo, o líder acabar se desvinculando do próprio

povo. A consequência pode ser a constituição de um líder que passa a agir por conta própria. “Inclusive contrariando eventuais compromissos *contra-hegemônicos* que tenham forjado sua identificação com as camadas populares”, completa a professora. Por isso, reitera que “a razão populista é um operador da soberania popular, conferindo coesão a um grupo de indivíduos que se transforma em um sujeito político, exatamente porque ambiciona constituir-se como povo soberano”.

**Mayra Goulart da Silva** é professora de Teoria Política e Política Internacional na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. Graduada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro e em Relações Internacionais pela Universidade Estácio de Sá, é mestra e doutora em Ciência Política. Entre suas produções, destacamos *Bolivarianismo e luta hegemônica no Brasil: (re)significações do conceito durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2003-2015)* (apresentado no I Simpósio Pós Estruturalismo e Teoria Social: o legado transdisciplinar de Ernesto Laclau, 2015, em Pelotas, RS).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – No que consiste o conceito de *populismo*, segundo Ernesto Laclau, e como, a partir dessa categoria, é possível compreender governos da Europa e da América Latina no século XXI?**

**Mayra Goulart da Silva** – Primeiramente, falarei sobre o contexto latino-americano, pois é a partir dele

que Laclau configura sua categoria, cujas singularidades serão abordadas na segunda parte da resposta. O conceito, por sua vez, assume uma função descritiva e normativa em face das lideranças surgidas na região no início do século, sendo simultaneamente uma ferramenta heurística, direcionada ao plano analítico conceitual, e *contra-hege-*

*mônica*, voltada à luta política.

Pela sua feição polissêmica, o conceito de populismo pode ser usado como um marcador das viragens pelas quais passou o pensamento e a prática política latino-americana ao longo do século XX. Essa função de bússola, capaz de conduzir o observador interessado em andar pelos labirínticos caminhos da história

# “Populismo disseminou-se no vocabulário político latino-americano como uma categoria negativa utilizada para denunciar governos que manipulavam os trabalhadores e cooptavam os atores econômicos”

política deste subcontinente, resulta da sua sensibilidade às mudanças de humores na região, mas, também, da reincidência de alguns de seus temas como o personalismo, o multiclassismo e a debilidade das instituições liberais. Em particular, tal reincidência está associada a contextos nos quais a sociedade civil tem pouco espaço para o exercício da autonomia, haja vista uma excessiva concentração de recursos econômicos e políticos nas mãos de lideranças locais, carentes de projetos nacionais ulteriores aos seus interesses pecuniários.

Diante disto, elites políticas que almejem a execução de uma agenda programática em âmbito nacional dependem da capacidade de arrematamento destes dois elementos (o povo e as oligarquias), cujos interesses na maioria das vezes são antagônicos. Em termos práticos, a combinação entre ambos muitas vezes se estabelece em termos inversamente proporcionais, isto é, quanto mais apoio das elites, menor a necessidade de disputar o apoio do povo, e vice-versa. Quando enveredam pela segunda opção, buscando sustentação política na popularidade entre os cidadãos comuns, em detrimento das elites tradicionais, os atores políticos são tipificados como *populistas* – sendo importante salientar que tal opção vem acompanhada por uma visão do Estado como instrumento redistributivo que visa ao favorecimento da cidadania (do povo) em detrimento de grupos privilegiados (oligarquias). Esse é um traço constitutivo do populismo e que serve para diferenciá-lo de alguns movimentos

de *direita* ou *extrema direita* que, na leitura apressada na mídia e de especialistas, ávidos por encontrar um rótulo que os poupe de uma análise mais acurada, recorrem ao conceito ignorando suas singularidades.

Não obstante, se observarmos uma das origens axiológicas do conceito neste subcontinente, percebe-se que o termo foi utilizado como uma espécie de *negativo* sobre o qual marxistas e liberais revelavam suas impressões sobre os governos nacionalistas ou nacional-desenvolvimentistas. Estimulados pelas oportunidades criadas em tempos de guerra, este tipo de liderança se dissemina na América Latina, assumindo várias facetas, a exemplo do argentino Juan Domingo Perón (1946-1955 e 1973-1974)<sup>1</sup>; do chileno Carlos Ibáñez del Campo (1927-1931 e 1952-1958)<sup>2</sup>; do brasileiro Getúlio Vargas (1930-1945 e 1951-1954)<sup>3</sup>; do mexicano Lázaro Cárde-

nas (1934-1940)<sup>4</sup>; do peruano Fernando Belaúnde Terry (1963-1968 e 1980-1985)<sup>5</sup>; e do equatoriano José María Velasco Ibarra (1934-1935, 1944-1947, 1952-1956, 1960-1961 e 1968-1972)<sup>6</sup>.

Neste *negativo*, o retrato deste período passa a ser revelado pelas suas

do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-8-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-8-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 6-9-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-8-2004, Juremir Machado da Silva, da PUC-RS, apresentou o **IHU ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/ihu30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

4 **Lázaro Cardenas del Rio** (1895-1970): general e estadista mexicano, presidente do México a partir do 1º de dezembro de 1934 para 30 novembro de 1940. Ele é reconhecido, entre outras ações de governo, a reforma agrária e a criação dos “jidos” no setor agrícola mexicano; pela nacionalização da indústria do petróleo, e por dar asilo político a espanhóis exilados durante a guerra civil espanhola. Também é lembrado por ter consolidado as bases do funcionamento do Partido Nacional Revolucionário e seu processo evolutivo, incorporando grandes trabalhadores centrais, ao Partido da Revolução Mexicana, a história do Partido Revolucionário Institucional (PRI). Em termos de educação, ele criou o Instituto Politécnico Nacional (IPN). (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Fernando Belaúnde Terry** (1912-2002): político peruano, presidente de seu país por duas vezes, entre julho de 1963 e outubro de 1968, quando foi derrubado por um Golpe Militar liderado pelo general Juan Velasco Alvarado e entre julho de 1980 até julho de 1985. Fundou o partido Ação Popular nos anos 50 e em 1956, bem como em 1962, havia se candidatado à presidência, porém sem êxito. Arquiteto de profissão, faleceu aos 89 anos em 2002. Em 1982 tentou mediar um acordo de paz durante a Guerra das Malvinas, porém seus bons ofícios não foram aceitos. Sua segunda presidência foi sacudida pela crise econômica e assistiu ao recrudescimento dos movimentos guerrilheiros de esquerda radical, nomeadamente o Sendero Luminoso e o Movimento Revolucionário Túpac Amaru. Em 28 de julho de 1985 entregou a presidência do Peru a Alan García. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **José María Velasco Ibarra** (1893-1979): foi um político do Equador. Foi presidente do Equador por eleição popular em cinco ocasiões e Chefe Supremo por duas vezes. Formado nas Universidades de Quito e Paris, foi considerado um dos maiores oradores de seu país, além de ser indicado como o responsável direto da eliminação dos fortes vestígios da economia colonial ainda predominantes no início do século XX. (Nota da **IHU On-Line**)

1 **Juan Domingo Perón** (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política maioritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Carlos Ibáñez del Campo** (1877-1960): foi um político chileno, presidente de seu país por dois mandatos (1927-1931 e 1952-1958). Teve um governo marcado por grande interferência na economia chilena, criou diversas empresas estatais que acabaram sem sucesso, o que fez com que seu governo perdesse apoio. Retirou-se da vida pública após o término de seu último mandato em 1958. (Nota da **IHU On-Line**)

3 **Getúlio Vargas [Getúlio Dornelles Vargas]** (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954 (Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte

ausências. No caso dos marxistas, é ressaltado o caráter multiclassista desses movimentos, denunciado como falta de consciência de classe. No caso dos liberais, a denúncia gira em torno da ausência de uma sociedade civil autônoma e empreendedora que, em virtude de suas debilidades, acaba orbitando em torno de líderes paternalistas.

### Interpretações do populismo

Sendo assim, até o início do século XXI, o *populismo* disseminou-se no vocabulário político latino-americano como uma categoria negativa utilizada para denunciar governos que manipulavam os trabalhadores e cooptavam os atores econômicos, bloqueando a compreensão de seus interesses e a realização de seus *verdadeiros* propósitos. Em última instância, marxistas e liberais uniam-se em um entendimento do Estado e de seus operadores como obstáculos à livre ação daqueles que seriam os responsáveis pelo progresso.

Há também as interpretações que atribuem ao Estado o papel de operador da transição entre esta disposição tradicional e as sociedades industriais modernas, entendida não como revolução (burguesa), mas como *modernização conservadora*. Sob esta perspectiva, os governos nacional-populistas teriam sido capazes de engendrar dinâmicas redistributivas capazes de incluir (no mundo do direito e do mercado) parcelas até então excluídas da população, ultrapassando os limites determinados pela mentalidade latifundiária e agroexportadora das oligarquias tradicionais – ainda que não tenham de fato rompido com elas.

Avançando no tempo, observa-se que, nas décadas de 1980 e 1990, a controvérsia acerca dos desdobramentos políticos do populismo perde espaço para um conjunto de considerações que dissertam sobre seus efeitos econômicos, caracterizados como uma *herança maldita* responsável por impedir a efetiva moder-

nização dessas sociedades. Enquadradas no assim chamado Consenso de Washington<sup>7</sup>, essas abordagens atribuem às estratégias nacional-desenvolvimentistas o fracasso no processo de industrialização que teria resultado na criação de uma burguesia parasitária e em uma imensa dívida pública. *Populismo econômico* torna-se uma expressão utilizada para tipificar não apenas os programas de industrialização do passado, mas qualquer política monetária ou fiscal de natureza redistributiva.

### Populismo e fase neoliberal

Formou-se, então, um consenso entre parte das elites nacionais, credores e atores internacionais em torno da implementação de medidas de estabilização baseadas na contenção do gasto fiscal e no congelamento dos salários. Neste contexto, surge no horizonte político latino-americano um conjunto de líderes comprometidos, de modo mais, ou menos, explícito, com essa agenda desenvolvida através de programas de reajuste executados com a assistência do Fundo Monetário Internacional. Os principais exemplos do período são Carlos Menem<sup>8</sup>, na Argentina (1989-1999), Fernando Collor de Mello<sup>9</sup>, no

Brasil (1990-92), e Alberto Fujimori<sup>10</sup>, no Peru (1990-2000).

No entanto, observando sua trajetória política é possível perceber que, embora críticos do nacional-desenvolvimentismo, estes personagens reúnem uma série de atributos políticos que os aproximam do populismo clássico, como o personalismo, a crítica às instâncias de representação tradicional e a concentração de poderes no Executivo. Em comum com o populismo do passado, esses novos líderes apresentam uma retórica voltada ao cidadão comum, em oposição às *elites*. Esta categoria, todavia, é ressignificada para abarcar outros atores, em particular aqueles que representavam a base de sustentação do populismo nacional-desenvolvimentista, isto é, os trabalhadores formais e a burguesia nacional, organizados, respectivamente, em sindicatos e entidades patronais (Schneider, 1991; Stein, 1980).

Em sua fase neoliberal os discursos populistas se dirigem a uma base social ampliada pelas reformas ortodoxas: desempregados, trabalhadores informais, excluídos, oprimidos e pobres de maneira geral. Em seus atos de fala, todavia, estes sujeitos são apresentados em uma relação de antagonismo que ignora o impacto do neoliberalismo, enfatizando os privilégios concedidos pelo nacional-desenvolvimentismo às elites a ele asso-

7 **Consenso de Washington:** conjunto de medidas composto por dez regras básicas, formulado em novembro de 1989 por economistas de instituições financeiras baseadas em Washington D.C., como o FMI, o Banco Mundial e o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos, fundamentadas num texto do economista John Williamson, do International Institute for Economy, e que se tornou a política oficial do Fundo Monetário Internacional em 1990, quando passou a ser "receitado" para promover o "ajustamento macroeconômico" dos países em desenvolvimento que passavam por dificuldades. (Nota da IHU On-Line)

8 **Carlos Menem** (1930): político argentino. Governou o país entre 1989 e 1999, pelo Partido Justicialista (peronista). É atualmente senador pela província de La Rioja. Foi muito criticado por um governo de corrupção, pelo seu perdão a ex-ditadores e outros criminosos condenados da guerra suja, o fracasso das suas políticas econômicas que levaram à taxa de desemprego de mais de 20% e a uma das piores recessões que a Argentina já teve, além do pouco empenho demonstrado nas investigações do ataque terrorista à comunidade judaica em 1994, que resultou na morte de 85 pessoas. (Nota da IHU On-Line)

9 **Fernando Collor de Mello** (1949): político, jornalista, economista, empresário e escritor brasileiro, prefeito de Maceió de 1979 a 1982, governador de Alagoas de 1987 a 1989, deputado federal de 1982 a 1986, 32º presidente do Brasil, de 1990 a 1992, e senador por Alagoas de 2007 até a atualidade. Foi o presidente mais jovem da história do Brasil e o presidente eleito por voto direto do povo, após o Regime Militar (1964/1985). Seu governo foi marcado pela implementação do Plano Collor e a abertura do mercado nacional às importações e pelo início de um programa nacional de desestatização. Seu Plano, que no início teve uma boa aceitação, acabou por aprofundar a recessão econômica, corroborada pela extinção, em 1990, de mais de 920 mil postos de trabalho e uma inflação na casa dos 1200% ao ano; junto a isso, denúncias de corrupção política envolvendo o tesoureiro de Collor, Paulo César Farias, feitas por Pedro Collor de Mello, irmão de Fernando

Collor, culminaram com um processo de impugnação de mandato (Impeachment). Atualmente, está entre os denunciados da Operação Lava Jato, que investiga esquema de corrupção envolvendo agentes políticos e empresários. (Nota da IHU On-Line)

10 **Alberto Fujimori:** engenheiro e político peruano, foi presidente do Peru de 1990 a 2000. Durante os últimos meses do ano de 2000 foi encurralado por uma série de escândalos em seu governo. Durante esses fatos, saiu do Peru na qualidade de presidente para assistir à convenção da APEC, em Brunei, de onde depois viajou ao Japão, onde renunciou à presidência e pediu asilo político. Em 2005, Fujimori mudou-se para o Chile na condição de exilado político, onde vivia desde então. Em setembro de 2007, a justiça chilena atendeu pedido de extradição do ex-presidente feito pelo Peru, para ser levado a julgamento por corrupção, enriquecimento ilícito, evasão de divisas e genocídio, pela morte de 25 peruanos durante manifestação contra seu governo. No dia 12 de dezembro de 2007 foi condenado a seis anos de prisão pela revista ilegal da casa da mulher de seu ex-assessor Vladimir Montesinos. A sentença, ditada pelo juiz Pedro Urbina, também obrigou o ex-governante a pagar 400 mil novos soles (US\$ 133 mil) como reparação civil ao Estado. Além disso, o condenado ficou impedido de exercer cargos públicos por dois anos. (Nota da IHU On-Line)

ciadas. Não obstante, em virtude de sua abrangência, estas categorias encontram aderência em um panorama marcado por profundas alterações no mercado de trabalho, além de serem capazes de agregar uma multidão de indivíduos que passaram a uma situação de pobreza e desemprego, cujas esperanças são depositadas na recuperação econômica a ser alcançada através dos ajustes.

### Populismo laclauiano

É da frustração dessas expectativas que surge a mais recente viragem no conceito de populismo, propiciada pela insatisfação com os resultados alcançados através da agenda neoliberal e com os líderes com ela comprometidos. Este sentimento se traduz, no despontar do século XXI, em uma conjuntura de grave crise econômica e política, que culmina com a vitória eleitoral de atores que representavam uma mudança de rumos<sup>11</sup>. É nesse contexto que surge o conceito laclauiano de populismo.

Com Ernesto Laclau, a categoria perde sua feição pejorativa, assumindo uma perspectiva que se apresenta como descritiva, embora assumida uma função criptonormativa. Essa segunda característica está associada aos propósitos políticos do autor, no contexto da *luta hegemônica* travada na região por uma nova elite política, que chega ao poder no século XXI. Com esse objetivo, o termo foi redefinido com o propósito de tipificar estas novas lideranças, destacando seus principais elementos comuns: a recuperação de um ideal nacional-desenvolvimentista, discursivamente construído pela polarização da sociedade entre oprimidos e opressores e pela rejeição da agenda neoliberal.

11 Em 2000, dois anos após a vitória de Hugo Chávez na Venezuela, Ricardo Lagos, do Partido Socialista do Chile, foi eleito. Em 2002, foi a vez de Lula, seguido por Néstor Kirchner que se elege presidente da Argentina, em 2003. Um ano depois, Tabaré Vázquez, da Frente Ampla, vence no Uruguai. Em 2005, foi a vez de Evo Morales, do Movimento ao Socialismo. No ano seguinte, o equatoriano Rafael Correa, da Pátria Altiva e Soberana, consagrou-se presidente, também derrotando lideranças políticas tradicionais. Por fim, em 2008, no Paraguai, Fernando Lugo obtém uma inédita vitória sobre o Partido Colorado, no poder por mais de 60 anos. (Nota da entrevistada)

Deste modo, ainda que seja possível detectar no populismo do passado a configuração de fronteiras de antagonismo, em sua nova fase elas se distinguem por uma dimensão identitária, que se revela na intenção de *reconhecer* atores que se mantiveram em uma posição de invisibilidade e subalternidade ao longo da história. Nessa nova acepção, o líder populista não guia ou lidera o povo, ele o *representa* porque faz parte dele, uma vez que compartilha sua identidade.

### IHU On-Line – O populismo de Laclau é um conceito que vai além das orientações polares entre esquerda e direita? De que forma? Por quê?

**Mayra Goulart da Silva** – Para responder a esta questão, precisarei adiantar elementos que configuram o que podemos entender como *lógica populista*. Isto porque, em *A Razão Populista*<sup>12</sup>, Laclau deixa claro que a agregação das demandas em uma *cadeia de equivalência* pressupõe uma assimetria essencial entre a comunidade como um todo e suas partes constitutivas. Esta unidade, por sua vez, depende de um processo de *catacrese*, no qual uma das partes (a que se percebe como excluída na situação atual) se identifica com o todo, almejando empoderar-se para superar uma situação de exclusão. A lógica desta operação é o que o autor denomina de *razão populista* e seu corolário é a noção de soberania popular.

Desta forma, se considerarmos esquerda e direita como categorias relativas à manutenção ou conservação de um status quo excludente, o populismo tem afinidade com a primeira. Esse é o sentido empregado por Ernesto Laclau e Chantal Mouffe<sup>13</sup>, em *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985)<sup>14</sup>. No texto, os

12 São Paulo: Três Estrelas, 2013. (Nota da IHU On-Line)  
13 Chantal Mouffe: filósofa americana, autora de *Dimensions of radical democracy* (London: Verso, 1992) e *The democratic paradox* (London: Verso, 2000). Mouffe era grande parceira de Ernesto Laclau. Nesta edição da IHU On-Line, Chantal assina um artigo. (Nota da IHU On-Line)  
14 São Paulo: Intermeios, 2015. (Nota da IHU On-Line)

autores apresentam uma definição de *contra-hegemonia* como projeto de democracia radical que depende de uma articulação artificial e contingente entre os diferentes sujeitos coletivos, cada qual portador de uma demanda não atendida pela ordem atual. O populismo é, então, apresentado como operador preferencial desse tipo de articulação. Por esse motivo, embora ele seja uma forma de identificação sem um conteúdo determinado, ao meu ver são inequívocas as suas afinidades com movimentos de contestação ao status quo.

Por outro lado, o conceito se define como uma categoria de entendimento voltada para a compreensão de um tipo *imediato* de representação, estabelecido entre um líder e um conjunto de indivíduos que até então se percebiam desagregados e excluídos. Ele é, portanto, uma forma de identificação sem conteúdo determinado, podendo ser associado a movimentos de esquerda e de direita, desde que estes se estruturam a partir da denúncia de formas de exclusão passíveis de serem sanadas pelas funções redistributivas do Estado. São discursos que enfatizam uma relação de antagonismo entre uma parcela da população que se percebe injustiçada por não ter suas demandas contempladas – embora se considere majoritária (são uma parte que se reivindica como todo, isto é, como povo e, por conseguinte, soberano) – e os grupos que são identificados como os responsáveis por tal exclusão (elite).

### Sujeitos coletivos

Não obstante, como abordarei nas próximas questões, a peculiaridade do conceito consiste em demarcar uma diferença quanto a outros tipos de vínculos representativos, que pressupõem a ação de elementos de *mediação* referentes a algum tipo de identificação prévia: com uma ideologia, com uma classe, com um grupo de interesses, com um conjunto de símbolos etc. Em dinâmicas populistas, é através da

identificação com o líder que os indivíduos se conectam, tornando-se um sujeito coletivo.

Nisto consiste uma limitação da *razão populista*, quando comparada a outras formas de representação que, ao meu ver, são mais adequadas a propósitos efetivamente emancipatórios sob a perspectiva do *demos*. Ademais, ao configurar um sujeito político através de uma relação de antagonismo, este operador pode resultar em visão unitária de povo, que comprime a pluralidade de identidades e grupos inerentes ao tecido social das coletividades contemporâneas.

**IHU On-Line – O presidente dos Estados Unidos, Donald Trump<sup>15</sup>, e o papa Francisco podem ser considerados como expressões do populismo? Como? Por quê? Em que medida podemos, a partir das experiências da Espanha (Podemos) e da Grécia (Syriza), falar em limites e potencialidades da perspectiva do populismo?**

**Mayra Goulart da Silva** – De início, deixo claro que não acompanho de perto as trajetórias de nenhum dos atores mencionados: papa, Trump, Podemos, Syriza. Mesmo assim, no tocante ao primeiro, a resposta é mais fácil: não. A razão populista é um operador da soberania popular, conferindo coesão a um grupo de indivíduos que se transforma em um *sujeito político*, exatamente porque ambiciona constituir-se como povo soberano em um determinado território. O papa fala aos católicos do mundo, grupo que não apresenta essa pretensão.

<sup>15</sup> **Donald Trump** (1946): Donald John Trump é um empresário, ex-apresentador de reality show e atual presidente dos Estados Unidos. Na eleição de 2016, Trump foi eleito o 45º presidente norte-americano pelo Partido Republicano, ao derrotar a candidata democrata Hillary Clinton no número de delegados do colégio eleitoral; no entanto, perdeu no voto popular. Entre suas bandeiras estão o protecionismo norte-americano, por onde passam questões econômicas e sociais, como a relação com imigrantes nos Estados Unidos. Trump é presidente do conglomerado The Trump Organization e fundador da Trump Entertainment Resorts. Sua carreira, exposição de marcas, vida pessoal, riqueza e modo de se pronunciar contribuíram para torná-lo famoso. (Nota da IHU On-Line)

No caso dos discursos de Trump, há uma outra singularidade no conceito laclauiano que dificulta sua aplicação, pois não me parece que ele se dirija aos excluídos, isto é, aos que se definem por uma relação de opressão e subalternidade a ser sanada através de iniciativas redistributivas operadas a partir do Estado. Ao contrário, assim como outros líderes apressadamente tipificados como populistas, o presidente estadunidense é um crítico deste tipo de política pública.

É claro que há ambiguidades e que, em alguns momentos, estas lideranças mobilizam a ideia de soberania popular e a indignação das classes populares. Afinal, estes são corolários incontornáveis em qualquer atividade e discurso político realizado em um ambiente democrático. Porém, de modo geral, é possível perceber que o núcleo normativo dos discursos de Trump são brancos de classe média. São indivíduos passíveis de serem favorecidos por um conjunto de políticas voltadas a aumentar a rentabilidade dos investimentos econômicos, mas não necessariamente por iniciativas direcionadas à distribuição de renda e ao favorecimento das classes populares. É neste ponto que Trump se diferencia dos outros atores mencionados (Podemos e Syriza), aos quais acredito que o conceito laclauiano de populismo se aplique com maior adequação.

Essa discussão me permite ilustrar a importância de decompor os elementos que constituem esta categoria, impedindo que ela perca seu potencial analítico, sendo utilizada aleatoriamente para se referir a qualquer fenômeno político novo, apenas pela dificuldade (ou preguiça) de observá-lo em sua singularidade. Reconheço que o conceito possui uma feição abrangente (multiclassista, poli-ideológica etc). Esta, por sua vez, advém do caráter fugidio que o próprio conceito de povo adquire em um horizonte marcado pela “dissolução dos marcadores de certeza”, na terminologia de Lefort<sup>16</sup>.

<sup>16</sup> **Jean-Claude Lefort** (1924-2010): filósofo francês, au-

No entanto, para ser útil enquanto *tipo ideal*, a noção de populismo deve servir para diferenciar fenômenos mediante a tipificação de um conjunto de características singulares; mesmo que nem todos os casos reúnam todas elas, é preciso ter um núcleo comum.

Ao meu ver, pode ser encontrado em discursos de contestação ao status quo, que utilizem a ideia de exclusão e se dirijam ao Estado enquanto ator capaz de suprir as demandas que configuram esta situação de opressão. São discursos proferidos por atores que se apresentam para a disputa política, com o propósito de galgar cargos capazes de permitir o uso da máquina estatal com propósitos redistributivos.

**IHU On-Line – Como a lógica da política populista é construída?**

**Mayra Goulart da Silva** – Esta é uma pergunta importante, pois permite refletir sobre as limitações da formulação de Laclau, que, por estar direcionada à análise de performances discursivas, carece de elementos capazes de nortear aqueles que desejam utilizar a noção de populismo para analisar políticas públicas e práticas de governança. Atualmente, tenho me dedicado a este tema, buscando sobrepor algumas camadas heurísticas à categoria laclauiana, capacitando-a para a observação crítica dos governos nela enquadrados. Essas camadas se estabelecem em dois planos complementares. Primeiramente elas se referem à dimensão material, relativas aos componentes abordados ao final da última pergunta quando ressaltai a natureza redistributiva do conceito, estando, portanto, atreladas à adoção de medidas e políticas públicas que favoreçam economicamente

tor de, entre outros, *A invenção democrática: os limites da dominação totalitária* (São Paulo: Brasiliense, 1983) e *Desafios da escrita política* (São Paulo: Discurso Editorial, 1999). Por ocasião de seu falecimento, a revista **IHU On-Line** entrevistou a filósofa Olgária Matos, na edição 348, de 25-10-2010, disponível em <http://migre.me/34019> e intitulada *Claude Lefort e a invenção democrática*. (Nota da IHU On-Line)

as classes populares. Aqui a ideia é atender às demandas materiais que, por não serem contempladas pelo status quo anterior, criavam uma situação de opressão.

Por outro lado, elas se dirigem ao plano formal (jurídico-político) e dizem respeito à criação de canais que superem a opressão política destes grupos que se percebiam excluídos dos processos decisórios anteriormente configurados. Tais canais podem assumir diferentes formatos. No entanto, observo (em termos empíricos e conceituais) uma afinidade com dinâmicas que espelhem as feições cesaristas e plebiscitárias da *razão populista*, estabelecendo vínculos *imediatos* que aproximem o povo do líder e, por conseguinte, dos processos decisórios por ele determinados. Isto tem sido feito, por exemplo, por meio de mecanismos de participação direta, sobre os quais cabe uma reflexão mais atenta que passa pela questão da “crise da representatividade”.

Ao lidar com o desafio de considerar normativamente o que acredito ser o núcleo operacional do conceito de populismo, quando direcionado à análise de *performances governativas*, precisei recorrer a autores que lidem com esta questão, uma vez que as considerações de Laclau se mantêm demasiado presas à dimensão discursiva e aos momentos originários, nos quais se dá a gênese dos fenômenos analisados. Para isso, foi interessante observar a crítica apresentada por Nadia Urbinati<sup>17</sup>, em *Democracy Disfigured* (2014)<sup>18</sup>, que visa exatamente especular sobre o que consistiria uma *governança populista* e sobre quais seriam as principais características das políticas públicas e decisões engendradas por estes líderes no poder. No texto, a autora dedica-se a alguns fenômenos contemporâneos que desvirtuam ou, na terminologia do texto,

*desfiguram* os sistemas políticos inseridos em um horizonte de expectativas que visa conciliar democracia e liberalismo. Dentre eles está o populismo.

## Hostilidade

Segundo a hipótese apresentada por Urbinati, um dos elementos que fazem parte de sua essência seria a hostilidade ao liberalismo e aos princípios da democracia constitucional (divisão de poderes, direitos das minorias etc.). O que pressupõe o ímpeto de realizar alterações institucionais com o propósito de aumentar a centralização dos poderes nas mãos do líder e de seus seguidores. Por conseguinte, na sua concepção, um dos elementos que fazem parte da *razão populista* seria a oposição aos princípios da “democracia constitucional” (divisão de poderes e direitos das minorias etc.).

Afastando-se da tradição da filosofia política, que trata de questões de legitimidade a partir de uma analogia com o que seria a “substância” do corpo político, Nadia Urbinati utiliza a ideia de *figura*. Entendido como fenótipo, o conceito remete a um conjunto de atributos que permite a um observador externo reconhecer um determinado regime, distinguindo-o de outros. Ao falar da desfiguração da democracia, a autora almeja detectar modos de esgarçamento das instituições liberais que, mesmo não alterando nominalmente a forma de governo, podem ser externamente observáveis.

É o caso da relação de hostilidade entre populismo e democracia liberal, definida como uma *diarquia*, como sistema dual no qual a “vontade” (procedimentos decisórios) e a “opinião” (interesses e desejos que se estabelecem fora do plano institucional) se influenciam mutuamente. Essa dinâmica entre vontade e opinião demanda, por sua vez, um arcabouço institucional caracterizado pelo respeito às liberdades individuais, pela divisão, equilíbrio e controle recíproco de poderes (*checks and balances*) e pela natureza repre-

sentativa de seu processo decisório, que inclui a preocupação com a representação de interesses e sujeitos sociais minoritários (pluralismo).

Tal hostilidade, todavia, não se limita à gênese dos movimentos, mediante a configuração de vínculos de identidade entre os líderes e seus seguidores. Uma vez no poder, estas lideranças se constituem como uma ameaça para a democracia liberal, ao tomarem decisões que reduzem o dualismo entre vontade e opinião através de uma simplificação do campo social, operada pela polarização. É neste ponto que as considerações de Urbinati se tornam particularmente úteis para o propósito de ampliar a categoria laclauiana de populismo, tornando-a apta para lidar com a análise de políticas públicas e performances governativas, e não apenas com fenômenos de natureza discursiva<sup>19</sup>.

Embora reconheça a pertinência da crítica formulada por Urbinati, acredito que ela não se aplique ao nosso contexto. Isto porque seus fundamentos normativos se referem à defesa de um tipo de sistema político (ou se quisermos manter o léxico filosófico, de uma forma de vida) que jamais deitou raízes na América Latina: o liberalismo político. Diferentemente de Laclau, mais sensível às particularidades do nosso entorno, Urbinati atribui um caráter inelutavelmente negativo à deriva plebiscitária que acompanha este tipo de fenômeno, cujo inimigo subjacente seria o próprio sistema liberal, no que diz respeito ao pluralismo e ao respeito às minorias. Não obstante, quando olhamos para o nosso contexto, essa conexão direta entre o líder (no caso o chefe do Executivo) e a massa (maioria dos cidadãos) muda de figura. Embora reiteradamente criticada, essa dinâmica – favorecida por sistemas políticos *hiperpresidencialistas*, como aqueles que encontramos na

17 Nadia Urbinati (1955): acadêmica, cientista política e jornalista italiana naturalizada estadunidense. (Nota da IHU On-Line)

18 Harvard, EUA: Harvard University Press, 2014. (Nota da IHU On-Line)

19 Essa ressalva não ignora o caráter material dos fenômenos discursivos e se alinha a um horizonte conceitual onde essências e nomes, linguagem e atos não suportam nenhuma diferenciação objetiva. (Nota da entrevistada)

região – apresenta-se, muitas vezes, como única alternativa para contornar os obstáculos dispostos pelas oligarquias locais, que tradicionalmente se reproduzem nas diferentes instituições constitutivas do nosso arremedo de democracia representativa.

Sob esta perspectiva, o populismo, por um lado, surgiria como uma alternativa às concepções meramente procedimentais da democracia, que a esvaziam de sua substância ética, relativa ao empoderamento das majorias, instigando a percepção de que a representação é uma panaceia fadada ao fracasso. Em contrapartida, esse preenchimento se dá mediante uma narrativa simbólica que compromete a competência das instituições de atuarem como *médium* capaz de relacionar e separar os interesses sociais e o Estado, que tornar-se-ia, então, uma expressão direta dos grupos majoritários. Ao identificar *imediatamente* o político com o social, através da figura do líder, o populismo ameaça o dualismo que caracteriza a democracia representativa, estabelecido a partir de um conjunto de dinâmicas, procedimentos e instituições responsáveis por fazer a *mediação* entre a opinião pública e as decisões dos líderes. Sem elas corremos o risco de configurar um sistema no qual povo e Estado não se diferenciam, sendo esta uma característica definidora de regimes totalitários que interdita qualquer posicionamento crítico dirigido ao plano político. Na minha opinião, é exatamente neste ponto, isto é, na sua dificuldade de lidar com dinâmicas de mediação que reside a sua maior fragilidade.

**IHU On-Line – Por que o modelo da “razão populista” não se reduz à perspectiva de uma razão pura? Como a razão populista concebe os papéis do líder e do povo? E como aprende quem está fora da homogeneidade de povo?**

**Mayra Goulart da Silva** – Penso que você tenha se referido ao conceito kantiano de razão prática,

uma vez que a razão pura se refere a objetos alheios à intervenção humana, sendo de certa forma incompatível com questões de caráter político. No que diz respeito à razão prática, esta sim é orientada à ação humana, em particular, aquelas que se estabelecem por dever; sua dissociação com o que Laclau denominou de *razão populista* pode ser estabelecida remetendo à natureza pós-fundacional que caracteriza o contexto teórico no qual se inserem as contribuições de Laclau.

Ao assumir a ideia de pós-fundacionalismo para definir o horizonte epistemológico marcado pela superação da filosofia do sujeito, Laclau (e Chantal Mouffe, sua esposa e parceira de trabalho) pressupõe a possibilidade de retomar o ideal moderno de autoafirmação (self-assertion) separando-o da noção de autofundação, na medida em que a crença na capacidade da razão humana de encontrar fundamentos últimos para a existência é incompatível com a rejeição de suas bases metafísicas, essencialistas e universalizantes.

Nesse esforço, é formulada uma teoria acerca da formação dos sujeitos políticos despojada de qualquer essencialismo, na qual toda identidade se configura sob uma perspectiva relacional, através de uma relação de antagonismo. Sob este prisma, a identidade de um sujeito não lhe é intrínseca, mas depende da relação que ele estabelece com outros termos num sistema de diferenças historicamente construído e instável, uma vez que composto por estruturas discursivas (e sujeitos) antagônicas que impedem seu completo fechamento em uma só totalidade.

Desde a publicação de *Razão Populista* em 2005, Laclau tornou-se um teórico requisitado por políticos e acadêmicos para explicar as mudanças ocorridas na hora presente, marcada pela emergência de atores na América Latina e no mundo que, malgrado suas idiossincrasias, se caracterizam por discursos de contestação ao *status quo*. No entanto,

a despeito de suas virtudes analíticas e normativas, o populismo, assim como o *carisma* weberiano<sup>20</sup>, incorpora um elemento de instabilidade. Por este motivo, conforme abordado na pergunta anterior, o conceito não se situa no plano da racionalidade (instrumental ou deontológica), mas na esfera da vontade (subjéctiva e imanente).

Essa característica lhe permite atualizar os elos entre a dimensão fático-institucional e o plano ético/valorativo, renovando suas pretensões de legitimidade. Por isso, enquanto movimento carismático, a razão populista cumpriria o papel de reverter – ainda que por pouco tempo – a tendência rotinizante que afeta todo ordenamento jurídico-político, reaproximando-o de suas bases ético-morais. Este é um elemento que permite ao populismo apresentar-se como uma solução (falível e efêmera) para a chamada crise da representação nas sociedades contemporâneas, mas argumentei ao longo deste comentário. Deste modo, em virtude de seus atributos teóricos, mas também do direcionamento prático dado pelo autor, o populismo desponta como operador *contra-hegemônico*, ou seja, como um instrumento útil na luta pela transformação nas estruturas de poder que perpetuam a opressão das classes populares.

Entretanto, a despeito do reconhecimento de tais atributos, é preciso salientar seus inconvenientes apontados pela incorporação de uma teoria elitista da representação, que encontra sua compreensão mais radical na obra de Carl Schmitt<sup>21</sup>. A conceitualização schmittiana

<sup>20</sup> Sobre o carisma e sua relação com as demais formas de dominação (tradicional e racional-legal) sugiro WEBER, Max. Os três tipos puros de dominação legítima. COHN, G. Weber: Sociologia (Coleção Grandes Cientistas Sociais, 13). São Paulo: Ática, 1991, 79-127; e, MOMMSEN, Wolfgang J. *The political and social theory of Max Weber*. Chicago: University of Chicago Press, 1989. (Nota da entrevistada)

<sup>21</sup> Carl Schmitt (1888-1985): jurista, filósofo político e professor universitário alemão. É considerado um dos mais significativos e controversos especialistas em direito constitucional e internacional da Alemanha do século 20. A sua carreira foi manchada pela sua proximidade com o regime nacional-socialista. O seu pensamento era firmemente enraizado na teologia católica, tendo girado em torno das questões do poder, da violência, bem como da materialização dos direitos. (Nota da IHU On-Line)

ressalta a dimensão da homogeneidade, apresentando-a como um desdobramento normativo de um corolário realista, isto é, do pressuposto weberiano de que, na modernidade, a representação, enquanto momento de identificação entre governantes e governados, é um componente inextricável aos sistemas políticos, que não mais podem recorrer a fundamentos transcendentais de legitimidade.

### Homogeneidade e representação

A homogeneidade, portanto, é um elemento intrínseco à ideia de representação apresentada por Laclau, embora ela seja mitigada pela consideração de sua precariedade e do hiato entre representantes e representados, que atribui a todo ato de identificação um caráter incompleto. Para o autor, o processo de complexificação não ocorre apenas dentro da sociedade, mas, também, nos próprios indivíduos, que por serem compostos de inúmeras dimensões valorativas deixam de ser capazes de se identificar por completo com qualquer coisa ou pessoa. Toda identidade adquire, então, um caráter parcial e temporário, daí a necessidade de atrelar a legitimidade dos representantes a algo mais do que sua capacidade de identificação para com os representados.

Em contraste com os princípios que orientam o entendimento liberal acerca dos mecanismos representativos, que sublinham a pluralidade de opiniões e a proteção

das minorias, o entendimento laclauiano tende a realçar dinâmicas majoritárias. Diante disto, destacam-se dois problemas centrais: (1) o que fazer com as parcelas da população que não partilham da mesma identidade dos grupos majoritários?; (2) quais os limites dessa identificação majoritária, tendo em vista o caráter multifacetado dos indivíduos e grupos sociais?

Neste tocante, é preciso reconhecer o esforço de Laclau em afirmar que, sob uma perspectiva normativa, a aclamação da maioria não é suficiente para conceder legitimidade a um ordenamento político, sendo este um ponto central para a argumentação aqui empreendida, na medida em que evita uma associação precipitada entre populismo e cesarismo. Sob esta perspectiva, o populismo não é a melhor ferramenta para a luta hegemônica, mas não porque dê origem a regimes *necessariamente* autoritários. Sua incompatibilidade advém do caráter elitista da concepção de política e de representação que o estrutura, a qual, por estar demasiado centrada na função do líder, torna-se pouco emancipatória sob a perspectiva do *demos*. Este é um ponto que venho tentando desenvolver nas minhas pesquisas, que visam concatenar a exegese deste emaranhado teórico com a análise da conjuntura latino-americana.

Ademais, o próprio pós-fundamentalismo, enquanto epistemologia impermeável a princípios transcendentais, traz consigo alguns inconvenientes. Pois, se o

ato de representação constitui simultaneamente representantes e representados, não havendo uma essência coletiva ou vontade geral que o transcenda, torna-se mais difícil subordiná-lo a qualquer ideia de responsabilidade alheia aos seus ditames, visto que não fica claro a quais vontades ou interesses os representantes devem ser responsáveis e que tipo de controle o povo deve exercer sobre eles.

Em outros termos, diferentemente das noções de razão e emancipação, que servem como horizonte normativo da tradição marxista em geral e, em particular, da ideia de luta hegemônica apresentada por Antonio Gramsci<sup>22</sup>, a razão populista não opera a partir de critérios valorativos, cuja legitimidade remeta a um fundamento ulterior ao ato de representação estabelecido entre representantes e representados. Na ausência de tais critérios, agrava-se o risco de que, por pressupor uma identidade substantiva com o povo, o líder dele se desvincule, agindo em seu nome como bem entender, inclusive contrariando eventuais compromissos *contra-hegemônicos* que tenham forjado sua identificação com as camadas populares. ■

<sup>22</sup> **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Com Togliatti, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos do cárcere*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela "hegemonia" do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)



## A Queda Do Céu. Palavras De Um Xamã Yanomami

Apresentação da obra pelo **Prof. Dr. José Antonio Kelly Luciani – UFSC**

21 de agosto (segunda-feira) | 19h30min | Sala Ignacio Ellacurfa e Companheiros – IHU

Esta atividade integra o ciclo "A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras". Saiba mais em [ihu.unisinos.br/eventos](http://ihu.unisinos.br/eventos)

# Economia populista é aquela voltada ao Bem-Estar Social

Para Fernando Nogueira da Costa, o populismo levado para o campo econômico pode ser uma forma de fazer frente aos interesses do livre-mercado

João Vitor Santos

**P**rofessor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp, Fernando Nogueira da Costa faz uma leitura do conceito de populismo de Ernesto Laclau desde o campo das Ciências Econômicas. Segundo Costa, esse fundamento político pode inspirar uma política econômica muito mais alinhada com interesses populares, do povo. “O populismo constitui o alerta de que os interesses dos defensores da Economia de Livre-Mercado não podem predominar acima dos interesses populares”, pontua. E explica: “a economia tem de estar voltada para alcançar um Bem-Estar Social e não, exclusivamente, para atender à ganância individualista. O instinto de proteção dos seres humanos deve superar o instinto de competição. A cooperação altruísta contribui mais para o desenvolvimento socioeconômico e humanista”.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, o professor faz uso das perspectivas de Laclau para analisar a inclusão pelo consumo. “Os preconceituosos já com ‘a vida ganha’ tendem a criticar ‘a inclusão pelo consumo’”, dispara. “Os ‘populistas’ (sic) retrucam que este é um direito a ser plenamente conquistado pela cidadania brasileira. Não pode haver ‘cidadãos de

2ª. categoria’ excluídos do mercado de consumo”, complementa. Para ele, “é um erro econômico desprezar a expansão do mercado interno pelo consumo”, pois “atrai investimentos diretos estrangeiros, gerando empregos e multiplicando renda”. “A retomada do crescimento depende do mercado interno e do crédito ao consumidor”, completa.

**Fernando Nogueira da Costa** é professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas - Unicamp. Tem graduação em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais, mestrado em Ciência Econômica e doutorado em Ciência Econômica pela Unicamp. Foi vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. Entre os livros publicados, estão *Ensaio de Economia Monetária* (São Paulo: Educ, 1992), *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista* (São Paulo: Makron, 1999), *Economia em 10 Lições* (São Paulo: Makron, 2000) e *Brasil dos Bancos* (São Paulo: Edusp, 2012).

A entrevista foi publicada nas Notícias do Dia de 1-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vcsaP5>.

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – Como compreende o conceito de populismo, de Ernesto Laclau? E como esse conceito pode ser operado no campo da Economia?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Para Ernesto Laclau, a flexibilidade com que o conceito é aplicado a si-

tuções as mais contraditórias, tanto à direita, como à esquerda, revela a dificuldade de entender o populismo. Comumente, entende-se como “populista” a situação que ocorre quando o povo estabelece conexão direta com uma liderança, desestabilizando a democracia representativa. Para ele, o populismo não é uma ide-

ologia nem uma conduta irracional, mas segue uma lógica específica, relacionada às identidades coletivas e às demandas sociais. Ele valoriza os momentos de organização e atuação política do povo.

Assim, para Laclau, a razão populista é o fundamento mesmo do político.

# “O populismo constitui o alerta de que os interesses dos defensores da Economia de Livre-Mercado não podem predominar acima dos interesses populares”

Por isso, ela recusa as racionalidades que aspiram ao fim da política, seja a que apregoa uma revolução total, seja a que reduz a política à mera administração das coisas públicas. Sendo assim, o populismo constitui o alerta de que os interesses dos defensores da Economia de Livre-Mercado não podem predominar acima dos interesses populares. A economia tem de estar voltada para alcançar um Bem-Estar Social<sup>1</sup>, e não, exclusivamente, para atender à ganância individualista. O instinto de proteção dos seres humanos deve superar o instinto de competição. A cooperação altruísta contribui mais para o desenvolvimento socioeconômico e humanista.

**IHU On-Line – Como conceber uma política econômica a partir desse conceito de populismo? Quais as experiências mais próximas disso que se tem/teve no mundo? Moeda social e bancos de gestão colaborativa se associam a essa perspectiva?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Qualquer instrumento de política econômica que coloque o benefício coletivo acima da satisfação individual de membros da elite econômica costuma ser taxado, sumária e pejorativamente, como “populista”. Por exemplo, os pregadores de um choque cambial para dar competitividade internacional aos industriais brasileiros, que não obtêm produtividade que lhes capa-

cite preços baratos em suas exportações, afirmam que é “populismo cambial” o que seus críticos defendem. Taxam de política cambial “populista” a voltada para “manter os salários reais artificialmente elevados”. Com ela, alegam, a existência de uma indústria que utilize tecnologias no estado da arte mundial é inviável.

Não percebem os reagentes a essa terapia. Um choque cambial, provocado por variação discricionária no sistema de preços relativos, causaria conflito distributivo. Outras rendas perderiam posições relativas às dos exportadores e demandariam reposição inflacionária. O conseqüente choque de custos se somaria ao custo dos insumos importados. Ao fim e ao cabo, em processo de retroalimentação inflacionária, não há nenhuma garantia que o incentivo ao lucro dos industriais exportadores se manteria incólume. E um governo com hegemonia trabalhista consideraria inviável politicamente “dar-um-tiro-pé”, isto é, tirar poder aquisitivo real de sua base eleitoral.

Moeda social e bancos de gestão colaborativa não se associam a essa perspectiva “populista” na medida em que são fatores apenas de desenvolvimento local. Não têm impacto macroeconômico.

**IHU On-Line – Quais os pontos comuns e dissonantes entre populismo (de Laclau), desenvolvimentismo e lulismo? E quais os limites desses conceitos?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Laclau diz que “a necessidade de um

cimento social que una os elementos heterogêneos outorga centralidade ao afeto na constituição social”. Entendo que a gente faz política – ações coletivas – com amigos ou companheiros de quem gostamos ou temos um amor comum por determinada causa. O que mais traz felicidade são os relacionamentos com outras pessoas, ou seja, com a família, o(a) companheiro(a), os filhos e os amigos. Em segundo lugar, está o sentimento de fazer algo de útil ou altruísta. Esse laço social pelo afeto une os populistas, desenvolvimentistas e lulistas.

A subestimação do populismo implica na subestimação da política *tout court*<sup>2</sup>. Daí a afirmação liberal de que a gestão da comunidade cabe a um poder administrativo cuja fonte de legitimidade é o conhecimento apropriado pela casta de sábios daquilo que constitui uma “boa” comunidade. Isto é, aquela em que predomina o livre-mercado favorável à casta dos mercadores-industriais-financeiros.

Francisco Weffort, ex-professor da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - FFCHL-USP, ex-Secretário Geral do PT, partido que renegou, em 1994, para ser ministro da Cultura de seu ex-colega Fernando Henrique Cardoso - FHC, começou a publicar artigos contra o Populismo, em setembro de 1963, criticando o apoio das massas populares ao governo reformista de João Goulart, seis meses antes do Golpe Militar de 31 de março de 1964. Há mais de meio século, essa crítica acadêmica uspiana contaminou os

<sup>1</sup> **Welfare State**: Expressão em inglês que significa “estado de bem-estar” e abrange as noções de Estado de bem-estar social e de políticas públicas, ou seja, o conjunto de benefícios socioeconômicos que um governo proporciona aos seus súditos. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> *Tout court*: no sentido de “tal e qual”, “da mesma forma”. (Nota da **IHU On-Line**)

marxistas que almejavam uma luta de classes acirrada no Brasil.

O ex-professor da FFCHL-USP FHC, quando assumiu a Presidência da República, na Era Neoliberal, anunciou que pretendia acabar com todo “o entulho [populista] varguista”. O *ethos* paulista da “Revolução de 1932” leva a elite socioeconômica/intelectual paulistana ao antivarguismo e antipopulismo. Esse seu esnobismo “se moderniza” no antitilulismo e antipetismo.

Em 1978, Weffort<sup>3</sup> publicou o livro *O Populismo na Política Brasileira*<sup>4</sup>, coletânea de seus ensaios da campanha acadêmica contra esse fenômeno político latino-americano. Ele afirma que o populismo como ideologia “revela claramente a ausência total de perspectivas para o conjunto da sociedade”. E a massa que ele galvaniza “entrega-se de mãos atadas aos interesses dominantes”. Curiosamente, o tucanato esnoibe se atou aos interesses golpistas ora predominantes em um “abraço de afogados”.

**IHU On-Line – Em que medida podemos afirmar que a inclusão pelo consumo corrompe o conceito de populismo segundo Laclau? Quais os riscos e os limites de uma política econômica baseada na inclusão pelo consumo?**

**Fernando Nogueira da Costa** – O populismo tende a negar qualquer identificação ou classificação com a dicotomia direita/esquerda, isto é, individualistas competitivos versus igualitários altruístas. Entretanto, estes rótulos ideológicos são insistentemente sobrepostos a ele. Fala-se, atualmente, em um “populismo de direita” de caráter protecionista con-

tra os imigrantes e, supostamente, a favor dos empregados nativos. Trata-se de um movimento multiclassista, embora nem todo movimento multiclassista possa ser considerado populista. Por isso, a esquerda marxista, que só privilegia a luta de classes, o rejeita, mesmo se um líder carismático atender aos interesses populares com uma política social ativa.

O populismo inclui, usualmente, componentes contrastantes, tais como a reivindicação da igualdade de direitos políticos e da participação universal das pessoas comuns, mas funde-se com algum tipo de autoritarismo. Em geral, está sob uma liderança carismática, cujo culto à personalidade merece críticas. O populismo inclui também demandas socialistas ou pelo menos demanda da justiça social, uma vigorosa defesa da pequena propriedade, componentes fortemente nacionalistas, e a negação da importância da classe. Ele é acompanhado pela afirmação dos direitos das pessoas comuns (“párias”) de enfrentarem os interesses de castas privilegiadas, habitualmente consideradas “inimigos do povo e da nação”.

Os preconceituosos já com “a vida ganha” tendem a criticar “a inclusão pelo consumo”. Os “populistas” (sic) retrucam que este é um direito a ser plenamente conquistado pela cidadania brasileira. Não pode haver “cidadãos de 2ª. categoria” excluídos do mercado de consumo. A revolução “comunista” chinesa significou, na prática, uma revolução consumista mundial ao baratear e popularizar bens de consumo durável antes considerados “bens de luxo e/ou capitalistas”.

É um erro econômico desprezar a expansão do mercado interno pelo consumo. Atrai investimentos diretos estrangeiros, gerando empregos e multiplicando renda. A retomada do crescimento depende do mercado interno e do crédito ao consumidor. Com o grau de urbanização brasileira (85% da população mora em cidades), os Serviços produzem 3/4 do Produto Interno Bruto - PIB. Na realidade, quase toda a população – a quinta maior do mundo – necessita encontrar ocupação e obter renda para consumir, se

quisermos ter um crescimento sustentado em longo prazo.

**IHU On-Line – Uma política econômica de inspiração populista é capaz de fazer frente à lógica da “financeirização” no mundo de hoje? Por quê?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Todas as crenças religiosas medievais contra a usura persistem até hoje, inclusive entre ateus materialistas. Infelizmente, muitos destes aderiram ao mesmo preconceito. Onde a lei, no caso das finanças islâmicas, ou os escrúpulos de consciência, seja no cristianismo, seja no judaísmo, impedem emprestar dinheiro a juros “aos irmãos”, o capital pertencente a pessoas não engajadas no comércio está perdido para fins produtivos. A economia do endividamento supera a economia da parcimônia.

Ora, a alavancagem financeira gera uma economia de maior escala nos negócios e maior rentabilidade. É viável com taxa de juro que não se aproprie de toda a rentabilidade acrescida com o uso de capital de terceiros. Os investimentos financeiros dos “rentistas” – “gente do mal” segundo os maniqueístas – são necessários como passivos carregadores dos empréstimos nos ativos bancários. A elevação destes gera renda e emprego. Sua queda provoca depressão.

A abertura de contas bancárias, que saíram de 88 milhões em 2002 para 223 milhões em 2016, deu *acesso popular à cidadania financeira*. Os trabalhadores que ganham acima do teto da Previdência (R\$ 5.531,31) necessitam ser rentistas para manter o padrão de vida durante a longa fase inativa de aposentadoria.

Assim, seria um erro político típico da esquerda extremista assustar os 10 milhões de rentistas do varejo tradicional e de alta renda com a ameaça de quebra de contratos financeiros (“*desfinanceirização*”), dada a importância do *fundring* em títulos e valores mobiliários para lastrear as operações de crédito, inclusive as realizadas por bancos públicos.

<sup>3</sup> **Francisco Correia Weffort** (1937): é um cientista político brasileiro. Obteve doutorado em Ciência política pela Universidade de São Paulo, com a tese *Populismo e Classes Sociais*. Foi membro do Partido dos Trabalhadores, tendo exercido, na condição de um de seus principais dirigentes, as funções de diretor executivo da Fundação Wilson Pinheiro - fundação de apoio partidária instituída pelo PT em 1981, antecessora da Fundação Perseu Abramo; e também de Secretário Geral do partido na segunda metade dos anos 1980. No contexto de eleição de Fernando Henrique Cardoso à Presidência da República em 1994, deixa o PT assumindo o cargo de Ministro da Cultura. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> São Paulo: Paz e Terra, 1980. (Nota da **IHU On-Line**)

Antes, predominava uma sociedade rural com riqueza em ativos imobiliários e rentismo parasitário em renda da terra. Depois, tornou-se uma sociedade urbana com menor desigualdade pelo surgimento de uma classe média, composta inclusive por operários especializados, cuja sobra de renda do trabalho acumulada sob forma de ativos financeiros – mais líquidos que os ativos imobiliários – propicia a manutenção das condições de vida durante a maior fase inativa dos seres humanos. E fontes de financiamento para alavancagem financeira.

**IHU On-Line – Como o senhor tem analisado a política econômica brasileira e as opções feitas desde os governos Lula até o atual momento político? Como conceber um quadro de recuperação econômica sustentável, capaz de reduzir de fato as desigualdades do Brasil?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Nós, “populistas” (sic), necessitamos trocar ideias sobre um possível programa eleitoral à espera de um candidato de oposição. Desta vez, temos a vantagem de usar as lições da experiência social-desenvolvimentista brasileira para superar as negativas, retomando tudo o que foi positivo entre 2003 e 2014, por exemplo, uma política social ativa, e avançando.

Nossa linha de partida é a verificação de que sem maioria qualificada no Congresso Nacional não se conseguirá a reversão da Proposta de Emenda Constitucional - PEC dos gastos fiscais que pretende imobilizar quaisquer experiências de atuação anticíclica do Estado brasileiro contra a atual Grande Depressão econômica. Na verdade, esta é a prioridade número um: *retomar um crescimento sustentado da renda e do emprego*. Ao eleitorado com 14 milhões de desempregados, cujo multiplicador afeta pelo menos 60% dos domicílios brasileiros, interessa, antes de tudo, isso. O programa econômico se dedicará, prioritariamente,

te, a lhes oferecer ocupações – e não a cortar direitos trabalhistas como se faz atualmente.

Quanto à política econômica em curto prazo, caberá um *realinhamento gradualista*, isto é, sem choques, de preços relativos (câmbio, juros, tributos, lucros e salários) favorável à retomada do crescimento. Ele deverá ser realizado sem “esmagamento de lucros” por custos e nem “estreitamento do mercado interno” por carência de demanda agregada.

Será oportuna uma *depreciação competitiva da moeda nacional*, a ser feita de maneira gradual. Exigirá, simultaneamente, *progressiva diminuição da taxa de juro básica real* para o patamar 2% aa. E a *reorientação da folha de pagamentos* na área fiscal.

Prioritária será a *reestruturação tributária* com o fim da isenção de (e a elevação da tributação progressiva sobre) renda de Pessoa Física recebedora de lucros e dividendos propiciada pela Lei 9.249 de 26/12/1995. Em compensação, para ampliar a massa de lucros através de maior mercado de consumo popular, caberá tentar aprovar o Imposto sobre Valor Agregado - IVA em escala nacional em lugar da tributação sobre bens e serviços (ICMS/ISS). Esta é repassada via preços, de maneira regressiva, isto é, os mais pobres pagam mais em relação a suas menores rendas.

Inovações financeiras recentes – *mudança no crédito rotativo e diferenciação de preços à vista e a prazo* – podem ser aprofundadas. O sistema brasileiro de pagamentos via cartões, distribuídos irresponsavelmente sem avaliação de riscos, infla o custo de vida e merece uma revisão. Um desafio será a *securitização do crédito imobiliário* com compartilhamento de risco pelo avaliador original da operação, outro será a *expansão do crédito estudantil securitizado*, ou seja, descontado em folha de pagamento.

Quanto à *composição de uma Diretoria do Banco Central do Brasil*

*mais plural*, será necessário quebrar um tabu, incorporando economistas desenvolvimentistas e não só “representantes de O Mercado”. Juros no Brasil é uma variável determinante de variáveis-chave, mas determinada de maneira arbitrária e disparatada em relação ao resto do mundo. É urgente o fim da caracterização da Autoridade Monetária como uma instituição econômica *extrativista*, que espolia renda da maioria trabalhadora em favor de uma minoria rentista, impondo-lhe a característica *inclusiva* de fomentar a atividade econômica empregadora. É imperativo o *mandato dual* para limitar o arbítrio do Banco Central entre duas metas: controle da inflação e expansão do emprego.

Em síntese, não haverá *condução adequada da política econômica*, tanto no que se refere aos encargos financeiros do endividamento público, quanto na tendência à apreciação da moeda nacional, enquanto o juro for uma variável sob o livre arbítrio do Banco Central sem coordenação com os demais instrumentos. A descoordenação provoca a disparidade entre a taxa interna e a externa e eleva o cupom cambial.

**IHU On-Line – Deseja acrescentar algo?**

**Fernando Nogueira da Costa** – Ernesto Laclau revê o populismo em chave bem diversa do menosprezo e desdém em geral atribuído a ele por acadêmicos esnobes brasileiros. Estes têm a atitude de quem despreza o relacionamento com gente humilde e imitam, geralmente de maneira afetada, o gosto, o estilo e as maneiras de pessoas de prestígio ou alta posição social, assumindo ares de superioridade exacerbada a propósito de tudo. Para o pesquisador argentino, a prática política representa uma articulação profunda por mudanças institucionais e teve papel preponderante na consolidação da democracia na América Latina. ■

# A leitura de Freud para muito além da Psicologia das Massas

Para Patrícia Ferreira, Ernesto Laclau resgata o potencial político do pensamento freudiano

João Vitor Santos

A psicologia também se apropria do conceito de populismo de Ernesto Laclau. Embora o autor não chegue a ser leitura corrente, é comum ver seus textos em prateleiras de psicólogos e psicanalistas. E não é ao acaso, pois o próprio Laclau revela a influência da obra de Sigmund Freud na constituição de seu pensamento. A doutora em Psicologia Social Patrícia Ferreira se diz “tentada” a afirmar que a “teoria basal da articulação em *A razão populista* esteja no *Psicologia das Massas* de Freud. Porém, é um ponto de vista influenciado pelo ‘lugar’ de onde realiza a leitura do texto e, além disso, não podemos esquecer a ‘crítica’ que faz a Marx e a referência a Gramsci”, ressalva.

Ainda assim, Patrícia considera possível traçar equivalências entre os grupos descritos no pensamento freudiano e a estruturação do conceito de populismo. O que não quer dizer que Laclau faça uma apropriação direta à obra de Freud. “É aí que Laclau imprime a sua diferença, pois, de modo ousado, parte do *Psicologia das Massas*, coloca-o em diálogo com conceitos emprestados de Lacan, traz a conversa para pensadores das ciências sociais, política, linguística, filosofia e coloca, sem hesitar e

sem muito pudor, a psicanálise para trabalhar com a política”, avalia.

Na entrevista a seguir, concedida por e-mail à **IHU On-Line**, a psicóloga ainda explica como “os conceitos de Laclau contribuem para ampliar e, em certo sentido, avançar algumas formulações da psicanálise”. Para ela, o pensador traz outra perspectiva à ideia de alienação associada às massas. “A (re)leitura de Laclau da ‘obra social’ de Freud introduz elementos que, ao mesmo tempo em que legitimam o legado freudiano, fazem uma associação que permite vislumbrar ‘massas’ um pouco para além do *Psicologia das Massas*”, completa.

**Patrícia do Prado Ferreira** é graduada em Psicologia pela Universidade Estadual Paulista - Unesp, doutora em Psicologia Social pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP e pós-doutoranda no Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo - USP. É pesquisadora do Laboratório de Psicanálise e Sociedade da USP, do Núcleo de Psicanálise e Política da PUC-SP e do Núcleo de Psicanálise e Sociedade da PUC-SP.

**Confira a entrevista.**

## “Apesar de Laclau não ser um psicanalista, tenderia a associar sua teoria mais à de Freud”

**IHU On-Line – Que conexões podemos estabelecer entre o pensamento de Ernesto Laclau com as perspectivas de Jacques Lacan<sup>1</sup> e Sigmund Freud<sup>2</sup>? É possível afirmar que Laclau se associa mais a uma das linhas? Qual e por quê?**

**Patrícia Ferreira** – A leitura de *A razão populista*<sup>3</sup> de Ernesto Laclau permite dizer que, nesse momento de sua teoria, as elaborações de Freud e Lacan são fundamentais. Acredito ser mais difícil se apropriar de seu trabalho sem ter conhecimento de alguns conceitos que Laclau empresta da psicanálise, pois, na maioria do tempo, o autor estabelece uma relação direta

com o pensamento de Freud e/ou Lacan. É tentador afirmar que a teoria basal da articulação em *A razão populista* esteja no *Psicologia das Massas*<sup>4</sup> de Freud. Porém, é um ponto de vista influenciado pelo ‘lugar’ de onde realizou a leitura do texto e, além disso, não podemos esquecer a ‘crítica’ que faz a Marx<sup>5</sup> e a referência a Gramsci<sup>6</sup>.

É possível estabelecer equivalências (para usar um dos seus significantes) entre a *estrutura* dos grupos descritos na obra freudiana e a estruturação do populismo. Isso não quer dizer que sejam exatamente a mesma coisa, pois não são. E acho que é aí que Laclau imprime a sua diferença, pois, de modo ousado, parte do *Psicologia das Massas*, coloca-o em diálogo com conceitos emprestados de Lacan – signifi-  
cante, nomeação, vazio, traço, para

citar alguns –, traz a conversa para pensadores das ciências sociais, política, linguística, filosofia e coloca, sem hesitar e sem muito pudor, a psicanálise para trabalhar *com* a política – o que não é sem crítica ou incômodo para a psicanálise.

Apesar de Laclau não ser um psicanalista, tenderia a associar sua teoria mais à de Freud, justo porque o apreendo com a impressão de que seu ponto de partida pode ser tomado como freudiano. Mas é ponto de partida, porque Laclau o ultrapassa com suas articulações e esse é um juízo particular... E, ademais, se até Lacan se dizia freudiano, não é?

**IHU On-Line – Em que medida os conceitos de sociedade, sujeito e política contribuem para o campo da psicanálise? E como compreender esses conceitos desde a psicanálise?**

**Patrícia Ferreira** – Sociedade, sujeito e política não são conceitos que estão fora do campo psicanalítico, eles estão e participam da psicanálise. Desde as históricas que contavam suas histórias a Freud, há elementos que nos permitem dizer que a psicanálise sempre esteve implicada com o social. Isso está posto em Freud, como também está em Lacan. Os conflitos dos neuróticos de Freud estavam relacionados mais ao dever do Outro, muitas vezes representado pela figura paterna, o pai de família (e também a Igreja), que estabeleciam a regulação dos modos de gozo em renúncias pulsionais.

1 **Jacques Lacan** (1901-1981): psicanalista francês. Realizou uma releitura do trabalho de Freud, mas acabou por eliminar vários elementos deste autor. Para Lacan, o inconsciente determina a consciência, mas ainda assim constitui apenas uma estrutura vazia e sem conteúdo. Confira a edição 267 da revista **IHU On-Line**, de 4-8-2008, intitulada *A função do pai, hoje. Uma leitura de Lacan*, disponível em <http://bit.ly/ihuon267>. Sobre Lacan, confira as seguintes edições da revista **IHU On-Line**, produzidas tendo em vista o *Colóquio Internacional A ética da psicanálise: Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo?” [ne cède pas sur ton désir?]*, realizado em 14 e 15 de agosto de 2009: edição 298, de 22-6-2009, intitulada *Desejo e violência*, disponível em <http://bit.ly/ihuon298>, e edição 303, de 10-8-2009, intitulada *A ética da psicanálise. Lacan estaria justificado em dizer “não cedas de teu desejo?”*, disponível em <http://bit.ly/ihuon303>. (Nota da **IHU On-Line**)

2 **Sigmund Freud** (1856-1939): neurologista nascido em Freiberg, Tchecoslováquia. É o fundador da psicanálise. Interessou-se, inicialmente, pela histeria e, tendo como método a hipnose, estudou pessoas que apresentavam esse quadro. Mais tarde, interessado pelo inconsciente e pelas pulsões, foi influenciado por Charcot e Leibniz, abandonando a hipnose em favor da associação livre. Estes elementos tornaram-se bases da psicanálise. Desenvolveu a ideia de que as pessoas são movidas pelo inconsciente. Freud, suas teorias e o tratamento com seus pacientes foram controversos na Viena do século 19 e continuam ainda muito debatidos. A edição 179 da **IHU On-Line**, de 8-5-2006, dedicou-lhe o tema de capa sob o título *Sigmund Freud. Mestre da suspeita*, disponível em <http://bit.ly/ihuon179>. A edição 207, de 4-12-2006, tem como tema de capa *Freud e a religião*, disponível em <https://goo.gl/wL1FIU>. A edição 16 dos **Cadernos IHU em formação** tem como título *Quer entender a modernidade? Freud explica*, disponível em <http://bit.ly/ihuem16>. (Nota da **IHU On-Line**)

3 São Paulo: Três Estrelas, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

4 Porto Alegre: L&PM, 2013. (Nota da **IHU On-Line**)

5 **Karl Marx** (1818-1883): filósofo, cientista social, economista, historiador e revolucionário alemão, um dos pensadores que exerceram maior influência sobre o pensamento social e sobre os destinos da humanidade no século 20. A edição 41 dos **Cadernos IHU ideias**, de autoria de Leda Maria Paulani, tem como título *A (anti)filosofia de Karl Marx*, disponível em <http://bit.ly/173lFhO>. Também sobre o autor, a edição número 278 da revista **IHU On-Line**, de 20-10-2008, é intitulada *A financeirização do mundo e sua crise. Uma leitura a partir de Marx*, disponível em <https://goo.gl/7aYKwZ>. A entrevista *Marx: os homens não são o que pensam e desejam, mas o que fazem*, concedida por Pedro de Alcântara Figueira, foi publicada na edição 327 da **IHU On-Line**, de 3-5-2010, disponível em <http://bit.ly/2p4vpGS>. A **IHU On-Line** preparou uma edição especial sobre desigualdade inspirada no livro de Thomas Piketty *O Capital no Século XXI*, que retoma o argumento central de *O Capital*, obra de Marx, disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/449>. (Nota da **IHU On-Line**)

6 **Antonio Gramsci** (1891-1937): foi um filósofo marxista, jornalista, crítico literário e político italiano. Escreveu sobre teoria política, sociologia, antropologia e linguística. Mito, criou o jornal *L'Ordine Nuovo*, em 1919. Secretário do Partido Comunista Italiano (1924), foi preso em 1926 e só foi libertado em 1937, dias antes de falecer. Nos seus *Cadernos da prisão*, substituiu o conceito da ditadura do proletariado pela “hegemonia” do proletariado, dando ênfase à direção intelectual e moral em detrimento do domínio do Estado. Sobre esse pensador, confira a edição 231 da **IHU On-Line**, de 13-8-2007, intitulada *Gramsci, 70 anos depois*, disponível para download em <http://www.ihuonline.unisinos.br/edicao/231>. (Nota da **IHU On-Line**)

Freud disse da impossibilidade de dissociar a psicologia individual da psicologia social e Lacan alertava aos psicanalistas para que estivessem atentos ao seu tempo, aos acontecimentos, à subjetividade de sua época. O sujeito, como evidencia a psicanálise, é efeito do significativo, está imerso e emerge na linguagem. O inconsciente é tomado como estrutura, lugar do Outro simbólico, e é também saber, quando se trata do que da estrutura se articula no discurso do Outro. O Outro (simbólico) é invariável em sua estrutura, mas é também suscetível às mudanças que repercutem em outros termos que compõem o sujeito, especialmente sobre o eu. E essas coisas todas atravessam o discurso dos sujeitos, dos analisandos.

Uma prova disso é que a polarização, decorrente da crise política que vivenciamos, apareceu nos consultórios, nas sessões de análise. É absolutamente comum aos psicanalistas encontrarem em suas escritas evidências dessas transformações no Outro social, inclusive no modo com que os sintomas são relatados. As históricas de Freud falavam, entre outras coisas, desse conflito com o tempo moderno. E os sujeitos continuam falando disso, do social, cada um de acordo com sua época, com as questões de seu tempo.

“A psicanálise sempre esteve implicada com o social”

**IHU On-Line – Quais as contribuições dos conceitos de Laclau para a psicanálise?**

**Patrícia Ferreira** – Os conceitos de Laclau contribuem para ampliar e, em certo sentido, avançar algumas

formulações da psicanálise. Ou, ainda, para demonstrar um dos modos com que a psicanálise pode contribuir para os estudos políticos. Digo isso porque não percebo que os conceitos de Laclau foram incorporados pela teoria psicanalítica. Na verdade, o que observo é mais certo preconceito da psicanálise e de alguns psicanalistas em relação à teoria de Ernesto Laclau. É mais fácil encontrar um psicanalista que não tenha tido contato com o que ele escreveu do que um que tenha lido sua obra. Claro que existem exceções e poderia citar algumas. Mas o curioso é que, neste sentido, se a gente tentar compreender por que isso acontece com Laclau, podemos pensar na ideia que ele empresta da psicanálise, da representação significativa.

O que quero dizer é que suas propostas são representadas por um significativo e esse significativo é ‘populismo’. Laclau é “o cara do populismo” e, muitas vezes, é até aí que sabem sobre ele, com o agravo dos sentidos pejorativos comumente atribuídos ao populismo. A partir da psicanálise, acredito que essa associação pode ser diretamente remetida ao *Psicologia das Massas* de Freud, que ele utiliza bastante, como disse anteriormente. Acho que é aí que pode haver certo receio em ir adiante, pois a massa tem todas as características da alienação, do cheio de sentido – a um líder, por exemplo – que a psicanálise justamente intenta ultrapassar e essa é certa função do trabalho psicanalítico.

Mas é relevante reconhecer o trabalho realizado por Laclau que, em minha opinião, resgata o potencial político freudiano, tantas vezes esquecido pelos psicanalistas – e, outras vezes, bem lembrado pela teoria crítica e também pelas ciências sociais. E, ainda, é preciso ressaltar que a (re)leitura de Laclau da ‘obra social’ de Freud introduz elementos – como as identidades populares ou os laços de equivalência – que ao mesmo tempo em que legitimam o legado freudiano, fazem uma associação que permite vislumbrar ‘massas’ um pouco para além do

*Psicologia das Massas*, ampliando o diálogo com outras teorias e até com Lacan, especialmente o do campo da *ex-tensão*.

**IHU On-Line – Como compreende a ideia de “identidades populares”? Em que medida esse conceito se associa à perspectiva de “povo” trabalhada por Laclau?**

**Patrícia Ferreira** – Laclau define que a identidade popular é “o agente precipitante do laço de equivalência”, operador fundamental da passagem de demandas individuais para demandas populares. Sendo a identidade popular aquilo que se expressa a partir de um ‘significante vazio’ que irá fazer a função de denominador comum de união de demandas, mas que tem a característica de não excluir diferenças. Ele não elimina o que é particular de cada grupo ou a luta de um grupo, mas estabelece uma relação na qual algo é comum em quaisquer dos grupos que se encontrem em potencialidade equivalencial, digamos.

Sem esse ‘denominador comum’ como, por exemplo, a oposição a um regime opressor, não se estabelecem ‘identidades populares’. Se não existem essas identidades, as relações de equivalência se estabelecem em torno da solidariedade, por isso é preciso que haja um movimento que ele chama de ‘cristalização’ de uma cadeia de equivalências, a partir da qual se constituirá o ‘povo’. Então, podemos afirmar que há algo que ‘identifica’ e também que nomeia o povo, concebendo essa categoria que se articula nas e pelas pluralidades, um significativo capaz de servir como ancoradouro de demandas. O povo, nesse sentido, é uma identidade discursiva que emerge a partir do trabalho de equivalência que desempenham as identidades populares.

**IHU On-Line – Quem é e como você observa o “sujeito interpassivo”, trabalhado por Slavoj**

## **Žižek? Quais as associações e dissociações que podemos fazer com a forma que Laclau conceitua o sujeito?**

**Patrícia Ferreira** – O sujeito interpassivo é uma ideia pouco explorada por parecer ser bastante específica, mas, além de se relacionar com a estrutura dos sujeitos, é um modo de falar do sujeito na atualidade, especialmente quando Žižek se dispôs a pensar a relação dos sujeitos com a tecnologia e o ciberespaço. Ele tem alguns trabalhos sobre isso no fim dos anos 1990. Nesse período, Žižek se dedicou aos problemas da interatividade e falou da expectativa criada de que com ela os indivíduos poderiam sair da posição de espectadores passivos e participar ativamente do ‘espetáculo’, inclusive modificando as regras. Ele questionou se nessa interação entre o homem e as coisas, se isso da interatividade, não colocaria em cena o oposto, que seria o da máquina ser ativa no lugar do sujeito. Žižek estabelece uma relação disso com o fetichismo da mercadoria em Marx, com a crença fetichista, das relações sociais entre as coisas, dinâmica em que são as coisas que creem e não as pessoas – e mesmo que se saiba que coisas não creem, mantém-se a ilusão fetichista.

Disso, Žižek sugere o *sujeito-su-posto-criar* evidenciando as relações do sujeito com o outro e o Outro, nas quais é possível estabelecer esse deslocamento da crença. Acreditar que alguém faz algo por nós é suficiente para a efetivação da crença, podemos dizer. Os exemplos que ele usa repetidas vezes são o das carpideiras nos funerais que choram a morte de alguém por outrem; e o dos risos de programas televisivos que riem por nós. O sujeito interpassivo tem, então, essa característica de deslocar a atividade para o objeto. Acho que é o que podemos dizer para minimamente localizar o conceito.

7 **Slavoj Žižek** (Slavoj Žižek, 1949): filósofo e teórico crítico esloveno. É professor da *European Graduate School* e pesquisador sênior no Instituto de Sociologia da Universidade de Liubliana. É também professor visitante em várias universidades estadunidenses, entre as quais estão a Universidade de Columbia, Princeton, a *New School for Social Research*, de Nova York, e a Universidade de Michigan. Publicou recentemente *Menos que nada. Hegel e a sombra do materialismo dialético* (São Paulo: Boitempo, 2013). (Nota da **IHU On-Line**)

Agora, como isso se relaciona com o sujeito em Laclau? As duas características que comumente são associadas a sujeito em Laclau (com Chantal Mouffe<sup>8</sup>) são a da relação com a discursividade e pré-discursividade e as posições de sujeito. Sendo a segunda derivada da primeira e sendo o sujeito em relação com a discursividade essencialmente descentrado e plural – o que o desliga de associações diretas às categorias identitárias, ao mesmo tempo em que permite ao sujeito transitar entre diferentes, e até mesmo antagônicas, identidades. O descentramento do sujeito, por sua vez, coloca sua dimensão contingente, histórico-social ou trans-histórica, permitindo que ocupe diferentes posições no interior da discursividade. Daí porque é possível a construção de um discurso hegemônico a partir da lógica de equivalência.

Compreendo que a semelhança que se pode estabelecer entre o sujeito interpassivo e o sujeito do modo como é tratado em Laclau, seguramente é a relação de ambos com o social. E isso os associa também ao modo como a psicanálise concebe o sujeito em sua trans-historicidade, na relação entre estrutura e história. Isso não quer dizer que de tempos em tempos a gente tenha ‘sujeitos inéditos’, pois acreditar nisso sobreporia a alienação histórica à alienação estrutural. Mas, de certa forma, podemos compreender que a alienação histórica é uma espécie de ‘envelope’ formal de estrutura, que se modifica de sujeito a sujeito, de sociedade a sociedade.

## **IHU On-Line – Como populismo e democracia se articulam na América Latina historicamente? E como essa relação é atualizada para os séculos XX e XXI?**

**Patrícia Ferreira** – Respondo percorrendo o caminho que Laclau realiza em seu estudo. Ele considera que o pontapé do populismo na

8 **Chantal Mouffe**: filósofa americana, autora de *Dimensions of radical democracy* (London: Verso, 1992) e *The democratic paradox* (London: Verso, 2000). Mouffe era grande parceira de Ernesto Laclau. Ela assina artigo nessa edição, em que reflete sobre a constituição do conceito de populismo. (Nota da **IHU On-Line**)

América Latina teve uma configuração de populismo de Estado, no qual se reforçava a centralidade do Estado contra as oligarquias latifundiárias. No começo do século XX, esse populismo político se deu por movimentos urbanos de classes médias e populares que se encontravam em ascensão, decorrente da expansão econômica e que, por isso, começaram a reivindicar políticas redistributivas e participação política. Essas identidades advieram do liberalismo oligárquico que se estabeleceu pós-independência, composto por um sistema eleitoral regido pelos senhores de terra com suas formas de políticas clientelistas. Em decorrência dessa estruturação, as classes médias e baixas somavam demandas que não estavam sendo atendidas e que acabaram se cristalizando em nomes de lideranças – foi o que ocorreu com o nome de Ruy Barbosa<sup>9</sup>, no Brasil, e de Arturo Alessandri Palma<sup>10</sup>, no Chile.

Depois, Laclau considerou que o populismo latino-americano se tornou mais radical com a crise de 1930, porque o potencial redistributivo foi limitado e as demandas democráticas foram cada vez menos atendidas. Aí ocorreu uma fratura entre liberalismo e democracia, que antes encontravam-se mais alinhados. Nesse período, surgiram governos como o de Getúlio Vargas<sup>11</sup> aqui,

9 **Ruy Barbosa** [Ruy Caetano Barbosa de Oliveira] (1849-1923): foi um polímata brasileiro, tendo se destacado principalmente como jurista, político, diplomata, escritor, filólogo, tradutor e orador. Um dos intelectuais mais brilhantes do seu tempo, foi um dos organizadores da República e coautor da constituição da Primeira República juntamente com Prudente de Moraes. Ruy Barbosa atuou na defesa do federalismo, do abolicionismo e na promoção dos direitos e garantias individuais. Primeiro ministro da Fazenda do regime instaurado em novembro de 1889, sua breve e discutida gestão foi marcada pela crise do encolhimento sob a proposição de reformas modernizadoras da economia. Destacou-se, também, como jornalista e advogado. Foi deputado, senador e ministro. Notável orador e estudioso da língua portuguesa, foi membro fundador da Academia Brasileira de Letras, e seu presidente entre 1908 e 1919. (Nota da **IHU On-Line**)

10 **Fortunato Arturo Alessandri Palma** (1868-1950): foi um advogado e político chileno, patriarca da família Alessandri (de ascendência italiana). Foi presidente nos períodos 1920-1925 e 1932-1938. É considerado um dos políticos mais influentes no Chile do século XX, nomeadamente através de uma série de reformas, incluindo a Constituição de 1925, que marcou o fim do regime parlamentar e do estabelecimento de presidencialismo no Chile. (Nota da **IHU On-Line**)

11 **Getúlio Vargas** [Getúlio Dornelles Vargas] (1882-1954): político gaúcho, nascido em São Borja. Foi presidente da República nos seguintes períodos: 1930 a 1934 (Governo Provisório), 1934 a 1937 (Governo Constitucional), 1937 a 1945 (Regime de Exceção) e de 1951 a 1954

o de Perón<sup>12</sup> na Argentina e o Movimento Revolucionário na Bolívia<sup>13</sup>.

Quando realiza o pulo para a história da América Latina recente, no século XXI, Laclau considera que há a combinação de duas tradições: os regimes nacionalistas e populares agora se associam ao Estado liberal – o que tem traços do populismo ‘inaugural’

(Governo eleito popularmente). Recentemente a **IHU On-Line** publicou o Dossiê Vargas, por ocasião dos 60 anos da morte do ex-presidente, disponível em <http://bit.ly/1na0ZMX>. A **IHU On-Line** dedicou duas edições ao tema Vargas, a 111, de 16-8-2004, intitulada *A Era Vargas em Questão – 1954-2004*, disponível em <http://bit.ly/ihuon111>, e a 112, de 23-8-2004, chamada *Getúlio*, disponível em <http://bit.ly/ihuon112>. Na edição 114, de 6-9-2004, em <http://bit.ly/ihuon114>, Daniel Aarão Reis Filho concedeu a entrevista *O desafio da esquerda: articular os valores democráticos com a tradição estatista-desenvolvimentista*, que também abordou aspectos do político gaúcho. Em 26-8-2004, Juremir Machado da Silva, da PU-C-RS, apresentou o **IHU ideias** *Getúlio, 50 anos depois*. O evento gerou a publicação do número 30 dos **Cadernos IHU ideias**, chamado *Getúlio, romance ou biografia?*, disponível em <http://bit.ly/iuid30>. Ainda a primeira edição dos **Cadernos IHU em formação**, publicada pelo IHU em 2004, era dedicada ao tema, recebendo o título *Populismo e Trabalho. Getúlio Vargas e Leonel Brizola*, disponível em <http://bit.ly/ihuem01>. (Nota da **IHU On-Line**)

12 **Juan Domingo Perón** (1895-1974): militar e político argentino, presidente de seu país de 1946 a 1955 e de 1973 a 1974. Foi líder do Movimento Nacional Justicialista. Genericamente, esse Movimento é chamado peronismo. Os ideais são baseados no pensamento de Perón. O Movimento Justicialista transformou-se, mais tarde, em Partido Justicialista, que é a força política majoritária na Argentina. Os ideais do peronismo se encontram nos diversos escritos de Perón como “La Comunidad Organizada”, “Conducción Política”, “Modelo Argentino para un Proyecto Nacional”, entre outros, onde estão expressos a filosofia e doutrina política que continuam orientando o pensamento acadêmico e a vida política da segunda maior nação sul-americana. (Nota da **IHU On-Line**)

13 **Movimento Nacionalista Revolucionário** (MNR): partido político boliviano fundado em 7 de junho de 1942 por Carlos Montenegro e cujo presidente foi seu cunhado, Augusto Céspedes. Governou a Bolívia através das Presidências de Víctor Paz Estenssoro, Hernán Siles Zuazo e Gonzalo Sánchez de Lozada. Os presidentes Wálter Guevara Arze e Lidia Gueiler Tejada iniciaram suas carreiras políticas neste partido, mas depois fizeram cisões no partido. (Nota da **IHU On-Line**)

latino-americano. E isso dificulta o antagonismo de forças, porque provoca certo consenso. Laclau disse, para trazer para nosso contexto, que o lulismo elaborava um equilíbrio entre uma nova participação de massas e a transformação do Estado, mas considerava Lula um populista ‘parcial’. Ao mesmo tempo, afirmava que o kirchnerismo era um representante do populismo de esquerda na América Latina, pois os atores que impulsionavam as mudanças constituíam um amálgama de grupos heterogêneos.

**IHU On-Line – Desde a perspectiva psicanalítica, como compreender líderes políticos de nosso tempo com orientações tão distintas, como por exemplo o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o papa Francisco? Em que medida podemos afirmar que são figuras populistas? O que os distingue e o que os aproxima?**

**Patrícia Ferreira** – A compreensão da liderança em psicanálise está associada à ideia de ‘Um unificante’, homogeneizante, e não faz diferença se as orientações são distintas, porque o que está em cena é a posição de assujeitamento ao líder e também a identificação com os seus semelhantes. Portanto, esse ‘Um’ opera em formações coletivas clássicas, associando-se às identificações com o ideal do eu e o eu ideal. Por isso, estruturalmente, não poderíamos diferenciar Donald Trump e o papa Francisco. O que poderia os tornar (e os torna, claro) distintos são suas propostas, aquilo que defendem e a maneira como constroem seus argumentos.

Trump pode ser compreendido como representante do populismo de direita. Ele reforça a cisão entre ‘nós’ e ‘eles’, foca-se no populismo étnico, utiliza a pauta da imigração, ao mesmo tempo em que critica políticas comerciais das elites que impactam diretamente os empregos nos Estados Unidos às custas de enriquecerem as grandes empresas etc. Nesse sentido, ele funciona como aglutinador de demandas, serve como o ancoradouro de demandas e, com isso, faz existir uma ‘identidade popular’.

O papa Francisco pode até ter um jeito que nos instigaria a considerá-lo ‘populista’ (e no sentido vulgar do termo a tendência é tomá-lo assim) e, muitas vezes, parece ter potencialidade em condensar demandas. Mas, ao que tudo indica, as identificações que se estabelecem com seus posicionamentos tendem a cair muito mais na vertente solidária e talvez não seja, até o momento, o suficiente para a cristalização de cadeias de equivalência. A ver o que está por vir. ■



**17 de agosto de 2017**  
(quinta-feira) | 17h30min  
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

**Reforma ontem e hoje.**  
Relevância social e eclesial

**Prof. Dr. Walter**  
**Altmann – Faculdades EST**

[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

# Estado Democrático de Direito e Direitos Humanos são basilares ao populismo

Para Samuel Martins, o conceito não pode ser plenamente exemplificado com experiências de governos recentes porque não atendem a instrumentos analíticos básicos da gênese do populismo de Laclau

João Vitor Santos

**S**e populismo pode genericamente ser compreendido como algo que emana do povo, pode-se apreender as experiências de governos como o de Kirchner, na Argentina, e de Vargas e Lula, no Brasil, como clássicas manifestações de governos populistas? Para o professor de Direito Constitucional Samuel Martins, não. Ele explica que “é difícil analisar conjuntamente um número tão grande de modelos, que, inclusive, possuem diferenças institucionais bastante claras entre si. Não me parece que o autor tenha reconhecido um regime historicamente dado como a representação fidedigna da sua proposta. Ainda que ele tenha apresentado o kirchnerismo e o lulismo como novas formas de organização democrática na América Latina”, avalia, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**. Martins explica que, para Laclau, “um governo populista é aquele fundado sobre uma identidade compartilhada pelos indivíduos e grupos, que se utiliza de técnicas discursivas para a manutenção da identidade e integridade do grupo”.

É desse grupo que emerge a figura do líder que não se insurge como “a voz” do povo, mas como o representante dessa “vontade popular”. Mas Lula e Nestor Kirchner não se anunciavam

como detentores dessa “vontade”? O professor ainda destaca que o populismo laclauiano não fecha conceito e se restringe à representação de um líder. “Não possui um núcleo sedimentado de princípios, e se apresenta aberto para as demandas advindas das maiorias”, pontua, ao lembrar que tais demandas são mutáveis. Ele ainda pondera: “vale destacar que o modelo possui um lastro de cunho principiológico, que o autor indica nos conceitos de Estado Democrático de Direito e na garantia dos direitos humanos, que ocupam um espaço de estabelecimento de limites mínimos para o funcionamento do regime”.

**Samuel Martins** é doutorando em Constituição, Cidadania e Direitos Humanos pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. É professor de Direito Constitucional na Faculdade Cesusc, em Santa Catarina, e coordenador do Grupo de Pesquisa Constituição, Democracia e Direitos Fundamentais. Entre suas publicações, está o artigo *A revisão do conceito de populismo por Ernesto Laclau: estratégias para a criação de um povo* (Teoria & Pesquisa, 2015) (o artigo está disponível em <http://bit.ly/2t9PKYr>).

**Confira a entrevista.**

**IHU On-Line – No que consiste a “razão populista” de Ernesto Laclau? Como o autor faz o atravessamento do conceito de povo ao conceito de populismo?**

**Samuel Martins** – Eu não teria a pretensão de dispor um conceito

do que venha a ser a razão populista na obra de Ernesto Laclau neste momento, inclusive porque na própria obra que leva este título percebe-se uma resistência por parte do seu autor em dispor este conceito de forma lapidar. O autor destaca a impre-

cisão que é inerente ao conceito de populismo, como um elemento que é apresentado de forma problemática desta temática. No entanto, para Ernesto Laclau, esta imprecisão é fundamental para a compreensão do fenômeno do populismo, como tam-

bém da sua proposta.

Neste sentido, vou apenas indicar alguns elementos que considero marcantes na proposta metodológica de Laclau. A referência à metodologia já adianta uma interpretação, de que o livro *A Razão Populista* pode ser interpretado como uma proposta analítica e teórica que possibilita a sua aplicação na compreensão de vários fenômenos políticos identificados com o populismo. Assim, a proposta me parece possuir um caráter analítico e teórico.

No primeiro ponto vale destacar que o livro não possui intenção descritiva de processos historicamente dados, mas pode ser entendido como uma proposta metodológica que possibilita releituras destes processos. Na dimensão teórica se encontram contribuições significativas no referente à análise do discurso para grandes eleitorados, assim o autor apresenta sua conceituação mais completa do populismo, como uma lógica política composta por relações de equivalência representadas hegemonicamente através de significantes vazios; deslocamento de fronteiras internas mediante a produção de significantes flutuantes; e uma heterogeneidade constitutiva que torna impossíveis as recuperações dialéticas e confere à articulação política sua verdadeira centralidade.

### **Teoria do Discurso**

Ernesto Laclau é uma referência no estudo sobre Teoria do Discurso, assim seus estudos visam compreender quais são as técnicas do discurso mais bem sucedidas para grandes públicos, como a repetição, o uso das metáforas, a sugestibilidade, com vistas ao exercício da hegemonia política. Além disso, o autor também contribui ao focar a tensão inerente entre populismo versus institucionalismo, questão fundante para a Teoria da Constituição, na tentativa de formulação de estratégias para a revitalização da soberania popular em regimes democráticos contemporâneos, demasiadamente marcados pelo insti-

tucionalismo burocrático.

Aqui temos um ponto fundamental na sua obra, segundo o próprio autor: a tensão entre populismo e institucionalismo nunca estará por completo resolvida. Isto porque a preponderância do populismo sem instituições pode desintegrar o tecido social, e, por outro lado, a valorização do institucionalismo em detrimento da soberania popular pode resultar em um governo das coisas e não dos homens, a saber, em um excesso de burocratismo.

Por fim, a relação entre razão populista, populismo e povo é caracterizada por uma perspectiva de caráter teleológico. Assim, segundo Ernesto Laclau, a razão populista é uma lógica de constituição do político, marcante em fenômenos populistas, como estratégia para a constituição de um povo, no sentido jurídico e político do termo, dentro de parâmetros de direcionamento para uma democracia radicalizada e vinculada às garantias dos direitos humanos.

### **IHU On-Line – Quais os limites e as potencialidades dos conceitos de Laclau para compreender o espaço político de nosso tempo?**

**Samuel Martins** – A potencialidade da proposta de Ernesto Laclau é enorme. O funcionamento dos regimes políticos democráticos foi significativamente alterado com a ampliação dos direitos políticos no século XX, do que ocorreu a emergência de um grande número de eleitores na esfera pública, isto é, com possibilidade de participação do processo político por meio do voto. Isto causou um intenso debate no âmbito da Ciência Política e também do Direito Constitucional sobre qual seria o comportamento deste grande eleitorado no processo político. Em revisão bibliográfica no decorrer da obra, Ernesto Laclau apresenta como a emergência deste grande eleitorado no processo político ensejou resistência por parte de teóricos, marcadamente reacionários à am-

pliação dos direitos políticos, que o apresentavam de forma pejorativa, como a ascensão de uma massa ignara, uma plebe desprovida de condições para o exercício da cidadania nos moldes previstos por uma racionalidade moderna de caráter elitista e pouco inclusiva.

Em larga medida, é nesta bibliografia que devemos buscar os indícios que vão marcar a identificação dos fenômenos populistas como um regime degradado, no qual o povo é apenas ludibriado por líderes carismáticos competentes para o manuseio das emoções populares ao seu bel prazer. Vale ressaltar que a análise de Laclau avança quando o mesmo destaca no estudo destes autores sobre psicologia das massas, como Gustave Le Bon, Hippolyte Taine e Gabriel Tarde, quais elementos eram indicados como pertinentes a um discurso bem sucedido perante grandes multidões, tais quais os eleitorados que foram ampliados no século XX. Isto é, além de apontar o antidemocratismo bastante claro neste período, Ernesto Laclau busca compreender suas formulações a partir das técnicas discursivas utilizadas.

Outra grande contribuição do autor se encontra no reconhecimento de que os laços entre governantes e governados não são pautados apenas pela razão, de modo que as emoções, particularmente o afeto, podem ter um papel contributivo na formação do povo. E isso não como manifestação de manipulação irracional, mas como possibilidade de composição de um laço libidinal na relação entre o líder e os governados, e estes entre si. Neste ponto a influência de Freud na formulação de Ernesto Laclau é explícita.

Uma terceira contribuição que podemos destacar são as estratégias para a formação da ideia de grupo, comunidade, ou sociedade. Isto é, a construção da referência ao nós e a eles. Laclau identifica que elementos de identidade são fundamentais para a formação da noção de grupo, para tal ele propõe discursos com base nas lógicas de equivalência,

que são critérios compartilhados por vários indivíduos que possibilitam a formação de um grupo. E, visando distinguir um grupo, comunidade ou sociedade, de outro, o autor propõe a estratégia da lógica de diferenciação, para a delimitação em relação a membros não integrantes do grupo.

### **Significantes flutuantes e significantes vazios**

Tal quadro é essencial em função da heterogeneidade que é inerente às sociedades contemporâneas, que apresentam um alto grau de pluralismo. Neste aspecto, o autor destaca o papel dos significantes flutuantes, que delimitam de forma tênue e ambulatória as referências entre o nós e o eles. O fato do significativo ser flutuante e objeto de disputa significa uma abertura que possibilita o exercício da política nas sociedades democráticas, a possibilidade de os discursos de identidade serem reformulados no decorrer das lutas políticas.

Neste mesmo contexto, referente às questões sobre política e democracia, Ernesto Laclau também apresenta a função dos significantes vazios, que possibilitam o reconhecimento de elementos não estáticos na base de identidade desta organização jurídico-política. Segundo o autor, mais do que reconhecer a existência de significantes vazios, que serão disputados na formulação do povo, é importante que estes significantes vazios sejam instituídos a partir de uma lógica política populista com vistas à hegemonia.

Nessa formulação fica claro o viés pós-estruturalista da análise de Ernesto Laclau, que evita a identificação de uma única estrutura, ou um único grupo, como responsáveis pela manutenção de toda a organização social. Se não existe uma estrutura específica, será na palavra, ou mais marcadamente, no discurso, que o autor enfocará a possibilidade de composição de uma identidade popular e de uma identidade democrática, expressões que o autor compreende como sinônimas. Neste ponto

o autor apresenta uma contribuição significativa para os estudos das Teorias Contemporâneas da Democracia, pois em oposição aos regimes autoritários que trabalham com a pretensão do absoluto, ou do monopólio a respeito de quem falará em nome do povo, o trabalho de Ernesto Laclau dispõe que os significantes flutuantes e os significantes vazios possuem uma importante função de não suprimir a política no modelo institucional democrático.

Ainda assim, o autor defende os paradigmas do Estado Democrático de Direito e a garantia dos direitos humanos como referências discursivas passíveis de serem utilizadas na formação de um povo. Neste aspecto, talvez seja possível uma objeção ao seu trabalho, que certamente merecerá uma análise cuidadosa no futuro, qual o potencial de os direitos humanos alcançarem as maiorias neste projeto? Ainda que isto pareça um ceticismo extremado da minha parte, não podemos nos esquecer que a garantia dos direitos humanos, via de regra, é contramajoritária, trata-se de um conjunto de postulados para a defesa dos vulneráveis, em regra, despidos de poder. Certamente, não se trata de uma missão impossível, mas que precisa ser objeto de mais atenção.

### **IHU On-Line – Como Laclau constitui a ideia de grupo e indivíduos? Quais os desafios para se pensar o indivíduo dentro dessa massa?**

**Samuel Martins** – Inicialmente, é importante destacar que a expressão massa é carregada de sentido pejorativo, como se o indivíduo estivesse absolutamente despido da sua consciência pessoal e apenas integrasse este ente coletivo que é denominado de massa. Não me parece que tal conceito encontra um respaldo positivo na análise de Laclau, certamente ele se refere a tal conceito, mas na condição de analista dos doutrinadores que escreviam sobre esta temática no decorrer do século XIX e XX, mas não podemos indicar

que tal utilização tenha o sentido do seu reconhecimento.

Um conceito que vai corroborar positivamente nesta relação entre indivíduo e grupo no pensamento de Ernesto Laclau é o conceito de demanda, um interesse compartilhado por um número de pessoas a ponto de constituir uma coletividade. Comparativamente podemos assinalar o seguinte: se para uma análise estruturalista de viés marxista será na economia e nos espaços ocupados no modo de produção que as pessoas encontrarão um elemento de formação de identidade, para Ernesto Laclau esta possibilidade identitária é marcada pela demanda reconhecida como relevante por um grande número de pessoas, não diretamente decorrente das estruturas econômicas.

Ainda assim não estaremos tratando de uma massa, no máximo estaremos visualizando o trabalho de um grupo, no qual cada indivíduo apresenta consciência de seu comportamento para a formação de um movimento maior com vistas ao exercício da hegemonia. Neste aspecto, a razão populista pode ser compreendida com a lógica política de articulação de várias demandas para se exercer a hegemonia até se alcançar o reconhecimento compartilhado de uma concepção de povo.

### **Povo**

A palavra povo também não pode ser confundida com massa, nem mesmo com população, pois se trata de uma categoria jurídico-política que é fundante da concepção de Estado contemporâneo. Para Laclau, o conceito de povo é um significativo vazio que precisa ser instituído por movimentos com pretensão hegemônica. E por que um significativo vazio? Justamente para se evitar concepções totalizantes que a despeito do seu conteúdo podem dar ensejo a movimentos de vieses autoritários.

Neste aspecto, destaca-se uma característica democrática importantíssima no pensamento do autor. Na

medida em que o conceito de povo é um significante vazio, o mesmo será objeto de disputa política sobre quem poderá exercer este espaço de nomeação e enunciação em nome do povo. Segundo Ernesto Laclau, o conceito de povo é indissociável do conceito de heterogeneidade, dificilmente a categoria jurídico-política povo vai conseguir abranger efetivamente todo o grupo de indivíduos dentro de determinado território. Mas é justamente esta disputa sobre quem vai integrar a categoria povo que dá à sua proposta um viés democrático inafastável.

**IHU On-Line – Como, a partir de Laclau, compreender o papel do líder político? Em que medida ele reitera a esperança no sistema de representação política, a partir da eleição de líderes e ou representantes do povo?**

**Samuel Martins** – Diferentemente de estudos tradicionais sobre o populismo, que valorizam a figura do líder carismático, na obra de Ernesto Laclau a ênfase ocorre sobre o discurso que é enunciado por este líder. Isto é, muito mais do que uma característica pessoal de carisma, serão justamente as técnicas utilizadas na composição dos discursos que poderão potencializar a figura deste líder, sem dúvida carismático, mas não exclusivamente isto.

A confiança do autor no sistema de representação política precisa ser compreendida com um certo cuidado, e nos indica a necessidade de retomar a tensão entre populismo versus institucionalismo. Isto porque a representação política é uma instituição, e poderá ocorrer uma vontade popular não convergente com os interesses do representante político. Ou seja, a obra analisada não apresenta a ruptura institucional em um horizonte a curto prazo, por outro lado não nega a possibilidade de a tensão supracitada crescer a níveis insuportáveis para o desenho institucional já definido, do que poderá decorrer a necessidade da

sua reforma.

Não tenho clareza de que o autor aborda a diferenciação entre líderes e representantes do povo, com exceção de casos extremos de líderes que não possuem nenhuma identificação com o povo. Me parece muito difícil separar a figura de líderes das figuras de representantes do povo, não me parece que sejam conceitos excludentes.

**Samuel Martins** – Em análise panorâmica dos Estados Nacionais, é possível identificar que uma grande parte da disputa política ocorreu para definir quem poderá falar em nome do povo. No romantismo revolucionário francês do século XVIII, autores como Abade de Sieyès e Jean Jacques Rousseau disputaram concepções divergentes sobre esta questão. O primeiro defendendo a concepção de soberania nacional, quando o poder seria transferido do eleitorado para o Poder Legislativo, e o segundo defendendo a concepção de soberania popular, quando o povo exerce de maneira mais diretamente sua vontade, com nítida crítica à democracia representativa, mas sem apresentar muitas soluções sobre como o povo iria exercer diretamente o seu poder em grandes eleitorados. Neste contexto, a democracia semidireta ainda não estava devidamente elaborada.

A questão sobre quem falará em nome do povo é central no debate democrático desde o advento dos Estados contemporâneos. Se este enunciador que fala em nome do povo efetivamente trabalha representando os interesses das maiorias, isto é outra questão. Por exemplo, até mesmo o constitucionalismo autoritário brasileiro, seja Francisco Campos na década de 40, ou os Militares na década de 60, falavam em nome do povo, isto é, grandes tiranos falaram em nome do povo. Tudo isto traz uma grande plurivocidade que dificulta a análise dos regimes democráticos. Neste aspecto a proposta de Ernesto Laclau pode contribuir para os estudos a respeito das Teorias das Democracias contemporâneas, ao se afastar da idealização do povo, que tornaria o conceito fa-

cilmente instrumentalizável, como também por se utilizar de conceitos como demandas, significantes flu tuantes e significantes vazios. Todos esses possibilitam o reconhecimento de toda a pluralidade que é inerente às sociedades contemporâneas marcadas por altíssima complexidade.

O fato já citado de o autor identificar o conceito de povo como um significante vazio dá uma característica pós-fundacional à sua proposta, segundo a qual não existe uma precedência do povo antes do surgimento do Estado, como defende o liberalismo de viés contratualista. Este modelo liberal apresenta seus limites ao dispor o povo como uma típica tradição inventada, expressão de Hobsbawm, para justificar o exercício do poder, que marcadamente será exercido por aqueles que se incluem como representantes deste povo idealizado em exclusão dos demais grupos. Ao defender que o povo seja instituído como significante vazio como parte de uma proposta hegemônica, o autor indica que a concepção de povo é um objeto de luta política. E desconsiderar tal informação, como o faz a Teoria Liberal, não suprime sua importância, apenas impede a sua melhor compreensão.

**IHU On-Line – Se o poder emana do povo, como, a partir de Laclau, compreender fenômenos da política contemporânea como a eleição de Donald Trump, a saída da Inglaterra da União Europeia e até mesmo a onda de governos mais conservadores que parecem ter tomando a América Latina e Europa?**

**Samuel Martins** – Inicialmente é importante evitar a separação binária entre movimentos populistas bons e movimentos populistas ruins, não é esta a proposta de Ernesto Laclau, o que não impede a diferenciação entre os movimentos supracitados. A metodologia do discurso para grandes grupos de eleitores pode ser aplicada tanto na garantia dos direitos humanos, como é a proposta de

Ernesto Laclau, como também para que grupos conservadores alcancem o poder, como foi o caso da eleição de Donald Trump.

Neste ponto, vale destacar que os discursos de viés autoritário são mais facilmente instrumentalizados para alcançar os grandes grupos, isto porque tais enunciados são caracterizados por serem simplistas. Vejamos como exemplo a discussão sobre segurança pública: em uma perspectiva democrática se trata de um debate difícil, que envolve a garantia dos direitos dos acusados, o devido processo legal, a não presunção de culpabilidade, o papel residual que deve caber ao direito penal nas sociedades democráticas; por outro lado, o discurso autoritário resolve a questão com um simples slogan – “bandido bom é bandido morto”.

Qual dos dois discursos é mais facilmente difundido? Certamente o segundo. E a sofisticação do marketing político tem se aproveitado disso, muito mais do que os grupos que atuam no campo progressista. Particularmente a eleição de Donald Trump teve entre seus mentores o Roger Stone, um publicitário que expressamente se utiliza do ódio, da xenofobia e da mentira como instrumento de trabalho para alcançar os grandes grupos. Como ele mesmo expõe, em sistemas eleitorais majoritários a única coisa que importa é a obtenção das maiorias nas urnas, independentemente do que se faça para se alcançar tal objetivo. Neste contexto, a expressão “pós-verdade”, cunhada pela Universidade de Harvard no ano de 2016, tem merecido muita atenção, pois estes processos em larga escala estão se aproveitando do excesso de informações para criar dificuldades para o eleitorado, de modo que as propostas simplistas sejam mais facilmente assimiladas e possuam maior poder de convencimento.

No caso do Brexit, isto foi impressionante; no mesmo dia que foi proclamado o resultado, inúmeros grupos começaram a sair nas ruas para indicar seu descontentamento com o resultado, inclusive muitos indivíduos dizendo que haviam votado sem

se darem conta da situação. Veja que isto é uma contradição profunda sobre os institutos de consulta popular previstos pelo Direito Constitucional, sejam eleições, plebiscitos ou referendos, pois os eleitores vão às urnas no meio deste turbilhão de discursos, envoltos em argumentos verdadeiros, pós-verdade e até mesmo mentiras que são produzidas conscientemente, e muitas vezes exercem seu direito de voto e depois se arrependem dos resultados majoritários proferidos.

Assim, a contribuição da obra de Ernesto Laclau para a compreensão destes fenômenos encontra-se nos seus inúmeros estudos sobre o discurso. E como este instrumento possui técnicas que, devidamente utilizadas, podem auxiliar na defesa de regimes políticos democráticos, como ele propõe, ou para compreender a ascensão de grupos de claro viés autoritário no poder, como é o caso da eleição de Donald Trump nos EUA.

### **IHU On-Line – No que consiste um governo populista? Quais as questões de fundo que o sustentam em termos de perspectiva política e democrática? E quais os limites de um governo populista?**

**Samuel Martins** – Na perspectiva de Ernesto Laclau, um governo populista é aquele fundado sobre uma identidade compartilhada pelos indivíduos e grupos, que se utiliza de técnicas discursivas para a manutenção da identidade e integridade do grupo. Disto resultarão identidades populares que o autor identifica como identidades democráticas. Tal modelo não possui um núcleo sedimentado de princípios, e se apresenta aberto para as demandas advindas das maiorias, que, inclusive, disputam entre si a hegemonia na definição dos significantes supracitados, sejam dos significantes vazios, como é o caso do povo, como também dos significantes flutuantes, que vão estabelecer fronteiras entre os integrantes desta sociedade e

aqueles que lhes são exteriores.

Vale destacar, no entanto, que o modelo possui um lastro de cunho principiológico, que o autor indica nos conceitos de Estado Democrático de Direito e na garantia dos direitos humanos, que ocupam um espaço de estabelecimento de limites mínimos para o funcionamento do regime, de modo a evitar sua desintegração pelo exercício constante do voluntarismo popular. Não me parece que já tenhamos presenciado um regime político idêntico a este apresentado por Ernesto Laclau, ainda que o mesmo tenha demonstrado reconhecimento positivo por algumas experiências na América Latina, durante os governos Kirchner na Argentina e o governo Lula no Brasil. E o mesmo seja uma influência clara em movimentos progressistas na Europa, como é o caso do Podemos na Espanha.

O autor indica que a tensão entre populismo versus institucionalismo é nuclear no seu conceito de populismo. Ele não resolve esta equação de forma estanque, nem exclui de forma absoluta nenhum desses dois elementos, ainda que seja possível identificar uma clara opção pelas demandas populares em detrimento do institucionalismo. Para Ernesto Laclau, o segundo apenas apresenta serventia em relação ao primeiro elemento, em clara opção por uma diretriz de democracia radicalizada.

### **IHU On-Line – Podemos associar a ideia de populismo em Laclau ao kirchnerismo? Por quê? E podemos considerar o varguismo, o lulismo e até mesmo o trumpismo como perspectivas de governos populistas? Por quê?**

**Samuel Martins** – É difícil analisar conjuntamente um número tão grande de modelos, que, inclusive, possuem diferenças institucionais bastante claras entre si. Não me parece que o autor tenha reconhecido um regime historicamente dado como a representação fidedigna da sua proposta. Ainda que ele tenha apresentado o kirchnerismo e o lu-

lismo como novas formas de organização democrática na América Latina. Certamente a proposta de Donald Trump não se enquadra na concepção de Ernesto Laclau pela sua clara opção contrária aos direitos fundamentais.

Assim, ainda que não possamos identificar a sua proposta como um normativismo forte, é inegável que a verificação dos elementos do Estado Democrático de Direito e a garantia dos direitos humanos se dispõem como importantes instrumentos analíticos para verificar se estes governos que se utilizam de uma relação mais direta entre governantes e governados, pautados inclusive por elementos de afeto, possuem um viés democrático, ou se a utilização das maiorias nestes casos possui apenas tendências demagógicas.

**IHU On-Line – Hegemonia parece ser um conceito caro a Laclau. Como ele o compreende? E o populismo seria capaz de fazer frente ao hegemônico? Por quê?**

**Samuel Martins** – Os trabalhos de Ernesto Laclau e de parceira com Chantal Mouffe são caracterizados pela valorização da política como espaço de disputa e consensos. O con-

ceito de hegemonia é central na sua perspectiva, e foi difundido a partir da publicação da sua obra *Hegemonia e estratégia socialista*, em 1985, que, felizmente, foi lançada em versão brasileira tardia em 2015.

Hegemonia é um conceito de tradição marxista que o autor recupera a partir de Antonio Gramsci, e pode ser compreendido como um conjunto de estratégias para se alcançar o exercício do poder de forma hegemônica, isto é, predominante no âmbito da sua esfera de atuação. O conceito de hegemonia é indissociável da proposta de radicalização da democracia presente na obra dos autores estudados, que visa a incorporar demandas de distribuição e de reconhecimento na sua pauta de luta política.

Populismo e hegemonia não são conceitos antagônicos na sua proposta, pelo contrário. As duas obras que lhes são correspondentes, *Hegemonia e Estratégia Socialista* (1985) e *Razão Populista* (2005) são absolutamente complementares, com isto podemos indicar que o populismo é uma lógica política que visa ao exercício da hegemonia.

**IHU On-Line – Qual a importância de um elemento popu-**

**lista para a qualificação das democracias contemporâneas? E no que consiste esse elemento?**

**Samuel Martins** – A proposta apresentada por Ernesto Laclau tem um grande potencial para países com grandes eleitorados, pois se trata de um desafio que decorreu da ampliação dos direitos políticos no século XX e que foi pouco equacionado por movimentos progressistas e muito capitalizado por movimentos conservadores e extremistas. Em função das dificuldades inerentes a processos deste tipo, o Direito Constitucional nas últimas décadas destacou a função dos tribunais como garantidores dos regimes democráticos. Tal modelo tem apresentado seus limites, sobretudo em função do esvaziamento dos espaços de interlocução entre governantes e governados, fortalecimento do institucionalismo e enfraquecimento da democracia.

Acredito que o trabalho analisado tem potencial para pesquisas e estudos com vistas ao desenvolvimento de uma Teoria da Democracia que enfatiza o interesse das maiorias no funcionamento dos regimes políticos, e a proposta também pode trazer instrumentos estratégicos para a busca por resultados eleitorais mais satisfatórios para os grupos progressistas. ■



**ObservaSinôS**  
OBSERVATÓRIO DA REALIDADE E DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
DO VALE DO RIO DOS SINOS

ihu.unisinos.br

# Bergoglio e Trump: duas formas particulares de populismo

Para Massimo Faggioli, tanto o papa como o presidente dos EUA podem ser considerados com uma perspectiva política de orientação populista. Porém, completamente diferentes entre si

João Vitor Santos | Tradução: Ramiro Mincato

**P**ara Ernesto Laclau, o populismo tem origem no desejo do povo de contrapor uma lógica de poder institucionalizada. Na política de nosso tempo, dois líderes têm chamado atenção: o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, eleito apesar de muitos considerarem sua candidatura uma piada, e Mario Bergoglio, o cardeal argentino que no conclave era um verdadeiro azarão. Para o doutor em História da Religião Massimo Faggioli, os dois podem ser considerados como uma manifestação do populismo. Entretanto, mesmo sem entrar no conceito de Laclau, destaca que são diferentes dos outros populismos, “especialmente daqueles da América Latina”.

Faggioli explica, na entrevista concedida por e-mail à **IHU On-Line**, que o trumpismo “é um determinado tipo de populismo porque rejeita a elite política e cultural dominante. Mas é uma forma particular de populismo, porque se encaixa no contexto norte-americano, onde a rejeição das elites está ligada à ideia de reconquistar a América ‘cristã e branca’ das mudanças ocorridas nas últimas décadas”.

Já o populismo do papa Francisco, segundo o professor, pode ser visto como uma lógica diferente da de Trump. “O populismo de Bergoglio é antes de tudo

um populismo teológico. Há a centralidade da ideia de ‘povo’ e ‘povo de Deus’ na teologia e eclesiologia do papa Francisco”, pontua. Para Faggioli, são duas lideranças paralelas e opostas entre si.

**Massimo Faggioli** é doutor em História da Religião, professor de teologia e estudos religiosos da Universidade de Villanova, na Filadélfia, Estados Unidos, e editor colaborador da revista *Commonweal*. Atuou na Universidade de St. Thomas, Minnesota, Estados Unidos até 2016. Entre suas publicações, destacamos *Vaticano II: A luta pelo sentido* (São Paulo: Paulinas, 2013) e *True Reform: Liturgy and Ecclesiology in Sacrosanctum Concilium* (Liturgical Press, 2012). Recentemente publicou *La onda larga del Vaticano II: Por un nuevo posconcilio* (Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2017). Também é autor do artigo “*Gaudium et Spes*” 50 anos depois: seu sentido para uma Igreja aprendente, publicado no Cadernos de Teologia Pública número 95, disponível em <http://bit.ly/2pY55hk>.

A entrevista publicada nas Notícias do Dia de 25-7-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2fm4pi7>.

**Confira a entrevista.**

## IHU On-Line – Pode-se tomar o trumpismo<sup>1</sup> como uma forma de populismo? Por quê?

**Massimo Faggioli** – O trumpis-

mo é um determinado tipo de populismo porque rejeita a elite política e cultural dominante. Mas é uma forma particular de populismo, porque se encaixa no contexto norte-americano, onde a rejeição das elites está ligada à ideia de reconquistar a América “cristã e branca” das mudanças

ocorridas nas últimas décadas, simbolizada pela eleição de Barack Obama<sup>2</sup>, em 2008.

O populismo de Trump não tem a

<sup>1</sup> **Trumpismo**: referente ao estilo de governo do atual presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que pauta suas ações em políticas nacionalistas conservadoras de extrema-direita. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>2</sup> **Barack Obama [Barack Hussein Obama II]** (1961): advogado e político estadunidense. Foi o 44º presidente dos Estados Unidos, tendo governado o país entre 2009 e 2017. (Nota da **IHU On-Line**)

ver apenas com o conceito de classe (das classes mais baixas que se revoltam contra a elite), mas também com a experiência americana de raça (brancos, como ex-maioria, contra afro-americanos e latinos), com a ideia religiosa da América como “God’s country”<sup>3</sup> (com uma primogenitura do protestantismo branco em relação às outras denominações cristãs e outras religiões), com a suposição do excepcionalismo americano de uma especial missão da América no mundo. Neste sentido, o populismo de Trump é diferente dos outros populismos, especialmente daqueles da América Latina.

### **IHU On-Line – De que maneira o trumpismo se coloca em uma lógica diametralmente oposta à lógica defendida por líderes como o papa Francisco?**

**Massimo Faggioli** – Penso que se trata de dois populismos diferentes: primeiro, porque o populismo de Bergoglio é antes de tudo um populismo teológico. Há a centralidade da ideia de “povo” e “povo de Deus” na teologia e eclesiologia do papa Francisco. Em segundo lugar, o populismo trumpiano tem em mente uma retomada da centralidade de uma parte muito específica do povo americano em detrimento do resto: é aqui que encontra seu caminho de rejeição pelo “politicamente correto”. Isso porque o populismo trumpiano é herdeiro da ideia da supremacia do povo e da experiência dos EUA na história mundial. Estes são elementos bem diferentes da ideia de “povo” que Bergoglio possui.

### **IHU On-Line – Como o trumpismo impacta o pontificado de Bergoglio e vice-versa?**

**Massimo Faggioli** – Trata-se de duas lideranças paralelas e opostas entre si, de duas solidões diferentes. A presidência de Trump está redefinindo e reduzindo a liderança global dos EUA e é interessante ver como isso, de certa forma, é o que,

na sua gênese, orienta o pontificado de Francisco numa direção similar: tornar o catolicismo mais global e menos dependente do Ocidente (incluindo os Estados Unidos). É uma passagem histórica inevitável, mas não é uma manobra sem risco, nem para os EUA, nem para a igreja global.

### **IHU On-Line – O modo de Bergoglio posicionar-se, tanto nos assuntos de igreja como em matérias para além dos muros do Vaticano, revela uma perspectiva populista? Por quê?**

**Massimo Faggioli** – Francisco evitou, desde o início, criar um círculo de “bergoglianos” em Roma, embora suas nomeações episcopais sejam de um determinado tipo, próximas ao seu modelo ideal de bispo. Mas Francisco sempre evidenciou também sua crítica e sua distância de um certo estilo de vida clerical e episcopal, declarando-se como alguém do povo, e não como alguém do mundo clerical. Neste sentido, pode parecer populista. Mas sua visão da Igreja Sinodal pressupõe uma visão das várias componentes da igreja, o que não é uma visão populista.

### **IHU On-Line – O que, de fato, Donald Trump revelou ao mundo quando retirou os EUA do Acordo de Paris<sup>4</sup> e endureceu sua relação com os imigrantes, arrolando-se em uma lógica nacionalista? Qual é o grande problema subjacente que liga essas ações?**

**Massimo Faggioli** – Acredito que a grande questão subjacente seja o medo de ver os Estados Unidos transformar-se em um país multicultural, multirracial e multirreligioso. A rejeição do Acordo de Paris é nada mais que uma declaração do

trumpismo contra as elites culturais e cosmopolitas. O trumpismo é um dos sinais do fim do “século americano” e do medo de um certo tipo de América diante do mundo. Trump foi eleito também pelos “blue-collar workers” derrotados pela globalização; mas o movimento cultural e ideológico que elegeu Trump tem raízes antigas e não se preocupa com o destino dos derrotados pela globalização.

### **IHU On-Line – Qual é a sua avaliação do governo de Donald Trump até agora?**

**Massimo Faggioli** – Um grande sucesso com a nomeação de um juiz conservador, branco e cristão para o Supremo Tribunal Federal; uma série de fracassos em todas as outras questões (reforma da saúde, reforma fiscal); uma série de terríveis desregulamentações em matéria ambiental; nenhuma ideia de política externa. Mas a realidade é que o governo federal está paralisado porque a família Trump não está interessada em governar o país, e o partido republicano, que sustenta Trump, não é capaz de governar o país. O verdadeiro problema é que não há partido de oposição: o Partido Democrata precisa ser reconstruído.

### **IHU On-Line – Como analisar o encontro de Donald Trump com o papa Francisco?**

**Massimo Faggioli** – Seria demasiado otimista esperar uma mudança nas relações entre o papa Francisco e o presidente Trump, por causa da descoberta milagrosa de um terreno comum que antes era invisível. Da parte de alguns católicos americanos houve uma tentativa – ideológica – de mostrar um entendimento entre Francisco e Trump: mas somente dias depois houve o anúncio da retirada do Acordo de Paris... O encontro entre Trump e Francisco no Vaticano não foi um armistício, mas um abrandamento da parte do Vaticano na tentativa de manter aberto um importante canal de comunicação com a América. Mas ninguém fazia

<sup>3</sup> País de Deus, em tradução livre. (Nota da **IHU On-Line**)

<sup>4</sup> **Acordo de Paris:** é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (UNFCCC - sigla em inglês), que rege medidas de redução de emissão dióxido de carbono a partir de 2020. O acordo foi negociado durante a COP-21, em Paris e foi aprovado em 12 de dezembro de 2015. O líder da conferência, Laurent Fabius, ministro das Relações Exteriores da França, disse que esse plano “ambicioso e equilibrado” foi um “ponto de virada histórica” na meta de reduzir o aquecimento global. (Nota da **IHU On-Line**)

ilusões a respeito dos resultados do encontro.

“O populismo trumpiano tem em mente uma retomada da centralidade de uma parte muito específica do povo americano em detrimento do resto”

**IHU On-Line – Come vê o Pontificado de Francisco, depois de quatro anos na condução da Santa Sé? O que significa a saída do cardeal Müller<sup>5</sup> da Congregação para a Doutrina da Fé - CDF<sup>6</sup>? Estes são os movimen-**

**5 Dom Gerhard Ludwig Müller (1947):** cardeal, ex-prefeito da Congregação para Doutrina da Fé. Foi ordenado presbítero da Diocese de Mainz a 11 de fevereiro de 1978 e nomeado bispo de Ratisbona a 1º de outubro de 2002. Deixou a diocese para assumir vários cargos da Cúria Romana com a nomeação a 2 de julho de 2012. Em 2017, deixou a Congregação para Doutrina da Fé depois de o papa Francisco não ter renovado seu mandato. (Nota da **IHU On-Line**)

**6 Congregação para a Doutrina da Fé:** a mais antiga das nove congregações da Cúria Romana, um dos órgãos do Vaticano. Fundada pelo papa Paulo III, em 21 de julho de 1542, com o objetivo de defender a Igreja da heresia. É historicamente relacionada com a Inquisição. Até 1908, era denominada como Sacra Congregação da Inquisição Universal quando passou a se chamar Santo Ofício. Em 1967, uma nova reforma, durante o pontificado de Paulo VI, mudou para o nome atual. (Nota da **IHU On-Line**)

**tos de reforma de Francisco? Como imagina que essa mudança ressoe?**

**Massimo Faggioli** – A longo prazo, as questões mais importantes são duas. A primeira diz respeito ao futuro papel da CDF: por um lado, a CDF foi o exemplo mais visível da paralisação das congregações da Cúria sob Francisco. Em quatro anos, desde março de 2013, a CDF publicou apenas dois documentos (menores): um papel completamente diferente da CDF sob João Paulo II<sup>7</sup> e Bento XVI<sup>8</sup>. É um desenvolvimento comemorado por muitos na Igreja, porque veem como, finalmente, não estão mais sujeitos a uma voz institucionalmente poderosa do Magistério ao lado do Papa e dos bispos, de algum modo superior e soberana em relação aos bispos locais e às conferências episcopais.

Por outro lado, se a CDF, tendo como prefeito Ladaria<sup>9</sup>, vai continuar a trabalhar, enquanto congregação, como estava trabalhando sob Francisco. Assim, a nomeação de Ladaria poderia não ser

**7 Papa João Paulo II (1920-2005):** Sumo Pontífice da Igreja Católica Apostólica Romana e soberano da Cidade do Vaticano de 16 de outubro de 1978 até sua morte. Teve o terceiro maior pontificado documentado da história, reinando por 26 anos, depois dos papas São Pedro, que reinou por cerca de trinta e sete anos, e Pio IX, que reinou por trinta e um anos. Foi o único Papa esloveno e polaco até a sua morte, e o primeiro Papa não-italiano desde o neerlandês Papa Adriano VI em 1522. (Nota da **IHU On-Line**)

**8 Bento XVI,** nascido **Joseph Aloisius Ratzinger (1927):** foi papa da Igreja Católica e bispo de Roma de 19 de abril de 2005 a 28 de fevereiro de 2013, quando oficializou sua abdicação. Desde sua renúncia é bispo emérito da Diocese de Roma, foi eleito, no conclave de 2005, o 265º Papa, com a idade de 78 anos e três dias, sendo o sucessor de João Paulo II e sendo sucedido por Francisco. (Nota da **IHU On-Line**)

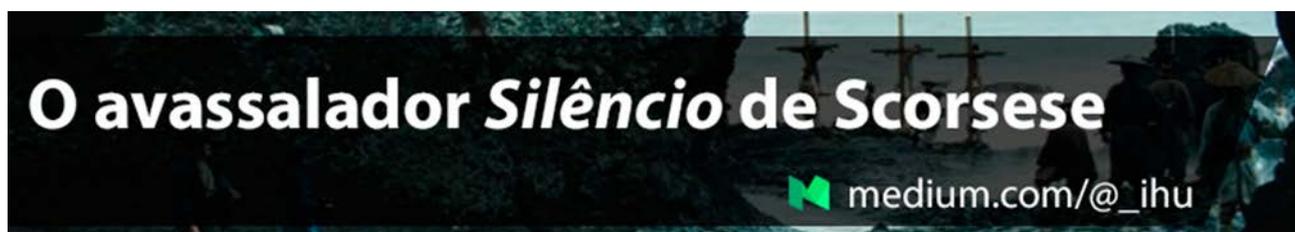
**9 Luís Francisco Ladaria Ferrer (1944):** teólogo jesuíta espanhol, professor da Universidade Gregoriana de Roma e nomeado pelo papa Bento XVI secretário da Congregação para a Doutrina da Fé. Foi sagrado arcebispo em 26 de julho de 2008. De sua obra, em português, citamos *O Deus Vivo e Verdadeiro: o Mistério da Trindade* (São Paulo: Loyola, 2005). Em 2017, foi designado pelo papa Francisco como prefeito da Congregação para a Doutrina da Fé (Nota da **IHU On-Line**)

tão proveitosa como deveria. Ele representa uma voz moderada que poderia trazer uma nova maneira de lidar com as complexas questões levantadas por um catolicismo recentemente globalizado; um novo modelo de cooperação com o resto da Cúria e com as Conferências Episcopais; um novo papel da Comissão Teológica Internacional; sobretudo, uma nova maneira de a CDF trabalhar com o papado.

Mas tudo isso faz parte do futuro da Cúria Romana, em uma igreja onde o “orbis” está crescendo longe da “urbs”. Parte do “orbis” é também a SSPX<sup>10</sup>, e veremos como o arcebispo Ladaria, sucessor do cardeal Müller na função de presidente da Pontifícia Comissão “Ecclesia Dei”, irá abordar as negociações com o grupo cismático: interessante que o cardeal Müller representasse a defesa do Vaticano II e a necessidade para a SSPX de aceitar os ensinamentos do Concílio.

A segunda questão é burocrática-institucional. Francisco decidiu não renovar o mandato de cinco anos para o cardeal Müller. Se Francisco decidisse aplicar os cinco anos a todos os postos da Cúria, poderia ser uma verdadeira e própria revolução a aplicação do princípio geral de que padres e bispos servem na Cúria, sabendo que voltarão para suas Igrejas ou Comunidades locais ou para outro ministério. ■

**10 Sociedade de São Pio X:** também informalmente conhecido como SSPX ou FSSPX, é uma fraternidade sacerdotal internacional fundada em 1970 pelo arcebispo francês Marcel Lefebvre. A sociedade é conhecida por rejeitar muitas das reformas eclesiais influenciadas ou institucionalizadas pelo Concílio Vaticano II com a reivindicação de manter a ortodoxia e a pureza doutrinária entre seus seguidores. O atual Superior Geral da Sociedade é o Bispo Bernard Fellay. (Nota da **IHU On-Line**)



## Leia mais

- **Por trás do trumpismo, a degeneração estadunidense.** Artigo de Massimo Faggioli, reproduzido nas Notícias do Dia de 22-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2txnEqk>.

- **Diante de Donald, o imperador, o Papa Francisco está mais sozinho.** Artigo de Massimo Faggioli, reproduzido nas Notícias do Dia de 23-1-2017, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2uv44iM>.

- **Papa Francisco nos EUA - Uma avaliação. “Sem filtros e sem intérpretes”.** Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 7-10-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2urtrCh>.

- **Francisco: o primeiro Papa totalmente pós-Concílio.** Entrevista com Massimo Faggioli, publicada na revista IHU On-Line, número 465, de 18-5-2015, disponível em <http://bit.ly/2xfM8c>.

- **“O tesouro da Igreja reside no Evangelho, e não em uma determinada cultura católica ou em uma determinada ideia católica do passado”.** Entrevista especial com Massimo Faggioli, publicada nas Notícias do Dia de 12-7-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2xg8vy>

## Leia mais sobre Ernesto Laclau

- **Ernesto Laclau. O intelectual dos debates e combates.** Reportagem publicada no jornal argentino Página/12 e reproduzida nas Notícias do Dia de 15-5-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2veEhK3>

- **Morre o teórico argentino Ernesto Laclau.** Reportagem do Jornal Zero Hora e reproduzida nas Notícias do Dia de 14-5-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2veQJtn>

- **Ernesto Laclau. Populismo e hegemonia.** Artigo Eduardo Rinesi, reitor da Universidade Nacional de General Sarmiento (Argentina), publicado por Página/12 e reproduzido nas Notícias do Dia de 15-5-2014, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2uiJZNJ>.

- **A influência de Laclau e Mouffe no Podemos: hegemonia sem revolução.** Artigo de Miguel Sanz Alcántara, publicado por LibreRed e reproduzido nas Notícias do Dia de 14-8-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2sY0vAL>.

- **Retórica e mística em Laclau.** Artigo do sociólogo Horácio González, em artigo publicado por Página/12 e reproduzido nas Notícias do Dia de 15-4-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2veBhxl>.

- **Na Argentina, “os meios de comunicação se transformaram no principal partido opositor”, afirma Ernesto Laclau.** Entrevista com Ernesto Laclau publicada no jornal Página/12 e reproduzida nas Notícias do Dia de 17-10-2012, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2veVXF6>.

- **Hegemonia e poder neoliberal.** Artigo do psicanalista Jorge Alemán, publicado por Página/12 e reproduzido nas Notícias do Dia de 28-4-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wmZX6D>.

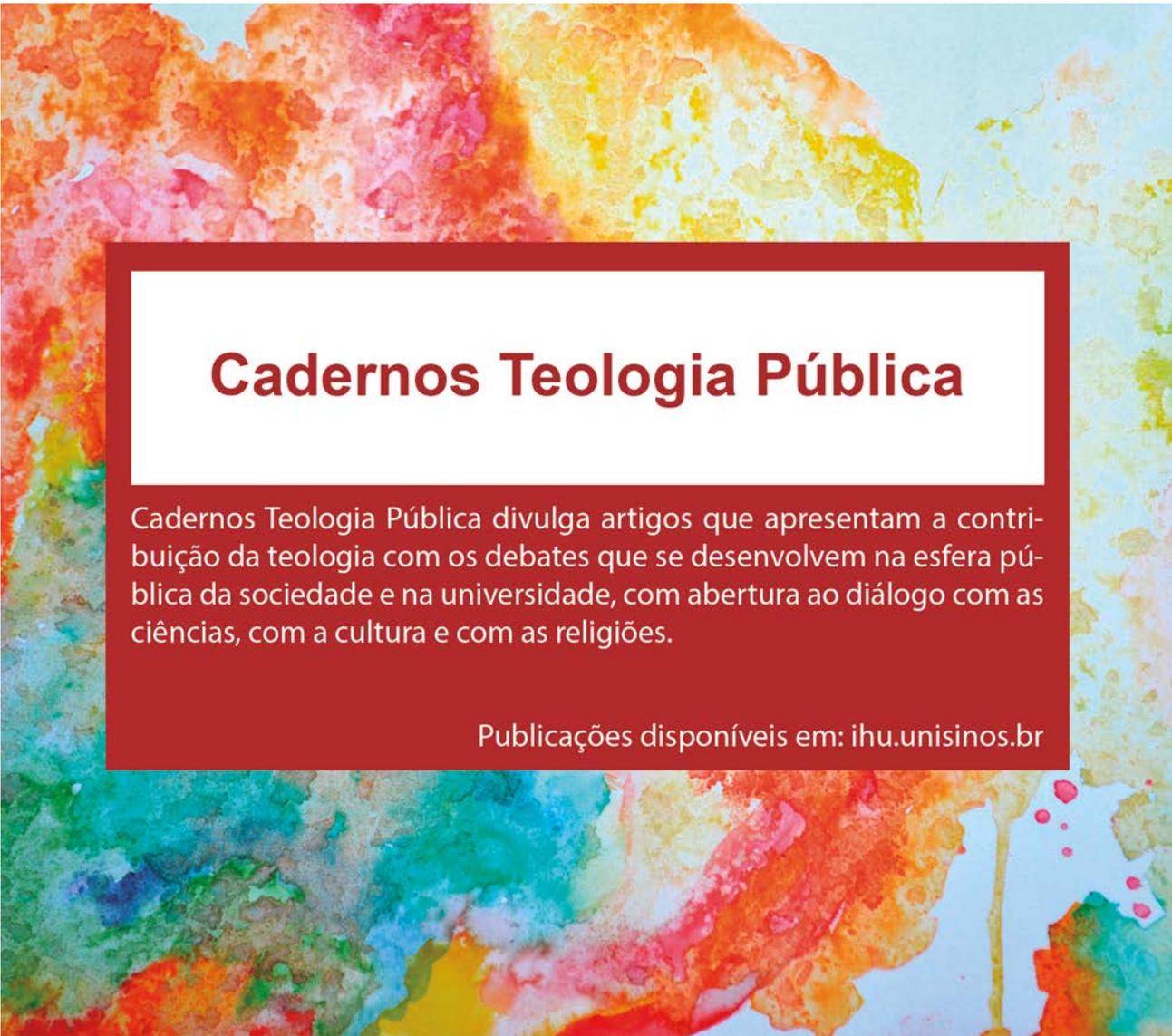
- **América Latina. “É o melhor momento democrático em 150 anos”, afirma Ernesto Laclau.** Entrevista com Ernesto Laclau publicada no jornal Página/12 e reproduzida nas Notícias do Dia de 23-6-2013, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2uhlf34>.

- **O Podemos entre hegemonia e multidão: Laclau ou Negri.** Artigo de Bruno Cava Rodrigues, publicado no blog Quadrado dos Loucos e reproduzido nas Notícias do Dia de 26-2-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2vHOUYO>.

- **Os limites de Errejón e Laclau para as confluências.** Juan Domingos Sánchez Estop, professor de filosofia da Universidade Complutense de Madrid, em artigo publicado por Contraparte e reproduzido nas Notícias do Dia de 2-5-2016, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2wmGlzN>.

- **Laclau e a dialética do social e do político: entre movimentos e hegemonia.** Artigo de Toni Negri, publicado por EuroNomade e reproduzido nas Notícias do Dia de 17-6-2015, no sítio do Instituto Humanitas Unisinos – IHU, disponível em <http://bit.ly/2fIMFDm>.

- **Hegemonia e Populismo revisitados no pensamento de Laclau.** Entrevista com Daniel de Mendonça, publicada na revista IHU On-Line número 442, de 5-5-2014, disponível em <http://bit.ly/2sT3gl1>.



## Cadernos Teologia Pública

Cadernos Teologia Pública divulga artigos que apresentam a contribuição da teologia com os debates que se desenvolvem na esfera pública da sociedade e na universidade, com abertura ao diálogo com as ciências, com a cultura e com as religiões.

Publicações disponíveis em: [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



O francês Adrien (Pierre Niney) chega de forma misteriosa à vida da alemã Anna (Paula Beer)

98

## Uma melodia interrompida

Drama sobre o entreguerras reflete acerca do poder de recuperação depois da tragédia entre Alemanha e França

Fernando Del Corona<sup>1</sup>

“Minha única ferida é Frantz”, fala o francês Adrien (Pierre Niney) para a alemã Anna (Paula Beer) sobre o noivo desta, morto durante a Primeira Guerra, e que Adrien afirma ter conhecido em Paris antes de começar o conflito. O homônimo do título (Anton von Lucke) já inicia a história morto. Ele é visto apenas através das histórias contadas por Adrien para a moça e para os pais de Frantz, Hans e Magda (Ernst Stötzner e Marie Gruber), na pequena vila alemã de Quedlinburg: dois jovens felizes, visitando o Louvre e compartilhando sua afinidade pelo violino. Existe algo sugerido por trás da relação dos rapazes que a princípio não fica claro. Os familiarizados com a obra de François Ozon (*O tempo que resta* e *Swimming Pool – à beira da piscina*, entre outros) podem achar que sabem o que vai acontecer, mas o diretor francês não entrega o jogo de maneira tão óbvia.

*Frantz* foi inspirado no pouco conhecido *Não matarás* (1932), de Ernst Lubitsch – famoso mais por suas comédias do que por filmes densos como esse –, que, por sua vez, se inspirou em uma peça de Maurice Rostand de 1930 cujo nome permanecerá omitido aqui por revelar o grande segredo da obra. A história dos dois filmes é a mesma: um ex-soldado francês visita uma vila alemã e se envolve com a família de um soldado morto durante a

<sup>1</sup> Fernando Del Corona é mestrando em Comunicação e especialista em Televisão e Convergência Digital pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, graduado em Produção Audiovisual pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Em seu artigo de conclusão da especialização, pesquisou a relação de fãs da série *Game of Thrones* com spoilers no ambiente do site reddit. Em sua dissertação, em fase de desenvolvimento, investiga a presença da imagem-tempo na obra da diretora norte-americana Sofia Coppola.

guerra. As abordagens dos diretores, porém, são destoantes.

Lubitsch foca no personagem de Adrien e seu conflito interno, começando o filme com sua confissão para um padre e eliminando o mistério. Anna fica reduzida a um papel quase secundário, e o filme é mais centrado no sentimento antiguerra que deve ter ecoado com muito mais potência no público em 1932 – apenas 14 anos depois do armistício. O que Ozon faz é expandir a história e mudar o protagonista. Em sua versão, Anna toma a frente da trama, a partir de suas tentativas de lidar com a morte de Frantz e de sua relação com Adrien e com os pais de seu noivo.

Anna conhece Adrien como um homem misterioso que deixa flores no túmulo de seu noivo. O jovem se apresenta na casa dos pais de Frantz, onde ela mora, para explicar que eles eram amigos antes da guerra. Receosos no começo, especialmente Hans, logo começam a se apegar a Adrien e a suas lembranças e semelhanças com o falecido. Aos poucos, inadvertidamente, ele assume o papel de filho substituto, conquistando o afeto de todos na casa – inclusive de Anna, para a frustração de Kretz (Johann von Bülow), um pretendente de sua mão.

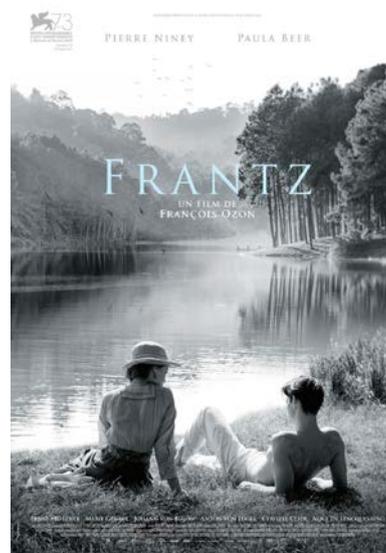
O filme é gravado em um enxuto preto e branco, mas, eventualmente, quando a memória de Frantz é evocada, a tela se enche de uma cor suave – seja em um *flashback*, em uma conversa à beira de um lago ou durante uma delicada melodia tocada por Adrien no violino. Mesmo que Frantz apareça pouco, sua presença se faz sentir o tempo todo.

Mantendo o mistério revelado logo no começo do original, Ozon aposta mais na dubiedade por trás da performance enigmática de Niney do que no sofrimento psicológico do personagem. Parece existir algo além do que é dito nas poucas cenas vistas da história compartilhada por Adrien e Frantz, uma possibilidade impossível de ser explorada por Lubitsch em sua história. Ao mudar o foco para Anna, *Frantz* leva a história mais adiante: o clímax do original marca apenas um ponto de virada nesse, com a história seguindo seu próprio rumo. Na segunda metade do filme, Anna vai para a França, oferecendo um reflexo da experiência de Adrien na Alemanha, do olhar do estrangeiro em um país ainda se recuperando da guerra.

Durante a estadia de Adrien em Quedlinburg, os locais reagem com raiva à sua presença. O ressentimento de uma Alemanha amargurada e derrotada é projetado nele e em quem o cerca. Em uma cena que se repete quase identicamente em ambas as versões, Hans se encontra em um bar entre amigos que o rejeitam por estar abrigando um francês. “Nós somos os responsáveis”, afirma. “Nós somos os pais que bebem pela morte de nossos filhos.”

Em outro momento, esses mesmos amigos cantam o hino nacional alemão. Essa cena é espelhada com Anna na França, quando os clientes de um restaurante irrompem cantando *La Marseillaise* – durante a cena do bar em *Não matarás*, um dos amigos de Hans comenta sarcasticamente que eles deveriam se unir para cantar o hino francês. O teor sangrento da Marselhesa parece acentuado por tudo que foi visto antes e pela presença de Anna ali. O perigo do nacionalismo envolvido na guerra é exposto através desses momentos. Ozon reflete sobre o potencial de reaproximação dos dois países. Os diálogos transitam entre o francês – “nossa língua secreta”, diz Anna – e o alemão, assim como a história se passa tanto na França quanto na Alemanha. Adrien e Frantz são reflexos um do outro. Através dos paralelismos, o filme sugere mais semelhanças do que diferenças entre dois países que tentaram se destruir.

Mesmo não sendo um longa típico de Ozon, o diretor traz uma sensibilidade própria para a produção, atribuindo a ela uma vida própria, para além do filme que a originou. Afastando-se da dramaticidade antiguerra, ele foca no poder de recuperação tanto em escala nacional quanto pessoal – uma boa escolha, ao se considerar a diferença do contexto em que os dois filmes são lançados e ao se colocar ao lado de um diretor tão marcante



*Frantz* (2016), de François Ozon

quanto Lubitsch. O filme assume a jornada de Anna, que tenta descobrir se Adrien é apenas um substituto para o seu noivo ou uma chance de ela recomeçar.

Mesmo que a segunda parte do filme não esteja à altura da primeira, *Frantz* ainda é um filme sensível e repleto de boas atuações, com a mais potente sendo a de Beer como Anna, mas aproveitando o jeito comedido de Niney, além da presença imponente de Stötzner, em um papel que fora interpretado magistralmente por Lionel Barrymore no original.

O título original de *Não matarás*, *Broken lullaby*, poderia ser traduzido como “canção de ninar quebrada”. Ainda que não sejam canções de ninar, dois dos momentos mais potentes de *Frantz* são pontuados por músicas interrompidas. Em ambos, Adrien toca violino enquanto Anna o acompanha no piano. São cenas delicadas, e, reforçando um dos temas do filme, revelam a possibilidade de harmonia entre dois países, o poder de se criar algo belo. Assim como na vida real – e assim como a vida de Frantz –, a melodia é interrompida. Mas existe sempre a esperança de que, no final, a cor vai voltar e a música, continuar.

## Ficha Técnica

Frantz

**Título original:** Frantz

**Direção:** François Ozon

**Produção:** Eric Altmayer, Nicolas Altmayer, Stefan Arndt, Uwe Schott

**Elenco:** Pierre Niney, Paula Beer, Ernst Stötzner, Marie Gruber

França/Alemanha, 2016, 113 min.

100

Ciclo de Estudos

# A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras

21 de agosto a  
16 de novembro de 2017

Locais: Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU,  
UNISINOS | Campus São Leopoldo e  
UNISINOS | Campus Porto Alegre

Mais informações em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

\*Confira o local individual de cada conferência



VIII COLÓQUIO INTERNACIONAL IHU  
XX COLÓQUIO FILOSOFIA UNISINOS

**METAFÍSICA E FILOSOFIA PRÁTICA**

**A ATUALIDADE DO PENSAMENTO  
DE FRANCISCO SUÁREZ, 400 ANOS DEPOIS**



**25 a 28  
de Setembro de 2017**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros  
Unisinos | Campus São Leopoldo

**Conferencistas confirmados**

Prof. Dr. Ludger Honnefelder  
Universität Bonn – Alemanha

Prof. Dr. Olivier Boulnois  
École Pratique des Hautes Études – França

Prof. Dr. Constantino Esposito  
Università degli Studi di Bari Aldo Moro – Itália

Prof. Dr. Santiago Sánchez Orrego  
Pontificia Universidad Católica de Chile – Chile

Prof. Dr. Daniel Schwartz  
Hebrew University of Jerusalem – Israel

Prof. Dr. Pedro Calafate  
Universidade de Lisboa – Portugal

Prof. Dr. Victor Salas  
Sacred Heart Major Seminary – EUA

Profa. Dra. Annabel Brett  
Cambridge University – Inglaterra

Prof. Dr. Roberto Hofmeister Pich  
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Ernildo Jacob Stein  
Pontificia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Prof. Dr. Alfredo Culleton  
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos

Prof. Dr. João Vila-Chã  
Pontificia Università Gregoriana – Itália

Informações e inscrições em  
[ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

**UNISINOS**  
Somos infinitas possibilidades

# Paraísos fiscais, jurisdições secretas e o fluxo financeiro mundial pós-2008

Bruno Lima Rocha

O tema das Jurisdições Secretas internacionais ultrapassa a evasão fiscal, de divisas, lavagem de dinheiro e corrupção. A arquitetura financeira que coage os títulos de dívida pública dos países é a mesma que opera a favor do capital fictício transformado em obrigações resgatáveis, contando com o auxílio de empresas de advocacia especializadas em operações offshore.

**Bruno Lima Rocha**<sup>1</sup> é professor de relações internacionais da Unisinos, doutor em ciência política pela UFRGS e jornalista graduado na UFRJ.

**Eis o artigo.**

102

Entre os anos de 2007 e 2008, o capitalismo financeiro quase colapsou a economia do “Ocidente”. A partir de então, ao invés de um esforço de regulação do capital financeiro e redistribuição de riquezas, houve justamente o oposto. O planeta vê um elevado patamar de desigualdade somado com a interdependência financeira e um fluxo constante de evasão de capital, diminuindo em todas as sociedades a capacidade de gerar Bem-Estar. Uma das bases estruturantes desta acumulação na forma de obrigações e capital digitalizado é o sistema de bancos privados operando em termos mundiais, e o emprego do artifício de trustes e holdings *offshores*, através de baixíssima fiscalização nos chamados “paraísos fiscais”. Ao contrário do que é difundido, estes “paraísos” não estão localizados majoritariamente em pequenas ilhas, e sim diretamente conectados ao centro do capitalismo financeiro.

A rede mundial Tax Justice Network ([taxjustice.net](http://taxjustice.net)) opera como um grupo de pressão mundial de *advocacy*, promovendo o embate direto contra os efeitos do fluxo financeiro em escala planetária. Um de seus projetos de maior impacto é o Índice de Segredo Financeiro (Financial Secrecy Index, FSI na sigla em inglês, [financialsecrecyindex.com](http://financialsecrecyindex.com)). Neste índice, são escalonados os Estados ou autonomias jurídico-administrativas operando como “paraísos fiscais” ou o conceito mais desenvolvido, o de “jurisdições secretas”.

Jurisdições Secretas conforme o FSI, implicam uma definição mais ampla, dando conta do nível de segredo jurídico no que diz respeito à propriedade empresarial, controle acionário e legislação protetora para os conglomerados instalados nestes Estados. Além do nível de segredo, o conceito também abarca a escala de atividades através de empresas offshore, ou holdings de conglomerados instalados nestas soberanias sob a forma jurídica de empresas offshore. Assim, quanto maior o segredo legal no que diz respeito ao controle de empresas e a existência de *offshores* com suas características, mais formalizam o índice.

Segundo dados de 2015 – considerando que o FSI é gerado a cada dois anos –, o fluxo de ilícitos financeiros oscila de um montante da ordem de US\$ 1 a 1,6 trilhão (o FSI consulta os dados do Banco Mundial), incluindo uma perda de US\$ 175 bilhões ao ano desviados de ajuda internacional. O fluxo de ilícitos também é o escoamento mais comum de desvios oriundos de

<sup>1</sup> blimarrocha@gmail.com. É autor do livro *A Farsa com nome de crise* (Porto Alegre, Deriva, 2014) disponível em livro eletrônico e acessível em <http://encurtador.com.br/nrMOR>.



## “Há uma guerra planetária entre Jurisdições soberanas provedoras de Segredo Financeiro disputando o fluxo de capital financeiro”

evasão fiscal, fraude fiscal e o espólio do Estado. Tais fenômenos, comuns na periferia do planeta, podem atingir a área core de economias capitalistas da semiperiferia, tal como ocorreu com a Grécia, Itália e Portugal, além de evidências de corrupção estrutural e a punição consequente através de convênios de Cooperação Jurídica Internacional, desmontando pactos internos e possibilidades de desenvolvimento soberano com estratégia de posicionamento próprio no Sistema Internacional (SI).

Ao contrário do que circula de forma hegemônica, a evasão fiscal de ilícitos ou o fluxo de fundos sem origens não formam a maior parte dos ativos financeiros depositados formalmente em Jurisdições Secretas. O índice de depósitos externos oriundos de elites locais, classes dominantes nacionais e alta gerência global oscilam entre US\$ 21 trilhões e US\$ 32 trilhões. Para dados de 2016 do World Economic Outlook Database/FMI (ver: [goo.gl/KUUWaZ](http://goo.gl/KUUWaZ)), a soma do primeiro total seria a do PIB dos EUA e da Alemanha em conjunto. Já a soma do segundo total equivale ao PIB da Superpotência e da China. Vale ressaltar que tais dados são conservadores, pois analisam de forma aproximada somente os depósitos em Jurisdições Secretas que seriam pertencentes aos “super-ricos” (High Net Worth Individuals, HNWI na sigla do conceito em inglês). Tais dados foram apurados no estudo de profundidade e referência chamado de *The Price of Offshore Revisited* (ver: [goo.gl/vG5jY3](http://goo.gl/vG5jY3)) e conforme seu autor, James S. Henry, não incluem ativos físicos de alto valor agregado, como embarcações, aeronaves, propriedade imobiliária e composição de controle acionário através de offshores sob o manto de segredo.

Para dados da pesquisa de 2010, os então 50 maiores bancos privados do planeta operaram mais de US\$ 12,1 trilhões em investimento externo privado, incluindo bens, trustes e fundações, dentre estes, os de propriedade cruzada ou controle das próprias instituições financeiras. Para o período, as três maiores instituições financeiras do planeta, UBS, Credit Suisse e Goldman Sachs (nesta ordem), operaram mais da metade deste montante, indicando um crescente desde 2005. Ou seja, a bolha e a crise de 2007/2008 não alteraram o posicionamento destes conglomerados do capital fictício.

Basta cruzar os dados dos 20 maiores bancos privados do mundo (lista de 2010), verificando sob quais soberanias estas instituições se instalam e cruzar com a lista dos países com índice dos países com maior nível de Segredo Jurisdicional (FIS). Destes 20 maiores bancos, os países de origem são: Suíça, EUA, Reino Unido, Alemanha, França e Holanda. Dentre a lista do FIS, os 15 países com maiores facilidades para o fluxo financeiro são: Suíça, Hong Kong (associado à China continental desde 1997 e antes a Commonwealth), EUA, Cingapura, Ilhas Cayman (Commonwealth), Luxemburgo, Líbano, Alemanha, Bahrein, Emirados Árabes Unidos (Dubai), Macau (região administrativa especial da China continental, desde 1997), Japão, Panamá, Ilhas Marshall e Reino Unido (Grã-Bretanha, que se somado com as autonomias territoriais ultramarinas, sobe na lista dos países com alto nível de Segredo Jurisdicional).

Assim, as Jurisdições Secretas e os fluxos de capital não são algo marginal no capitalismo financeiro. Ao contrário, ocupam posição central e têm como protagonista o sistema bancário privado mundial. Trata-se da forma hegemônica de acumulação privada de recursos coletivos da história contemporânea. ■

### Expediente

Coordenador do curso de Relações Internacionais da Unisinos: Prof. Ms. Álvaro Augusto Stumpf Paes Leme

Editor: Prof. Dr. Bruno Lima Rocha

# Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre

Em sua edição de número 260, o Cadernos IHU ideias traz o artigo *Itinerários versados: redes e identizações nas periferias de Porto Alegre*, de Leandro Rogério Pinheiro. O texto joga luz sobre questões relacionadas às periferias da capital gaúcha. O ponto central de seu texto é tentar elucidar,

afinal de contas, de quem e de que se está falando quando nos referimos às periferias.

Reduzir o surgimento dessas regiões à explicação de que elas são o simples resultado de um processo de exclusão não leva em conta as complexidades que estão em jogo. “A formação dessas localidades, gestadas entre as ações do capital imobiliário, do poder público e das populações empobrecidas que as habitavam/habitam, guarda relação com a lógica de apropriação do espaço e da distribuição de riqueza na sociedade”, aponta o autor.

Acesse a versão completa desse Cadernos IHU ideias em <https://goo.gl/oWiiY5>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.

104



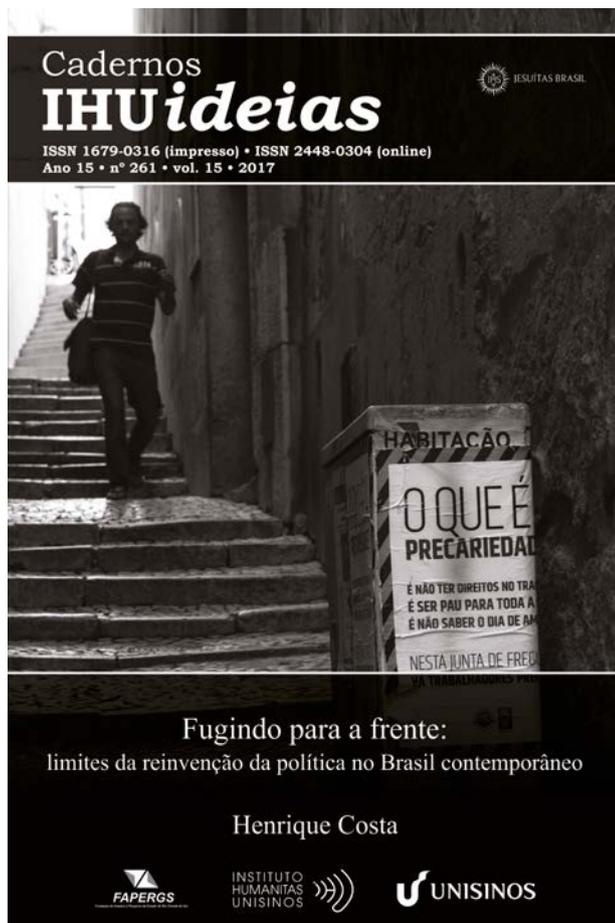
# Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo

A edição 261 do Cadernos IHU ideias apresenta o artigo *Fugindo para a frente: limites da reinvenção da política no Brasil contemporâneo*, de Henrique Costa. O autor discute a conjuntura atual e a imobilidade da esquerda, em estado de paralisia devido à escassez de uma imaginação política criativa. Costa traça dois pontos importantes que precisam ser pensados em termos sociais: o mundo do trabalho dentro da atual revolução tecnológica e os excluídos desse novo universo.

“A dinâmica do capitalismo contemporâneo impõe essas novas dicotomias no mundo do trabalho, especialmente entre aqueles que conseguem se colocar de maneira bem-sucedida nas novas ocupações criadas pela revolução tecnológica e suas empresas de ponta – tão celebradas pelos adeptos do chamado ‘capitalismo cognitivo’”, pontua. De outro lado, destaca: “Uma massa de trabalhadores precarizados pela reestruturação produtiva, alguns dos quais nem mesmo adentraram a terceira revolução industrial, ficando esquecidos pela morte lenta da obsolescência dos velhos empregos do século XX”.

Acesse a versão completa desse Cadernos IHU ideias em <https://goo.gl/dkRW2r>.

Esta e outras edições dos Cadernos IHU ideias também podem ser obtidas diretamente no Instituto Humanitas Unisinos – IHU, no campus São Leopoldo da Unisinos (Av. Unisinos, 950), ou solicitadas pelo endereço [humanitas@unisinos.br](mailto:humanitas@unisinos.br). Informações pelo telefone (51) 3590-8213.



**6 de setembro  
(quarta-feira)**

**19h30min - Bioética e a Nova  
(des)ordem Mundial: entre a crítica  
e a legitimação**

magnum



**Prof. Dr. Thiago Rocha  
da Cunha – PUC-PR**

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU  
Campus São Leopoldo

Informações e inscrições em [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

IX Colóquio Internacional IHU

**A Biopolítica como  
teorema da Bioética**



INSTITUTO  
HUMANITAS  
UNISINOS

**UNISINOS**  
Somos infinitas possibilidades



Outras edições em [www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores](http://www.ihuonline.unisinos.br/edicoes-anteriores)



## A volta do fascismo e a intolerância como fundamento político

Edição 490 | Ano XVI | 8-8-2016

*“Ao mesmo tempo que há o incremento das possibilidades de expressão a partir do desenvolvimento de múltiplas tecnologias de comunicação que potencializam espaços de interação e manifestação de pensamento, simultaneamente observamos a redução da capacidade de debate, reflexão conjunta e coexistência de diferentes pontos de vista. Sobretudo no campo político, recrudescem posicionamentos autoritários, por vezes até violentos, fundados em posturas fascistas, em uma antítese da democracia.”*



## Segurança urbana e desigualdade social

Edição 398 | Ano XII | 13-8-2012

*“Enquanto a campanha eleitoral de 2012 estava nas ruas, a opinião pública assistiu perplexa às alianças partidárias feitas para as eleições municipais. A revista discutiu a necessidade e os limites, também necessários, das alianças políticas.”*

107



## A política em tempos de nihilismo ético

Edição 197 | Ano VI | 25-9-2006

*“Há uma clara crise de fundamentos éticos do espaço público brasileiro. Esta crise, agora extremada, é fundacional: trata-se de, na verdade, construir fundamentos de um Estado que nunca foi, em sentido pleno, republicano. Os principais atores políticos do País têm que dar respostas a esta crise”. A análise é do professor Juarez Guimarães. Com inspiração em dois artigos de Guimarães refletindo sobre a contribuição de Henrique C. de Lima Vaz sobre os temas ética e política, e às vésperas das eleições de 2006, a revista voltou ao tema.”*

**Tema de capa**

**A política em tempos de nihilismo ético**

**Editorial** pág. 02

**Entrevistas**

**Juarez Guimarães:** Crise de fundamentos éticos do espaço público pág. 03

**Marcelo Peres:** Fr. Vaz e o diálogo com a modernidade pág. 04

**Paulo Sérgio Peres e Silveira:** A humanização da ética e da política pág. 12

**Rui Bittencourt:** “A política não é ética, mas o sistema formal de representação política” pág. 17

**Tales Ab. Salmeida:** O voto nulo e a futura exposição da política oficial pág. 20

**Destacagens da semana**

**Teologia Pública**

**Christina Duggan:** Lima discutindo sobre a teologia na contemporaneidade pág. 23

**Entrevista da semana**

**Hélio Nascimento:** O fardo da ética do sistema brasileiro pág. 29

**Artigo da semana**

**Walter Benjamin:** Em qual país, e em que época? pág. 32

**Deu nos jornais** pág. 35

**Destacagens online** pág. 36

17 de agosto de 2017

(quinta-feira) | 17h30min

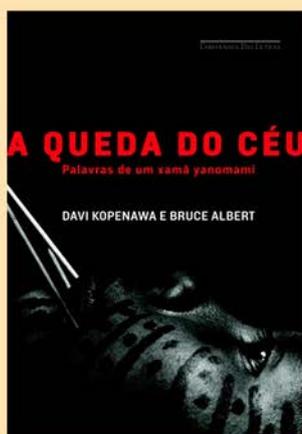
Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

## Reforma ontem e hoje. Relevância social e eclesial

Prof. Dr. Walter

Altmann – Faculdades EST

ihu.unisinos.br



A Queda Do Céu.

Palavras De Um Xamã Yanomami

Apresentação da obra pelo

**Prof. Dr. José Antonio Kelly Luciani – UFSC**

21 de agosto (segunda-feira) | 19h30min

Sala Ignacio Ellacuría e Companheiros – IHU

Esta atividade integra o ciclo "A contemporaneidade em debate. Intérpretes e obras". Acesse [ihu.unisinos.br](http://ihu.unisinos.br)

VII Colóquio Internacional IHU

# CAMINHANDO E DESOBEDECENDO THOREAU 200 ANOS

29 E 30  
DE AGOSTO  
2017

UNISINOS CAMPUS  
PORTO ALEGRE



## CONFERENCISTAS

PROFA. DRA. DENISE BOTTMANN - CURITIBA/PR  
PROF. DR. PAULO FRANCISCO ESTRELLA FARIA - UFRGS  
PROF. DR. FLAVIO WILLIGES - UFSM  
PROF. DR. EDUARDO VICENTINI DE MEDEIROS - UNISINOS  
PROF. DR. KELLY DEAN JOLLEY - AUBURN UNIVERSITY - EUA  
PROF. DR. STANLEY BATES - MIDDLEBURY UNIVERSITY - EUA

CARGA HORÁRIA:  
16 HORAS

ihu.unisinos.br | ihuonline.unisinos.br



twitter.com/\_ihu



bit.ly/faceihu



bit.ly/instaihu



bit.ly/youtubeihu



medium.com/@\_ihu